CEFET-MG Mestrado em Estudos de Linguagens

Marco Túlio Pena Câmara

PARA NUNCA ESQUECER:
uma análise discursiva de coberturas midiáticas impressas sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana

Belo Horizonte

2018

Marco Túlio Pena Câmara

PARA NUNCA ESQUECER:
uma análise discursiva de coberturas midiáticas impressas sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa

Área de concentração: Tecnologia e Processos Discursivos

Belo Horizonte

2018

Câmara, Marco Túlio Pena.
C172p Para nunca esquecer : uma análise discursiva de coberturas midiáticas impressas sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana / Marco Túlio Pena Câmara. - 2018.
239 f. : il., tabs.
Orientador: Cláudio Humberto Lessa

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2018.
Bibliografia.

1. Análise do discurso. 2. Comunicação de massa - Semiótica. 3. Desastres ambientais – Cobertura jornalística. 4. Jornalismo impresso. I. Lessa, Cláudio Humberto. II. Título.

CDD: 401.41

Ficha elaborada pela Biblioteca - Campus I – CEFET-MG
Bibliotecário: Wagner Oliveira Braga CRB6 - 3261

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM ESTUDOS DE LINGUAGENS.

No dia 05 de fevereiro de 2018, às 14 horas e 30 minutos, na sala 432, Campus I, av. Amazonas 5253, Nova Suiça, Belo Horizonte – MG, reuniu-se a Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens - CEFET-MG, constituída pelos Membros: Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa do CEFET-MG (Orientador), Profª. Drª. Mariana Ramalho Procópio Xavier da UFV, Prof. Dr. Antônio Augusto Braighi Andrade do CEFET-MG e Profª. Drª. Wiliane Viriato Rolim do IFPB (Suplente), para examinar o trabalho do mestrando MARCO TÚLIO PENA CÂMARA, sob o título "Para nunca esquecer: uma análise discursiva de coberturas midiáticas impressas sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana". O Prof. Cláudio Humberto Lessa, Presidente da sessão pública de apresentação e defesa de dissertação, declarou aberta a sessão, passando a palavra ao mestrando Marco Túlio Pejna Câmara para que expusesse sua Dissertação. Terminada a exposição, o Presidente passou a palavra aos membros da Banca Examinadora, que iniciaram a arguição. Terminada a arguição, retirou-se a Banca Examinadora para deliberação. De volta ao recinto, o Presidente deu conhecimento ao candidato de que sua Dissertação foi aprovada e, no prazo de 60 dias, deverá incluir as sugestões da Banca. Nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrada a sessão. Para constar, foi lavrada esta ata que será assinada pelo Presidente e demais membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa
Presidente da Banca de Defesa
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Profª. Drª. Mariana Ramalho Procópio Xavier
Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. Antônio Augusto Braighi Andrade
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

Wiliane V. Rolim

Profª. Drª. Wiliane Viriato Rolim
Suplente
Instituto Federal da Paraíba

Marco Túlio Pena Câmara

PARA NUNCA ESQUECER:
uma análise discursiva de coberturas midiáticas impressas sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

_____

Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa – CEFET-MG (Orientador)

_____

Prof. Dr. Antônio Augusto Braighi Andrade – CEFET-MG (Banca Examinadora)

_____

Profa. Dra. Mariana Ramalho Procópio Xavier – UFV (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 06 de fevereiro de 2018.

Dedico essa dissertação à minha família, pelo imenso apoio nesses dois anos de Mestrado, meu querido orientador Cláudio pelo incentivo e confiança, à Luciana pelo companheirismo e paciência e, principalmente, aos órfãos de Bento Rodrigues.

AGRADECIMENTOS

O sonho me trouxe até aqui. O desejo por justiça motivou minha pesquisa. A tristeza da perda encheu meus olhos. A história de cada um transbordou meu coração. A soma de tudo isso pode ser vista ao longo dessas 235 páginas. Páginas essas que não foram escritas a apenas duas (ou quatro) mãos. Cada um que acreditou nesse produto final deu um toque especial a essas linhas que seguem.

Amaurílio, Eni e Mateus, por acreditarem que esse sonho poderia se tornar verdade e por respeitarem meus horários incertos, destinos arriscados e decisões difíceis. Até o Roque entrou nessa e me acompanhou em todas as noites ao meu lado, meu melhor e eterno companheiro! Alessandra, pelo empréstimo dos exemplares dos jornais tão prontamente precisei. Sem isso, não haveria pesquisa. Meus familiares, em especial tias e primos que me curaram do surto com as animadas noites e madrugadas.

À Luciana, faltam-me palavras. A mestra que eu mais amo e admiro. Minha companheira que luta, sinônimo de batalha diária e busca por uma vida melhor. Aquela que ouviu tantos lamentos, autores, assuntos, como se fossem, de fato, interessantes a ela. Ao incentivo que me dava a cada ideia de artigo ou viagem, a cada angústia e o medo do novo, do incerto. Obrigado pela atenção, carinho, cumplicidade e por me impulsionar a sempre mais, mesmo sem saber.

Ser amigo de um mestrando não é nada fácil. Aturar as reclamações sobre a pesquisa, as horas de estudo, o bloqueio da leitura e da escrita, não é pra qualquer um. Mas tenho muita sorte em ter os melhores ao meu lado. Alvino, Andreia, Clara, Hanna, Hêmille, Júlia, Maria Cristina, Tamara, dentre outros que não cabem aqui, meu muito obrigado! Por entenderem minhas ausências, pelo ouvido, pelo ombro, pelos desabafos, pelos abraços, pela companhia, pela torcida e por acreditarem mais em mim do que eu mesmo.

E por falar em sorte, impossível remeter a ela sem lembrar da minha maior nesses anos: orientação. Se eu já me achava sortudo na graduação, por ter a Mariana Procópio ao meu lado, o Mestrado me mostrou que é sempre possível nos surpreender. Cláudio, eu não consigo expressar meu sentimento de gratidão a tudo o que você fez e disse por mim, pelo meu trabalho. Desde o primeiro dia, soube que aquele professor tinha algo a mais além da simplicidade de uma sandália: a humildade estava em cada aula, conselho, conversa e orientação. Obrigado por me abrir os olhos quando não conseguia enxergar a nitidez à minha frente, por complementar o pensamento que eu não imaginava ser infindo, por acreditar em

cada ideia, entrevistado e abordagem que escolhi, por indicar os melhores caminhos, frases e temas desde o primeiro e-mail, por me mostrar que existe (sim) uma boa orientação e pessoas sensacionais nesse mundo. Você me fez acreditar mais, não só em mim, mas no mundo que nos cerca, com tanta sabedoria e humildade.

Mas a orientação não foi só dele e as sortes não foram só essas. Ao professor Antônio Braighi, com quem construí uma relação de admiração e amizade, obrigado pela confiança imensa que depositou em mim, desde o início. Você me fez ver novas possibilidades de pesquisa e docência, enxergando a leveza e a simpatia em cada um desses ofícios que tanto admiro. Mariana, que me apresentou a Análise do Discurso mesmo que indiretamente: obrigado por fazer meu olho brilhar a cada aula do Mestrado, principalmente quando falava que tinha sido seu orientando. Obrigado pelo exemplo de professora, mãe e pesquisadora. A vocês, muito obrigado pelas contribuições na qualificação e, principalmente, os ensinamentos a cada conversa.

Aos demais professores do POSLING, em especial Lílian Arão, pelo carinho e confiança, Giani David Silva, pelos ensinamentos, Vicente Parreiras e Renato Caixeta, pelos momentos de descontração nos corredores do CEFET. À secretária Sandra, obrigado pela atenção e paciência nos momentos de dúvidas e desespero na secretaria, juntamente com os estagiários.

Aos colegas da Pós: obrigado pela cumplicidade, carinho, amizade. Em especial, aos dois presentes que se tornaram amigas confidentes, Erika Dias e Nara Bretas. Erika, obrigado pela sintonia, compreensão a cada olhar, companhia na escrita e as horas de conversa e consolo. Nara, obrigado pelas animadas conversas, pelo apoio e pelo incentivo. Vocês são ouro! Andrey, Flávia, Leilane, Letícia e Thiago, obrigado pelas conversas, apoio e carinho a cada encontro. Gláucio e Lília, obrigado por tornar o Chile um dos meus destinos prediletos!

Por último, mas não menos importante, agradeço a quem contribuiu para a pesquisa, por meio das entrevistas cedidas: Fred Tavares e Karina Barbosa, obrigado pela confiança e por acreditarem na relevância da minha pesquisa. Flaviane Paixão e Marina Schetinni do jornal O Tempo, e Márcia Maria da Cruz, do Estado de Minas, obrigado por cederem parte do precioso tempo para me atenderem e pela confiança no relato de cada uma.

Aos familiares e vítimas da maior tragédia socioambiental do país: essa luta não termina aqui. Que vocês não desistam da justiça, que venham mais olhares humanizados a vocês e que nada nunca seja esquecido. Porque, se depender de mim, não será.

Rio de lama, Doce, agora amargo

Vem de Mariana, desceu rejeito não tem pra ninguém

E varre cama, e sonho e segue tudo pro além

Me diga Vale, quanto vale a vida de alguém?

Monstro desceu corredeira (dizimando tudo a sua frente)

Não tem medo de ninguém (de investigação nem de autoridade)

Quase toda realeza (através do financiamento de campanha)

Foi comprada com vintém.

Sai da frente camarada, lixo tóxico não dá pra beber.

Querosene nem gelada, olha o nível dessa gente procê vê.

A TV não fala nada, mas deles a gente devia esperar o quê?

Tragédia desenfreada

Morre bicho, morre gente e gente tentando esconder.

(Emílio Dragão - Djambê)

RESUMO

O rompimento da barragem de Fundão da empresa Samarco (Vale/BHP), em 05/11/2015, causou a destruição de Bento Rodrigues, subdistrito pertencente à cidade de Mariana. Devido ao grande impacto da tragédia, equipes jornalísticas de todo o país voltaram suas pautas para realizar a cobertura desse grande acontecimento. A presente dissertação objetiva estudar os contratos subjacentes à produção de cadernos especiais sobre a tragédia, baseando-se no produto final dos jornais *O Tempo* e *Lampião*. Para tanto, recorremos a autores do campo da Comunicação para a definição, classificação e caracterização do conceito de Acontecimento (ANTUNES, 2008; FRANÇA, 2012; QUÉRÉ, 2012; DOSSE, 2013) e a noção de Enquadramento, tanto no Jornalismo (PORTO, 2004; GUTMANN, 2006), quanto na Análise do Discurso (CORTEZ, 2013; EMEDIATO, 2013; CHARAUDEAU, 2015). Como aspecto teórico-metodológico, nossa pesquisa se ampara na Análise do Discurso por meio da Teoria Semiolinguística (CHARAUDEAU, 2001; 2005), e na gestão de pontos de vista (RABATEL, 2013; KOCH; CORTEZ, 2015). Para nos auxiliar na elaboração dos aspectos referentes ao Contrato de Comunicação (CHARAUDEAU, 2015) que os veículos seguem, realizamos entrevistas com as editoras responsáveis pelos jornais, a fim de identificar as condições de produção e orientações editoriais que culminaram na elaboração dos cadernos especiais a partir de seus respectivos enquadramentos e pontos de vista representados pelos locutores-jornalistas. A partir das análises, podemos considerar a cobertura local do jornal *Lampião*, com enquadramento marcado pela responsabilização da tragédia; e a cobertura nacional do jornal *O Tempo*, com foco nas consequências ambientais decorrentes do rompimento da barragem. Com isso, esperamos contribuir para a reflexão acerca da produção de cadernos especiais e de jornal-laboratório, apontando características subjacentes aos contratos que os regem, considerando, portanto, as condições de produção e os aspectos linguístico-discursivos que perpassam as produções jornalísticas.

PALAVRAS-CHAVE: Enquadramento; Gestão de ponto de vista; Contrato de Comunicação; Caderno Especial; Jornalismo impresso.

ABSTRACT

The rupture of the dam Fundão of Samarco company (Vale/ BHP), in 11/05/2015, caused the destruction of Bento Rodrigues, a subdistrict that belongs to Mariana city. Due to the big impact of the tragedy, jornalistic staffs from all world dedicated their agendas to cover this happening. This dissertation aims to study the underlying agreements to the production of special notebooks about the tragedy, based on the final product of the newspapers *O Tempo* e *Lampião*. For that, we resorted to authors from the Communication area for the definition, classification and characterization of the concept of Happening (ANTUNES, 2008; FRANÇA, 2012; QUÉRÉ, 2012; DOSSE, 2013) and the notion of Framework, both in Journalism (PORTO, 2004; GUTMANN, 2006), and in Discourse Analysis (CORTEZ, 2013; EMEDIATO, 2013; CHARAUDEAU, 2015). As a theoretical- methodological aspect, our research is based on the Discourse Analysis through the Semiolinguistic Theory. (CHARAUDEAU, 2001; 2005), and the management of the points of view. (RABATEL, 2013; KOCH; CORTEZ, 2015). To assist us in the elaboration of the aspects relating to the Contract of Communication (CHARAUDEAU, 2015) that the means follow, we have interviewed the publishers responsible for the newspapers, in order to identify the conditions of production and orientation that culminated in the elaboration of special notebooks from their respective frameworks and points of view represented by the announcers- journalists. From the analysis, we could consider the local cover of the newspaper *Lampião*, with framework characterized by the accountability of the tragedy and the national cover of the newspaper *O Tempo*, with focus on the environmental consequences of the dam rupture. Thereby, we expect to contribute to the reflection about the production of special and laboratory-notebooks, pointing subjacent characteristics to the contracts that rule them, considering, therefore, the conditions of production and the linguistic-discursive aspects that cross the journalistic productions.

KEYWORDS: Framework; Management of point of view; Contract of Communication; Special Notebook; Printed Journalism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -Títulos de reportagens do jornal *Lampião* (de cima) e *O Tempo* (de baixo) fazem o mesmo tipo de questionamento.....45
FIGURA 2 - Reportagem do jornal *O Tempo* aborda o histórico de tragédias em Minas Gerais.....45
FIGURA 3 - Reportagem da revista *Curinga* aborda o histórico de tragédias em Minas Gerais.....45
FIGURA 4 - Processo de semiotização.....57
FIGURA 5 -Trecho de reportagem do jornal *O Tempo* indica o enquadramento ambiental dado pelo jornal..... 58
FIGURA 6 - Os três lugares da máquina midiática.....66
FIGURA 7 - A denominação ocorre com a identificação da fonte utilizada 98
FIGURA 8 - Texto do jornal *O Tempo* demonstra a relação dos repórteres com as fontes consultadas.....99
FIGURA 9 - Os verbos *dicendi* são bastante utilizados para denotar o posicionamento da fonte retratada.....99
FIGURA 10 - Cadernos especiais que compõem o nosso *corpus*.....110
FIGURA 11 - Trecho do texto destaca o trabalho realizado pela equipe do jornal, indicando o enquadramento temático ambiental da cobertura.....112
FIGURA 12 - Fala em destaque mostra a relação sentimental da fonte com o rio, indicando a emoção do personagem.....112
FIGURA 13 - Texto utiliza a palavra "acidente" como termo anafórico (à esquerda) e faz comparação (à direita) com um incidente natural.....113
FIGURA 14 - As fotos que ilustram a reportagem denotam o sentimento de luto ao rio.....115
FIGURA 15 - Início da reportagem é marcado pela forte presença de superlativos que dimensionam o tamanho e gravidade da tragédia.....116
FIGURA 16 - Infográfico mostra o dano ambiental causado pelo rompimento da barragem, com foco no dano para os animais.....117
FIGURA 17 - A empresa é citada apenas na legenda desta foto, destacando o trabalho de análise da água.....118
FIGURA 18 - Texto mostra a relação das comunidades com o rio destruído pela lama de rejeitos da Samarco.....119
FIGURA 19 - Trecho em destaque na reportagem demonstra a dependência econômica dos pescadores com o rio.....120
FIGURA 20 - Reportagem aborda a ligação espiritual existente entre índios e o rio.....121
FIGURA 21 - Trecho mostra a relação da área em que vive a comunidade com a empresa, responsabilizando-a pela tragédia.....122
FIGURA 22 - Box sobre a relação emocional com o rio usa a palavra "acidente".....122
FIGURA 23 - Trecho aborda outras relações econômicas prejudicadas pela tragédia, além da pesca.....124
FIGURA 24 - Mapa das regiões atingidas pela lama..... 125
FIGURA 25 - Legendas sobre distritos mineiros e capixabas atingidos pela lama relatam atitudes e posicionamentos do governo local.....126
FIGURA 26 - Excertos da reportagem sobre o projeto de Sebastião Salgado responsabilizam a Samarco pela tragédia que matou a fauna do rio, em uma aforização em primeira pessoa, como estratégia de dramatização..... 127
FIGURA 27 - Matéria aborda a relação da literatura com o rio Doce, mostrando um poema polêmico de Drummond, que cita a Vale e “prevê” destruição.....128

FIGURA 28 - Trecho exalta trabalho da equipe de reportagem, que demonstra certo distanciamento do objeto retratado e a importância da cobertura como preservação da memória.....129
FIGURA 29 - Infográfico mostra outros casos mineiros de rompimento de barragens.....130
FIGURA 30 - Reportagem aponta falhas de fiscalização como responsáveis portragédias como essa.....131
FIGURA 31 - Trecho em destaque trata o rompimento da barragem como "acidente", em relação a outras tragédias semelhantes.....132
FIGURA 32 - Professor acredita que rompimentos de barragens têm sido inevitáveis, apontando a tragédia como erro.....133
FIGURA 33 - Infográfico mostra rompimentos de barragens no mundo.....134
FIGURA 34 - Especialistas comparam tragédias ambientais em outros países com a realidade brasileira.....135
FIGURA 35 - Reportagem classifica a tragédia como "maior acidente do mundo".....135
FIGURA 36 - Trechos em destaque apontam as empresas responsáveis pela tragédia.....136
FIGURA 37 - Infográfico indica maneiras de recuperação do rio Doce.....138
FIGURA 38 - Reportagem aponta falhas na fiscalização e relação entre governo e empresas responsáveis pelas barragens.....139
FIGURA 39 - Capa do jornal-laboratório *Lampião*, relacionando a tragédia ao marco temporal.....140
FIGURA 40 - Além das perguntas enviadas à Samarco e ao Governo de Minas, o texto apresenta inquietações das vítimas da tragédia.....142
FIGURA 41 - Charge ilustra a destruição do rio após a tragédia.....143
FIGURA 42 - Prefeito de Mariana mostra dependência da cidade em relação à Samarco....144
FIGURA 43 - Jornal busca distanciamento e crítica às declarações das empresas responsáveis pela barragem.....145
FIGURA 44 - O jornal procura relacionar o impacto local da tragédia.....146
FIGURA 45 - Infográficos mostram relação das mineradoras com políticos mineiros.....147
FIGURA 46 - *Box* da reportagem aponta o turismo como possível diversificação da economia, dependente da atividade mineradora.....149
FIGURA 47 - Simulando um quebra-cabeça, o quadro mostra a relação da empresa com a cidade e o impacto da tragédia para os cidadãos de Mariana.....151
FIGURA 48 - Mapa ilustra os três distritos mais atingidos pelo rompimento da barragem, representando, também, seus produto(res) locais.....152
FIGURA 49 - A matéria aborda as doações feitas às vítimas, focalizando na prestação de serviço.....153
FIGURA 50 - A matéria personaliza a fé, como patrimônio do subdistrito atingido.....154
FIGURA 51 - Crianças relatam com saudosismo como era na escola antiga, destruída pela tragédia.....155
FIGURA 52 - Matéria exibe forte relação entre o esporte e o distrito.....156
FIGURA 53 - Imagens representam a mudança, a união, a saudade e a natureza, características fortes da edição especial.....158

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Identificação de Fontes nos veículos midiáticos.....100

SUMÁRIO

DA RUPTURA QUE PROVOCOU O INÍCIO... ... 16
1. REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO E DO ENQUADRAMENTO DA TRAGÉDIA DE MARIANA A PARTIR DOS ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO ... 25
1.1 Da noção de Acontecimento ... 26
1.1.1 Acontecimento: dimensão descritiva, explicativa, interpretativa e histórica ... 27
1.1.2 Acontecimento, linguagem, narrativa e midiatização ... 29
1.1.3 Acontecimento e temporalidade ... 36
1.2 O enquadramento na cobertura jornalística ... 40
2. DISCURSO, DIMENSÕES SEMIOLINGUÍSTICAS E CONTRATUAIS SUBJACENTES À ESCRITA DOS CADERNOS ESPECIAIS. ... 50
2.1 Contribuições da Teoria Semiolinguística ... 55
2.2 O discurso midiático e o Contrato de Comunicação ... 65
2.2.1 Características gerais dos aspectos situacionais dos contratos comunicacionais subjacentes aos cadernos especiais ... 71
2.3 Características do jornalismo local-laboratorial e do jornalismo comercial subjacentes ao contrato midiático em O Tempo e o Lampião ... 87
3. ENQUADRAMENTO E CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE VISTA NOS JORNAIS *O TEMPO* E *LAMPIÃO* ... 94
3.1 Produção de notícias e gestão de vozes ... 95
3.2 Gestão de pontos de vista ... 100
3.3 Aspectos discursivos sobre o Enquadramento ... 105
3.4 Mais considerações do *corpus* e da análise ... 110
3.4.1 *O Tempo* ... 112
3.4.2 *Lampião* ... 139
3.5 Características hegemônicas e contra-hegemônicas relativas aos jornais ... 157
... AO ROMPIMENTO QUE NÃO SE FINDA ... 160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ... 165
APÊNDICE 1 - Pré-roteiro de entrevistas com editoras/repórter dos jornais comerciais ... 174
APÊNDICE 2 - Pré-roteiro de entrevistas com editores dos produtos laboratoriais ... 175
APÊNDICE 3 – Entrevista com editoras do jornal *O Tempo* ... 176
APÊNDICE 4 – Entrevista com professora-editora do jornal *Lampião* ... 190
APÊNDICE 5 – Entrevista com professor-editor da revista *Curinga* ... 204
APÊNDICE 6 – Entrevista com repórter do jornal *Estado de Minas* ... 215
APÊNDICE 7 - Quadro analítico do jornal *O Tempo* ... 226
APÊNDICE 8 – Tabela de análise do jornal *Lampião* ... 231
ANEXO 1 – Termos de consentimento para entrevistas ... 236

DA RUPTURA QUE PROVOCOU O INÍCIO...

Quantas famílias com sede, quantas panelas vazias?
Quantos pescadores sem redes e sem canoas?
Quantas pessoas sofrendo, quantas pessoas?
Quantas pessoas sem rumo como canoas sem remos
Como pescadores sem linha e sem anzóis?
Quantas pessoas sem sorte, quantas pessoas com fome?
Quantas pessoas sem nome, quantas pessoas sem voz?
(Gabriel o Pensador / Tato)

O rompimento da barragem de Fundão da empresa Samarco (Vale/BHP), em 05/11/2015, causou a destruição de Bento Rodrigues, subdistrito pertencente à cidade de Mariana, e é considerado, pela sua extensão e danos causados, o maior desastre socioambiental do Brasil, matando animais, rios, vegetação e, principalmente, histórias. A lama de rejeitos da barragem rapidamente chegou ao Rio Doce e seguiu o curso até chegar ao mar, no Espírito Santo. Os impactos dessa tragédia são sentidos até hoje, mais de dois anos depois. São histórias que foram soterradas, vidas que foram perdidas, comunidade que não foi refeita, esperança que ainda persiste latente.

Mas antes de retratar o fato que culminou em tantas inquietações, noites mal dormidas, revoltas até chegar nesta referida dissertação, creio ser prudente relatar como eu mesmo me constituí a partir daquele dia e o que, de fato, me fez chegar neste texto que segue.

A barragem de rejeitos de uma das maiores mineradoras do Brasil, que estabelece forte relação e poder com o estado de Minas Gerais se rompeu no final da tarde de uma quinta-feira. A incerteza era a palavra que reinava no momento. Em Bento Rodrigues, em Mariana, nos veículos de informação. Os dias que se seguiram foram de angústia e ainda mais dúvidas. Quantas pessoas morreram? Será que a população conseguiu escapar? O que restou do distrito?

Bento Rodrigues deixou de ser desconhecido. Mas também deixou de existir. Mariana deixou de ser a sombra de Ouro Preto. Mas passou a ser o luto de Minas Gerais. Pior do que ser "apenas um quadro na parede", como dizia Drummond sobre sua terra Itabira, é perceber que não há paredes, não há quadros, não há casas. Agora, era tudo lama, com histórias soterradas, vidas inundadas, pertences abandonados. Só restava dúvida. E dor e tristeza.

Cerca de quinze dias depois, voltei a Mariana. Fazia calor e, mesmo com sol, a cidade estava cinza. Ruas cheias, carros de reportagens, hotéis ocupados e, por onde se andava, o assunto era o mesmo. O olhar perdido não era de turistas ou estudantes recém-chegados à universidade. Os olhares eram de piedade, de tristeza, de revolta. Famílias que não sabiam se teriam para onde voltar, o que fazer, o que vestir. Pessoas com olhares perdidos, tentando achar solução no horizonte que pareciam fitar.

Em meio a tantas dores, reconheci uma menina, de aproximadamente 5 anos, no caminhão de leitura. Há algumas semanas, essa mesma menina havia escrito uns versos com um desenho bucólico em um projeto naquela mesma praça onde estava. Lembrei-me dela, apesar de não ter mais brilho nos olhos nem sorriso no rosto. Dessa vez, ela estava acompanhada do pai, que pediu para que eu brincasse com ela. Enquanto tentava distrair a criança com brinquedos lúdicos oferecidos pela instituição, ela, cansada daqueles mesmos brinquedos que não eram seus, lamentou: "queria minha boneca". O silêncio doloroso foi o responsável para dar um nó na minha garganta. Olhei para o pai e ele, abaixando a cabeça, revela: eles eram de Bento. "No dia, por sorte, ela estava aqui com uma tia enquanto eu e minha esposa fazíamos compras. Perdemos o ônibus e, quando entramos no próximo, soubemos da tragédia e não seguimos viagem. Até hoje não consegui ir lá, mas sei que perdi tudo", relatou, com os olhos cheios d'agua.

Esse depoimento ficou na minha cabeça por horas, dias, meses, anos. Mais de dois anos depois, com a finalização deste trabalho. E ficará, como a memória dessas pessoas, que não podem ser esquecidas. É impossível não se envolver com aqueles olhares de dúvida, mas de esperança, de tristeza, mas de firmeza.

Mais do que um acontecimento tão grandioso e a cobertura jornalística tão intensa, o que mais me chamou atenção para o rompimento da barragem foi a quantidade de histórias que poderiam ser contadas, a memória que deveria ser preservada, um modo de documentar tanta angústia e sofrimento. Mais do que interesse acadêmico, devemos nos lembrar que a pesquisa é feita por pessoas, que, inevitavelmente, carregam sentimentos, histórias e memórias que não querem que se percam. Assim, o real motivador para esta pesquisa foi conhecer histórias como essa, deparar-me com a mudança total de uma cidade pacata, de inquietar-me diante das injustiças e questionamentos daquele povo.

Dada à importância do registro de tamanha tragédia, veículos midiáticos locais, estaduais e nacionais voltaram sua atenção, pautas e equipes a Mariana. Narrar um fato novo,

com causas ainda desconhecidas e com abrangência que supera os limites territoriais estaduais, foi um desafio. Cobertura jornalística intensa, registrando o caminho destruidor que a lama percorreu e histórias que foram apagadas por ela. Diferentes veículos com diferentes posicionamentos focalizavam as consequências da tragédia, seguindo cada um a sua linha editorial.

Conforme relatam Barbosa e Carvalho (2016, p. 2), "uma das tarefas do jornalismo diante de um acontecimento como o de Mariana é tentar construir a narrativa (ou as narrativas) desse evento traumático, experenciado e testemunhado pelas pessoas atingidas por ele". Nesse sentido, Charaudeau (2015) postula a importância do relato testemunhal, do discurso de depoimento, descrição e "designação identificadora" na construção da notícia a fim de gerar efeito de captação e credibilidade (e veracidade) na reportagem. Além desses elementos, as reflexões do supracitado autor sobre o discurso midiático levam-nos a considerar a importância do papel do jornalista:

> A posição do jornalista é a de testemunha esclarecida, o que aumenta sua responsabilidade em relatar fielmente o acontecimento e, ao mesmo tempo, o compromete, pois a narrativa que constrói não pode prescindir da visada de captação. A instância midiática está, pois, colocada diante de um acontecimento exterior a si mesma, o qual deve ser considerado segundo suas potencialidades de atualidade, de diegese, de causalidade e de dramatização, acontecimento que deve ser transformado em narrativa midiática através de escolhas efetuadas a partir de uma série de roteiros possíveis. (CHARAUDEAU, 2015, p. 157)

Dessa forma, o presente trabalho busca investigar as especificidades na cobertura (considerando o produto final) do caderno especial de dois veículos impressos mineiros: *O Tempo*, um dos principais jornais comerciais do estado de Minas Gerais; e *Lampião,* jornal-laboratório do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Importante ressaltar que, para este trabalho, também analisamos o material do jornal *Estado de Minas*, o mais tradicional de Minas Gerais, e a revista *Curinga*, também produto laboratorial da UFOP. No entanto, a fim de estabelecer melhor paralelismo analítico para este trabalho, escolhemos abordar os aspectos contratuais e discursivos do *Tempo* e *Lampião*, pois, como veremos no decorrer do trabalho, apresentam reportagens cujas temáticas e linguagem se aproximam, enquanto jornais impressos[1].

[1] A *Curinga* é uma revista, ou seja, apesar de ser uma mídia impressa, segue outros estilos de linguagem, de imagem, diagramação, dentre outras características que são específicas desse gênero. O caderno especial do jornal *Estado de Minas*, especificamente, segue uma linha diferente do que é observado no jornalismo tradicional, aproximando-se da literatura, abandonando recursos tipicamente jornalísticos como *lead* e discursos relatados diretos no tratamento das fontes.

Inicialmente, havíamos proposto um *corpus* constituído pelos jornais *O Tempo, Estado de Minas*, *Lampião* e a revista *Curinga*. Porém, após sugestões da banca de qualificação[2] e a fim de buscar uma maior homogeneização e estabelecer um paralelismo analítico, escolhemos trabalhar com quatro cadernos especiais dos veículos acima citados. Porém, devido ao tempo, tivemos de operar um novo recorte, por isso decidimos, finalmente, analisar os cadernos especiais de *O Tempo* e *Lampião* devido aos seguintes fatores i) tratam-se de jornais impressos, com divisão em editorias; ii) são constituídos por reportagens, seguindo o clássico modelo jornalístico baseado no *lead* e no discurso relatado com uso de fontes, demarcando a presença do locutor-jornalista. Estes, dentre outros aspectos, permitem-nos, portanto, estabelecer uma comparação mais precisa e efeito de paralelismo mais evidente entre os dois jornais.

Para isso, pretende-se analisar o enquadramento dado por cada veículo, a partir das fontes utilizadas. Busca-se, ainda, refletir sobre as escolhas lexicais destinadas à construção do fato e sobre a forma como elas podem sinalizar posicionamentos e construção de pontos de vista. O objetivo é identificar semelhanças e, principalmente, diferenças, para buscar a classificação dos contratos subjacentes à produção de um caderno especial, que dedica todo o seu conteúdo a um tema específico, sob diversos aspectos, abordagens, fontes e pontos de vista.

Dada a repercussão do rompimento das barragens em Mariana e sua ampla cobertura midiática, entendemos que é importante realizar estudos científicos acerca de um fato tão marcante não só para o estado de Minas Gerais, mas para o Brasil. Um acontecimento tão traumático merece atenção em todos os aspectos e áreas, e nunca o esquecimento. Por ser uma tragédia recente, são poucos os estudos acerca dele e da respectiva cobertura midiática. Isso comprova o ineditismo da pesquisa, principalmente em relação ao objeto de estudo e *corpus* utilizado, focando na imprensa mineira, valorizando o jornalismo e a pesquisa local.

Elencamos alguns trabalhos acadêmicos recentes acerca da cobertura jornalística sobre o rompimento da barragem de Fundão. Destacamos, aqui, quatro deles, que nos auxiliaram na reflexão sobre a pesquisa e na elaboração desta dissertação: “A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia”, que toma a

[2] Sobretudo as observações feitas pelo professor Antônio Braighi acerca da mídia alternativa e dos meandros da busca por definição da mídia contra-hegemônica e o alerta da professora Mariana Procópio sobre a extensão do *corpus*, uma vez que propusemos analisar a cobertura diária dos jornais *O Tempo* e *Estado de Minas* durante um mês.

cobertura midiática impressa da tragédia de Mariana enquanto crime ambiental; "Quem resiste à lama?", que relata a cobertura da revista *Curinga*; "Discurso, cognição e formas de empoderamento: uma análise do jornal *A Sirene*", que discute os aspectos discursivos presentes no jornal *A Sirene*[3] em relação à representação da memória, nostalgia e autorrepresentação em um veículo midiático; e "Os enquadramentos de uma cobertura: Tragédia de Mariana", que analisa reportagens veiculadas pela Rede Globo de Televisão. Além dessas obras, algumas dissertações recentes também se dedicaram aos estudos da cobertura da tragédia de Mariana, mas no aspecto do jornalismo *online*, do engajamento no *Twitter* e a representação no jornal *A Sirene*.

A partir dos trabalhos relatados acima, observamos, então, a carência de estudos que proponham o contraste entre publicações de veículos diferentes, principalmente em relação à produção de cadernos especiais. Outra característica inovadora, em relação ao objeto de estudo, que acreditamos que nossa pesquisa carrega, é a utilização de um jornal-laboratório como *corpus* enquanto produto do jornalismo impresso comparável a outros jornais de referência. Ainda que o jornal-laboratório esteja presente nas universidades brasileiras, como obrigação legal, desde 1969, a produção acadêmica que pesquisa o formato ainda é incipiente (SOSTER; TONUS, 2013). Tal constatação reforça a importância e o caráter de ineditismo de nosso estudo, dando luz à produção laboratorial, que tanto precisa ser discutida e colocada em análise. Acreditamos, enquanto pesquisadores e acadêmicos, no poder e na força de um produto laboratorial, produzido por estudantes e professores, que podem ser objetos de informação midiática como outros produtos tradicionais.

No campo metodológico-analítico, destacamos nossa atenção para a noção de enquadramento, gestão de pontos de vista e outros aspectos linguístico-discursivos aplicados ao jornalismo. Defendemos essa interdisciplinaridade e a praticamos tanto em nosso Programa de Pós-Graduação, no qual este trabalho se insere, quanto em nossos currículos, enquanto jornalista e profissional da Letras. Acreditamos, assim, que estabelecer esse diálogo entre essas duas áreas é fundamental para o desenvolvimento de ambas as disciplinas e contribuem para a reflexão crítica e a relação entra a teoria e a prática no jornalismo.

Nesse sentido, consideramos que analisar o discurso midiático em coberturas de grandes tragédias é valorizar o estudo de Análise do Discurso, buscando compreender os

[3] O jornal foi criado a partir do coletivo #UmMinutoDeSirene, que surgiu após a tragédia, formado pelos atingidos pelo rompimento da barragem.

meios de produção e as consequências dessa cobertura na representação dos atingidos. Vale ressaltar os recentes estudos acerca da relação entre discurso e desigualdade social pela AD[4], que, por sua característica interdisciplinar, vêm focalizando diferentes tipos e gêneros de discurso, sem negligenciar elementos da dimensão social que envolve tais discursos, sempre atenta aos casos de desigualdade nos diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, o discurso ocupa um lugar privilegiado para acolher essas manifestações, antes silenciadas pela sociedade e estudos tradicionais.

A escolha dos veículos também segue essa linha de raciocínio: *O Tempo* é um dos principais jornais em circulação em Minas Gerais e, em contrapartida, o *Lampião* se propõe a fazer jornalismo local na contramão do que é feito pela grande mídia, como é assumido logo no editorial (conforme mostraremos a seguir). É importante ressaltar o estudo sobre os contratos que regem tais publicações, compreendendo que a cobertura midiática em questão depende dessas condições contratuais e de produção. Além disso, buscamos estudar, também, traços que seriam típicos da produção e da narrativa em cadernos jornalísticos especiais. Dessa forma, conseguimos perceber e estabelecer algumas diferenças na produção de notícias nessa cobertura especial, como contribuição para os Estudos de Linguagens.

Para iniciar nossa discussão teórica e analítica, classificamos a tragédia retratada enquanto Acontecimento[5], que foi midiatizado. Delimitamos, portanto, que o Acontecimento não é o "fato", mas sim o que sabemos dele e o que se tornará para os interlocutores. Assim, podemos classificar a tragédia como Acontecimento, uma vez que promove reverberações, cobertura midiática e esta é de relevante importância para os envolvidos (ou não) na tragédia, parte que busca o entendimento e as consequências acerca do ocorrido.

Dessa forma, o Acontecimento é o "surgimento do inesperado" (DOSSE, 2013, p. 181), como a tragédia retratada pelos veículos em análise, e o registro feito ao longo do tempo, como pode ser observado na forma das coberturas realizadas, principal objeto de nossa análise, baseado nos relatos das testemunhas, que se tornam fontes e futuros personagens das reportagens que retratam tal acontecimento. No entanto, em relação a esses relatos, é importante ressaltar que cada sujeito possui interpretações singulares, o que pode resultar em

[4] Prova disso é a mais recente publicação feita pelo Núcleo de Análise do Discurso, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, da Revista de Estudos da Linguagem, sob o título "*Discourses and Social Inequalities*".

[5] Diferenciamos Acontecimento (com A maiúsculo), enquanto conceito, de acontecimento (minúsculo), enquanto "sinônimo" da tragédia retratada, objeto de estudo.

diversidades de relatos e pontos de vista. É aí que reside o trabalho do jornalista, nesse caso, na seleção da coleta de dados e informações, modificando o modo com que o profissional de mídia revisita o objeto que relata.

De acordo com Dosse (2013), o Acontecimento se porta como algo em construção ao longo do tempo, a partir das mudanças de significados e consequentes reverberações. É nesse sentido que atua a cobertura jornalística, principalmente em cadernos especiais, frutos de produções anteriores e tempo maior de apuração, pensando nas possíveis consequências daquele fato. Isso justifica nosso *corpus* auxiliar: os jornais diários anteriores aos cadernos especiais do *Estado de Minas* e *O Tempo*, além de justificar, também, a escolha e a atenção ao processo de produção dos produtos laboratoriais da UFOP, que produzem o material com mais de um mês de apuração.

Dessa forma, quando acontece algum fato, existem várias maneiras de narrar e construir tal Acontecimento, com a possibilidade de suscitar diferentes narrativas e, no campo jornalístico, variadas coberturas possíveis, como é o objeto dessa pesquisa. Dessa forma, buscamos analisar essas diferentes narrativas construídas sobre o mesmo fato, a partir do enquadramento e a gestão de pontos de vista pelo locutor-jornalista, levando em consideração as especificidades de cada veículo, desde sua linha editorial e posicionamento ideológico até as condições de produção, fator limitante na produção jornalística.

Ademais, propomos, com essa pesquisa, i) abordar aspectos e teorias que tangenciam o jornalismo, aliados à prática na construção do Acontecimento e enquadramento; ii) o estudo sobre a produção de cadernos especiais, especificamente no que tange ao contrato que o subjaz; iii) identificar como é feita a gestão dos pontos de vistas de cada veículo a partir de categorias associadas ao aparelho formal da enunciação, do conceito de polifonia de Ducrot (1984) e dos seus desdobramentos a partir de Rabatel (2013); iv) mostrar como é realizada a gestão das fontes pelos veículos e sua relação com a defesa do ponto de vista; v) contrastar as coberturas analisadas no que tange a condições de produção, percepção editorial e aspectos contratuais que as envolvem.

Para procurar entender e abarcar todas essas situações, faz-se necessário, então, entrar em contato com as instâncias de produção envolvidas nas coberturas e veículos analisados. Com isso, realizamos entrevistas com os editores e repórteres responsáveis de modo a verificar como a prática exerce o que analistas teóricos refletem. As entrevistas foram realizadas com participantes dos quatro veículos, *Estado de Minas*, *O Tempo*, *Lampião* e

Curinga. A partir da análise desse material, é possível encontrar semelhanças em relação à produção, contrato e condições de produção, que nos permitiram distinguir, de um lado, os veículos comerciais referentes à grande mídia, e de outro, os produtos laboratoriais. Dessa forma, apresentamos, nos anexos, todas as entrevistas realizadas, mas dedicaremos maior atenção durante o trabalho, aos relatos referentes à produção do caderno especial do jornal *O Tempo* e *Lampião*, objetos que compõem nosso *corpus* de análise desta dissertação.

Ainda entendendo que "os dispositivos do sistema midiático-comunicacional agem de forma semelhante em sua processualidade" (SOSTER, 2012, p. 97), interessa-nos, aqui, buscar como são observadas essas semelhanças e, mais que isso, como as disparidades na cobertura se dão, seja pelas condições de produção, seja pelo enquadramento dado, entre outras questões que apontaremos neste trabalho.

Nesse sentido, para a realização deste trabalho, ancoramos nosso trabalho teórico-metodológico na Análise do Discurso a partir das contribuições da Teoria Semiolinguística (CHARAUDEAU, 2001; 2004; 2012), a noção de enquadramento (PORTO, 2004; CHARAUDEAU, 2015), os apontamentos acerca dos contratos subjacentes à produção de cadernos especiais, a partir do contrato de informação midiático (CHARAUDEAU, 2015) e a gestão de pontos de vista (RABATEL, 2013; KOCH;CORTEZ, 2015) para que possamos apreender os posicionamentos defendidos e apresentados pelos veículos a partir dessas estratégias discursivas estudadas.

Dessa forma, esta dissertação está dividida em três capítulos: i) Reflexões iniciais sobre a construção do Acontecimento e do enquadramento da tragédia de Mariana a partir dos Estudos da Comunicação[6]; ii) Discurso, dimensões semiolinguísticas e contratuais subjacentes à escrita dos cadernos especiais e iii) Enquadramento e construção de pontos de vista nos jornais *O Tempo* e *Lampião.*

A proposta do primeiro capítulo é apresentar discussões convergentes entre o Jornalismo e a Análise do Discurso, que são úteis para nossa análise. Mais que objeto de estudo, entendemos o jornalismo como uma base teórica que dialoga com os estudos das linguagens, permitindo uma reflexão interdisciplinar. Dessa forma, abordaremos o conceito de Acontecimento (ANTUNES, 2008; FRANÇA, 2012; QUÉRÉ, 2012; DOSSE, 2013), Narrativa (MOTTA, 2012), Enquadramento (PORTO, 2004; GUTMAN, 2006). O objetivo,

[6] Diferenciamos, também, Comunicação, enquanto campo de estudo, de comunicação, enquanto processo.

com isso, é relacionar esses aspectos teóricos à prática jornalística, a fim de apontar classificações e categorias que nos auxiliem na análise do nosso *corpus*. Para tanto, levaremos em consideração a linha editorial, condições de produção e as entrevistas realizadas com as editoras responsáveis pelas publicações, estabelecendo a relação entre o campo teórico e a rotina de produção do caderno especial.

O segundo capítulo é dedicado aos aspectos teóricos-metodológicos que envolvem a Análise do Discurso. Dessa forma, nos amparamos em alguns dos principais autores (CHARAUDEAU, 2001; MAINGUENEAU, 2008) para abordar temas recorrentes no estudo discursivo que servem de base para nosso objeto e a respectiva análise. Consideramos, então, a Teoria Semiolinguística, proposta por Charaudeau (2001, 2004, 2012) como principal aporte teórico que ampara a metodologia empregada no nosso *corpus*, a partir, também, da elaboração do Contrato de Comunicação (CHARAUDEAU, 2015). Dessa forma, pretendemos propor um aporte teórico-metodológico que aponte as características subjacentes aos contratos sobre os quais os cadernos especiais são produzidos, considerando as especificidades de cada veículo e condição de produção.

Por fim, chegamos ao capítulo analítico, em que aprofundamos a descrição do *corpus* e detalhamos os aspectos discursivos que tangenciam nossa análise, a partir da noção de enquadramento no campo discursivo (EMEDIATO, 2013; CHARAUDEAU, 2015), gestão de vozes (CHARAUDEAU, 2015) e de pontos de vista (RABATEL, 2013; KOCH & CORTEZ, 2015). Com isso, pretendemos identificar as estratégias utilizadas pelos jornais para demonstrar o posicionamento adotado pelo jornal, que busca atingir e influenciar o leitor, tomando como base os contratos sob os quais estão inscritos. Dessa maneira, foi-nos possível apontar, a partir da leitura atenta e analítica das reportagens e das entrevistas realizadas com as editoras responsáveis pelas publicações, os temas, enquadramentos e abordagens mais recorrentes em cada jornal, a maneira como eles escolheram retratar o acontecimento ao público ao qual se destina.

1. REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO E DO ENQUADRAMENTO DA TRAGÉDIA DE MARIANA A PARTIR DOS ESTUDOS DA COMUNICAÇÃO

Tendo em vista a constituição do objeto de análise desta dissertação, composto por dois veículos jornalísticos impressos, torna-se fundamental estudarmos aspectos que possam nos permitir refletir sobre o Jornalismo e a Análise do Discurso, enquanto campos teóricos e manifestações práticas. Portanto, embasaremos nossas análises tomando como base algumas teorias que perpassam o jornalismo, fundamentando nossa pesquisa e direcionando nosso olhar para o *corpus* em análise. Nesse sentido, propomos discutir, aqui, alguns aspectos gerais do jornalismo que dialogam, também, com a reflexão feita na AD, como abordaremos no próximo capítulo. Interessa-nos, então, observar congruências temáticas e de abordagem entre essas duas áreas, considerando os termos teóricos que são estudados em ambas as disciplinas e que nos serão caras para esta pesquisa.

Nesse contexto, entendemos que o conceito de Acontecimento seja primordial na classificação e denominação do rompimento da barragem para o qual a mídia voltou suas atenções e pautas em coberturas especiais, como os objetos desta dissertação. Consideramos, então, o Acontecimento como processo constitutivo e a sua estreita relação com a representação e veiculação midiática. Dessa forma, a narrativa de tal acontecimento passa pelo que se deseja mostrar, realçar e relatar, a partir da observação e apuração dos fatos e suas consequências e reverberações. Para tanto, recorremos a autores da Comunicação para a definição, classificação e caracterização do conceito de Acontecimento, como Quéré (2012) e Dosse (2013) em abordagens e reflexões atualizadas, e professores pesquisadores do campo da Comunicação em Minas Gerais, como Antunes (2008), França (2012) e Simões (2014). Estudiosos do campo da Narrativa, como Motta (2012), também são fundamentais para entendermos os conceitos abordados.

As práticas narrativas, aqui representadas pelo jornalismo, perpassam pelo conceito de enquadramento, que nos permite estudar como são feitas as escolhas para os recortes realizados nas mídias e a relação deles com as representações midiáticas. Entendemos que tal conceito seja fundamental para nossa análise, sobretudo na classificação das reportagens constituintes do nosso *corpus*, para que possamos indicar os caminhos analíticos possíveis a partir da sinalização linguístico-discursiva observada no material.

O enquadramento reverbera, principalmente, na prática jornalística e contribui para que seja desconstruída a falsa ideia de objetividade da informação, já que os estudos acerca do conceito a ser trabalhado aqui consideram a subjetividade do produtor na concepção de conteúdo e constituição da narrativa feita. Portanto, para embasarmos conceitualmente tal prática e observações empíricas, debruçamo-nos sobre as caracterizações e classificações atribuídas a Porto (2004) no estudo de enquadramento, a fim de apontarmos tematizações e delimitações em nosso *corpus*. Importante ressaltar, ainda, que esse processo de enquadramento expressa o ponto de vista defendido pelo veículo, sinalizando os posicionamentos dos jornais pesquisados, como aprofundaremos no decorrer desta dissertação.

Assim, a seguir, abordaremos os conceitos de Acontecimento e enquadramento em relação à cobertura jornalística, a fim de nos auxiliar na análise de nossos objetos de estudo, para identificar os pontos de vista de acordo com a representação do acontecimento a partir do enquadramento dado. Ao longo de toda nossa exposição, procuramos ilustrar os conceitos apresentados com recortes de trechos do *corpus*, oriundos tanto das entrevistas[7] quanto dos cadernos especiais.

1.1 Da noção de Acontecimento

Para realizarmos o estudo acerca da cobertura jornalística sobre o rompimento da barragem é preciso, primeiramente, classificá-lo como um Acontecimento, dimensionando sua importância tanto midiaticamente quanto pessoalmente na vida dos envolvidos. Para tanto, recorremos ao conceito de Acontecimento a fim de relacioná-lo ao nosso estudo, considerando-o como valor-notícia e, mais que isso, como fato de alto impacto na sociedade como um todo. Dessa forma, pretendemos desenvolver, aqui, cinco principais pontos para aclarar o conceito de Acontecimento, de acordo com França (2012), Motta (2012) e Dosse (2013), a saber: i) acontecimento, dimensão descritiva, explicativa e interpretativa; ii) acontecimento e história; iii) acontecimento, linguagem e narrativa; iv) acontecimento e a perspectiva construtivista; v) acontecimento e condições de emergência.

[7] Para melhor identificação das entrevistadas, classificaremos como E1 as editoras do jornal *O Tempo* e E2 a editora-professora responsável pelo jornal *Lampião*.

1.1.1 Acontecimento: dimensão descritiva, explicativa, interpretativa e histórica

Em sua obra "Renascimento do acontecimento", Dosse (2013) trabalha a definição e classificação do Acontecimento em diversas perspectivas, principalmente a histórica e a sua relação com a midiatização. Citando Ricoeur (1991), o autor classifica o Acontecimento em três níveis de abordagem: i) o acontecimento infrassignificativo; ii) ordem e reinado do sentido, no limite não acontecimental; e iii) a emergência de acontecimentos suprassignificativos, supersignificantes.

O primeiro evoca a descrição do fato, aqui representado pela cobertura jornalística informativa, que responde às perguntas básicas do *lead*[8] jornalístico; o segundo é o momento da narrativa do Acontecimento, refere-se à sua construção, explicando as possíveis causas, envolvidos e consequências esperadas. Essa característica também está presente nos nossos objetos de análise, na medida em que a tragédia, no primeiro momento, é tratada de forma descritiva, já que os veículos contam informações básicas que fazem referência ao fato, local, as consequências imediatas do rompimento da barragem, dentre outros elementos essenciais em um material jornalístico. Com o decorrer do tempo, a partir de novas evidências e narrativas construídas, vão surgindo, também, novas explicações e causas acerca do rompimento da barragem, cujo objetivo é apontar responsáveis, sinalizar possíveis causas e estabelecer relações entre política e economia que culminaram no rompimento da barragem, sendo possível graças à recorrência do tema na mídia, dada à sua importância, e o tempo maior de apuração e investigação jornalística, na medida em que vão surgindo novas provas e acontecimentos que permitem fazer relações com a tragédia. A cobertura em um caderno especial prevê esse maior tempo dedicado à apuração e escrita das reportagens, com mais pesquisa do que a cobertura diária, como veremos com os depoimentos das editoras responsáveis pelas publicações[9] e quando da caracterização dos aspectos contratuais subjacentes ao gênero no capítulo 2; já a terceira abordagem se inscreve no campo interpretativo, retomando o acontecimento como emergência, atribuindo a ele um

[8] O *lead* é, normalmente, o primeiro parágrafo de uma notícia, em que se busca responder a seis perguntas básicas: o que, quem, quando, onde, como e por quê.

[9] As editoras do jornal *O Tempo*, por exemplo, exemplificam que a produção de um caderno especial permite maior dedicação dos jornalistas à apuração, com maior disponibilidade de tempo e de espaço para a publicação. A editora responsável pelo *Lampião* informa, ainda, que, enquanto "repórteres-estudantes", a produção do jornal-laboratório permite reuniões de pauta, orientações e revisões de conteúdos e abordagens, oportunidades que não ocorrem em uma mídia comercial (ver anexos 1 e 2).

"supersignificado", ou seja, essa abordagem foca nas consequências do acontecimento, nos efeitos e correlações posteriores à construção do acontecimento.

Dessa maneira, a cobertura jornalística em análise abarca as três abordagens do Acontecimento, na medida em que o descreve, explica-o e o interpreta. É importante ressaltar, também, a classificação de Acontecimento como histórico "a partir do momento em que ele produz efeitos e é dimensionado conforme a importância daquilo que ele provoca" (DOSSE, 2013, p. 185). Para chegar a tal classificação, Dosse se debruça sobre os estudos de Nora (1984) acerca dos lugares de memória[10], relacionando-a à historiografia, pois a história se dá com a "sua construção ao longo do tempo, o desaparecimento e a ressurgência de seus significados" (NORA, 1984, p. 26 *apud* DOSSE, 2013, p. 183).

Como exemplo, Dosse cita a escrita da história da França, que procurara restaurar a unidade por meio dos arquivos passados, tomando-os como verdade, além de resgatar a identidade francesa, sempre mirando o que passou de modo a constituir o que se chama de história. Nora, porém, revoluciona a abordagem sobre o tema a partir da metamorfose da memória, partindo do presente aos múltiplos devires possíveis, com a representação do passado ressignificando o presente, como sendo um "espaço de experiência" (DOSSE, 2013, p. 184), tendo a narrativa como principal meio de tornar tais relações possíveis.

A partir dessas considerações, Dosse revela a importância da narrativa nessa construção do Acontecimento histórico, uma vez que, segundo o autor, "a narração constitui a mediação indispensável para se fazer obra histórica e assim ligar o espaço de experiência ao horizonte de espera" (DOSSE, 2013, p. 184). Nessa perspectiva, a tragédia pode ser classificada como acontecimento histórico na medida em que produziu diversos efeitos que foram retratados pela imprensa, dimensionando suas consequências ambientais, antropológicas e evenemenciais[11]. Podemos observar essas abordagens tanto na cobertura do jornal *O Tempo* quanto naquela realizada pelo *Lampião.*

O jornal *O Tempo* relata os estragos ambientais causados pelo rompimento da barragem não só no município de Mariana, mas também no curso do rio Doce e cidades

[10] Esse conceito é aprofundado na obra "*Les Lieux de mémoire*", de 1984. Resumidamente, o autor define que "lugar de memória" é a materialização daquilo que se tem uma "vontade de memória", ou seja, um documento, um espaço, uma imagem ou uma representação midiática.

[11] O termo deriva da palavra francesa *événementialités*, que significa "acontecimentalidade". No campo histórico, é o relato dos fatos e sua respectiva consequência, ou seja, a explicação da história, situando-a cronologicamente.

banhadas por ele, com o alto índice de mortandade de peixes e outros animais que dependiam diretamente do meio pluvial para sua sobrevivência. O jornal aponta, ainda, a relação de pescadores que dependem diretamente da pesca como renda familiar, ou seja, que foram prejudicados economicamente de forma indireta pelo rompimento da barragem de Fundão, uma vez que seu trabalho ficou impossibilitado. Mais do que a relação econômica com o rio, o jornal abordou também a importância espiritual para a população indígena que convivia diretamente com o rio atingido. Todas essas relações são trabalhadas, portanto, a partir do rompimento da barragem de Fundão, demarcando-o, então, como um acontecimento histórico, exigindo da equipe maior dedicação e tempo de apuração e aprofundamento nos assuntos tratados. De acordo com as editoras do jornal, "o acontecimento se impôs", apontando a elaboração do caderno especial como um produto de construção do acontecimento, uma vez que surge da necessidade de uma cobertura mais completa, não apenas o factual observado no jornal diário, feito, portanto, "a partir de um acompanhamento" daquele acontecimento, do que se suscitou no decorrer da cobertura rotineira.

Já o jornal *Lampião* apontou os principais impactos na comunidade local com a destruição do subdistrito de Bento Rodrigues, desde as famílias desabrigadas até as consequências econômicas indiretas causadas pela paralisação temporária da empresa responsável pela barragem rompida. Além disso, tratou de aspectos imateriais, como a fé, o esporte e a documentação, e sua relação com a tragédia. No âmbito nacional, exibiu as relações diretas da política com a atividade mineradora, o que permitiu a implantação da empresa e a falta de fiscalização que acabou culminando no rompimento da barragem. Dessa forma, a dimensão histórica foi ressaltada na cobertura feita pelo jornal, confirmada, ainda, pela editora responsável, que afirma que Bento Rodrigues "virou quase um valor-notícia", já que se tornou assunto recorrente nas edições subsequentes do jornal, dado o grande envolvimento do veículo com o tema e a cidade, enquanto se porta como jornalismo local.

1.1.2 Acontecimento, linguagem, narrativa e midiatização

Além das dimensões descritiva, interpretativa e histórica inerentes ao Acontecimento, Bretas (2012), França (2012), Motta (2012), Quéré (2012) e Dosse (2013), levam-nos a refletir, cada um a sua maneira, sobre a intrínseca relação entre acontecimento, a linguagem, a narrativa e o processo de midiatização. Assim, o Acontecimento só existe quando é nomeado,

sendo detectável a partir de seus vestígios discursivos, já que "é a mediação que garante a materialização do sentido da experiência humana do tempo" (DOSSE, 2013, p. 186).

Nessa mesma linha de raciocínio, Bretas (2012) estabelece a profunda relação entre o processo de mediação, entre as mídias e a construção dos acontecimentos, focalizando a Internet como ambiente dessas mídias atuais. Assim, a autora aborda o poder de revelação, definido por Quéré, do Acontecimento midiatizado, permitindo, então, a leitura do mundo a partir do que é desencadeado desses acontecimentos. Dessa maneira, a supracitada autora estabelece a profunda relação das mídias com os acontecimentos, já que promove a reflexão, a expressão e a compreensão deles, revelando suas identidades, "sendo construídos pelos discursos que os propagam" (BRETAS, 2012, p. 68).

Como exemplo, Bretas relembra a cobertura do atentado terrorista de 11 de setembro de 2001, que destruiu o *World Trade Center*, um dos principais prédios de Nova York, nos Estados Unidos, e aborda a sua reverberação nas redes sociais digitais. Dessa forma, a autora mostra como outros acontecimentos[12] também são retratados e resgatados historicamente, posicionando-se como acontecimento histórico. Ainda que a autora se debruce sobre as novas narrativas e linguagens possíveis com a expansão do uso e da possibilidade de produção da internet, ela traz algumas reflexões que nos são caras para refletir sobre nosso *corpus*, já que são dispositivos midiáticos e realizaram a cobertura jornalística do acontecimento em questão. Assim, Bretas reflete sobre o discurso produzido a partir do surgimento e construção do Acontecimento nas mídias, tornando-o notável a partir de sua materialização e produção de sentidos, e acredita que

> a linguagem é parte essencial da construção da realidade, permitindo expressões sobre o acontecimento de modo a compreendê-lo e conduzir as ações que buscam as regularidades. Por sua dimensão constitutiva, permite-nos a compreensão de nossa identidade, construindo-a na sua objetivação. As narrativas dos acontecimentos dizem sobre os sujeitos em interação, expondo suas identidades e construindo suas subjetividades, ao objetivá-las (BRETAS, 2012, p.77-78).

Para compreender como se dá essa relação da linguagem com o Acontecimento, é importante considerar a questão da identidade e do lugar do sujeito, já que a construção do Acontecimento se dá pelos discursos que o propagam. Assim, "nós os alcançamos por

[12] A autora ainda cita os exemplos da cobertura sobre a Guerra do Golfo e o anúncio da morte de Osama Bin Laden, como testemunhas dos acontecimentos.

intermédio de sua dimensão simbólica, que se manifesta pela linguagem" (BRETAS, 2012, p. 68).

É a partir dessa relação entre linguagem e Acontecimento que podemos refletir sobre a narrativa jornalística, responsável pela construção e divulgação do "acontecimento midiatizado" (DOSSE, 2013). Motta (2012) considera a narrativa jornalística como um jogo de co-construção da realidade. Assim, para fazer análise do enunciado narrativo, deve-se voltar a atenção para a performance dos sujeitos inscritos na narrativa, no enunciado, não na enunciação[13], já que esta não pode ser reproduzida.

A narrativa, então, situa o Acontecimento dentro de um contexto histórico e temporal, atribuindo a ele um significado, portando-se "como mediação que leva em conta o acontecimento, mas também a relação ativa de quem a escreve" (DOSSE, 2013, p. 186). Nesse sentido, analisando nosso *corpus*, observamos a relação que se estabelece entre os veículos midiáticos e o acontecimento que relatam. Tal aproximação pode ser mais percebida nos produtos laboratoriais, principalmente quando se portam como parte da tragédia, na medida em que eles se localizam no mesmo campo das vítimas, seja pela proximidade física, seja pela relação afetuosa e identificação com elas. Essa característica parece estar sinalizada logo no editorial do jornal *Lampião*, quando se lança a pergunta "Quem cuida de nós?", enquanto parte dos atingidos pela tragédia.

Assim como Bretas (2012), Dosse (2013) ressalta a intrínseca relação entre o Acontecimento e as mídias, pois, de acordo com o supracitado autor,

> os *mass media* participam plenamente da própria natureza dos acontecimentos que eles transmitem. Cada vez mais, é através deles que o acontecimento existe. Para ser, o acontecimento deve ser conhecido, e as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de consciência. (DOSSE, 2013, p. 260).

Situar o acontecimento nas mídias é de fundamental importância para nosso estudo, pois, assim, podemos identificar a relação que os jornais estabelecem com o acontecimento relatado. Essa aproximação também é trabalhada pelo autor, ao afirmar que a "informação contemporânea aproxima consideravelmente o acontecimento das massas que tomam conhecimento do mesmo e tem a impressão de participar dele" (DOSSE, *op. cit*).

Dosse (2013) considera que a mídia tem desempenhado o papel de produção do acontecimento, influenciando não só a esfera pública, mas também a privada, buscando dar

[13] Na Análise do Discurso, busca-se observar as marcas de enunciação no enunciado, com veremos no capítulo seguinte.

fim à barreira entre o externo e o interno, ou seja, o que se vê fora da mídia com o que se pratica no cotidiano experimental das pessoas. Nesses termos, o interno é o que se passa no interior do ambiente midiático, o que ele mostra, enquanto o externo é o que acontece à sua volta, o fato em si aquilo que a mídia busca retratar. Há, portanto, uma relação de interdependência a partir da congruência de interesses e temáticas tratadas em ambas as esferas, a partir do momento em que se mostra em tempo real, por exemplo, determinados acontecimentos enquanto eles ocorrem, com a interação e participação do público nas construções de notícias e, em alguns casos, dos próprios acontecimentos, quando a mídia se coloca como porta-voz da realidade do público. Tal característica pode ser mais visível nos programas de televisão, onde essa interação é maior e mais direta, incentivada em quadros que pedem a sugestão de assuntos a serem tratados, tornando o Acontecimento, então, como "o lugar de investimento do imaginário de nossa sociedade moderna, apropriado à narrativa" (DOSSE, 2013, p. 262). Dessa forma, ao citar os estudos de Pierre Nora (2006), Dosse retoma a crítica entre a midiatização e a realidade, ao lembrar que "o acontecimento midiatizado não é mais garantia do real, pois é a midiatização[14] que o constitui" (NORA, 2006, *apud* DOSSE, 2013, p. 263).

É nesse sentido que França e Oliveira (2012)[15] trabalham a noção do Acontecimento em relação à sua midiatização e representação. As pesquisadoras mineiras propõem a reflexão teórica e prática acerca do Acontecimento e sua midiatização, enquanto construção do Acontecimento e a reverberação de seus sentidos possíveis, a partir de temas como a midiatização do mundo vivido, o Acontecimento na vida cotidiana, a produção de acontecimentos em relação à política, os diferentes públicos e celebridades, a influência dos acontecimentos nos países e nas populações em que os fatos ocorrem e relação do Acontecimento com movimentos sociais enquanto oportunidade de luta.

Segundo França (2012), na teoria do jornalismo, o Acontecimento aparece como sinônimo de fato, caracterizando e distinguindo o fato noticiável, inusitado, que gera interesse no público, e valor-notícia. A principal base teórica em que ancora suas pesquisas é a do francês Louis Quéré, no que tange ao tratamento dado nas ciências sociais. Assim, a autora

[14] O conceito de midiatização, conforme Ferreira (2007), é resultante da articulação de processos sociais e comunicativos com os dispositivos midiáticos.

[15] FRANÇA, Vera Regina Veiga e OLIVEIRA, Luciana (org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

explica tal conceito a partir de duas abordagens: a construtivista e a ritualística. A primeira, sobre a qual trabalharemos, considera o Acontecimento enquanto construção midiática.

> Conforme Quéré, a 'abordagem construtivista funda-se na ideia de que os acontecimentos que nos são apresentados pela mídia não são imagens puras e simples daquilo que se passa no mundo, mas o resultado de um processo socialmente organizado, e socialmente regulado, de formatação, encenação e atribuição de sentido às informações' (QUÉRÉ, 1997, p. 416, *apud* FRANÇA, 2012, p. 41).

Além de Quéré, a supracitada autora também considera as contribuições feitas por Verón (1981) e Rétat (1979), principalmente na classificação do "acontecimento enquanto a narração do fato" (FRANÇA, 2012, p. 41). A principal característica dessa abordagem, então, é a forma discursiva que o Acontecimento toma. Assim, ele se estabelece a partir do momento em que é midiatizado, em que se torna um discurso ambientado nas mídias que buscam o representar, transformando, então, o ato em Acontecimento, a partir da difusão, pelos jornais, nesses meios de expressão, aqui consideradas as narrativas do Acontecimento.

É nessa característica que ancoramos nossa conceituação de Acontecimento, que toma forma a partir de uma nomeação, não significando em si mesmo, antes do aspecto discursivo que o envolve. Assim, é preciso considerar o papel fundamental da mídia na construção de acontecimentos e na representação deles. Com isso, a supracitada autora destaca a forma de informação que o Acontecimento possui:

> Não existe de um lado o real, e de outro, no espaço da mídia, a informação – esta última penetra e atua no real enquanto ferramenta de leitura e de extração. O acontecimento seria aquilo que o paradigma da informação seleciona e formata enquanto tal (...). Esse tipo de abordagem traz uma contribuição relevante ao destacar o papel que dispositivos midiáticos e formatos discursivos desempenham na atribuição de sentidos e na projeção pública das diversas ocorrências da vida cotidiana, bem como, pelo seu inverso, na ocultação de outros tantos. A mídia – a grande mídia, as mídias alternativas – constitui, sem dúvida, o espaço público central da sociedade contemporânea, uma instância e uma instituição de grande força e de penetração ímpar (FRANÇA, 2012, p. 42).

A autora valoriza, então, o papel da mídia na construção do Acontecimento levando em consideração, também, o enquadramento dado a partir da subjetividade que envolve a reprodução de tal discurso. Assim, a midiatização dos acontecimentos dá a impressão de participação neles, suscitando novos enunciados que são construídos a partir das reverberações e efeitos gerados pelo Acontecimento midiatizado.

A relação entre o Acontecimento e o jornalismo também é trabalhado por Antunes (2008), que leva em consideração, a partir do discurso da informação e a representação

linguageira do Acontecimento, a interpretação dos fatos na construção e midiatização dos acontecimentos que tais discursos revelam, entendendo o Acontecimento como construção.

> Torna-se acontecimento jornalístico ou fato a partir de um olhar que busca estabelecer o contexto da sua emergência, explicar-lhe o sentido. Mas este olhar, no universo do discurso da informação midiática, torna-se um duplo olhar: o acontecimento está na interseção entre um olhar que mostra, da instância de produção, e um olhar que vê, na instância de recepção (...). Tal trama faz com que os fatos, no caso do discurso diferido da mídia impressa, sejam montados reportando ocorridos a partir do seu termo, do seu fim, da identificação de um resultado. (ANTUNES, 2008, p. 4)

Nesse sentido, o autor situa o Acontecimento em três níveis temporais: trama, enunciação e caracterização, o que permite identificar, relatar e interpretar um acontecimento jornalístico. Assim, a questão temporal do Acontecimento se enquadra a partir do que é capturado e construído pela mídia, não se limitando ao tempo de sua emergência (ANTUNES, 2008), ultrapassando, então, limites temporais, já que se enquadram, em suas representações noticiosas, as causas, contextos e consequências, gerando interpretações e transformações que lhe são atemporais.

Assim como Antunes (2008), Simões (2014) nos mostra que o Acontecimento figura como algo que se destaca em um contexto, com seu potencial de saliência, assumindo papel de simbolização a partir da cobertura jornalística, pois "o acontecimento é visto como aquilo que se configura como notícia, ou seja, é acontecimento o que é narrado pelo jornalismo" (SIMÕES, 2014, p. 177). Nesse sentido, "os acontecimentos são elaborações feitas pelos meios de comunicação" (SIMÕES, 2014, p. 178), cabendo ao jornalista "construir a moldura que enquadra o sentido da construção da notícia"(*op. cit*). Nessa perspectiva, "o acontecimento é uma ocorrência saliente que retém a atenção pública: a da mídia, a do público ou a dos atores públicos" (QUÉRÉ, 1997, p. 421, *apud* SIMÕES, 2014, p. 179).

Dessa forma, o Acontecimento é descrito e narrado a partir de um observador externo a ele, que delimita seu início e o seu fim, sendo "definido por sua filiação ao julgamento e por sua contribuição para uma investigação" (QUÉRÉ, 2012, p. 23). Nesse sentido, o autor considera o Acontecimento como algo que sobressai, ou seja, só é possível descrevê-lo e narrá-lo a partir do que se julga relevante mostrar. Nesse contexto, o Acontecimento emerge do inesperado, tendo forte influência externa em sua realização, vinculada ao presente e ao que pode impactar com o vir-a-ser orientado, uma vez que depende dos julgamentos e das vivências de quem o retrata, dependendo, então, do que se escolhe mostrar.

> Para que se torne um acontecimento, é necessário que ele seja saliente para um observador em um entorno, que se torne um objeto de atenção e de observação sob um aspecto particular, o de sua ocorrência (happening) e de sua relação com outras ocorrências (QUÉRÉ, 2012, p. 23-24).

Tais particularidades de saliência também podem ter como causa a emoção provocada naquele que percebeu, no objeto, o potencial de um acontecimento midiatizado. As sensações provocadas no público receptor são frutos da evolução de cada Acontecimento, sendo que podem ser desejadas pela instância de produção desde sua midiatização (QUÉRÉ, 2012).

No que se refere ao potencial de saliência da tragédia de Mariana, podemos observar que os jornais consideraram aspectos diferentes em relação ao enquadramento, mas que convergem na ideia de construção do acontecimento, na medida em que as apurações vão se refinando e culminam em informações que se pretendem mais completas e abrangentes sobre as causas e as reverberações da tragédia.

As editoras entrevistadas confirmam essa assertiva. As editoras responsáveis pelo jornal *O Tempo*, por exemplo, afirmam que o caderno especial se impôs, dada a sua importância, e que o relacionamento com as fontes foi primordial para a construção dele, com o contato direto com elas e as histórias que escolheram contar que melhor ilustram o acontecimento. Elas comparam o caderno a um documentário, que partiu de um factual. Segundo as jornalistas, "é um caderno especial que é muito apurado como uma matéria do dia, que é um caderno de factual". Já a editora do *Lampião* afirma que a seleção ocorre nas reuniões de pauta. A profissional afirma que é "um balanço, o que definitivamente a gente acha bom, o que a gente definitivamente acha fraco ou não cabe no jornal, o que a gente está em dúvida e a gente vai refinando pela qualidade da pauta". A editora ressalta, ainda, que isso só é possível graças ao tipo do produto, um jornal-laboratório, em que essas reuniões são constantes como parte do aprendizado do "aluno-repórter". Tal realidade não é visível no jornal *O Tempo*, em que as editoras confessam que não há muita discussão sobre linha editorial e abordagem ao confirmarem que "isso não faz parte do nosso trabalho, não tem tempo pra pensar a teoria".

Pudemos ver, até aqui, algumas considerações acerca da classificação do termo acontecimento, principalmente em relação ao conceito no campo do jornalismo. Dessa forma, podemos considerar o rompimento da barragem como um acontecimento histórico, sob a abordagem construtivista, considerando o Acontecimento como algo em construção, não se limitando ao tempo de sua emergência, mas sim ao que é apreendido e construído pela mídia.

Assim, discutiremos, a seguir, sobre a classificação e significação do Acontecimento em relação à sua temporalidade e representação midiática, tendo os meios de comunicação como ambiente em que os acontecimentos são construídos e divulgados.

1.1.3 Acontecimento e temporalidade

Outro fator que exerce forte influência sobre a representação do Acontecimento é a distância temporal que, segundo a deontologia do jornalismo, deve se estabelecer, ou seja, a busca pela não retratação imediata do Acontecimento, já que o imediatismo pode interferir na compreensão dele, o que pode vir a orientar o receptor a tomar a visão do produtor como única e verdadeira. Tal distanciamento visa, sobretudo, à imparcialidade no relato _ainda que esta seja uma utopia do jornalismo, levando em consideração a subjetivação do sujeito produtor responsável pela transmissão da mensagem[16].

Ainda sobre a temporalidade do Acontecimento, segundo Quéré (2012), ela se divide entre o passado, o presente e o futuro. O Acontecimento passado "pertence ao domínio das ideias, deixando o domínio da existência" (QUÉRÉ, 2012, p. 26), ou seja, representa o que já ocorreu, promovendo a reflexão acerca dele, visando à preocupação com o que há de vir a partir disso. O presente, então, torna-se "o lugar da realidade", haja vista a instantaneidade e a duração em que o Acontecimento ocorre naquele espaço. A partir daí, é possível aos sujeitos estabelecer ligações entre o passado e o futuro, como parte de operações intelectuais, hipotetizando "novos acontecimentos (que) nos conduzem a reconstruir tanto o passado quanto o futuro" (QUÉRÉ, 2012, p. 27), sendo que é neste que reside o significado do acontecimento, encarado, então, como "vir-a-ser".

A classificação do Acontecimento, decorrente dessas consequências e significados, se dá pela origem e pelo impacto que ele determina aos seus envolvidos e aos receptores que o consomem midiaticamente. Tal percepção coaduna com os valores-notícia tradicionais[17] do jornalismo, operando com a ideia de ruptura, novidade, o inesperado, relacionados, também, à valorização e à representação do Acontecimento. Dessa forma, o Acontecimento torna-se objeto a partir de sua midiatização, como nos explica Quéré.

[16] Abordaremos melhor essa característica do jornalismo com a noção do Enquadramento, a seguir.

[17] França (2012) cita alguns critérios de noticiabilidade, como relevância, interesse, ineditismo, proximidade e "a natureza da empiria (seu 'ser') que justifica a maior ou menor importância que lhe será atribuída" (FRANÇA, 2012, p. 40). Ou seja, o acontecimento acidente, que surge de modo inesperado e se impõe como acontecimento retratável pelas mídias.

> Os acontecimentos são transformados em objetos, em coisas com significados. É possível servir-se de tal referente, até mesmo quando eles deixaram de existir; eles podem, assim, executar seu trabalho entre coisas distantes no espaço e no tempo, através da presença por procuração em um novo médium [a linguagem]. [...] Tendo sido nomeados [pelo uso de um termo no discurso que, de acordo com o que já foi dito, não pode descrever a qualidade de um acontecimento imediato], os acontecimentos levam uma segunda vida, independente. Além de sua existência original, eles são submetidos a uma experimentação como ideias: seus significados podem ser combinados e reorganizados ilimitadamente pela imaginação, e o resultado dessa experimentação interna que é o pensamento pode entrar em interação com os acontecimentos em estado bruto e não tratados (DEWEY, 1925, p. 166 *apud* QUÉRÉ, 2012, p. 31).

O excerto que Quéré apresenta de Dewey aborda, ainda, como a revisão e o tratamento de acontecimentos podem fazer reverberações no modo de adaptação e recepção dele, ou seja, a forma como o Acontecimento é tratado e transformado em produto midiático por meio da linguagem pode influenciar em como a audiência o recebe e o interpreta. Assim, pode-se, então, fazer uma relação com o enquadramento que é dado a esses acontecimentos, responsável pelas diferentes produções de sentido, já que a referida adaptação passa pelo filtro do ponto de vista do produtor de conteúdo a ser retratado e divulgado, aqui representado pelo jornalista, sobredeterminado pelos aspectos institucionais, pela linha editorial pertencente à empresa em que atua. Dessa forma, é possível que tomemos conhecimento de determinados acontecimentos a partir de sua particularidade, individualidade e potencialidade, dependendo, também, de como é consumido pela instância de recepção, permitindo diferentes interpretações e assimilações.

As abordagens realizadas pela mídia e as características mutáveis de como o Acontecimento é tratado só são possíveis devido ao poder e ao papel da comunicação na manipulação da realidade, transformando o Acontecimento em "um meio de ação controlada" (QUÉRÉ, 2012, p. 31) pelas mídias. Dessa forma, a comunicação permite (re)conhecer, identificar, distinguir e definir o acontecimento, sendo possível, então, a partir da representação midiática, relacioná-lo às suas consequências, produzindo conhecimento e incitando julgamentos acerca do que retrata. Assim, o acontecimento só é compreensível quando se é possível identificar sua praticidade e apreender suas possíveis consequências a partir das conexões e relações estabelecidas pela instância midiática, responsável por retratá-lo e difundi-lo.

As reflexões até aqui feitas levam-nos a pensar sobre o papel e a importância da cobertura jornalística no processo de construção do Acontecimento, já que "os fatos e os acontecimentos são compreensíveis apenas quando é possível ver suas implicações e

amplitudes práticas" (QUÉRÉ, 2012, p. 32), valorizando, então, o foco na consequência dele, não apenas a pura representação do que ocorreu.

Dosse (2013) também reflete sobre o caráter acidental do Acontecimento[18], por fugir da norma, apresentar-se como algo improvável e inesperado, sendo selecionado pela imprensa. O rompimento da barragem pode se enquadrar nessa característica, já que não fazia parte do agendamento midiático, com características acidentais[19]. O autor lembra da classificação de imprevisibilidade do Acontecimento, apontado por Derrida (1997), como algo que o sujeito não compreende nem conhece. Nesse sentido, aponta o autor, é necessário identificá-lo através da descrição e reconhecimento, para, então, encontrar prováveis determinações do referido acontecimento, singularizando-o.

O autor, então, traça níveis de narração do Acontecimento: a descrição; a explicação; e a normalização, ao considerar que as mídias são "partes interessadas na própria natureza dos acontecimentos que ocorrem na sociedade moderna" (DOSSE, 2013, p. 268). Assim, a descrição[20] ocorre a partir do jogo de seleção do que deseja ser apresentado, capaz de responder sobre o que aconteceu, impulsionando o relato jornalístico. A explicação se refere ao contexto no qual o Acontecimento está inserido, dependendo, portanto, de um pré-conhecimento acerca da realidade. Por fim, a normalização evidencia a tipicidade do Acontecimento, a partir de sua transmissão, ou seja, o tipo de Acontecimento com base na classificação dada pela mídia. Aplicando este último nível de narração ao nosso *corpus*, podemos considerar a classificação dos cadernos especiais, de forma geral, como "tragédia de Mariana", ou seja, é uma forma de resumir o acontecimento em uma expressão, de acordo com o tipo de ocorrência dele.

Importante ressaltar, aqui, a questão da temporalidade na construção dos cadernos em análise, que se diferem pela natureza e periodicidade da publicação. O jornal *O Tempo* é publicado diariamente e lançou o caderno especial quase um mês depois da tragédia, como ocasião de aniversário. As editoras responsáveis contam que, em casos como esse, não existe

[18] Abordagem também trabalhada por Antunes (2008) e Charaudeau (2015).

[19] Importante frisar, aqui, que as características acidentais remetem ao fato ter sido inesperado, não a naturalização da tragédia, como algo natural_ o que, sabidamente, não foi.

[20] Nos próximos capítulos, esse aspecto será analisado mais detidamente, a partir de ferramentas conceituais e metodológicas da Análise do Discurso.

uma orientação prévia sobre angulação, depende da apuração do momento e do que o repórter viu sobre o acontecimento:

> enviamos a repórter e quando a repórter nem tinha chegado lá aí que a gente foi descobrir a dimensão da coisa (...) a nossa orientação da nossa chefia é cobrir da melhor maneira possível, mais gente em campo possível, com mais informação, já pensando no que virá, não só no que está acontecendo agora (E1).

Dessa forma, percebemos a temporalidade instantânea do acontecimento, primando pelo factual da notícia, enquanto caderno diário. Mas para a construção do caderno especial, dedica-se maior atenção à apuração e cuidado com os temas abordados, já que há maior espaço de escrita e tempo de produção, como sinalizado pelas editoras: "(o caderno especial) pede da gente muito mais tempo, o ideal que a gente tenta fazer é tirar essas pessoas que estão responsáveis pelo caderno para elas poderem se dedicar. A apuração é uma coisa muito mais aprofundada", como um acréscimo da cobertura diária, de modo mais completo e abrangente.

Já no jornal *Lampião,* por ser um jornal-laboratório, o tempo dedicado à produção das matérias é maior, com mais discussão de pautas, angulações e reflexões acerca da prática jornalística que se pretende empregar para aquela cobertura específica. De acordo com a editora/professora responsável, o tema a ser tratado na edição em que elaboram é discutido com sugestões de pautas levadas pelos próprios alunos, que elegem aquelas que têm mais relevância e despertam maior interesse no público local. Em relação à edição especial, os alunos fizeram sugestões de angulações diferenciadas do que perceberam na grande mídia na cobertura da tragédia, sempre com foco na comunidade local à qual representam.

A principal diferença ligada à temporalidade da elaboração do caderno, com mais tempo para discussão e escrita das matérias, é a reflexão acerca da prática. A editora/professora responsável aponta que o ideal é experimentar, renovar e refletir sobre o material produzido. De acordo com ela,

> Não nos interessa cumprir a temporalidade de um jornal comercial. Quando a gente foi pensar a temporalidade do digital ficou muito claro pra gente que a gente não pode adotar a mesma temporalidade do digital que o veículo comercial, porque a gente precisa que os meninos aprendam, a gente precisa dar um retorno pra eles, tem que ficar claro que ali é um ensaio de uma prática comercial, mas que esse tempo do pedagógico, da dimensão pedagógica é fundamental (E2).

Como se pode observar, a partir do depoimento das práticas de cobertura dos dois veículos jornalísticos que constituem o *corpus* dessa pesquisa, pode-se perceber uma diferença crucial quanto ao tipo de contrato e como ele se dá nessas duas esferas de mídia comercial e jornal-laboratório, enquanto espaço de reflexão e prática jornalística

contextualizada em um ambiente pedagógico, o que acaba por impactar, também, na construção do acontecimento retratado, considerando as temporalidades exploradas. Essas características serão aprofundadas no próximo capítulo dedicado à descrição do contrato comunicacional subjacente ao projeto de palavra de ambos os cadernos especiais.

A partir da abordagem realizada até aqui, podemos perceber, então, a relação entre o Acontecimento e as mídias, que são responsáveis pela sua publicização, classificação e definição, de acordo com as escolhas feitas pela instância de produção midiática. Assim sendo, objetivamos abordar o acontecimento a partir da sua dimensão descritiva, explicativa e interpretativa, inserido no ambiente midiático, aqui representado pela cobertura do jornalismo impresso. Relacionamos também o acontecimento dentro da história, como fato histórico, devido ao seu forte poder transformador e como marco cronológico a partir dos sentidos e das consequências dos impactos que ele pode produzir. Assim, o acontecimento é, então, construído a partir do que se apura, se descobre e reverbera sobre ele.

Dessa forma, notamos que a construção do acontecimento das mídias perpassa, também, pelo ponto de vista e apuração do jornalista, que seleciona o que deseja mostrar e julga necessário publicar para sua audiência, tal como é ressaltado, por exemplo, por Quéré (2012). Tal função está estritamente ligada à noção de enquadramento, já que pode se caracterizar como "a midiação que o acontecimento sofre ao passar por um verdadeiro tratamento antes de ser levado ao espaço público" (DOSSE, 2013, p. 301), como trabalharemos a seguir, na perspectiva do jornalismo, e nos capítulos seguintes, sob o viés da Análise do Discurso.

1.2 O enquadramento na cobertura jornalística

A partir da noção e conceituação de acontecimento, percebemos, portanto, a relação desse conceito com o de Enquadramento. De modo geral, a noção de enquadramento faz referência à fotografia, considerando o processo de posicionamento do que se deseja ser retratado pela lente. No campo das ciências sociais aplicadas, o conceito pode ser encontrado em outros estudos, sob diferentes perspectivas, estando, então, em processo de construção conceitual, sem um consenso claro sobre ele. Nesta seção, trabalharemos, sobretudo, com referenciais teóricos dos Estudos da Comunicação, tais como Porto (2004) e Gutman (2006). O objetivo é apontar classificações e categorias de análises baseadas nos tipos de enquadramento feitos e escolhidos pelos veículos em análise, considerando a linha editorial,

condição de produção, dentre outros aspectos que interferem na construção do discurso midiático. O primeiro paradigma a ser quebrado para se realizar uma análise de cobertura jornalística é a imparcialidade midiática. Considerar a mídia apenas como "fonte de informação", passada de forma objetiva, é ignorar o papel do sujeito na instância da produção, que carrega valores e opiniões que determinam a produção de um dado conteúdo, agregando pontos de vista e subjetividade à informação, como pudemos observar nos depoimentos das jornalistas entrevistadas nas seções anteriores. É nesse sentido, então, considerando a subjetividade da narrativa jornalística e a construção do enquadramento no processo de produção da notícia que vamos dedicar essa seção.

Porto (2004) define o conceito a partir de referenciais teóricos da Sociologia, da Psicologia e da Comunicação, foco de nosso interesse. Segundo Porto, na Sociologia, a noção de enquadramento é aplicada na análise das interações sociais, como "princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos" (PORTO, 2004, p. 78), sendo construídos socialmente para dar sentido aos fatos. De acordo com Erving Goffman (1986), o enquadramento, na sociologia, nos permite entender o que está ocorrendo naquele determinado momento, tornando-se marco interpretativo geral, dando "sentido aos eventos e às situações sociais" (PORTO, 2004, p. 78).

Já no âmbito dos Estudos da Comunicação, o enquadramento, entendido com uma "ideia central organizadora", é considerado um modo de organizar o discurso através de práticas específicas, construindo uma determinada interpretação dos fatos. O enquadramento pode ser considerado, portanto, um jogo de "seleção e saliência", já que "seleciona alguns aspectos de uma realidade percebida e fazem-nos mais salientes em um texto comunicativo" (ENTIMAN, 1994, p. 294 *apud* PORTO, 2004, p. 82). É importante salientar que tal conceituação aproxima-se da ideia de produção de notícia presente na Teoria Semiolinguística, como abordaremos no capítulo seguinte.

Dessa forma, há uma forte relação entre o enquadramento e a construção do acontecimento, uma vez que a mídia é capaz de modelar as representações da realidade que deseja mostrar ao seu público, como forma de construção social. Nesse sentido, o jornalista exerce um importante papel de interpretante da realidade ao formular o relato que constrói e o repassa por meio de seus textos midiatizados, como notícias e reportagens, ressaltando que ele constrói uma temporalidade enunciativa, a partir de interpretações que permitem ao público identificar e classificar os acontecimentos e as informações acerca deles nos ambientes

midiáticos. Assim, entendemos o enquadramento como o que "se relaciona aos ângulos de abordagem dados aos assuntos pautados pelos meios de comunicação" (GUTMANN, 2006, p. 30).

Pensando no nosso *corpus* enquanto cobertura jornalística especial, o enquadramento é, então, o modo como se escolhe para produzir aquela narrativa jornalística. Ou seja, o enquadramento "orienta determinada cobertura, o que é diferente da simples ênfase a certas características do fato narrado" (GUTMANN, 2006, p. 45), sendo, portanto, o resultado do conjunto de construções e informações obtidas e orientadas a partir do acontecimento.[21]

Para discutirmos a noção de enquadramento na comunicação, é preciso, ainda, levar em consideração quatro relações-chave, apresentadas por Gutmann (2006)[22], baseadas nos estudos de Scheufele (1999): i) a construção do enquadramento; ii) o processo de enquadramento; iii) os efeitos nos indivíduos; iv) a relação entre os *framings* utilizados pela audiência e aqueles construídos pela mídia. Interessa-nos, aqui, as duas primeiras relações, principalmente, uma vez que focaremos nas condições de produção das narrativas jornalísticas escolhidas. Tais características se relacionam diretamente com a forma como o acontecimento é construído a partir do processo de enquadramento determinado por esses veículos, como veremos adiante.

Mais que aporte teórico, o processo de enquadramento também reverbera na metodologia que escolhemos abordar para esta pesquisa. Entendemos como processo as etapas da construção dos cadernos especiais e suas especificidades, determinados pelas condições de produção e orientações editoriais e ideológicas que os veículos devem seguir, como nos mostra, ainda, Gutmann:

> os enquadramentos construídos pela mídia se relacionam com as rotinas produtivas do jornalista, pois fazem o profissional identificar e classificar rapidamente a informação e empacotá-la para uma eficiente leitura da audiência. Todd Gitlin define os enquadramentos como "padrões persistentes de cognição, interpretação, apresentação, seleção, ênfase e exclusão, através dos quais aqueles que trabalham os

[21] O enquadramento atua (e influencia) na construção do acontecimento, ao modelar o que define ser retratado. Nessa esfera, considerando as instâncias envolvidas no processo narrativo, está presente também o receptor daquela mensagem. Como nosso foco, aqui neste trabalho, é na instância de produção (como aprofundaremos no capítulo seguinte), não vamos detalhar as características e abordagens da recepção nesse contexto de enquadramento e construção do acontecimento. No entanto, é importante ressaltar que o receptor tem sido mais ativo na relação com o que se consome da mídia, influenciando, certa maneira, no conteúdo produzido, afastando-se da imagem de receptor imaginado quando se trata do público-alvo das publicações.

[22] Em seu texto, a autora trabalha, com maior ênfase, a relação do enquadramento com a recepção. Aqui, abordaremos os aspectos relacionados à instância produtora.

> símbolos organizam geralmente o discurso, tanto verbal como visual" (HACKETT, 1993, p. 120-121 *apud* GUTMANN, 2006, p. 34).

Dessa maneira, ao escolher o que se deve mostrar, as condições que levaram a essas escolhas e o modo como é feita a cobertura, ancoramos nossa base teórica para a análise que faremos nos próximos capítulos. Por ora, atemo-nos à importância e à relação do discurso das mídias como parte desse processo de enquadramento e construção de significados a partir dos textos jornalísticos. Assim, é preciso reconhecer, portanto, o forte poder influenciador que as mídias possuem, principalmente a partir do enquadramento escolhido na representação de acontecimentos, permitindo, também, a classificação como

> uma representação a partir do real, uma representação onde se tem registrado um aspecto selecionado daquele real, organizado cultural, técnica e esteticamente, portanto ideologicamente (...) um modo de ver e compreender especial, de uma visão de um mundo particular, que cria/constrói a representação (KOSSOY, 2002, p. 59).

Ainda que tal assertiva de Kossoy relacione-se ao enquadramento fotográfico, em que os termos enquadramento e *framing* são frequentemente utilizados na perspectiva imagética, podemos relacionar o conceito e abordagem ao que ocorre nas mídias e na produção do jornalismo. Observamos, então, como se dá o enquadramento e a importância dele em coberturas jornalísticas, já que é capaz de orientar opiniões e produzir sentidos a partir das escolhas feitas pela instância de produção.

Porto (2004) avalia, inicialmente, que o enquadramento, muitas vezes, é feito de forma implícita, ou seja, o receptor não consegue identificar a fonte do seu conhecimento, tomando aquela versão, fruto de pontos de vista, como verdade absoluta. Este é o destino final do enquadramento: influenciar o receptor a tomar aquela seleção como representação real do fato.

O supracitado autor estabelece algumas classificações:

i) "enquadramento episódico", com foco em eventos, como é o caso do rompimento da barragem[23];
ii) "enquadramento temático", destacando o contexto analítico além dos fatos, como podemos observar no caso de coberturas especiais, em que há mais espaço e tempo

[23] Tal classificação remete, também, à definição de "acontecimento-acidente", como vimos anteriormente, dado o ineditismo da tragédia, como algo inesperado.

para aprofundamento analítico da tragédia, em detrimento à cobertura factual típica de um jornal diário[24];

iii) "enquadramento dramático", focado na violência e conflito (patemização[25] do fato), podendo ser observado quando se trata das perdas materiais e imateriais das vítimas da tragédia, utilizando-se recursos e estratégias sentimentais à cobertura, para despertar os afetos;

iv) "enquadramento moral", considerando o senso comum como aplicação da moral;

v) "enquadramento oficialista", que relaciona os dois anteriores para a construção da verdade[26].

Para exemplificar, o autor argumenta que, no Brasil, os enquadramentos estão cada vez mais visíveis na mídia, principalmente quando se trata da cobertura política. Porto (2004) cita como exemplo a disputa eleitoral entre Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, em 1994 e 1998, analisando o tempo destinado a cada candidato no Jornal Nacional, temas abordados e tratamentos, de modo a apresentar os candidatos na dicotomia de herói e vilão, a partir da classificação de enquadramentos apresentada acima. Nessa esteira, também vamos propor possíveis classificações quanto aos tipos de enquadramentos encontrados no nosso *corpus*, que se manifestam a partir de um exame de recursos linguístico-discursivos, segundo as linhas editoriais, as quais serão descritas no capítulo dois, quando da reflexão de aspectos situacionais dos contratos de comunicação subjacentes às produções dos cadernos especiais. Como exemplo[27], podemos observar o enquadramento por questionamento, presente nos jornais *Lampião* e *O Tempo*, pode-se observar que ambos questionam a responsabilidade do rompimento da barragem, como ilustramos na figura a seguir.

---

[24] Tal característica também foi abordada pelas entrevistadas do jornal *O Tempo* e *Estado de Minas*, que reconhecem a diferença de abordagem entre o caderno especial e a cobertura "factualizada", feita no dia-a-dia do jornal diário, em que se realiza uma narrativa mais objetiva e informacional.

[25] Baseado nos estudos da retórica, a patemização faz referência ao apelo sentimental do referido discurso, ou seja, os efeitos patêmicos, ligados ao *pathos*, o que o discurso visa impactar no auditório.

[26] Esses dois últimos tipos de enquadramento são mais observados quando se trata da relação da mídia com a política. Neste trabalho, não observamos essa recorrência, uma vez que não há, a princípio, o discurso moralista que envolve o acontecimento retratado.

[27] Para este capítulo, estamos ilustrando exemplos que aludem ao referencial teórico que estamos abordando. O capítulo três está destinado para a análise mais aprofundada, incluindo dessas mesmas reportagens, quando veremos diferenças de abordagens entre as reportagens, embora estejam inscritas em um mesmo tipo de enquadramento.

Figura1: Títulos de reportagens do jornal *Lampião* (de cima) e *O Tempo* (de baixo) fazem o mesmo tipo de questionamento.
Fonte: Reprodução

Além do enquadramento por questionamento, podemos observar, também nesses dois excertos, o enquadramento temático (PORTO, 2004), uma vez que ambas as reportagens abordam a responsabilização (além do elemento jurídico, mas também por questões éticas) pelos danos causados à população e ao rio destruído pela tragédia. Tal enquadramento também nos permite classificar outras duas reportagens, do jornal *O Tempo* e da revista *Curinga*, como ilustramos abaixo, respectivamente.

Figura 2: Reportagem do jornal *O Tempo* aborda o histórico de tragédias em Minas Gerais.
Fonte: Reprodução.

Figura 3: Reportagem da revista *Curinga* aborda o histórico de tragédias em Minas Gerais
Fonte: Reprodução.

Nesses excertos, também podemos perceber a presença do enquadramento temático, já que ambas as reportagens tratam sobre o mesmo tema: o histórico de tragédias sóciambientais envolvendo barragens de mineração no estado de Minas Gerais[28].

É nesse sentido, com foco no enquadramento na cobertura jornalística, que Feitosa e Alves (2016) analisam a cobertura feita pela *Rede Globo de Televisão* sobre a tragédia de Mariana, acontecimento-objeto de nossa pesquisa. Embora sejam mídias e gêneros jornalísticos diferentes (televisão e impresso), o trabalho das pesquisadoras gaúchas dialoga com nossa pesquisa e oferece abordagens que são interessantes a serem observadas e trabalhadas aqui.

De acordo com elas, o principal enquadramento dado foi o de tragédia, na medida em que a cobertura analisada pelas autoras privilegiou "a morte, o caos e o sofrimento" (FEITOSA; ALVES, 2016, p. 6). Assim, elas trabalham com a noção de enquadramento como construção da Realidade, relacionando com o acontecimento, em uma perspectiva similar àquelas oferecidas pelos autores com os quais trabalhamos neste capítulo. Considerando a ética jornalística como principal premissa que deve reger toda e qualquer publicação do gênero, é importante ressaltar como as intenções envolvidas em todo o processo de elaboração dos textos interferem no produto final, tanto em sua apresentação quanto em sua circulação.

As escolhas sobre quais assuntos e temáticas devem ser publicados nos veículos de imprensa, como nosso *corpus*, são determinantes para a interpretação do acontecimento e a percepção que o leitor poderá ter acerca dele. A construção da realidade pode, também, ser

[28] No capítulo três analisaremos mais profundamente esses recortes, considerando, além do enquadramento, outros recursos linguístico-discursivos, como a gestão de pontos de vista e uso de fontes, por exemplo.

definida a partir dos enquadramentos dados, que, muitas vezes, reproduzem e representam o grande poder político-econômico considerado como bloco hegemônico[29]:

> A essência do enquadramento de uma notícia é o dimensionamento – seja pela ampliação ou pela redução – da importância do fato retratado. Uma analogia simples que facilita o entendimento do conceito é compará-lo a uma janela: os artifícios da escolha de imagens, palavras-chave, metáforas etc, formam essa janela pela qual a audiência toma contato com o fato jornalístico e nota apenas os aspectos mais dominantes, priorizados pela representação mediática (CUNHA, 2004, p. 6 *apud* FEITOSA; ALVES, 2016, p. 7).

Dessa forma, tem-se acesso apenas a uma versão do acontecimento feita pelos jornalistas, que atuam como mediadores, ditando intenções e interesses a partir da apresentação de informações do fato que é retratado.

O enquadramento se firma, pois, como "representação do real", um recorte da realidade, como Tuchman (1984) apresenta. Dessa maneira, o jornalismo se apropria desse *framing*[30] para transmitir a ideia da totalidade do fato, objetivando influenciar a instância de recepção a seguir seu ponto de vista a partir do que se escolheu mostrar nas narrativas jornalísticas desses cadernos especiais, caracterizados pela possibilidade de aprofundamento temático. Como nos mostram Feitosa e Alves (2016), o enquadramento pode servir à manutenção de um certo *status quo*, a partir das relações que se estabelecem entre veículos midiáticos e poderes político-econômicos. Em contrapartida, também pode haver maneiras de criticar tais relações e questionar as representações midiáticas em outros meios, também perceptíveis a partir do que se escolhe abordar e evidenciar a partir de estratégias linguístico-discursivas.

Dessa maneira, o enquadramento tem relação direta com as condições de produção dos veículos, com o acontecimento que a mídia deseja retratar e a subjetividade do profissional responsável por tal relato. Todas essas esferas fazem reverberações na forma como se dá o discurso midiático a partir de alguns pontos de observação, que elegemos como nossas

[29] "A hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras. Além de congregar as bases econômicas, a hegemonia tem a ver com entrechoques de percepções, juízos de valor e princípios entre sujeitos da ação política. Segundo Gramsci, a hegemonia é obtida e consolidada em embates que comportam não apenas questões vinculadas à estrutura econômica e à organização política, mas envolvem também, no plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que querem legitimar-se e universalizar-se" (MORAES, 2010, p. 54-55).

[30] No âmbito da fotografia, o termo *framing* faz referência ao recorte dado a uma imagem que se deseja retratar, colocando-o em destaque.

categorias de análise[31]: i) a gestão de pontos de vista, ii) uso de fontes, iii) escolhas lexicais, e iv) uma proposta de leitura conotativa de imagens.

Por fim, podemos perceber a importância de se discutir e aprofundar o conceito de enquadramento para a análise proposta para este trabalho, no que tange à abordagem escolhida para representar e retratar o rompimento da barragem enquanto acontecimento midiatizado. No entanto, a discussão sobre o enquadramento não se esgota aqui, visto que ela perpassa todo o trabalho e objeto de estudo. Portanto, importante salientar que os aspectos discursivos também serão abordados nos próximos capítulos, tomando como base as reflexões de Cortez (2013), Emediato (2013) e Charaudeau (2015). Com esse conceito, visamos analisar como cada um dos jornais retratou o rompimento da barragem de Fundão a partir das suas condições de produção e linha editorial em seus cadernos especiais, em que se tem mais espaço e tempo para a produção e apuração jornalísticas.

Como apresentamos anteriormente, o objeto de análise desta dissertação é composto, portanto, pelos jornais *O Tempo* e *Lampião*, devido ao possível paralelismo analítico que julgamos haver entre essas duas publicações. Assim, achamos pertinente, a partir desse recorte, propor reflexões que nos permitissem observar quais seriam os fatores institucionais e enunciativos subjacentes à produção de cadernos especiais contrastando mídias distintas, uma representante da mídia *mainstream* e a outra de um jornal-laborarório.

Para tanto, julgamos necessária a realização de entrevistas com as editoras responsáveis pelos veículos para identificar tais características de análise, com base não só na leitura dos referidos cadernos, mas também dos depoimentos e relatos de como foi a produção desses jornais. Tais informações foram fundamentais para identificarmos as características subjacentes aos veículos e aos contratos nos quais eles estão inscritos A partir deles, percebemos como as condições de produção do jornal, que inclui questões técnicas e operacionais, além do debate ético jornalístico e referências editoriais influenciam no produto final em sua estrutura e, principalmente, abordagem e representações.

Buscamos como amparo metodológico, além das entrevistas, os aspectos linguístico-discursivos na noção de enquadramento, gestão de vozes e ponto de vista. Essas reflexões se inserem na Análise do Discurso, que é a nossa principal base teórico-metodológica, que fundamenta nossa análise e ampara nossas discussões acerca da representação na mídia, por

[31] Observaremos, também, vários recursos que sinalizam o enquadramento no discurso, além dessas categorias, tais como: escolha e posicionamento de fotos, ilustrações, títulos, subtítulos, metáforas, entre outros.

meio dos temas acima relatados. Entendemos que o Discurso e a Análise do Discurso nos permitem refletir acerca de escolhas lexicais, por exemplo, e o impacto que elas podem causar e afetar a audiência. Tais escolhas se amparam, portanto, nos contratos que os jornais estão inseridos, passando por outras categorias e características que subjazem a produção do caderno especial, objeto de análise desta dissertação. Além disso, tais reflexões se baseiam na Teoria Semiolinguística, inscrita na Análise do Discurso Francesa, conceitos aos quais dedicaremos maior atenção a seguir.

2. DISCURSO, DIMENSÕES SEMIOLINGUÍSTICAS E CONTRATUAIS SUBJACENTES À ESCRITA DOS CADERNOS ESPECIAIS.

Depois de discutirmos termos e conceitos relacionados à prática jornalística, principalmente em relação ao enquadramento e à construção do acontecimento, apresentamos, neste segundo capítulo, aspectos teórico-metodológicos a partir da definição de discurso e outros conceitos básicos da Teoria Semiolinguística que nos auxiliarão na análise de aspectos situacionais dos contratos subjacentes à produção dos cadernos especiais sobre a tragédia nos jornais *Lampião* e *O Tempo.*

Para iniciarmos a reflexão acerca dos processos discursivos subjacentes à produção jornalística, é preciso nos atermos a algumas classificações, características e determinações sobre o discurso que vão nos orientar na nossa análise posterior. Entendemos, aqui, a Análise do Discurso principalmente como um método que nos auxilia neste trabalho analítico, a partir de um exame das relações interdiscursivas e dialógicas presentes nos discursos que constituem nosso *corpus*, contextualizando e situando o meio e o espaço onde tais discursos são produzidos e circulam. Para tanto, dialogaremos com os conceitos e acepções de discurso e interdiscurso feitas por Maingueneau (2008) e o conceito de dialogismo proposta por Bakhtin e revisitada por Barros (1997) e Fiorin (2006), os fundamentos da Teoria Semiolinguística proposta por Charaudeau (2001, 2004, 2012), culminando no discurso midiático e o Contrato de Comunicação (CHARAUDEAU, 2015), que leva em conta a produção de notícia, o enquadramento e a gestão de vozes, categorias fundamentais para a análise do nosso *corpus*.

Apesar de não ser nosso objetivo principal aprofundar sobre a definição do conceito de discurso, consideramos, aqui, as abordagens feitas por Maingueneau (2008) e Charaudeau (2001, 2005). Para as ciências das linguagens, Maingueneau (2013) se refere ao discurso a partir da inscrição dele em contextos nos quais se inserem. O autor define a noção de discurso a partir de alguns traços essenciais[32] que podemos relacionar ao nosso *corpus*, a saber:

i) o discurso é uma organização além da frase, já que opera além de frases sequenciais, podendo se manifestar em uma única frase ou transversais aos gêneros pré-estabelecidos.

[32] O autor apresenta outras postulações importantes na definição de discurso, mas destacaremos aquelas que mais se relacionam com nossa pesquisa.

Considerando nosso objeto de estudo, podemos observar que a organização discursiva se dá alem das frases que compõem o discurso jornalístico, ou seja, engloba todo o contexto e a completude do produto, considerando, portanto, as imagens ilustrativas, inserções gráficas, organização textual e discursiva das fontes e opiniões, além do visual de como todos esses elementos se organizam na página do jornal;

ii) o discurso é contextualizado, pois considera-se que, fora de um contexto, não se pode atribuir sentido a um enunciado, ou seja, o discurso sempre deve ser relacionado à situação comunicativa na qual se insere. Como vimos, no primeiro capítulo, as produções dos cadernos especiais, objetos de nossa pesquisa, emergiram a partir de situações institucionais distintas, uma resultante de um jornal laboratorial; a outra, de um jornal de grande circulação, mas em ambas as situações, o tema retratado nos jornais é o mesmo: o rompimento da barragem;

iii) o discurso é assumido por um sujeito, que se torna a fonte de referências pessoais, temporais e espaciais, a partir da modalização que realiza pelo seu ato de linguagem proposto a seu destinatário, determinado pelo dispositivo de comunicação do qual se origina[33]. Em nosso caso, como veremos ao longo deste capítulo, os sujeitos comunicantes produziram os cadernos especiais a partir de restrições impostas pelo dispositivo de comunicação midiático, tais como: linhas editoriais, finalidade, suporte, entre outras[34];

iv) todo ato de linguagem, como o discurso, é regido por normas, que podem suscitar expectativas nos sujeitos envolvidos nele, considerando a legitimação do discurso em relação ao seu interlocutor. Dessa forma, o discurso produzido pelos veículos jornalísticos conquista a legitimidade enquanto se constitui como instância de produção do discurso, que detém um certo saber e repassa esse conhecimento e as impressões sobre o acontecimento que busca retratar;

v) o discurso constrói socialmente o sentido, dentro de práticas sociais determinadas, ou seja, o sentido de determinado discurso depende do contexto e da prática social ao qual ele se insere e se refere. Como detalharemos a seguir, as práticas sociais que moldam os sentidos construídos pela instância midiática podem ser percebidas a partir, principalmente, das impressões que os produtores têm sobre seu produto e o público ao qual buscam impactar,

[33] Abordaremos com maior profundidade esses termos e relações ao tratarmos sobre a Teoria Semiolinguística e o Contrato de Comunicação, ainda neste capítulo.

[34] Essas são algumas categorias de análise que utilizamos neste trabalho, como aprofundaremos a seguir.

como já vimos em algumas análises dos relatos das jornalistas entrevistadas, no capítulo anterior, e que serão aprofundadas neste capítulo;

vi) o discurso é assumido no bojo de um interdiscurso, ou seja, para se compreender um enunciado, é preciso relacioná-lo aos outros que o constituem e o apoiam. O discurso só é estudado a partir da sua relação com outros e é a partir dessa relação que se constitui e se estrutura a sua identidade.

Considerando o contexto no qual todo discurso deve estar inscrito, é preciso, também, ponderar acerca do sujeito responsável pelo discurso que o assume, tornando-se fonte de referências pessoais que podem indicar a atitude tomada em relação ao interlocutor (MAINGUENEAU, 2015). Valorizar essa subjetividade é especialmente importante para este trabalho, já que consideramos o sujeito produtor de conteúdo como plural, constituído e atravessado por diversas vozes e discursos.

É nesse sentido que opera o dialogismo, apresentado por Bakhtin. O fenômeno do atravessamento do sujeito por diversos discursos, segundo Barros (1997), foi pensado pelo filósofo russo Bakhtin a partir do conceito de dialogismo. Além de considerar o objeto e o método das ciências humanas dialógicos, Bakhtin propõe refletir sobre o homem e a vida a partir do princípio dialógico. Esse princípio postula que é impossível pensar o homem fora das relações que o ligam ao outro, assim, é a alteridade que define o ser humano. Para Bakhtin, ressalta Barros, a vida é, por natureza, dialógica. O filósofo define dois níveis de dialogismo: i) diálogo entre interlocutores; e ii) diálogo entre discursos.

Em (i), Barros destaca as características de interação, sentidos, intersubjetividade e os tipos de sociabilidade a partir da relação entre os interlocutores. A autora acredita, então, que Bakhtin contribui para ampliar a complexificação do entendimento do esquema comunicativo tradicional[35], pensado por Jakobson, na medida em que reflete sobre a diversidade das vozes, das línguas e dos tipos discursivos existentes nos textos. Outra crítica apresentada pelo filósofo russo que nos é cara para esta pesquisa, também apontada por Barros (1997) é a objeção ao esquema linear da comunicação, já que deve se considerar a reversibilidade de papéis entre os participantes.

Considerando diálogo entre discursos (ii), Bakhtin postula que o dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem e do sentido. O discurso, portanto, não é individual, pois é

[35] O modelo comunicativo de Claude Shannon e Warren Weaver, divulgado por Jakobson, presume que o emissor se comunica ao receptor por meio de uma mensagem por meio de um código (sistema de signos compartilhados) através de um canal, inserido em um contexto.

construído entre interlocutores e mantém relações com os discursos que o atravessam. A consideração dessas duas dimensões permite pensar o texto em seu estatuto pleno de objeto lingüístico-discursivo, histórico e social, constituído pelo interrelacionamento entre o plano interno e externo, como aprofundaremos a seguir.

As postulações acerca do dialogismo de Bakthin também aparecem na obra de Fiorin (2006), que define o dialogismo como "o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio constitutivo do enunciado" (FIORIN, 2006, p. 24), revelando a heterogeneidade de todo enunciado, que, por si só, já é capaz de revelar posição própria e outra oposta. É esse caráter constitutivo que determina o primeiro conceito de dialogismo, compreendendo o valor social das vozes inscritas nessa relação e o espaço de luta entre elas. Essas relações reverberam nas situações de poder às quais tais vozes estão submetidas, pois "não há neutralidade no jogo das vozes. Ao contrário, ele tem uma dimensão política, uma vez que as vozes não circulam fora do exercício do poder" (FIORIN, 2006, p. 32). O dialogismo torna-se o princípio de constituição do indivíduo e seu princípio de ação, estando o sujeito sempre em relação com o outro, absorvendo diversas vozes sociais a fim de construir a sua própria narrativa discursiva.

Tais assertivas e classificações dialógicas podem ser percebidas e analisadas em nosso objeto de estudo, uma vez que o discurso midiático produzido simboliza relações de poder estabelecidas nas sociedades, sofrendo influência e interferência de grupos dominantes e outras vozes que atravessam a produção jornalística em questão. Além disso, de acordo com a forte relação que estabelecem com outros agentes de poder, podem, por vezes, incorporar tais vozes evidenciando o diálogo e a valorização da voz de *outrem* em seu discurso.

A partir dos predicados atribuídos ao termo discurso e demais considerações apresentadas acima, podemos ponderar que o discurso deve ser estudado considerando o contexto e os interdiscursos presentes nele, dentre outras características que especificam a situação em que o discurso se insere. Nesse sentido, Charaudeau (2001) nos apresenta duas acepções do termo discurso:

i) o discurso está relacionado ao fenômeno da encenação do ato de linguagem, que depende de um dispositivo que compreende dois circuitos: um circuito externo, do fazer psicossocial (ou seja, o situacional) e o interno, da organização do dizer. Importante notar que a encenação discursiva depende da encenação linguageira;

ii) discurso é relacionado a um conjunto de saberes partilhados, construído de modo inconsciente pelos indivíduos de determinado grupo social. Os discursos sociais mostram a maneira pela qual as práticas sociais são representadas em um dado contexto sociocultural.

O autor postula que a comunicação se realiza por meio da linguagem verbo-visual, que segue determinadas regras de ordenamento. Dessa forma, o sujeito ocupa, então, o lugar de produção da significação linguageira. Posto fundamental, também, para a distinção entre texto e discurso, como o autor nos apresenta.

É preciso considerar texto como o objeto que representa a materialização da encenação do ato de linguagem. O texto é o resultado singular de um processo que depende de um sujeito falante particular e de circunstâncias de produção particulares. Cada texto é, assim, atravessado por vários discursos ligados a gêneros ou a situações diferentes (CHARAUDEAU, 2001, p. 25).

Essa distinção é cara ao nosso trabalho uma vez que é composto por textos jornalísticos que, como todo discurso, dependem das circunstâncias de produção e dos discursos que os atravessam. O sujeito, então, torna-se o lugar da produção de significação linguageira na sua abstração, ou seja, não precisa ser, necessariamente, um indivíduo ou uma empresa específica. Importante ressaltar, também, que os discursos não se limitam aos textos e expressões verbais da linguagem, mas também, manifestam-se em gestos, e, no caso de nossa análise, em imagens[36] que ilustram e compõem a encenação materializada nos veículos de imprensa.

Como vimos no primeiro capítulo, os discursos podem representar, então, a realidade, notamos que ela é sempre mediada pela linguagem, com a apresentação do real de modo semiótico. Ou seja, aparece linguisticamente, já que "todo discurso que fale de qualquer objeto não está voltado para a realidade em si, mas para os discursos que a circundam" (FIORIN, 2006, p. 19). Dessa maneira, observamos que sobre tudo o que se fala, já estão implícitas outras visões, outros significados e outros discursos, carregados de conceitos e julgamentos intrínsecos àquela palavra ou situação.

É a partir dessas definições de discurso que orientaremos nossa análise e os aspectos teórico-metodológicos que servirão de base para o olhar sobre o nosso *corpus*.

[36] Embora não aprofundaremos nas análises de imagens, elas serão abordadas, adiante, sob o aporte de Barthes (1990)

Na sequência, apresentaremos alguns princípios da Teoria Semiolinguística fundamentais para que entendamos as condições de produção do discurso midiático e para que possamos entender as determinações sociohistóricas, institucionais subjacentes à produção dos cadernos especiais de *O Tempo* e *Lampião*.

2.1 Contribuições da Teoria Semiolinguística

A Teoria Semiolinguística nos permite pensar o ato de linguagem a partir das relações entre as instâncias de produção e recepção, dos princípios comunicacionais que regem as trocas linguageiras, considerando os aspectos que influem essa produção discursiva. Antes de aprofundarmos sobre as condições internas e externas que moldam a organização do discurso e a produção específica do discurso midiático, considerando os seus diversos suportes, finalidades e papéis sociais dos sujeitos inscritos nessa situação de comunicação, é preciso nos atentarmos à definição do ato de linguagem e como ele ocorre.

Charaudeau (2001) levanta hipóteses sobre o ato de linguagem enquanto conjunto da realidade linguageira. Para tanto, o autor define os objetos e métodos relativos à Teoria Semiolinguística[37]. Assim, ele considera, então, o ato de linguagem como um fenômeno que combina o *dizer* e o *fazer*, em uma congruência entre a instância discursiva e situacional, respectivamente. Dessa maneira, "o ato de linguagem é uma totalidade que se compõe de um circuito externo (fazer) e de um circuito interno (dizer), indissociáveis um do outro" (CHARAUDEAU, 2001, p. 28), composta por parceiros responsáveis pelo ato de linguagem,como protagonistas dele. Assim, o ato de linguagem prevê a interação, já que corresponde a uma expectativa de significação, sendo, portanto, produto da ação de seres psicossociais.

De maneira sucinta, a *dimensão externa* é relacionada aos predicados psicossociais dos sujeitos inscritos no discurso, levando em consideração a identidade, a finalidade, o propósito e a circunstância de comunicação. Já a *dimensão interna* refere-se às "maneiras de dizer", ao aspecto puramente linguístico do ato de linguagem, à construção textual cujo objetivo é o de influenciar o parceiro inscrito em uma determinada situação de comunicação em que ocorre o discurso.

[37] As reflexões feitas a seguir estão presentes no livro *Linguagem e Discurso* (2012), que é uma versão brasileira da obra "*Grammaire Du sens e de l'expression*", organizado pelas pesquisadoras Pauliokonis; Machado.

Considerando essas dimensões, o *espaço externo* prevê a inscrição de quatro condições que o compõem: identidade, finalidade, propósito e dispositivo, como explicados abaixo:

i) a identidade diz respeito aos traços dos parceiros da troca, a fim de responder à pergunta "que pessoa fala a que pessoa?". No discurso midiático, é preciso considerar o caráter compósito da produção desse discurso, já que é construído por diversos indivíduos e instâncias, tais como o editor, o grupo do jornal, o revisor, dentre outros aspectos;

ii) a finalidade é o objetivo de todo ato de comunicação, buscando responder à pergunta "Está-se aqui para dizer o quê?". É nessa condição que se determinam as visadas, conceito trabalhado por Charaudeau na Teoria Semiolinguística que se refere à cointencionalidade dos sujeitos durante o ato de comunicação. As visadas podem ser divididas em: prescritiva, incitativa, de captação e informativa. Olhando para nosso objeto de estudo, o discurso midiático de informação é composto pelas duas últimas, em que o sujeito comunicante almeja provocar sensações e sentimentos no destinatário por meio da informação, demarcando a relação do poder e de saber do produtor/jornalista em relação ao assunto que busca retratar e direcionar ao público;

iii) o propósito pretende responder à pergunta "do que se trata?" em relação ao ato de comunicação em questão. A partir dessa condição, todo discurso está imbricado em um universo de saber mais amplo, uma espécie de macrotema que os interlocutores devem saber e partilhar. Para nosso objeto de estudo, os jornais são um ato de comunicação do universo do discurso de informação midiática. É nessa condição, também, que se considera a construção do acontecimento, de que tratamos no capítulo anterior;

iv) o dispositivo se refere à circunstância de realização do ato de comunicação, considerando o canal de transmissão utilizado. Essa condição é importante, pois dependendo das condições materiais, o ato de comunicação pode sofrer alterações. Nesse aspecto, o dispositivo midiático impresso determina a construção do discurso, que o diferencia do dispositivo midiático televisivo, por exemplo.

Como observamos, então, a partir das condições do *espaço externo* do ato de comunicação, as trocas linguageiras são regidas por determinados princípios e regras que singularizam o discurso e o ato de comunicação em si. Determinadas as condições externas, os dados internos são aqueles que contribuem para a elaboração e constituição dos discursos em função das instruções contidas nas restrições situacionais. É, portanto, o conjunto de comportamentos linguageiros esperados quando os dados externos da situação de comunicação são percebidos. Nesse contexto, são três espaços de comportamento linguageiro: i) *locução*, ii) *relação* e iii) *tematização*.

O espaço de *locução* se dá pela "tomada de palavra" do sujeito falante. Ou seja, busca a justificativa da comunicação, na medida em que o sujeito falante se impõe em relação ao interlocutor, a partir da conquista do seu poder de comunicar. Já a *relação* se dá com a construção das identidades do locutor e do interlocutor, estabelecendo as relações entre as duas instâncias. O espaço de *tematização* é aquele em que é organizado o domínio do saber, o tema da troca comunicativa, considerando as condições e restrições que surgem entre os sujeitos envolvidos na troca comunicativa. É nesse espaço que se estabelecem os modos de organização discursiva[38] definidos por Charaudeau: i) o modo enunciativo, em que o locutor realiza escolhas para a construção do seu discurso, em que considera a relação de influência sobre o interlocutor, em posição de superioridade, o ponto de vista do sujeito em relação ao mundo e a retomada do que foi dito em relação a outros discursos; ii) o modo descritivo, que identifica e qualifica os seres de maneira objetiva ou subjetiva a partir de uma organização da construção descritiva, por meio da nomeação, localização e qualificação; iii) o modo narrativo, em que se constrói o acontecimento, com a finalidade de relatá-lo, seguindo uma lógica narrativa composta por sujeitos actantes e processos de narração, compondo, portanto, a encenação narrativa e iv) o argumentativo, que explica e prova as casualidades, de maneira racional, para influenciar o interlocutor seguindo uma organização da lógica argumentativa.

Diante do exposto até o momento, gostaríamos de ressaltar a importância que o autor atribui aos sujeitos da comunicação, considerando-os "responsáveis pelo ato de linguagem, suas identidades, seus estatutos e seus papéis" (CHARAUDEAU, 2001, p 27), colocando-os no centro da linguagem. Assim, considerando a pluralidade de objetos e meios de analisá-los, percebemos que a Teoria Semiolinguística, como o próprio nome indica, leva em

[38] Embora apresentemos esses modos, não os utilizaremos para a descrição geral do *corpus* no que tange à dimensão interna, pois optamos trabalhar com outros referenciais teóricos para se analisar a dimensão enunciativa e a construção dos PDVs tais como Rabatel (2013) e Koch; Cortez (2015).

consideração a linguística e a semiologia como elementos e métodos complementares, que permitem uma visão mais geral do *corpus* que se deseja trabalhar. De forma resumida, então, Charaudeau define:

> Eis porque a posição que tomamos na análise do discurso pode ser chamada de semiolingüística. *Semio*, de "semiosis", evocando o fato de que a construção do sentido e sua configuração se fazem através de uma relação forma-sentido (em diferentes sistemas semiológicos), sob a responsabilidade de um sujeito intencional, com um projeto de influência social, num determinado quadro de ação; lingüística para destacar que a matéria principal da forma em questão - a das línguas naturais. Estas, por sua dupla articulação, pela particularidade combinatória de suas unidades (sintagmático-paradigmática em vários níveis: palavra, frase, texto), impõem um procedimento de semiotização do mundo diferente das outras linguagens (CHARAUDEAU, 2005, p. 11-12).

Para explicar o processo de semiotização, Charaudeau (2005) usa o seguinte esquema:

Figura 4: Processo de semiotização.
Fonte: CHARAUDEAU, 2005.

A partir do esquema reproduzido acima, o autor aponta dois processos: i) de *transformação* e ii) de *transação*. O primeiro parte do mundo a significar ao mundo significado por meio da ação do sujeito falante. Nele, inserem-se outras quatro operações: a) identificação, que consiste na nomeação dos seres, firmando-se como identidades nominais; b) qualificação, caracterizando tais seres enquanto identidades descritivas; c) ação, uma vez que eles agem ou sofrem ação, transformados em identidades narrativas; d) causação, pois agem em razão de algo, numa relação de causalidade. Nesse sentido, uma manchete de jornal pode apresentar todas essas operações em uma única frase, a depender do sentido que busca causar e provocar a partir da interpretação e descrição daquela narrativa.

Tomemos, à guisa de exemplo, um trecho do *corpus*, com uma reportagem do jornal *O Tempo*:

Ecossistema está fragilizado e tem perdas que podem ser irreversíveis

A passagem da onda de rejeitos da barragem de Fundão foi um golpe duríssimo contra o bioma do rio Doce. Para especialistas, o desafio agora é entender o que mudou e quais danos serão irreversíveis.

"O curso do rio foi alterado, a calha dele está completamente assoreada, o traçado da margem mudou. Todos os processos ecológicos, a cadeia alimentar, tudo isso será alterado, e temos que compreender como todas essas mudanças afetam o meio ambiente", diz o professor Ricardo Mota Coelho, coordenador do Laboratório de Gestão Ambiental de Reservatórios da UFMG. Ele ainda ressalta nesse rastro de perdas o risco de extinção de espécies de peixes endêmicas do rio Doce.

Para o coordenador do Projeto Manuelzão, o professor Marcus Vinícius Polignano, a hora é de fazer um levantamento do que sobrou em meio à destruição. "É igual ao rescaldo de um incêndio. É só depois que ele passa que você vai ver o que conseguiu se salvar em meio à tragédia", compara.

Já o ambientalista Apolo Heringer detalha o efeito do tsunami de lama: "Primeiro, ele sufocou os peixes. Agora, está soterrando insetos, crustáceos e algas que são a base da cadeia alimentar. Sem terem o que comer, os peixes que resistiram morrerão de fome. E, como a água não pode ser bebida por animais maiores, é a quebra total da cadeia alimentar". **(JRF)**

Figura 5: Trecho de reportagem do jornal *O Tempo* indica o enquadramento ambiental dado pelo jornal. Fonte: *O tempo*.

O trecho acima reproduzido integra a reportagem "A tragédia de todos os tempos", do jornal *O Tempo*. O enquadramento percebido nessa reportagem, que representa a cobertura feita pelo jornal, é o ambiental, já que foca nas consequências da tragédia para o meio ambiente. O texto relata os danos causados ao ecossistema do rio Doce, atingido pela lama decorrente do rompimento da barragem. Pelo título, baseado na classificação e no exemplo de Charaudeau (2005), podemos notar a identificação sendo o "ecossistema"; a qualificação marcada pelo termo "irreversíveis", como caracterização; ação expressa por "está fragilizado", considerando que o ecossistema, enquanto sujeito identificado, sofreu essa ação; indicando a causação em "perdas".

Já o processo de transação (ii) se dá entre o sujeito falante e o destinatário, por meio do mundo significado, a partir de quatro princípios:

i) de *alteridade*, que determina que todo ato de linguagem é uma troca entre dois parceiros que compartilhem os mesmos universos de referências e motivações, mas que tenham papéis distintos no ato de comunicação, como produtor e receptor[39];

ii) *pertinência*, que considera o contexto apropriado aos atos de linguagem, em que os parceiros reconhecem os universos de referência que constituem o objeto da transação linguageira;

[39] Esse princípio é fundamental para nosso estudo, pois é ele que embasa o contrato de comunicação, do qual trataremos mais a frente.

iii) *influência*, já que o produtor visa atingir de alguma forma o receptor, que sabe que está em posição influenciável, estando os sujeitos, então, inscritos em uma finalidade intencional;

iv) de *regulação*, relacionado ao princípio anterior, uma vez que se refere ao que os sujeitos sabem e respeitam do ato de linguagem do qual participam, por meio de estratégias inscritas no dispositivo sociolinguageiro.

Charaudeau acredita que, no processo de transação, todo ato de linguagem que dele deriva é marcado pelo que o autor chama de "postulado de intencionalidade", fundamentado no ato de linguagem que, por sua vez, pressupõe uma intencionalidade que depende da identidade dos parceiros que visam a uma influência e possuem uma "proposição sobre o mundo", inscritos em uma situação de comunicação. Portanto, para que o ato de linguagem se efetue comunicativamente, os parceiros inscritos devem se reconhecer como sujeitos a partir de suas identidades e do mínimo de saberes partilhados nessa troca linguageira, sem deixar de lado, no entanto, as estratégias[40] que podem ser utilizadas na ocorrência do ato de linguagem.

> o ato de linguagem se realiza num duplo espaço de significância, o externo e o interno à sua verbalização, determinando dois tipos de sujeitos de linguagem : os parceiros, que são os interlocutores, sujeitos de ação, seres sociais que têm intenções – que chamamos de sujeito comunicante e sujeito interpretante; e os protagonistas, que são os intra-locutores, os sujeitos de fala, responsáveis pelo ato de enunciação – os quais chamamos de (sujeito) enunciador e (sujeito) destinatário (CHARAUDEAU, 2005, p. 14).

Assim, o ato de linguagem se origina de uma situação de troca, que depende da intencionalidade e que produz significações a partir da dependência de espaços externos e internos, como vimos acima, em um modelo de três níveis: i) *situacional*; ii) *comunicacional*; e iii) *discursivo*.

O nível situacional remete-nos ao espaço externo e impõe restrições à construção do espaço interno. É nele que se insere a *finalidade*, a *identidade*, o *domínio de saber* e o *dispositivo* (meio) dessa troca linguageira. Relacionando ao nosso *corpus* enquanto materiais jornalísticos, podemos associar o nível situacional ao acontecimento jornalístico, uma vez que as condições supracitadas correspondem às perguntas básicas do *lead*, que busca responder "o quê", "quem", "onde", "por quê" e "como". Destacamos também que, neste nível, devemos

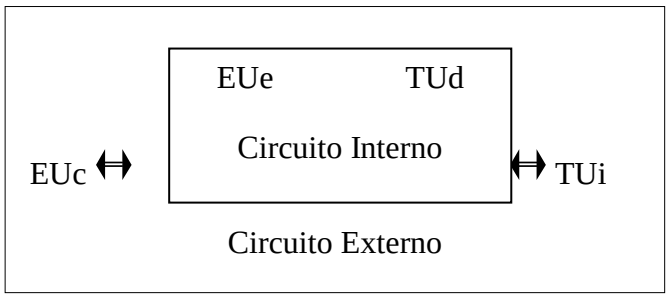
[40] Charaudeau considera a noção de estratégia como "um quadro contratual que assegura a estabilidade e a previsibilidade dos comportamentos, de maneira que possa intervir um sujeito que joga seja com os dados do contrato, seja no interior desses dados". (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 219. CHARAUDEAU, Patrick. Tradução: Pedro Luis Navarro Barbosa.

levar em consideração os aspectos estudados pela Teoria Semiolinguística na construção discursiva, tais como os sujeitos inscritos no ato de comunicação, as finalidades desse ato e os saberes partilhados entre os produtores e interlocutores, como viemos trabalhando ao longo deste capítulo.

O nível comunicacional, portanto, determina "as maneiras de falar/escrever" relacionado aos dados apresentados acima, ou seja, o produtor assume papéis linguageiros com determinada finalidade proposta em certas circunstâncias. Tal circunstância, como o próprio nome sugere, indica o ato de comunicação em si, representado, aqui, pela atividade jornalística, em que o produtor de conteúdo, visando informar e influenciar seu público, realiza escolhas linguístico-discursivas para que se porte como "testemunha esclarecida" da situação que retrata, tendo a mídia como um meio de divulgação e dispositivo para que suas finalidades argumentativas sejam atendidas.

Já "o nível discursivo constitui o lugar de intervenção do sujeito falante" (CHARAUDEAU, 2005, p. 15), em relação à legitimidade, à credibilidade e à captação, que culminam no texto enquanto material. Ou seja, no texto jornalístico, onde se encontram as estratégias e restrições discursivas, que servem de aporte para a defesa do ponto de vista da instância de produção e da conquista da credibilidade.

Dessa forma, Charaudeau considera o ato de linguagem "um jogo entre o implícito e o explícito, que deriva das circunstâncias de discurso particulares e se realiza no ponto de encontro entre os processos de produção e de interpretação" (LESSA, 2001, p. 21). Nessa perspectiva, Charaudeau considera o ato de linguagem como derivado das circunstâncias discursivas entre os processos de produção e recepção, que é representado pelo seguinte quadro:



Considerando o quadro acima, temos:

i) instância de produção: lugar do sujeito comunicante (EUc), que é dotado de um certo papel social inscrito em uma situação de comunicação que, ao realizar a enunciação, aciona um sujeito enunciador (EUe) e um sujeito destinatário (TUd). Dessa forma, o EUe é considerado a voz que se materializa no ato de linguagem a partir de uma imagem construída pelo EUc, que, por sua vez, marca sua intencionalidade, representado, neste trabalho, pelo jornalista produtor das reportagens que compõem o caderno especial. O TUd é outra projeção feita pelo EUc, a partir do que se reflete sobre o sujeito interpretante real (TUi). Ou seja, é a imagem que o EUc constrói a partir de um saber que ele tem sobre as representações do seu interlocutor, aqui considerado o leitor dos jornais;

ii) instância de recepção/interpretação: lugar do sujeito interpretante (TUi), o sujeito real, aquele que recebe e interpreta a informação dada nos jornais.

Nessas circunstâncias, o ato de linguagem corresponde a uma expectativa de significação, considerando seu caráter interacional e de intencionalidade ao enunciar um determinado discurso, inscrito em uma cena de comunicação. Essas relações são, portanto, produto de ações de seres psicossociais, estando submetido a "rituais sociolinguageiros" (CHARAUDEAU, 2001, p. 31). Dessa forma, o sujeito enunciador e o sujeito destinatário se definem como "seres de fala" que assumem diferentes atribuições a partir do papel que lhes é concedido, de acordo com uma relação contratual. É preciso considerar, portanto, o ato de linguagem como um dispositivo "composto pela situação de comunicação, por modos de organização do discurso, pela língua e pelo texto" (LESSA, 2001, p. 26).

Antes de detalharmos sobre o discurso das mídias, como ele opera e a articulação do tipo de relação contratual que o subjaz, Charaudeau salienta que é preciso entender a informação e a comunicação como fenômenos sociais. É nesse contexto que estão inseridos os sujeitos, anteriormente apresentados, que marcam sua "performatividade" (CHARAUDEAU, 2004, p. 15), valorizando, então, "a origem enunciativa externa do que é dito" (op. cit), lugar em que se verificam as relações, restrições e expectativas dos indivíduos, seguindo as finalidades e orientações que regem as circunstâncias de troca comunicativa, por meio dos referidos atos linguageiros.

Há categorias de definição que se estabelecem de acordo com a ocorrência do ato de linguagem, a saber: i) situação de comunicação; ii) finalidade; iii) restrição discursiva; iv)

restrição formal; v) gênero; vi) domínio. Como no exemplo do nosso *corpus*, temos a situação midiática (i) com a finalidade de informação como principal objetivo do jornalismo (ii), materializada em uma restrição discursiva representada pelo gênero (iii) e a restrição formal (iv) pela descrição e relato do fato a partir de enquadramento e gestão de fontes, por exemplo. Tudo isso se insere no gênero informativo (v) que constitui o jornalismo, sob o domínio midiático (vi).

Nessas circunstâncias de troca comunicativa, estão, também, as visadas desses atos linguageiros, determinadas de acordo com a expectativa e intencionalidade criadas, consideradas a partir do ponto de vista da instância de produção em relação ao destinatário ideal que ela projeta, que, por sua vez, pode reconhecer, ou não, o lugar de poder que o locutor ocupa, creditando veracidade e credibilidade ao conteúdo produzido. Ou seja, considerando nosso objeto de estudo, o jornal produz o seu discurso projetando um destinatário ideal, que consuma o produto midiático e concorde com os pontos de vista defendidos nas reportagens. Essa relação se estabelece a partir da posição de saber do produtor e da possível aceitação ou recusa do receptor da situação em que estão inseridos.

A finalidade do ato de linguagem é expressa a partir de certos objetivos específicos, de acordo com os projetos de palavras dos sujeitos comunicantes. Charaudeau (2004) utiliza o termo "visada"[41] para caracterizar esses objetivos que remetem, assim, aos possíveis pontos de vista da instância de produção, correspondendo a atitudes enunciativas além da situação em que se insere. O autor define as visadas como correspondentes a "uma intencionalidade psico-sócio-discursiva que determina a expectativa do ato de linguagem do sujeito falante e, por conseguinte da própria troca linguageira" (CHARAUDEAU, 2004, p. 23).

A partir dessa delimitação, as visadas podem ser classificadas nos seguintes tipos: i) de *prescrição*, em que o locutor "manda fazer", quando se encontra em posição de autoridade em relação ao interpretante, que deve fazer o que lhe foi prescrito; ii) de *solicitação,* em que o sujeito comunicante está em posição de inferioridade, a partir do sentido de "querer saber", e deseja saber algo do sujeito interpretante; iii) de *incitação*, em que o sujeito comunicante "manda fazer" a partir da estratégia de se fazer acreditar que o destinatário será beneficiado pelo ato em que é incitado a realizar; iv) de *informação*, ao "fazer saber", em que o sujeito comunicante está em posição de detentor de um certo saber e julga que o interpretante não

[41] O termo vem da palavra francesa *visée*

possui tal conhecimento, como em uma instância midiática; v) de *instrução*, que pretende "fazer saber-fazer", em que ocupa a dupla posição de autoridade e legitimação, prevendo que o destinatário tenha que "dever saber fazer" o que propôs o sujeito comunicante; e a vi) de *demonstração*, para "estabelecer a verdade e mostrar as provas", segundo posição de autoridade de saber em que o sujeito comunicante se encontra.

Apesar de a visada de informação ser a mais forte e presente na situação de comunicação midiática, ela pode convocar outras visadas, de acordo com o objetivo e contexto da situação na qual locutores e destinatários se inserem. Assim, aplicando tais definições a nosso *corpus* da pesquisa, podemos observar visadas de incitação a partir da dramatização dos fatos relatados ou a de credibilidade com a gestão de vozes de especialistas nos assuntos que estão sendo tratados, buscando conferir maior credibilidade a essas mídias que realizam tal gestão de fatos e vozes.

A finalidade, e, logo, a visada que ela seleciona, não é o todo da situação de comunicação. Mas ela é um de seus elementos essenciais que se combina com outras características dos outros componentes: a identidade dos participantes (por exemplo, para a comunicação midiática, a instância informante de um lado, a instância cidadã do outro); o propósito e sua estruturação temática (por exemplo, para as mídias, os acontecimentos do espaço público); e as circunstâncias que precisam as condições materiais da comunicação (rádio, imprensa, televisão, a Internet e os diversos gêneros que nela circulam). A situação de comunicação é, assim, o que determina, através das características de seus componentes, as condições de produção e de reconhecimento dos atos de comunicação, condições de enunciação sob seu aspecto externo (CHARAUDEAU, 2004, p. 25).

Dessa forma, baseado na finalidade por meio das visadas inscritas em determinada situação de comunicação, o sujeito inscrito na instância de produção utiliza dados e organiza temas nas circunstâncias materiais as quais dispõe em modos semiológicos no ato de comunicação. As restrições discursivas, portanto, aplicam-se no conjunto de comportamentos possíveis que a produção escolhe.

O próprio contrato de informação midiática, que trabalharemos a seguir, não é fechado, pois ele se molda às especificidades daquela situação na qual está inserido, seja pelo meio (TV, impresso etc), seja pelas restrições discursivas (relatar ou comentar), seja na organização (ordenamento de fontes e assuntos), dentre outras características que

singularizam aquela situação de comunicação, tornando o texto, também, como único e específico, respeitando suas individualidades e condições de criação e circulação.

É nesse sentido, portanto, que discutiremos a questão do Contrato de Comunicação e do Discurso das Mídias, na visão de Charaudeau (2015), que orientarão nossas análises e modos de observação sobre nosso objeto de estudo.

2.2 O discurso midiático e o Contrato de Comunicação

Dentre os diversos temas e *corpora* abordados pelo autor, interessa-nos aqui, principalmente, a abordagem sobre a informação, a delimitação do contrato de comunicação e as estratégias de encenação da informação, que determinam a construção da notícia e a gestão de fontes. Conceitos e abordagens essas que detalharemos a seguir.

O discurso da modernidade, segundo Charaudeau (2015), traz à tona os conceitos de informação, comunicação e mídias e suas relações interdependentes com questões econômicas, tecnológicas e sociais, tendo a mídia como um suporte organizacional que integra a comunicação e a informação em suas diversas lógicas[42]. Nesse contexto, a mídia integra a três lógicas básicas: i) econômica, relacionada ao funcionamento dos veículos como fonte de lucro; ii) tecnológica, considerando a difusão de informação e canais de transmissão; e iii) simbólica, ligada à instância cidadã.

E é a partir deste ponto que se justifica a análise do discurso midiático. Charaudeau pontua, então, que as mídias não podem ser consideradas uma instância de poder, uma vez que não ditam regras nem normas de comportamento, mas, sim, podem ser utilizadas por políticos para manobrar a opinião pública por meio de orientação argumentativa[43]. Neste aspecto, a mídia atinge um grande número de pessoas e consegue despertar o interesse e afetividade do público em relação ao produto que produz e veicula, por meio de estratégias discursivas e de informação no cenário de discurso midiático. Assim, em suma, o papel principal da mídia seria o de questionar e denunciar o poder a partir da informação gerada (no sentido de formar e prover), que incorpora diferentes nuances, pois apresenta e constrói uma

[42] Importante destacar que a mídia não se restringe ao jornalismo, mas sim abrange outras áreas e aspectos referentes à comunicação. Portanto, ainda que, por vezes, os termos possam se assemelhar em suas práticas e características, é importante frisar que o jornalismo está englobado dentro das mídias.

[43] Nesse aspecto, destacamos, ainda, que o jornalismo, historicamente, atua como contra-poder, apesar de não mais agir desta forma atualmente, como percebemos.

visão particular de mundo, visando à influência no comportamento dos indivíduos aos quais ela se endereça.

Nesse sentido, importante destacar que a mídia apenas transmite uma imagem fragmentada do real, a partir do recorte dado pela instância de produção, aqui representada pelo profissional do jornalismo. Charaudeau ilustra que a informação midiática figura como um espelho da realidade, mostrando, portanto, apenas fragmentos deformados do real. Assim, as mídias constroem sua própria visão do espaço público, como uma representação que ocupa o lugar da realidade, considerando a construção do acontecimento, como vimos no capítulo anterior a partir dos estudos de Quéré (2012) e Dosse (2013). Podemos relacionar esta questão às reflexões propostas por Denise Jodelet (2001) sobre as representações sociais. Para a autora, podemos entender tais representações como sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo, que nos orientam e nos ajudam a organizar as comunicações sociais. As representações sociais são uma representação do real, um recorte, uma interpretação ou uma construção da imagem de alguém ou de algum objeto. Tais representações nos guiam no modo de nomear e definir os diferentes aspectos da realidade.

Considerando as diferentes representações e recortes da realidade, podemos perceber as diferenças entre as mídias em relação à cobertura de um mesmo fato, como sinalizam a construção dos cadernos especiais, objetos desta pesquisa. Isso é possível porque a mídia participa ativamente da construção de diferentes imagens sobre um acontecimento, a partir das experiências, vivências e olhares de quem o produz, contribuindo, assim, para a construção e manipulação da opinião pública. Essa subjetividade presente na instância de produção é o ponto principal de análise e desdobramento para este trabalho.

Charaudeau (2015) considera um modelo tradicional de comunicação, formado pelas seguintes instâncias: i) de produção, representada pelo produtor da informação e seus atores; ii) produto, que é o texto midiático (aqui considerado a reportagem impressa); e iii) de recepção, formada pelo receptor. Dessa forma, as mídias funcionam seguindo apenas duas lógicas, anteriormente mencionadas: a econômica, já que age como empresa e fabrica um produto; e a simbólica, pois participa da construção da opinião pública. A construção de sentido, portanto, é dada pelo discurso e está no entrecruzamento que articula tais instâncias e lógicas, considerando a presença dos sujeitos.

Pensar no produtor da informação, no produto e no receptor, sem levar em consideração elementos como intencionalidade, condições socioeconômicas, semiológicas,

sociológicas e psicossociológicas, faz com que pensemos o ato comunicacional de forma ingênua, sem os efeitos da intersubjetividade constitutiva das trocas humanas e distante da realidade. A informação e a comunicação, portanto, dependem de escolhas, feitas a partir das estratégias discursivas, da seleção do conteúdo, de formas adequadas às normas e dos efeitos de sentido que se pretendem produzir.

A fim de entender a máquina midiática, Charaudeau propõe um esquema que considera a emissão como o lugar de condições da produção, o discurso como lugar de construção do produto e a recepção como lugar das condições de interpretações. Cada instância é composta por diferentes lugares de práticas, representações e organização, conforme representado na figura a seguir:

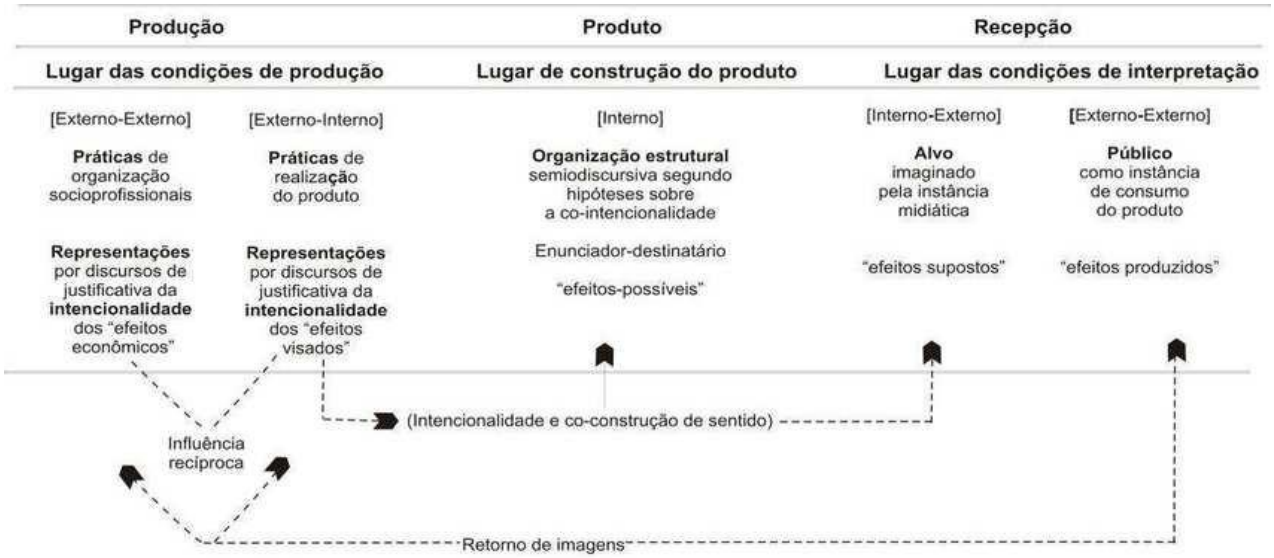


Figura 6: Os três lugares da máquina midiática.
Fonte: Charaudeau (2015), p. 23.

O lugar das condições de produção, então, comporta dois espaços, o "externo-externo" e o "externo-interno". O espaço "externo-externo" compreende as condições socioeconômicas da máquina midiática enquanto empresa, firmando-se como espaço da hierarquização do modo de trabalho de cada veículo midiático, com seus modos de funcionamento. Já o segundo espaço, "externo-interno", compreende as condições semiológicas da produção, ou seja, que operam diretamente sobre a produção jornalística. Nesse sentido, a produção é realizada projetando um receptor ideal, na tentativa de prever possíveis efeitos causados na instância de recepção.

Essa dualidade de estrutura também está presente na instância de recepção, com o "interno-externo" e o "externo-externo". No primeiro espaço, está o receptor ideal, que decodificaria a mensagem exatamente da maneira esperada pelo emissor. Já no segundo espaço, está o receptor real, que interpreta a mensagem de acordo com seu conhecimento de mundo, cultura e opiniões. No entanto, Charaudeau (2015) alerta que o público não deve ser tratado como um receptor passivo e estático, mas como um destinatário que interpreta as mensagens de acordo com suas próprias condições de interpretação e visão de mundo, capaz de produzir, consequentemente, novos sentidos ao discurso proferido. Por isso, o texto produzido nada mais é do que portador de efeitos de sentido possíveis, que surgem dos efeitos visados pela instância de produção e dos efeitos que são produzidos pela instância de recepção, sendo resultado dessa rede de cointencionalidades.

Assim, o processo de troca comunicacional envolve a identidade do emissor da mensagem e também a do receptor, além da relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca. É justamente a sobreposição das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido. Isso significa que, para se descrever o sentido de um discurso, é preciso levar em consideração uma correlação entre a palavra e a situação de comunicação.

O supracitado autor também aborda as definições de valor de verdade e de efeito de verdade. O valor de verdade se baseia na evidência, se realizando através de uma construção explicativa elaborada com a ajuda da instrumentação científica. Já o efeito de verdade está mais ligado ao "acreditar ser verdadeiro" do que ao "ser verdadeiro", pois não surge do conhecimento científico ou empírico, mas sim da subjetividade do homem em sua relação com o mundo. A intenção, portanto, não é na busca da verdade em si, mas na projeção de credibilidade que transmite, principalmente quando pensamos na instância midiática e suas estratégias.

É nesse sentido que podemos refletir sobre algumas estratégias que o sujeito comunicante pode adotar para ganhar a confiança do interlocutor: as estratégias de *legitimação, credibilidade* e *captação*. Ao adotar a estratégia de legitimação, o sujeito falante tenta convencer o interlocutor de sua legitimidade, insistindo em seu espírito de seriedade, sua competência, experiência ou até filiação. Já a estratégia de credibilidade ocorre quando o

sujeito precisa construir uma imagem de si[44] que possa convencer o receptor. Por fim, a estratégia de captação busca atingir o interlocutor a partir das emoções com estratégias patêmicas a fim de persuadi-lo[45].

Partindo do pressuposto de que "todo discurso depende das condições específicas da situação de troca na qual ele surge" (CHARAUDEAU, 2015, p. 67), o autor toma a situação de comunicação como palco, onde há a cointencionalidade de locutor e interlocutor, que devem se submeter às restrições e supor que o outro também as reconheça. Tal contrato ocorre a partir de dados internos e externos, resultantes das características discursivas e situação de troca, respectivamente.

A concepção de Contrato de Comunicação se dá, então, considerando que há regras que delimitam o processo em toda situação de comunicação, em comum acordo entre os sujeitos inscritos, e que tal situação se dá a partir desse contrato, que visa garantir os objetivos comuns. A atuação dele, então, considera a instância de produção e recepção a partir das relações que podem se estabelecer por meio de estratégias discursivas e atos linguageiros.

A instância de produção depende da linha editorial que governa a publicação, tendo o jornalista como protagonista, que desempenha o papel de fornecedor de informação e de descritor-comentador, já que descreve e comenta o fato reportado. Na primeira função, as principais dificuldades demonstram-se nas escolhas das fontes, que exercem papel fundamental na qualidade da informação, no critério de noticiabilidade e respectivo enquadramento, e na rotina jornalística estressante, que pode levar a erros e descontextualização da informação. Já como descritor-comentador, o jornalista torna-se o mediador entre os acontecimentos do mundo e sua encenação pública, onde o discurso é impedido de cair na *cientificidade*, *historicidade* e *didaticidade*[46] (CHARAUDEAU, 2015).

---

[44] Este termo faz referência à noção de *ethos*, na retórica, em que se projeta a imagem que se deseja passar ao interlocutor, visando convencer a plateia, em uma relação de confiança estabelecida entre os atores envolvidos na enunciação.

[45] A retórica aristotélica estabelece uma trilogia dos meios de prova, a partir do *ethos*, *logos* e *pathos*. O *ethos* designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso, visando influenciar seu interlocutor. Já o *logos* faz referência ao pensamento lógico, em um sentido mais racionalizante. Enquanto o *pathos* refere-se ao sentido emocional do discurso retórico e abarca também os recursos linguístico-discursivos que visam despertar emoções no auditório.

[46] O discurso científico é muito especializado e reduz o público a ser captado; o discurso histórico é muito detalhado e preocupado na sua arquivação e distância de tempo, características que não fazem parte do fazer jornalístico mais factual, focado na atualidade; enfim, o discurso didático prevê organização discursiva distante da informação que visa captar o grande público.

Na instância de recepção encontra-se o público heterogêneo e instável. É importante tratar as especificidades de cada público (de acordo com o meio) e entender que ele não é global. Como a instância midiática não tem acesso à reação imediata do receptor, torna-se necessário conhecer a motivação do público e medir o impacto da informação. O novo modelo de comunicação prevê que o receptor é ativo, escolhe o que consome e como o interpreta. Por isso, o produtor deve se atentar a essa nova configuração do receptor inserido nesse novo contexto comunicacional, valorizando suas especificidades, desejos e críticas.

O autor aborda a finalidade do contrato de informação midiático em função de dois tipos de alvo: i) como alvo intelectivo e ii) como alvo afetivo. Quando a instância de produção projeta um alvo intelectivo, leva em consideração a credibilidade e a acessibilidade, já que o receptor é considerado alguém capaz de julgar e selecionar aquilo que considera confiável e verdadeiro, produzido de forma clara, simples e direta. No campo afetivo, estão as reações de ordem emocional, baseadas no que pode ser mais atrativo e envolvente para o receptor. A outra categoria de receptor, que se relaciona com o destinatário alvo, é o "receptor-público", mais voltado para o consumo. A finalidade do contrato se forma na tensão entre duas visadas: a de informação, presente na instância midiática, que se vê diante do desafio da credibilidade; e captação que obriga o produtor a lançar mão de recursos passíveis de despertar a emoção no sujeito destinatário.

O contrato de informação midiática é, em seu fundamento, marcado pela contradição: finalidade de *fazer saber*, que deve buscar um grau zero de espetacularização da informação, para satisfazer o princípio de seriedade ao produzir efeitos de credibilidade; finalidade de fazer sentir, que deve fazer escolhas estratégicas apropriadas à encenação da informação para satisfazer o princípio de emoção ao produzir efeitos de dramatização (CHARAUDEAU, 2015, p. 92).

Tomando como base esses elementos contratuais, chega-se ao produto final, que é a construção, de fato, do acontecimento a partir de um propósito, ligado ao universo discursivo. A transmissão do acontecimento, como vimos no capítulo anterior, é feita a partir do enquadramento escolhido pelo enunciador, corroborando a ideia de que nenhum acontecimento é transmitido em seu estado bruto, mas sim, construído. Com isso, temos um duplo olhar sobre ele, o que o transforma em acontecimento significante (seguindo a lógica de

critérios de noticiabilidade jornalística) e o que reestrutura essa significação, tendo o receptor como sujeito ativo.

Portanto, nas seções seguintes, discutiremos os aspectos discursivos e contratuais do enquadramento na construção do acontecimento e representação da realidade, considerando, como propõe a Teoria Semiolinguística, a subjetividade da instância de produção. Além disso, indicamos as categorizações e aplicações do Contrato de Comunicação apresentado, levando em consideração nosso *corpus*, a partir das características que ele apresenta em relação aos elementos contratuais, tais como a identificação, representação e as intencionalidades presentes nos veículos midiáticos a partir das suas relações sócio-econômicas, como abordaremos a seguir.

2.2.1 Características gerais dos aspectos situacionais dos contratos comunicacionais subjacentes aos cadernos especiais

Apresentadas as características e postulações acerca do Contrato de Comunicação Midiática, daremos atenção, agora, às características contratuais que são subjacentes à redação dos cadernos especiais dos jornais *Lampião* e *O Tempo*, constituintes do *corpus* da nossa pesquisa. Essas formulações são baseadas na análise das reportagens que compõem os jornais e, principalmente, nas entrevistas realizadas com as jornalistas responsáveis pelas publicações. Elas apontaram as condições de produção de um caderno especial e refletiram sobre a cobertura sobre a tragédia de Mariana, que modificou a rotina do jornal diário e exigiu maior preparação e esforço do jornal-laboratório, pela responsabilidade de retratar um grande acontecimento traumático local.

Considerando o esquema de Charaudeau dedicado à explicação dos três lugares da máquina midiática, na seção anterior, proporemos a análise das seguintes categorias, levando em conta a inscrição do EUc, TUd, relacionamento com as fontes e condições de produção:

i) Lugar das condições de produção
    a. Dimensão externa/externa: consideraremos os aspectos institucionais que regem os jornais, a partir das práticas socioprofissionais e as condições que determinaram a produção do caderno especial sobre a tragédia.
    b. Dimensão externa/interna: levaremos em conta o que as entrevistadas disseram sobre as práticas de produção do caderno especial a partir dos papéis sociais desempenhados por um jornalista profissional, do jornal *O Tempo*, e por um

estudante-repórter[47], do jornal *Lampião*; buscaremos inferir possíveis finalidades enunciativas inscritas nas linhas editoriais de cada veículo; as temáticas escolhidas para a redação do caderno especial, reverberando no tipo de enquadramento utilizado e a relação com as fontes que auxiliam na produção do caderno.

ii) Dimensão da construção do produto

a. Nesse aspecto, consideraremos a concepção de caderno especial que cada entrevistada manifesta, a partir da idealização do TUd e os possíveis efeitos que o EUc visou atingir.

Importante ressaltar que não é o objetivo da nossa pesquisa investigar o terceiro lugar do esquema da máquina midiática, que se dedica ao estudo do receptor. Como nosso trabalho se debruça sobre o produto do caderno especial e o que levou os veículos a realizarem a cobertura daquela maneira, não aprofundaremos, portanto, em como o receptor consumiu esse produto e os efeitos reais que o impactaram a partir das publicações. Dessa forma, apontaremos, a seguir, as características observadas a partir desses itens de categoria analítica a partir dos depoimentos das editoras responsáveis pelos jornais em entrevista gentilmente cedida exclusivamente à nossa pesquisa.

2.2.1.1 Dimensão externa/externa: aspectos institucionais subjacentes à produção jornalística no jornal *O Tempo* e no *Lampião*

Antes de entrarmos na relação que se estabelece entre as empresas e a produção, é preciso caracterizarmos os jornais em análise. O jornal *O Tempo* foi criado em 1996 e conta com tiragem de 73 mil exemplares, sendo o principal em Minas Gerais em relação ao número médio de circulação[48]. Integrante do grupo Sempre Editora, que controla os jornais *Super Notícia, Pampulha, O Tempo Betim* e *O Tempo Contagem*, o jornal conta com oito cadernos fixos, além dos suplementares no decorrer da semana. Como integrante da mídia comercial, o jornal conta com anúncios de empresas públicas e privadas, que investem em comercial nas páginas dos jornais e também nos *sites* dos veículos. De acordo com as editoras responsáveis

[47] Adotaremos esse termo para definir os repórteres do jornal *Lampião*, assim como a editora-professora (E2) do veículo os denomina (ver anexo 2).

[48] De acordo com dados da Associação Nacional de Jornais, no biênio 2014-2015, *O Tempo* alcançou a marca de 60.055 jornais em circulação, contra 48.695 do *Estado de Minas*

pelo caderno especial em análise neste trabalho, o jornal não possui uma linha editorial claramente definida, mas o seu principal público é formado por servidores públicos e policiais, o que acaba por intereferir nas temáticas abordadas.

Já o jornal *Lampião* foi criado em 2011 e é produzido por estudantes do quinto período do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como produto da disciplina Laboratório de Impresso I, com tiragem de 3 mil exemplares. Conta com o total de 12 páginas, em sua maioria em preto e branco, divididas em editorias que seguem o padrão comercial (como Economia, Política, Esporte, entre outras), mas sem a exigência de contemplar todas as editorias em todas as publicações. Voltado para a população local, o jornal é distribuído gratuitamente em diversos pontos comerciais e educacionais nas cidades de Ouro Preto e Mariana e seus respectivos distritos, com pautas voltadas aos interesses e especificidades locais. Como jornal-laboratório, não conta com anunciantes nem patrocinadores, o que faz com que o jornal seja composto exclusivamente por matérias jornalísticas, fotos e infográficos relacionados aos temas que propõe retratar.

Para compreendermos as condições impostas pela dimensão *externa/externa* do contrato subjacente à produção dos cadernos especiais, buscamos fazer inferências, a partir das entrevistas, principalmente, sobre as condições de produção e as práticas socioprofissionais a partir da relação que se estabelece entre a mídia e a política ou grandes empresas com forte poder político-econômico, como é o caso da Samarco, Vale e BHP Billiton, empresas responsáveis pela barragem que causou a tragédia e a destruição de Bento Rodrigues e do rio Doce.

Sendo assim, perguntamos às entrevistadas acerca dessa relação, como (e se) ela interfere na produção discursiva, principalmente nessa cobertura especial. As editoras do jornal *O Tempo* reconheceram que na mídia comercial há uma forte relação com essas empresas, já que investem grande valor em publicidade nos jornais como um todo:

> São grandes empresas, são empresas poderosas que muitas vezes tentam se impor por isso, mas que não afetou em nada o nosso trabalho no caso de Mariana. No caso de uma maneira geral, vou falar de mídia geral, não só do jornal *O Tempo*, mas de empresas grandes de maneira geral. É óbvio que existem relações, existem interesses, como tudo na vida a gente fala de empresas privadas (...). A gente trabalha aqui com o máximo de liberdade que você possa imaginar dentro do jornal impresso. Talvez pela importância da pessoa que está por trás da gente, que não precisa se dobrar pra esse tipo de interesse, que é o dono do jornal, ele tem poder suficiente, dinheiro suficiente, influência suficiente, talvez ele não deva tanta resposta assim, mas a gente trabalha de uma maneira muito tranquila. (E1)

No entanto, foram enfáticas ao afirmar que, para a cobertura sobre o rompimento da barragem, "não teve orientação nenhuma, barreira nenhuma", agindo de forma "muito livremente". Mas observamos alguns aspectos que podem contradizer tais assertivas das editoras ou levantar questões acerca da liberdade retratada. Ao ler não só o caderno especial, mas toda a cobertura realizada no primeiro mês subsequente à tragédia, observamos que, muitas vezes, os nomes das empresas eram suprimidos, não somente como estratégia narrativa-discursiva de evitar repetição de palavras no texto jornalístico, mas em relação à responsabilização mais direta das empresas, principalmente aquelas em sociedade, sobretudo a Vale[49]. As empresas eram comumente citadas como fontes em uma posição de autoridade que explique a situação, como fonte oficial do jornal[50].

Já em relação à cobertura do jornal *Lampião*, principalmente por não ser uma mídia comercial que sobrevive de publicidades e investimentos privados e empresariais, essa característica não foi o ponto-chave da cobertura. A professora responsável pela edição de texto do jornal indicou, inclusive, dificuldades de acesso a entrevistas coletivas e exclusivas com representantes das empresas, por ser um jornal-laboratório de pequena circulação e sem prestígio e reconhecimento estaduais como os da grande mídia. Por outro lado, a editora relatou dificuldades com o prefeito de Mariana, devido a um embargo da prefeitura[51] em fornecer informações ao jornal.

> Efetivamente, a gente sofreu um embargo da prefeitura por um ano, nós publicamos uma matéria que desagradou muito a prefeitura, prefeitura veio aqui no ICSA[52], fez pressão em cima da gente, tivemos ameaça de processo, então a gente sofreu embargo de um ano, ninguém falava com a gente (E2).

Este trecho parece indicar a relação entre a mídia e a política, entre instituição jornal laboratório e o sistema político local, que buscou cercear a ação jornalística. Tal relação influencia, portanto, na produção jornalística, que passou por dificuldades na realização da

[49] A empresa mineradora Vale é uma das controladoras da Samarco, responsável pela barragem que se rompeu.

[50] Como observaremos no capítulo seguinte e confirmado pelas editoras (E1), o objetivo do caderno especial foi abordar outras histórias que vão além das fontes oficiais da cobertura diária. Isso explica a ausência de discurso relatado direto de pessoas ligadas às mineradoras e a constante citação indireta sobre os posicionamentos das empresas, fruto da cobertura diária realizada até a elaboração do caderno especial.

[51] Entre 2010 e 2015, Mariana contou com 5 prefeitos diferentes.

[52] Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, onde se localiza o curso de Jornalismo da UFOP.

cobertura especial, pois depende desse acesso a fontes para uma melhor apuração a fim de oferecer um jornalismo completo que contemple todos os lados envolvidos no acontecimento retratado. Tais atitudes reverberam, portanto, nas condições de produção propriamente ditas, que perpassam outras características intrínsecas ao veículo.

Nesse aspecto, as etapas de produção do jornal-laboratório se assemelham à rotina do jornalismo comercial diário, guardadas as devidas diferenças temporais e das experiências profissionais que interferem nessa rotina de produção. A professora editora do jornal *Lampião* informou que a equipe passa por "todo o processo produtivo de uma reportagem, de uma redação". As diferenças contratuais dos dois veículos em análise são ainda mais perceptíveis nessa etapa. Como o jornal-laboratório está inscrito em uma realidade pedagógica, inserido em uma grade curricular e a redação em uma sala de aula, as reuniões de pauta e de revisão de texto são focadas no ensino, em que a professora, detentora do saber, orienta os alunos os caminhos possíveis na elaboração de uma pauta e da reportagem, indicando técnicas que auxiliam nesse processo, visando à formação completa do aluno enquanto profissional do jornalismo[53].

Dentre os diferenciais que essa rotina indica em relação à grande mídia, destacamos a horizontalidade no processo de produção, já que, segundo o relato de E2, todos os componentes da equipe discutem a pauta e o processo de edição do texto, sempre sob a supervisão da professora-editora. É ela quem indica tal prática na entrevista, ao afirmar que "a gente mostra aquele todo, discute, problematiza, especialmente as questões éticas". O jornal-laboratório torna-se, portanto, oportunidade para reflexão crítica acerca da produção jornalística e espaço de construção coletiva da formação profissional do "estudante-repórter", como são nomeados os estudantes envolvidos na publicação. Essa diferença também é citada pelas editoras do jornal *O Tempo*, que afirmam que muitas dessas etapas da elaboração e discussão da pauta são suprimidas graças à experiência adquirida pelos jornalistas, que "não têm esse tempo de sentar e conversar sobre a pauta".

Dessa forma, percebemos que as condições de produção aliadas às relações que se estabelecem entre a mídia e o poder político-econômico podem acabar interferindo em todo o

[53] Embora não tenhamos acesso ao projeto político-pedagógico do curso de Jornalismo da UFOP, como indicou, generosamente, a pesquisadora Mariana Procópio em nossa banca de qualificação, observamos os aspectos pedagógicos na elaboração do produto jornalístico na entrevista realizada com a editora-professora responsável pelo Lampião (E2), em que aponta esses traços e responsabilidade acadêmica sobre a publicação.

processo de construção discursiva acerca do acontecimento que veículos jornalísticos visam retratar. Analisando nosso *corpus*, percebemos as diferenças que se estabelecem na rotina de produção, com reverberações nas práticas contratuais de cada veículo. Enquanto o jornal *O Tempo* é integrante de uma mídia comercial, ele depende de investimentos e relações que fazem com empresas e poderes político-econômicos, o que pode vir a influenciar na produção do conteúdo jornalístico, ainda que inconscientemente. No entanto, as editoras entrevistadas atribuem uma isenção do jornal devido ao poder do seu presidente[54], sem refletir sobre possíveis relações políticas que isso pode acarretar. Já o jornal *Lampião*, inscrito em um contrato, além de midiático, também pedagógico, permite uma rotina diferenciada na produção dos materiais jornalísticos, com mais tempo e espaço para reflexão acerca do que produzem e do que buscam retratar.

Assim, percebemos, a partir dessas observações e dos trechos das entrevistas, como esses fatores podem influenciar na produção de um caderno especial, como é o objeto de nosso estudo. Partimos, então, para outro item de análise, sobre as condições *externa/interna*, que compreendem fatores de produção estritamente interna à produção e ao veículo.

2.2.1.2 Dimensão externa/interna: características dos sujeitos comunicantes

Para uma melhor delimitação e observação acerca dos aspectos trabalhados na dimensão *externa/interna* da elaboração do caderno especial em análise, consideramos, aqui, três categorias que elencamos a partir das entrevistas realizadas com as editoras dos jornais, a saber: i) os papéis sociais desempenhados pelo estudante-repórter, no caso do *Lampião*, que são estudantes do curso de Jornalismo da UFOP; e do jornalista profissional que trabalha exclusivamente para o veículo, no caso de *O Tempo*, incluindo suas sensações, emoções e compromissos éticos em relação à cobertura da tragédia; ii) as finalidades enunciativas que seguem a linha editorial dos veículos, a partir das temáticas escolhidas para a redação dos cadernos; iii) as relações com as fontes retratadas nas reportagens.

[54] As entrevistadas afirmam: "Talvez pela importância da pessoa que está por trás da gente, que não precisa se dobrar pra esse tipo de interesse, que é o dono do jornal que é o Víttorio Medioli, ele tem poder suficiente, dinheiro suficiente, influência suficiente, talvez ele não deva tanta resposta assim". Vale ressaltar que o empresário é prefeito de Betim (pelo PHS), na região metropolitana de Belo Horizonte, e já foi deputado federal por quatro mandatos seguidos, pelo PSDB.

Destacamos, aqui, os depoimentos acerca da primeira categoria, que considera o posicionamento do EUc em relação ao acontecimento que busca retratar. As editoras[55] responsáveis pelas publicações relataram grande envolvimento emocional com a cobertura em ambos os veículos, seja pela proximidade física com o acontecimento, no caso do jornal *Lampião,* seja pela força dos impactos sofridos em decorrência da tragédia, como no caso do jornal *O Tempo,* em que os jornalistas acompanharam o trajeto de destruição do rio Doce.

Nesse aspecto, consideramos as informações passadas pelas editoras do jornal *O Tempo* para a análise sobre a cobertura realizada pelo veículo. De acordo com elas, a escolha dos repórteres escalados para a cobertura se deu de forma natural de acordo com o histórico das reportagens feitas sobre a tragédia até a elaboração do caderno especial, atendendo a critérios meritocráticos de "quem está mais bem preparado naquele momento, que eram pessoas que já tinham conhecimento do que é que estava acontecendo, que conheciam as pessoas, conheciam as fontes, conheciam o lugar", explica E2. Esses traços do papel social desempenhado pelos EUc é semelhante às reflexões dos outros editores e jornalistas entrevistados para esta pesquisa, que relatam a proximidade e o conhecimento prévio para a escalação da equipe que realizou a cobertura. A partir dessas escolhas e da cobertura realizada, percebe-se, também, certo distanciamento, em que o EUc autoreflete sobre sua experiência como jornalista a partir do contato com a alteridade, quando uma editora comenta que "a relação delas [as pessoas que dependem do rio] com a natureza é completamente diferente da nossa, a gente não tem relação com o rio, a gente não depende do rio".

Outro traço fortemente presente nas entrevistas acerca dos posicionamentos e que sinaliza uma característica do EUc é o engajamento e envolvimento emocional com a cobertura e com o que presenciaram durante ela. Podemos observar traços de proximidade e sensibilização subjacentes à escrita do caderno, o que pode determinar tipos de angulações e enquadramentos dramáticos em algumas reportagens. As editoras do jornal *O Tempo* (E1) contam da emoção dos jornalistas ao presenciarem "uma Mariana totalmente sensibilizada e fragilizada pela situação".

Nesse sentido de envolvimento emocional, um trecho da entrevista com a editora-professora do jornal *Lampião* nos chamou atenção, dentre outras características subjacentes à

[55] Ressaltamos, também, que entrevistamos o professor-editor responsável pela revista *Curinga* e uma jornalista que fez a cobertura pelo jornal *Estado de Minas*. Nessas entrevistas, que estão no anexo da dissertação, também é possível perceber esse forte engajamento e envolvimento com a pauta e a cobertura realizada.

produção do caderno especial tão forte como esse frente à falta de experiência laboral típica de estudantes de jornalismo, que ainda estão aprendendo a prática da profissão. E2 relatou que "a gente teve aluno chorando em reunião de pauta, a gente teve alunos com crise, chorando sem conseguir apurar", o que impactou diretamente na produção do jornal, com a possibilidade de comprometer a elaboração do caderno.

Além do envolvimento sentimental, o engajamento ético-profissional é muito recorrente no relato das editoras sobre a cobertura, principalmente do jornal *O Tempo*, refletindo sobre a responsabilidade daquela cobertura e o impacto que ela poderia promover, suscitando um compromisso ético na escritura do texto. Tal posicionamento reverbera na construção do acontecimento, como mostra a fala da editora: "uma coisa que os repórteres têm que ter em mente na hora de se referir ao rompimento da barragem e a edição ficar atenta é que não é acidente", em um trecho no qual a entrevistada demonstra preocupação com "as 19 pessoas que morreram, as famílias que perderam tudo". No entanto, como mostraremos mais profundamente no capítulo seguinte, a palavra "acidente" ainda foi utilizada no caderno especial como termo anafórico e também no sentido de comparação com outras tragédias semelhantes.

Nesse contexto no qual se pode perceber a projeção de uma imagem de um EUc engajado e comprometido eticamente com a cobertura e a responsabilidade do trabalho jornalístico na representação de acontecimentos como esse, uma forte característica observada na entrevista com as editoras do jornal *O Tempo* foi a preocupação em atestar a dita neutralidade do relato jornalístico. Nesse sentido, elas distanciam e diferem a prática do jornalismo em relação à reflexão e trabalho teórico do jornalismo, indicando diferenças cruciais entre o jornalismo-laboratório do jornalismo comercial, tanto em relação à experiência dos profissionais envolvidos, quanto aos estatutos e elementos contratuais que regem a prática laboratorial e a comercial.

> Aí entra a experiência que o laboratório não tem, a importância de saber fazer escolhas, que vem muito com a experiência e até maturidade pra saber, porque olha... querendo ou não é um caderno, é um espaço muito maior do que você tem no dia a dia, mas você tem que fazer escolhas. (E1)

Esses traços que sinalizam uma preocupação em diferenciar a prática laboratorial do jornal diário também estão presentes na entrevista com a professora-editora do jornal *Lampião*. E2 classifica como "estudante-repórter" os EUcs que se envolveram na cobertura e na construção do caderno especial e aponta diferenças básicas de envolvimento legal com o

veículo, que interfere diretamente na condição de produção do jornal, principalmente em coberturas especiais. Como indicado pelo termo, o repórter do *Lampião* é um estudante de Jornalismo e o jornal é um produto de uma disciplina, ou seja, o aluno tem outras obrigações, outras aulas e outros compromissos além da publicação, que é uma forma de avaliação do estudante no curso superior.

> A diferença de você ter um estudante em formação, que ainda não domina os meandros da profissão e alguém que tem 10 anos de experiência, então já começa por aí. Você tem mais relação com fontes, você tem mais fontes, você tem mais conhecimento sobre aquele assunto. O profissional, a pessoa que tá cobrindo, que nem é o profissional no nosso caso, é um estudante-repórter, isso já parte por aí. Não é uma questão de culpar o aluno, mas ele está em formação. Outra questão é que o repórter trabalha 8, 9, 10 horas para aquele veículo. O aluno, eu tenho aluno, para uma disciplina. Mas eu não controlo se o aluno faz uma disciplina, 3 ou 7, então não é uma atividade laboral, e a natureza avaliativa dessa atividade é muito diferente da natureza avaliativa de ganhar um salário. Isso também impacta na dedicação, no tempo que o aluno vai ter disponível. (E2)

Dessa forma, vemos como o relacionamento do repórter com o veículo, em uma dimensão *externa/interna* da produção jornalística, também exerce influência no modo e na organização discursiva e de condição de produção do material jornalístico. A professora-editora confirma a diferença de estatuto, em relação a um jornalista profissional e o forte envolvimento não só dos alunos-repórteres, mas também dos próprios professores. Tais relações apresentam consequências importantes para a rotina produtiva, como destaca:

> Nenhum de nós estudava isso especificamente, catástrofe, trauma, situações limite no jornalismo (...). A gente teve alunos que ficaram muitos próximos dos sujeitos, a gente teve alunos que viraram militantes do MAB [Movimento dos Atingidos por Barragens], ou dos atingidos depois, então foi uma produção laboratorial muito tensa e muito intensa (E2).

A partir dessas representações acerca do acontecimento e do envolvimento dos repórteres com a temática e a cobertura em si, percebemos semelhanças e diferenças no que tange às práticas de realização do produto, como condição da dimensão *externa/interna*, como apresentado nos três lugares da máquina midiática (CHARAUDEAU, 2015). Percebemos a recorrência do posicionamento engajado do EUc e do forte envolvimento sentimental em relação à cobertura em relação ao trabalho realizado pelos repórteres-estudantes do jornal *Lampião*.

Essas características descritas acima repercutem na segunda categoria que elencamos para esta dimensão: ii) as finalidades enunciativas que seguem a linha editorial dos veículos, a partir das temáticas escolhidas para a redação do dito caderno.

Em relação à temática, percebemos uma característica que perpassa a produção de cadernos especiais de maneira geral, em ambos os periódicos, confirmada pelas editoras entrevistadas (E1 e E2): a relevância do tema a ser abordado. A escolha de se realizar um caderno especial sobre determinado assunto pode se dar de acordo com o tamanho, relevância e impacto daquele tema para a sociedade. No caso de Mariana, por exemplo, devido ao tamanho da tragédia, as circunstâncias em que ela ocorreu e as consequências que ela gerou, os jornais perceberam a gravidade e relevância do acontecimento, que, segundo os relatos, merecia mais espaço e dedicação por parte dos veículos.

No que se refere a esse aspecto, as editoras do jornal *O Tempo* afirmaram: "a gente faz um caderno quando o assunto pede, porque não tem outra saída, [dada] a importância do assunto". Parece-nos que essa observação permite-nos inferir que, de maneira geral, a temática subjacente ao contrato de escrita do caderno especial é escolhida em função da importância do assunto, considerado como o principal critério para a redação dele, como uma das principais características formadoras do gênero. Além disso, a vivência dos jornalistas na cobertura diária também contribuiu para a elaboração do caderno especial, na medida em que conviveram e conheceram muitas histórias que não cabem na cobertura diária ou em matérias pequenas, mas que necessitam de mais espaço e tempo de apuração para serem contadas, já que, de acordo com E1: "a decisão de um caderno [especial] passa por questões de espaço pra você contar uma boa história. No caderno especial você tá informando, mas você também tá entretendo de alguma maneira".

A prática do jornal-laboratório também apresenta essas características e escolhas temáticas que envolvem a relevância do tema, o que, segundo os relatos, é passível de provocar maior interesse público e determinar, assim, os possíveis critérios de noticiabilidade clássicos nos estudos do jornalismo, com a proposta de maior diálogo e relação da teoria com a prática jornalística. Características tais como a atualidade, a universalidade e a novidade, atravessam as práticas em análise, enquanto produtos jornalísticos. No entanto, indicamos dois pontos que serão cruciais na nossa classificação e distinção dos contratos subjacentes aos jornais: a finalidade da publicação e a abrangência.

Por um lado, o jornal *O Tempo* é uma mídia comercial, ou seja, que depende da venda de publicações, assinaturas, publicidades, dentre outras atividades e meios para se sustentar e manter o pleno funcionamento enquanto empresa. Por outro lado, o *Lampião* é um jornal-laboratório, sem fins lucrativos, que engloba a visada pedagógica de ensino, inserido em um ambiente escolar, no ensino superior, e a cidadã enquanto um jornal distribuído gratuitamente para determinada localidade[56]. A esse respeito, a professora-editora do *Lampião* afirma que

> a gente está aqui dentro produzindo um jornal-laboratório não é pra vender, é pra noticiar e pra ensinar. O *Estado de Minas* e *O Tempo* também noticiam, mas pra eles a notícia é uma commodity, a informação é uma commodity, pra gente não é. É um produto, então a natureza da relação entre essas duas questões é muito distinta. A gente não vai perseguir um furo pelos mesmos motivos que eles e eu não estou sendo idealista em relação ao jornal-laboratório, mas a gente realmente não tem esses interesses em campo, assim como a gente também não é atravessado por anunciantes, por interesses governamentais, ainda que a gente tenha um lugar de fala dos nossos sujeitos que fazem o jornal, isso impacta em pauta, isso impacta em angulação, mas nós não somos atravessados pela questão comercial na condição de um jornal. Isso é fato. Nós somos gratuitos, eles são pagos, já começa por aí (E2).

Tal distinção de finalidade da informação também está presente no discurso das editoras do jornal *O Tempo*. Para elas, há uma diferença muito grande entre o espaço da teoria e o da prática, sobretudo a observada dentro de uma universidade e no jornal-laboratório. A imagem de si construída pelo EUc, nesse caso, é de um sujeito eticamente responsável e preocupado em mostrar a diferença entre a prática e a teoria, com objetivo de desconstruir estereótipos ligados ao ensino do jornalismo, principalmente no que tange à escolha e definição da linha editorial.

> E a gente com mais de 10 anos de empresa, fora de jornalismo, é nossa obrigação te contar que nosso trabalho vai muito além das expressões linha editorial, essas coisas. Porque não é assim... quando tudo aconteceu, é uma avalanche de coisas. Você parar pra pensar em todas as possibilidades você não consegue chamar o caderno, pensar a linha editorial do caderno, essa conversa não existe. Essa conversa não existe. Nunca existiu e não vai existir. Então a gente tem que te responder isso. Eu fiz pós na Federal, então você pensa o quão teórico que era. Mas hoje eu consigo te responder com a minha experiência com muita segurança que isso [definição de abordagem de acordo com a linha editorial] não faz parte do nosso trabalho (E1).

A partir do excerto acima, podemos perceber como E1 busca a tentativa de afastamento entre a teoria e a prática, entre o jornal-laboratório e o jornal comercial, como campos completamente opostos enquanto rotina de produção e reflexão acerca do que se produz. Essas distinções influenciam na finalidade comunicativa dos jornais e as condições de

[56] Importante destacar que essas características remetem ao jornal em análise, não sobre todos os jornais-laboratórios, que seguem linhas editoriais sob visadas específicas de cada veículo, orientação e instituição.

produção deles, fatores que integram a dimensão *externa/interna* nas práticas de realização do produto.

Outro fator importante a ser observado que permite estabelecer distinções entre as publicações e os contratos subjacentes a elas é a abrangência da cobertura, ou seja, os locais em que os jornais são distribuídos e vendidos. O jornal *O Tempo* é considerado uma mídia regional, já que é vendido em todo o estado de Minas Gerais e em outras federações, como o Espírito Santo, onde a lama decorrente do rompimento da barragem também atingiu e foi foco da cobertura do caderno especial. Já o *Lampião* é uma mídia local, com distribuição gratuita em Ouro Preto, Mariana e distritos dessas cidades, como sinaliza o relato seguinte:

> O *Lampião* tem a missão de ser um jornal local, que busca iluminar pessoas, memórias, cotidianos, patrimônios da cidade de Mariana e Ouro Preto e dos distritos de Mariana e Ouro Preto, essa é a nossa fundamentação. Na cobertura de Bento, a gente usou algumas linhas editoriais que também tem a ver tanto com nossa missão quanto com nossas condições de produção, porque essas coisas se atravessam (...). A questão do local é muito importante pra gente, a questão do ineditismo, em termos de furo, ou de explorar fatos que o *Lampião* ainda não explorou e que outros veículos ainda não exploraram e a questão da dimensão humana, são coisas que a gente pauta bastante (E2).

A classificação como mídia local, de um lado, e jornalismo regional de maior abrangência, de outro, interferem nas temáticas e enquadramentos escolhidos por cada jornal. Assim, cada um irá projetar TUd distintos, a fim de buscar satisfazê-los, com pautas mais locais ou mais abrangentes, como a destruição do ecossistema no rio Doce, como veremos no capítulo a seguir. A limitação da localidade também nos é interessante para refletirmos sobre os estudos do jornalismo local e da opção do jornal-laboratório como essa prática, como abordaremos ainda neste capítulo. Todas essas características também interferem no modo como os veículos e os jornalistas se relacionam com as fontes representadas, que criam relação com o jornal e, no caso da cobertura, auxiliam (ou não) na elaboração do caderno a partir do histórico de entrevistas e contatos.

No que tange ao acesso às fontes, a professora-editora do jornal *Lampião*, como já adiantamos acima, relata algumas dificuldades no relacionamento com as fontes por ser um jornal-laboratório, em que os repórteres são alunos e que não têm grande contato com fontes oficiais, além de ter denunciado o embargo sofrido pela prefeitura.

> A relação do *Lampião* com as fontes, numa cidade pequena, com as fontes governamentais, não é tranquila. Apesar de as assessorias daqui serem formadas por nossos ex-alunos. Ou talvez porque são, os meninos sabem que o *Lampião* tem uma coisa de pressionar então não conversam tanto. Então nessa edição a gente teve muitas dificuldades de acesso estaduais e federais e as locais não tinham

> informação. A gente foi barrado em algumas coletivas e a outras a gente não teve condição de ir, de novo, no jornal laboratório a condição de produção atravessa o editorial, qualquer jornal na verdade, mas aqui ainda mais (E2).

As restrições relatadas acima influenciam diretamente na condição de produção do caderno, no enquadramento dado, na apuração e em como a escrita das reportagens é feita. A dificuldade de acesso a fontes oficiais, por exemplo, implica na não representação das empresas e governos as reportagens do jornal, assim como a impossibilidade de participação em entrevistas coletivas, por falta de disponibilidade ou acesso, impacta no enquadramento do produto final. Por outro lado, o bom relacionamento com as fontes foi o principal fator citado pelas editoras do jornal *O Tempo* como contribuição para a elaboração do caderno especial.

> As fontes são tudo! Pelas fontes que a gente começa a apuração. E nesse caso as fontes batiam muito. É claro que elas vão surgindo no meio do caminho, como as pautas, as fontes vão aparecendo. Mas a gente tem umas fontes que são oficiais, que é a prefeitura, o Ministério Público, foi uma fonte muito importante nesse caso, Polícia, líder comunitário, essas fontes são as fontes básicas, óbvias, mas vão surgindo fontes também, moradores. Você vê que o morador fala melhor ou o morador que as pessoas acabam recorrendo a ele (E1).

Dessa maneira, percebemos como as características abordadas aqui e apontadas pelas entrevistadas compõem aspectos cruciais para a caracterização de dimensões situacionais do contrato subjacente à produção de um caderno especial, que considera o relacionamento com as fontes abordadas, as finalidades argumentativas que classificam os jornais e determinam a temática do que será abordado, as vivências experimentadas pelos repórteres que elaboram o caderno especial. Todos esses pontos se referem à dimensão *externa/interna* das condições do produto que culminam na produção do caderno especial e suas representações, de acordo com essas variáveis apresentadas e ilustradas aqui. Dessa forma, torna-se fundamental compreendermos os aspectos que impactam na construção do produto, considerando, portanto, os objetivos daqueles relatos e a quem eles se destinam, baseando-se no seu público-alvo, ou seja, de que forma pode se construir e organizar o discurso que vai gerar impacto no destinatário projetado e esperado pelo produtor.

2.2.1.3 Dimensão da construção do produto e reflexões sobre a projeção do sujeito destinatário

O segundo lugar da máquina midiática (CHARAUDEAU, 2015), que está nos servindo de base analítica para entendermos e definirmos os contratos que subjazem as

práticas jornalísticas de caderno especial, leva em consideração a dimensão da construção do produto. Ou seja, diz respeito à organização estrutural semiodiscursiva segundo hipóteses sobre a cointencionalidade, visando a um enunciador-destinatário e aos efeitos possíveis a partir de escolhas discursivas que culminam na criação do texto, como pontua o supracitado autor:

> Analisar o produto acabado depende de uma problemática semiodiscursiva que pressupõe o estudo do discurso midiático sob um enfoque em que serão examinados os sentidos provenientes da estruturação do texto e os discursos de representação, tanto aqueles que circulam no lugar de produção quanto os que caracterizam o lugar das condições de recepção. Esses dois tipos de discursos de representação constituem os imaginários sociodiscursivos[57] que alimentam e tornam possível o funcionamento da máquina midiática (CHARAUDEAU, 2015, p. 28).

Como explicamos anteriormente, nesta pesquisa não vamos abordar o lugar de interpretação, ou seja, como o receptor de fato recebe a informação midiatizada. Como nosso foco é a produção e o produto do caderno especial, analisaremos, aqui, os aspectos internos da produção que pensam o destinatário ideal, ou seja, as estratégias utilizadas pela instância de produção que visam influenciar a recepção a partir dos possíveis efeitos inscritos na relação "enunciador-destinatário".

Dessa forma, entendemos a importância dada ao público-alvo na produção do discurso midiático, sobretudo na elaboração do caderno especial. Além da distribuição e alcance dos jornais, outros fatores também interferem na definição do público-alvo visado pelos produtores. Nesse aspecto, consideramos a concepção de caderno especial que cada entrevistada manifesta, a partir da idealização do TUd e os possíveis efeitos a que o EUc visou atingir.

O principal aspecto que desperta interesse de cobertura midiática e no respectivo consumo da informação é a localidade, focada na aproximação com o que está sendo tratado. Tal proximidade, como defende Charaudeau (2015), depende do "modo de tratamento da notícia" (CHARAUDEAU, 2015, p. 316) que, a partir dele, pode-se identificar a notícia como interesse local ou distante dessa localidade prevista, em um alcance mais global. Nesse sentido, o autor afirma que

[57] Para Charaudeau (2007), os imaginários sociodiscursivos são um modo de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, que constrói a significação dos objetos do mundo, os fenômenos que aí se produzem, os seres humanos e seus comportamentos, transformando a realidade em real significante (CHARAUDEAU, 2007, p. 53). Ou seja, é por meio dos imaginários que a sociedade imprime significação ao mundo que se lhe apresenta.

> as mídias estão presas a esses dois imaginários que determinam dois tipos de público: aqueles que se apegam à aldeia (a imprensa regional, com a caça, a pesca, a política local, os fait divers que envolvem as pessoas do local) e aqueles que sonham com o planeta (a imprensa nacional, com a política interna e externa, os esportes, os acontecimentos sociais) (CHARAUDEAU, 2015, p. 137).

Considerando, ainda, essas definições de Charaudeau, nesta pesquisa, pensamos que os veículos *Lampião* e *Curinga* parecem se enquadrar na categoria de "identidade aldeia", enquanto *O Tempo* e o *Estado de Minas* enquadram-se na categoria de "identidade planeta", ainda que veiculem matérias sobre o local (o que permite o enquadramento também em "identidade aldeia"), mas sob uma perspectiva mais generalista, não de maior identificação, como percebemos nos produtos laboratoriais. Ainda de acordo com as classificações de Charaudeau (2015), a seleção do que a mídia escolhe retratar se baseia na configuração de acontecimento seguindo critérios internos (de acordo com princípios de saliência do próprio veículo) e externos. No caso por nós analisado, então, o rompimento das barragens surge como acontecimento externo, sendo classificado como "acontecimento-acidente" (CHARAUDEAU, 2015, p. 138), já que tem o caráter inesperado de factualidade.

Na produção da notícia, a instância da produção não pode ignorar as possíveis reações da instância de recepção, estimuladas pelas estratégias discursivas adotadas pela primeira. Ou seja, de acordo com Charaudeau, as mídias sabem que a audiência não é homogênea e que as abordagens e escolhas feitas por elas podem reverberar na forma com que a recepção absorve aquele conteúdo, de acordo com as experiências vividas e repertório traçado, promovendo, portanto, o recorte do mundo social seguindo suas crenças e vivências.

Essa relação, baseada no modo de produção de notícia, tendo o texto como o produto daquela, reflete no sentido de enquadramento e o modo de organização discursiva a qual se dá o produto midiático a partir das escolhas de representações e temas que possam atrair o público ao qual o veículo se destina. Adiantando as discussões sobre o conceito de enquadramento, é preciso realçar, aqui, como ocorrem as relações de pregnância e saliência que perpassam a mecânica de construção do discurso midiático. É importante fazer tal ressalva, aqui, para compreendermos a relação que há entre o produto e as instâncias de produção e recepção, formando uma rede de interação e significação. A esse respeito, Charaudeau afirma que:

> Pregnância e saliência interagem, produzindo na organização dos fatos midiáticos um fenômeno de amálgama. Amálgama na origem, no momento da seleção-

> construção-tratamento do fato, pois, em nome da inteligibilidade (mas também da captação), as mídias apresentam os fatos estabelecendo, custe o que custar, relações de analogia ou de causalidade entre eles. Daí decorre uma racionalização do espaço público compactada, como se este só pudesse ser constituído de fatos solidários entre si. Amálgama também em seu término, na recepção, no momento do consumo das notícias, o qual não coincide necessariamente com o da produção, pois depende de operações de captura da informação efetuadas pelo receptor, da maneira pela qual este integra a notícia à sua bagagem de conhecimentos e de crenças e, por conseguinte, das analogias e causalidades que este produz. O amálgama da produção se realiza num fluxo de tratamento da informação que passa por uma programação mais ou menos consciente. O amálgama da recepção se produz num fluxo fragmentado do ponto de vista da prática de consumo da informação e contínuo do ponto de vista da interpretação (CHARAUDEAU, 2015, p. 140).

Dessa forma, o acontecimento a ser retratado é escolhido de acordo com o seu potencial de saliência, em que ele se destaca em relação a outros naquela inscrição espaço-temporal. O rompimento da barragem se enquadra, então, nessas classificações e delimitações de destaque que ganha atenção midiática, seja pela proximidade e regionalização do acontecimento (imprensas mineiras tendem a reportar acontecimentos do estado) ou pela imponência do fato, dada a sua magnitude de consequências destrutivas à sociedade[58].

Para as editoras do jornal *O Tempo,* o caderno especial se difere da produção diária por ser "um caso que interessa todo mundo", o que foge dos resultados de pesquisa de audiência. Elas assumem que o interesse do leitor é fundamental para a produção do material jornalístico, creditando o grande interesse do funcionalismo público pelo veículo graças à "linha do jornal, editorial, mais independente", como explica E1. Ao mesmo tempo, as editoras do jornal *O Tempo* reconhecem a importância da edição para atingir os possíveis efeitos visados pelo EUc, principalmente em uma cobertura com alta carga emotiva como sobre a tragédia retratada, ao afirmarem: "Mas aí é a importância do nosso filtro. Porque os meninos que estão lá eles chegam muito revoltados, eles chegam muito emotivos, que é ótimo pro trabalho final deles, mas daí a importância da edição".

Já o jornal *Lampião,* focado na cobertura local, tem como público-alvo os moradores de Mariana e Ouro Preto, incluindo os distritos. A professora conta que há uma editoria obrigatória no jornal para tratar de assuntos referentes aos distritos das cidades, tamanha a importância deles no desenvolvimento do veículo.

> A gente entende que a cobertura estava muito centrada nas sedes e são comunidades muito grandes. Então isso vira um valor-notícia, porque a gente precisa ter uma

[58] Tal informação foi confirmada por uma de nossas entrevistadas, em que afirma a importância e relevância do acontecimento, que se impôs como principal notícia a ser retratada nas edições do jornal (ver anexo)

> editoria de distrito, ou seja, as pautas de distrito tem um valor-notícia alto pra gente (E2).

Essa alta valorização do local, com atenção voltada para regiões pouco retratadas nas mídias, como os distritos de Mariana e Ouro Preto, é uma característica marcante que perpassa toda a produção do caderno especial do jornal *Lampião* e até em publicações futuras, que consideram Bento Rodrigues como um dos principais valores-notícia do veículo. Essa característica nos permite afirmar o grande poder de jornalismo local que o jornal-laboratório exerce, enquanto componente crucial do contrato subjacente a essa produção específica, atribuindo a um produto laboratorial uma alternativa de veículo midiático local, capaz de suprir as demandas de representações locais e as suas relações que implicam essas coberturas.

Dessa forma, conseguimos, até o presente momento, estabelecer e indicar características que compõem o contrato subjacente à produção jornalística (especificamente do caderno especial) comercial, representada pelo jornal *O Tempo,* e a produção laboratorial, representada pelo *Lampião*. Percebemos, por meio das entrevistas das editoras responsáveis pelos veículos e as características contratuais e discursivas presentes na análise do *corpus,* como as condições internas e externas influenciam na produção do caderno. Vimos, por exemplo, como a relação com as fontes é parte fundamental na construção do discurso midiático e como as condições de produção internas dos jornais refletem no produto final, a partir da projeção do público-alvo e as dimensões subjacentes à produção e organização discursiva, levando em consideração os elementos que constituem o contrato de comunicação midiática.

Assim, podemos estabelecer o paralelismo analítico-discursivo entre os dois veículos em análise, tomando como pano de fundo os aspectos teóricos-metodológicos discutidos ao longo deste capítulo. Essas relações entre os jornais servem como base para a análise das reportagens que os constituem, levando em conta os aspectos discursivos da construção de notícia, da gestão de fontes e de pontos de vista.

2.3 Características do jornalismo local-laboratorial e do jornalismo comercial subjacentes ao contrato midiático em O Tempo e o Lampião

Para buscar compreender as diferentes visadas que regem os veículos em análise nesta pesquisa, além de considerarmos outros aspectos que exercem influência direta na condição de produção, como intencionalidade, suporte, e, consequentemente, na respectiva cobertura,

achamos pertinente tecer mais algumas considerações sobre o público ao qual se destina, considerando as circulações e modos de acesso ao conteúdo produzido. Dessa maneira, encontramos uma diferença primordial entre os produtos, separando-os em mídia regional, com alcance em todo o estado de Minas Gerais, chegando até a outras federações, no caso do jornal *O Tempo*; e mídia local, com distribuição do jornal-laboratório nas cidades de Ouro Preto, Mariana e região, o *Lampião*.

É importante ressaltar que estudiosos do jornalismo local (CAMPONEZ, 2003; DORNELLES, 2005; CICILLINI, 2006; DUARTE, 2010), o consideram a partir de sua relação com prefeituras, interesses econômicos regionais e são frutos de uma organização empresarial. Além disso, há a aproximação conceitual do jornalismo local com a comunicação comunitária.

Destacamos, aqui, o afastamento pontual dessas duas vertentes, ao voltarmos nossa atenção aos veículos que constituem o *corpus* de nossa pesquisa[59]. Isso porque os produtos laboratoriais aqui analisados não visam ao lucro, não são formados por grupos empresariais, tampouco ligados a interesses econômicos. Também não carregam a periodicidade e envolvimento necessário para se considerarem comunicação comunitária como aponta, também, Peruzzo (2005).

O principal diferencial do jornal-laboratório é a discussão teórica sobre a prática jornalística, não sendo esta mera reprodução mercadológica, como defendem Miranda e Milati (2013). Dessa forma, há reflexões durante o processo de produção e, também, acerca do produto final, buscando aliar conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso, culminando em opções alternativas de prática jornalística, ainda que de maneira subentendida[60].

Essa diferença entre a teoria e a prática, principalmente em relação à falta de tempo e espaço para profundas discussões e reflexões na rotina de um grande veículo de massa está forte na fala das editoras do jornal *O Tempo*. Como observamos na entrevista, elas enfatizam a mecanicidade da produção jornalística, muitas vezes causada pela escassez de tempo e a alta velocidade de circulação de informação que presume a prática do jornalismo comercial.

[59] Ressaltamos, no entanto, que essa peculiaridade de abordagem local é forte especificamente no jornal *Lampião*. Não podemos, aqui, atribuir tal característica como base comum a jornais-laboratórios em geral, mas sim pelo que observamos sobre nosso *corpus*.

[60] Ilustramos essas características nos excertos apresentados acima. Para mais detalhamento, ver Anexo 2

> É porque a gente não para pra pensar, é uma coisa mecânica! Quem dera a gente tivesse esse tempo pra sentar e pensar "vamos fazer assim, assim". Não dá! Porque as coisas elas não param. Ainda mais que a gente tem são dois jornais, agora uma rádio, tem o portal de notícias, então as coisas elas acontecem então a gente não para pra pensar na mecânica da coisa. Talvez seja a outra diferença do jornal-laboratório. Você senta "ah, qual é sua pauta?" "Minha pauta é essa" "Então a gente tem que ouvir fulano, beltrano, a gente vai fazer pergunta.." Não. "Meu filho, sua pauta é essa ó, vai pra rua! Volta com as informações que eu quero." (E1)

A partir do excerto, podemos já indicar uma diferença básica entre os dois veículos em análise em relação à condição de produção, firmados a partir de distintos traços contratuais subjacentes aos produtos. Entendemos, portanto, que as características e finalidades dos jornais se distinguem na concepção do produto, culminando na forma como a prática é exercida.

Destacam-se, ainda, outras duas características que nos foram caras para a escolha de um produto laboratorial para constituir nosso *corpus* e servir de análise como certa produção alternativa da cobertura da tragédia e de interesse público, a saber:

> Como produto, cumpre também o objetivo de ser um veículo de comunicação alternativo, aberto a pautas diferentes, à inovação na linguagem e à liberdade de expressão, sem amarras comerciais ou institucionais formalizadas. Como instrumento de mudança social, cumpre o objetivo de alertar a população sobre assuntos pouco difundidos na mídia e que merecem visibilidade, constituindo-se em um alicerce para cobranças e discussões amplas. (...) Amparado na ética, baliza discussões de interesse público e social, sem preocupar-se com interesses comerciais ou de natureza político-ideológica. Além disso, toma para si o desafio de dar voz aos invisíveis, incumbindo-se da missão de buscar pautas inspiradoras e, ao mesmo tempo, contestadoras e reveladoras (MIRANDA; MILATI, 2013, p. 40).

Outra característica comum a jornais-laboratórios, também observada no nosso *corpus*, é em relação à independência e à adaptação das regras de noticiabilidade tradicionais do jornalismo, adaptando à realidade laboratorial (MIRANDA; MILATI, 2013, p. 36). É nesse sentido de abordagem diferenciada em relação a grandes veículos e o jornal-laboratório como alternativa ao conteúdo presente na grande mídia que Bittencourt e Wandelli (2013) direcionam a pesquisa tendo o produto laboratorial como espaço de experimentação e aprendizagem.

Os autores reconhecem que é função do jornalismo dar luz a povos anônimos e marginalizados, a fim de promover a diversidade. Nessa esteira, os pesquisadores acreditam que o jornal-laboratório pode ser uma oportunidade de prática jornalística que atenda a demandas culturais, sociais e políticas que vão além das que observamos em veículos de mercado. É, portanto, nesse espaço de prática pedagógica que os estudantes podem

experimentar novos formatos e buscar transformar as práticas já consolidadas no mercado jornalístico, já que é a produção laboratorial permite maior reflexão crítica e interpretativa acerca da atividade jornalística que se propõe realizar.

> O jornal-laboratório é espaço privilegiado para a reflexão crítica sobre a realidade, para a expressão estilística e política. Em recusa à falsa neutralidade e imparcialidade, fortalece o exercício da análise, da interpretação e do posicionamento político sobre a realidade, obtido da soma e do confronto de vozes plurais (BITTENCOURT E WANDELLI, 2013, p.141).

Dessa maneira, o jornalismo laboratorial pode propiciar uma prática de experimentação, busca revelar narrativas até então silenciadas pela grande mídia, dando luz a demandas políticas e sociais que acabam por ficar por fora do *mainstream*. É, portanto, nesse novo espaço de práxis jornalística que reside a importância do laboratório como resistência e experimentação de novas linguagens e adaptações modernas, visando à democratização de acesso e práticas contemporâneas de jornalismo, valorizando a produção coletiva e reflexiva do conteúdo que apresenta, sem se esquecer do valor pedagógico e da realidade educacional na qual se insere. Tal característica pode ser observada no jornal *Lampião* quando a editora-professora aponta a horizontalidade das decisões como um dos fundamentos do jornal-laboratório:

> Toda vez que o jornal fica pronto, a gente tem uma reunião de avaliação. Nessa reunião de avaliação estão todos os alunos, todos os professores, a gente apresenta o jornal, porque às vezes os editores viram o jornal todo, mas os repórteres não viram o jornal todo, viram a página dele, então a gente mostra aquele todo, discute, problematiza, especialmente as questões éticas. Por exemplo, um off quebrado, um plágio, o uso de alguma imagem que levantou alguma discussão entre nós, algumas posturas editoriais, por exemplo, a coisa da lama a gente avalia tudo, eles falam, eles preenchem autoavaliações sobre a participação dele, da equipe dele no jornal, com críticas, sugestões também, inclusive são a parte da nota do aluno (...). Então muitas vezes é uma reflexão pontual, matéria a matéria, dependendo da demanda daquela matéria, e muitas vezes vira discussões de grupo mesmo, dependendo da pauta, e algumas discussões são colocadas em votação da turma, algumas decisões em votação dos editores que são questões editoriais. Às vezes votações por questões éticas, às vezes votações por questões estéticas ou por questões produtivas (E2).

Em contrapartida, a estrutura organizacional do jornal *O Tempo* é diferente da observada no *Lampião*, exemplificada pelo trecho acima, principalmente em relação à produção do caderno especial, em que há maior aprofundamento do tema e a escolha por repórteres que já fizeram a cobertura do tema a ser retratado. Embora não haja o papel tão determinado do produtor/apurador, trabalho este muitas vezes feito pelo próprio repórter, a

hierarquia da redação em designação de equipe e edição de texto, além das escolhas editoriais do que é publicado, é mais perceptível na mídia comercial do que no produto laboratorial.

As editoras do jornal *O Tempo* relataram, como mostramos anteriormente, que a escolha pelo profissional a realizar a cobertura especial se dá, normalmente, por mérito profissional de preparação para tratar de determinado assunto:

> A gente costuma escolher as pessoas que participaram mais dessa cobertura, que muitas vezes é por mérito, que a gente avalia que é o repórter que tá mais bem preparado naquele momento ou outras vezes é por sorte, quem tava aqui que foi e quem se inteirou melhor no assunto, que foi melhor a gente mantendo né. E essas pessoas que participaram mais da cobertura são selecionadas para fazer o caderno. Que eram pessoas que já tinham conhecimento do que é que estava acontecendo, que conheciam as pessoas, conheciam as fontes, conheciam o lugar, então foi assim a escolha dessas pessoas (...). Eles (repórteres) já sabem fazer o jornal, eles precisam de orientação, do que a gente quer, do que a gente espera e o que a gente quer, a gente espera é o que a gente acha que vai dar leitura por causa do público-alvo, por causa da linha editorial do jornal, por causa de tudo, às vezes a gente acerta, às vezes a gente erra, mas a gente tem um padrão ali pra seguir (E1).

Tais características internas de produção, como vimos ao longo do capítulo, impactam diretamente no modo como o jornal escolhe retratar o acontecimento. É nesse sentido que se instaura a principal diferença de abordagem e enquadramento observada entre o jornal-laboratório e o jornal comercial. O *Lampião*, por exemplo, não segue a ideia mercadológica, já que está inserido em uma prática pedagógica dentro de uma universidade pública, o que permite maior liberdade editorial, como salienta a editora-professora:

> a gente está aqui dentro produzindo um jornal-laboratório não é pra vender, é pra noticiar e pra ensinar. O Estado de Minas e O Tempo também noticiam, mas pra eles a notícia é uma commodity, a informação é uma commodity, pra gente não é. É um produto, então a natureza da relação entre essas duas questões é muito distinta. A gente não vai perseguir um furo pelos mesmos motivos que eles e eu não estou sendo idealista em relação ao jornal-laboratório, mas a gente realmente não tem esses interesses em campo, assim como a gente também não é atravessado por anunciantes, por interesses governamentais, ainda que a gente tenha um lugar de fala dos nossos sujeitos que fazem o jornal, isso impacta em pauta, isso impacta em angulação, mas nós não somos atravessados pela questão comercial na condição de um jornal. Isso é fato. Nós somos gratuitos, eles são pagos, já começa por aí (E2).

Essa distinção também é apontada pelas editoras do jornal *O Tempo*, que definem a produção laboratorial como um "ensaio", enquanto o próprio veículo é considerado um produto. Isso se dá, de acordo com as entrevistadas, por causa, principalmente, de investimento e experiência profissional.

> Investimento de dinheiro, investimento de pessoal, investimento de planejamento, experiência de todas as pessoas envolvidas. Com todo respeito a estudante, a gente

> já foi estudante, a gente já fez laboratório... (...). Aí entra a experiência que o laboratório não tem, a importância de saber fazer escolhas, que vem muito com a experiência e até maturidade pra saber (E1).

As condições de produção e a finalidade do produto, enquanto espaço de aprendizagem e produto mercadológico, impactam, também, nas abordagens escolhidas, considerando o público alcançado pelos veículos. Como apresentamos anteriormente, o jornal *Lampião* é voltado para as cidades de Ouro Preto e Mariana, enquanto o jornal *O Tempo* circula em todo o estado e em outras federações, incluindo o Espírito Santo, estado retratado em seu caderno especial.

Dessa forma, podemos observar traços do jornalismo local e de características contra-hegemônicas[61] na cobertura realizada pelo produto laboratorial em análise, já que procuram evidenciar discursos que não foram representados na grande mídia e realizar abordagem focada nos impactos locais que a tragédia causou, como observado na entrevista com a editora-professora: "a gente tentou o tempo inteiro enquadrar as notícias na perspectiva deles, uma coisa de empatia e daquele lugar".

Por outro lado, o jornal *O Tempo* se caracteriza como mídia regional, que abarca o estado de Minas Gerais, mas também reconhece que fez uma cobertura mais ampla até no sentido territorial, já que acompanhou o percurso do rio Doce, chegando ao Espírito Santo, estado que foi retratado e forneceu fontes e reportagens importantes que constituem o caderno especial:

> É claro que nesse caso assim, por exemplo, a gente falou do Espírito Santo, a lama chegou lá, mas o assunto era Mariana. Então a gente foi atrás porque é um assunto que era nosso. Então quando acontece esse tipo de coisa a gente acaba entrando na seara de outras editorias (E1)

Os trechos acima reproduzidos ilustram, portanto, a diferença da identidade-aldeia e identidade-planeta, apontada por Charaudeau (2015), conforme trabalhamos anteriormente neste capítulo, como um resumo das diferenças contratuais entre os dois veículos analisados.

Como vimos até aqui, as condições de produção e as características contratuais têm relações diretas com o produto final dos jornais, o que nos permite realizar análise linguístico-discursiva de elementos subjacentes à produção dos cadernos especiais. Tais constatações podem ser tomadas a partir da análise da gestão de ponto de vista, considerando termos

[61] Aprofundaremos essa discussão na seção 3.5.

axiológicos e gestão de vozes, e abordagens dadas pelos veículos, como observaremos mais detalhadamente no capítulo a seguir, dedicado à análise contrastiva dos cadernos a partir de sua dimensão interna.

3. ENQUADRAMENTO E CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE VISTA NOS JORNAIS *O TEMPO* E *LAMPIÃO*

Após refletirmos acerca dos aspectos teóricos que tangenciam a prática jornalística no campo da Comunicação e da Análise do Discurso, dedicaremos este capítulo para a análise das reportagens dos dois cadernos especiais que compõem o nosso *corpus*. O objetivo é identificar estratégias discursivas que denotem o enquadramento dado pela instância de produção e como ela realiza a gestão do ponto de vista, visando influenciar a opinião do receptor a partir dos contratos subjacentes às práticas observadas, como abordados no capítulo anterior.

Para tanto, além de descrevermos e analisarmos como essas estratégias se dão na prática, materializadas nas reportagens dos cadernos especiais, vamos, também, apontar alguns aspectos observados nas entrevistas realizadas com as editoras responsáveis pelas publicações, como trabalhamos ao longo desta dissertação. Dessa forma, podemos perceber o tema mais presente nas coberturas, a abordagem escolhida para retratar o acontecimento e o público ao qual o veículo se destina.

Como aprofundaremos a seguir, percebemos que a temática escolhida pelo jornal *O Tempo* é sobre os impactos ambientais da tragédia, sobretudo em relação à destruição do rio Doce e às atividades e comunidades que o cercam. A elaboração do caderno especial, de acordo com as editoras, permite mais tempo para a apuração e aprofundamento do tema, por isso a necessidade de acompanhar o trajeto do rio na produção do produto, a fim de perceber as relações que as pessoas estabelecem com o rio, característica pouco observada no noticiário diário. Outra característica marcante na cobertura do jornal, relacionada ao tema, é a estratégia de dramatização do veículo, a partir das relações estabelecidas com as fontes e as emoções envolvidas entre os próprios jornalistas sobre o tema tratado. Importante ressaltar, também, que o tema parte da observação factual sobre o acontecimento, acreditando que ele "se impôs" enquanto caderno especial, sobre o qual as editoras apontam características de "documentário", dada a carga emotiva que o envolve.

Já o jornal *Lampião* procurou fugir da temática da destruição causada pela lama, principalmente em relação ao meio ambiente, para tratar da tragédia sob a ótica local e

temática, não com um "enquadramento episódico"[62], mas sim do tema a partir da perspectiva dos próprios repórteres acerca do objeto, que se envolveram para além da publicação do jornal[63]. Nesse sentido, a abordagem escolhida pelo jornal, de acordo com E2, priorizou "pautas de jornalismo local e também pautas de jornalismo humano", respeitando, também, as vivências e autonomia dos repórteres, sempre focando nos sujeitos atingidos pela tragédia.

Dessa forma, aprofundaremos, nas seções seguintes, os aspectos discursivos de enquadramento e gestão de pontos de vista, aplicando tais conceitos nas análises das reportagens dos cadernos especiais.

3.1 Produção de notícias e gestão de vozes

No cerne do contrato de informação midiática está a notícia[64], enquanto produto da interação e da relação entre as instâncias de produção e recepção. A notícia é tratada sob uma forma discursiva, que consiste em descrever o que se passou, reportar reações, analisar os fatos, seguindo critérios internos e externos à instância de produção, que integra as lógicas econômicas, tecnológicas e simbólicas, como vimos anteriormente.

A notícia, portanto, é construída a partir de um ponto de vista (seja ele do jornalista, das fontes, do editor ou de outros atores envolvidos na encenação midiática), o que faz com que a realidade seja apresentada de acordo com interesses particulares, o que nos conduz a refletir sobre a noção de enquadramento, agora a partir de um ponto de vista mais discursivo. A seleção dos fatos que viram notícia se dá pelo tempo, espaço (relacionado à localidade, no caso deste trabalho, interesse local/regional) e hierarquia (o que o veículo decide destacar), distribuídos em um veículo midiático, que elenca as notícias de acordo com fatores internos editoriais, visando atingir com mais assertividade o público-alvo que consome tal produto.

[62] Conforme apresentamos no capítulo 1, o enquadramento episódico é aquele que tem foco em eventos, acontecimentos pontuais, como é o caso do rompimento da barragem.

[63] A professora responsável pela publicação informa que muitos alunos participaram de projetos relacionados à comunidade de Bento Rodrigues e fizeram da tragédia o tema de Trabalho de Conclusão de Curso (ver apêndice 4).

[64] De forma sintética, notícia é a informação midiática que trata do acontecimento na sua emergência, considerando sua factualidade, ou seja, a proximidade temporal, de maneira mais direta. Já a reportagem, principalmente em cadernos especiais, como é o nosso caso, permite maior dedicação para apuração e redação do texto, além de mais espaço em sua publicação, sem a obrigatoriedade factual, com linguagem mais rebuscada e aprofundada.

Assim, chegamos à definição de notícia que norteia este trabalho, a saber: “um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado.” (CHARAUDEAU, 2015, p. 132). Ainda que os textos de nossa análise não sejam, exclusiva e puramente, considerados notícias, podemos utilizar tal noção como norte para definição de uma informação midiática e aplicar ao nosso *corpus*, pois os textos em análise são um conjunto de informações sobre o rompimento da barragem de Fundão, buscando trazer alguma informação, fonte ou abordagem novas, firmando a diversidades de abordagens possíveis sobre o mesmo tema, que passa a ter sua amplitude de efeitos como principal diferencial e indicativos materializados nas coberturas jornalísticas que estamos analisando.

Tais relações de enquadramento e acontecimento estão inseridas e dependem dos modos discursivos definidos, segundo Charaudeau (2015):

i) relatado, pois constrói um espaço de mediação chamado *Acontecimento Relatado*, constituído de fatos e ações, ou seja, de fatos e ditos relatados num modo descritivo;

ii) comentado, firmando-se como *Acontecimento Comentado*, que busca tratar do porquê e do como ocorreu tal acontecimento, a partir do fato e ditos relatados;

iii) e *provocado*, a partir da construção de espaços públicos com ajuda de determinados dispositivos.

O universo da informação midiática é, portanto, construído, uma vez que “a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo” (CHARAUDEAU, 2015, p. 151).

Nesse sentido, a mídia impressa produz uma narrativa reconstituída, já que não consegue construir sua narrativa midiática simultaneamente à ocorrência do acontecimento. Dessa maneira, o discurso midiático impresso apresenta uma estrutura já pré-estabelecida, com papéis pré-definidos, a saber: i) abertura, visando chamar atenção do público ao assunto tratado; ii) reconstituição, em que produz um encadeamento cronológico do acontecimento, utilizando métodos descritivos; iii) comentário explicativo, buscando elucidar o que ocorreu, apontando possíveis causas e consequências; e iv) o fechamento, ao propor novos questionamentos, num processo de redramatização do acontecimento a partir das consequências indicadas aqui.

A narrativa jornalística é construída, então, seguindo algumas regras básicas que valorizam o testemunho alheio, visando dar maior credibilidade à instância de produção, que investiga, comparece ao local e aborda os assuntos na perspectiva dos envolvidos diretamente no acontecimento. Tal construção é possível a partir do discurso relatado[65], ou seja, da fala do outro, a partir da identidade do ser falante que dá testemunho de si e do outro, do outro e de si, o que aponta para o dialogismo e se firma como um discurso heterogêneo por definição, já que é composto por traços de enunciações do outro, apontando outros locutores/enunciadores inscritos nessa cena de enunciação[66].

Dessa maneira, destacamos a característica do discurso relatado de se formar a partir de um recorte do que o enunciador disse ao locutor que reproduz seu discurso, a partir de "uma transformação enunciativa do já dito", apontando, portanto, "uma apropriação ou rejeição" (CHARAUDEAU, 2015, p. 163) do discurso pelo locutor, aqui considerado o locutor-jornalista, já que se insere em uma instância midiática. Nesse aspecto, a apropriação, pelo locutor, do discurso que relata visa produzir três efeitos no interlocutor final, a saber: i) de *autenticidade*, demonstrando que o enunciador, de fato, emitiu aquela informação; ii) de *responsabilidade*, de modo a responsabilizar o enunciador pelo que disse[67]; iii) de *verdade* do que foi dito, para fundamentar os propósitos do locutor-jornalista.

O discurso midiático, então, encontra algumas maneiras de expressar seu ponto de vista a partir do discurso relatado ao qual integra ao seu relato. Importante destacar que tal descrição se baseia na seleção do que o locutor de origem disse ao locutor-jornalista a fim de produzir efeito de objetivação a partir do que foi dito. Assim, a imprensa toma o papel de "reflexo, espelho, eco das diversas falas que circulam no espaço público" (CHARAUDEAU, 2015, p. 168).

Dessa forma, o autor acredita que "dar a palavra aos notáveis corresponde a mostrar-se como organismo da informação institucional; dar a palavra aos anônimos corresponde a

[65] Para esta dissertação, adotamos a definição de Charaudeau (2015): "o discurso relatado é o ato de enunciação pelo qual um locutor relata o que foi dito por um outro locutor, dirigindo-se a um interlocutor que, em princípio, não é o interlocutor de origem. A isso é preciso acrescentar que o dito, o locutor e o interlocutor de origem encontram-se num espaço-tempo diferente daquele do dito relatado, do locutor-relator e do interlocutor final" (CHARAUDEAU, 2015, p. 161-162).

[66] É quando a encenação ocorre em um espaço instituído, definido pelo gênero do discurso e sobre a dimensão constitutiva do discurso, que se coloca em cena e instaura seu próprio espaço de enunciação.

[67] Conforme veremos a seguir, a responsabilização foi uma estratégia bastante utilizada pelos jornais em análise.

mostrar-se como organismo da informação cidadã ou mesmo popular" (op. cit). Tal assertiva nos auxiliará metodologicamente neste capítulo, onde poderemos apontar tais vozes e relacioná-las ao ponto de vista defendido pelo veículo midiático.

Ainda nesse sentido, os efeitos visados são o i) de decisão, a partir da palavra performativa; ii) de saber, considerando a posição de autoridade da fonte utilizada; iii) de opinião, com o julgamento e avaliação feita pela fonte; e iv) de testemunho, de maneira descritiva do acontecimento a partir do relato testemunhal, visando dar maior credibilidade à notícia.

Em relação à identificação das fontes, ela pode ocorrer de três maneiras, a saber: i) a partir da denominação, com o nome do sujeito retratado (figura 7)[68]; ii) determinação, abordando a relação da mídia com a fonte[69] (figura 8); iii) modalização, que trata da crença em relação ao dito a partir da escolha lexical de verbos *dicendi* (diz, declara, informa, relata) (figura 5) ou marcas de distanciamento (segundo, de acordo com, acredita, acha que etc), como demonstrados a seguir:

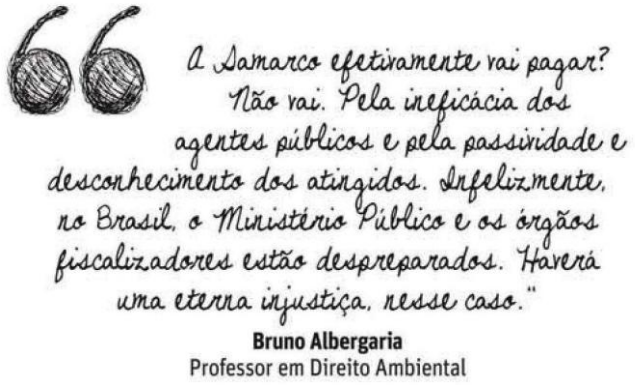


Figura 7: A denominação ocorre com a identificação da fonte utilizada.
Fonte: *O Tempo*

[68] Apesar de não nos aprofundarmos nas análises de recursos gráficos e imagéticos utilizados pelos jornais, importante destacar, aqui, o recurso gráfico no discurso direto, em letra manuscrita cursiva, o que dá mais efeito de real para a citação, como se tivesse sido escrito "em próprio punho" pela fonte em destaque.

[69] Como observaremos na análise, os veículos (principalmente os comerciais) identificam os repórteres responsáveis pela cobertura, indicando a relação deles com o acontecimento e o trabalho realizado, em uma valorização da atividade e reconhecimento do profissional.

Entre o ofício e a estrada, histórias marcantes de uma triste despedida

A pauta surge pelo caminho da lama. Saímos para seguir os rejeitos, que partiam rumo ao mar. Pelo percurso, ela se transforma, não era mais apenas um rastro, mas passa a ser sobre um rio e tudo que ele carrega consigo. Começamos a contar histórias, a vivenciar cada pedacinho dele e, quase como uma nota fúnebre, nos despedimos, junto com quem vive a suas margens.

Alguns lugares foram especiais, outros, tristes, e alguns, muito contemplativos. Para cada um de nós, aquilo ressoou de uma maneira. Um ficou encantado ao ver as belezas do rio antes da chegada da lama, o outro se impressionou com o cheiro forte vindo das águas, e a repórter, com a morte dos animais.

Nunca imaginávamos que faríamos esse trajeto e, muito menos, que teríamos esse contato tão próximo com o rio Doce. Lamentamos que tenha sido em um momento tão triste, mas cada pedacinho dessa longa jornada nos afetou definitivamente.

Aprendemos que as pessoas são apegadas à natureza que as cerca. Elas aprendem a viver e a respeitar o que lhes é dado pela água e pelo meio ambiente. Vimos muito choro, e a maior parte dele veio justamente de pessoas que não conhecem outra forma de vida além do rio.

O rio era lindo. Agora ele é turvo e retrata uma tragédia. Um rastro de tristeza que passa, vila por vila, quilômetro por quilômetro, e que não sabemos quando irá acabar. Talvez nunca. Talvez os netos desses que têm o rio como sua fonte vital apenas mantenham isso na lembrança. Mas essa história, acreditamos, nunca deixará de ser contada. Nós, pelo menos, nunca a esqueceremos.

(Bárbara Ferreira, Lincon Zarbietti, Robson Santos)

Figura 8: Texto do jornal *O Tempo* demonstra a relação dos repórteres com as fontes consultadas.
Fonte: *O Tempo*

Sebastião acredita que a solução para esses casos diminuírem é os órgãos fiscalizadores apertem mais nas suas vistorias e acompanhamento das manutenções nas barragens. "É muito descaso e falta de manutenção nas barragens. Todo cuidado é pouco quando se trata de vidas", finaliza.

A irresponsabilidade de algumas empresas continua a deixar mais feridas expostas. A sutura tem sido mal feita. Minas carrega consigo 32 lápides. Fica a pergunta: serão preciso mais 30 anos para alguém fechar esse corte? ♠

Figura 9: Os verbos *dicendi* são bastante utilizados para denotar o posicionamento e atitude enunciativa da fonte retratada.
Fonte: *Curinga*

Como observamos, então, são várias as abordagens em relação à fonte utilizada para representar o acontecimento retratado. Com funções e posicionamentos distintos, a forma com que elas são apresentadas e o agenciamento dado a elas no texto podem integrar a gestão de pontos de vista do veículo, como observamos, principalmente, na figura 7. Para nos auxiliar na análise e demonstração dessa característica, utilizamos, de modo ilustrativo e representativo, o quadro elaborado por Charaudeau sobre a identificação e classificação das fontes, adaptada ao nosso *corpus* de trabalho.

Tabela 1 Identificação de Fontes nos veículos midiáticos.

A identificação das fontes			
Internas às mídias		**Externas às mídias**	
"Internas aos organismos de informação"	"Externas aos organismos de informação"	"Institucional" (oficiais/oficiosas)	"Não institucional"
Correspondentes enviados especiais; Arquivos próprios Ex: repórteres e o próprio jornal como fonte (principalmente nos jornais *mainstream*)	Agências e indústrias de serviço; Outras mídias Ex: Apuração em outros veículos de maior circulação (especificamente observado nos produtos laboratoriais)	Estado-Governo; Administrações; Organismos sociais; Políticos Ex: governantes, sindicatos dos trabalhadores de mineração, autarquias, órgãos públicos etc.	Testemunhas Especialistas Representantes Ex: vítimas da tragédia, especialistas em mineração e direito ambiental e trabalhista.

Fonte: Adaptação de CHARAUDEAU, 2015, p. 148

É a partir dessa relação que se estabelece com as fontes, sua identificação e gestão que chegamos a um dos aspectos teórico-metodológicos principais para nosso trabalho: a gestão dos pontos de vista. Ela ocorre, entre outros recursos, quando é possível perceber o posicionamento do veículo a partir de escolhas lexicais e fontes utilizadas na abordagem do tema, como veremos a seguir.

3.2 Gestão de pontos de vista

Como vimos, a notícia/reportagem é construída a partir de um ponto de vista do sujeito que a produz. Dessa forma, percebemos que o posicionamento do veículo pode ser apreendido de diversas maneiras, da escolha do que é salientado em sua cobertura às palavras

que serão utilizadas para caracterizar tal acontecimento[70]. Charaudeau (2015) elenca quatro principais tipos de posicionamento, no que se refere ao processo de relato do discurso de *outrem*:

i) intervenção nas palavras do enunciado de origem, operando uma transformação lexical;

ii) intervenção nas palavras de enunciação de origem, operando uma transformação da modalidade do dito;

iii) intervenção na significação enunciativa da declaração de origem, transformando o dito em ação de dizer, e o locutor de origem em agente desta ação (modo narrativizado);

iv) intervenção na enunciação do próprio locutor-relator, marcando uma certa 'distância' com relação à veracidade da declaração (muito utilizado com os condicionais tais como "teria sido" e outras marcas que denotam a imprecisão).

Essas reflexões assemelham-se àquelas realizadas por Rabatel (2013) no sentido de expressão e gestão de pontos de vista a partir do discurso relatado de *outrem*. Para teorizar sobre a gestão dos pontos de vista a partir das fontes utilizadas, tomemos inicialmente como base os estudos de Rabatel (2013), com o conceito relacionado ao enunciador e sua relação com o locutor, nos estudos da linguagem, conforme trataremos a seguir.

Baseado nos estudos de Ducrot (1984), Rabatel propõe a reflexão sobre locutor/enunciador que nos é fundamental para as análises sobre gestão de PDV. O autor distingue, então, o locutor como o responsável pelo enunciado, em que, a partir deste, pode incluir outros enunciadores, até com PDVs diferentes dos seus. Assim, o locutor pode aproximar ou se distanciar dos enunciadores que coloca em cena em seu discurso. Eles são definidos como seres que se exprimem na enunciação sem, necessariamente, tomar a palavra.

[70] Ainda que não nos aprofundemos no conceito de aforização, proposto por Maingueneau (2010), ele faz uma relação da gestão de fontes com o enquadramento e os pontos de vista, categorias que sustentam nossa análise. O autor direciona sua atenção para os fragmentos destacados de um discurso, acreditando que, ao fazer tal recorte, o enunciado sofre uma alteração. A aforização prevê o receptor universal, ou seja, institui uma cena de fala onde não há interação entre dois protagonistas colocados no mesmo plano. É fundamentalmente monologal, tendo como efeito centrar a enunciação no locutor. Assim, "um texto é uma rede de pensamentos articulados por meio das restrições de jogos de linguagem de diversas ordens" (MAINGUENEAU, 2010, p. 13). O autor também comenta, em produção anterior (MAINGUENEAU, D. *Cenas da Enunciação*. POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. (org.). Parábola Editorial: São Paulo, 2008), sobre a noção de sobreasseveração, que é o destaque que a mídia dá, por meio da citação e da destacabilidade, a determinados termos ou sentenças, relacionando o locutor ao enunciador, podendo denotar, então, o seu ponto de vista.

De modo direto, tomemos nosso objeto de estudo, o jornalismo impresso: o jornalista, responsável pelo relato que se materializa em um texto jornalístico, é o responsável pelo enunciado e gere o seu PDV a partir do próprio texto, enquanto locutor/enunciador, ou evoca outros enunciadores, denominados, no campo jornalístico, como fontes e/ou personagens, que são representados por meio do discurso relatado direto (ou indireto) expressos por diversas formas, como mostra Maingueneau (2004).

Nesse sentido, Lessa (2016) lembra que o sujeito que se responsabiliza pela referenciação de objetos discursivos pode exprimir seu PDV diretamente, por meio de comentários explícitos ou indiretamente, por meio dos processos de referenciação: seleção e combinação de itens lexicais e sintáticos. Nessa esteira, o pesquisador retoma o pensamento de Rabatel (2005) a fim de "determinar os tipos de relações que se estabelecem entre os enunciadores encenados e o locutor a fim de determinar quem assume os pontos de vista em um texto" (*op. cit*). É nesse contexto, portanto, que orientamos nossas análises, considerando que "enquanto locutor, o jornalista orienta a interpretação dos discursos relatados" (RABATEL, 2013, p. 54), indicando o PDV defendido pelo veículo, enquanto instituição a partir da qual enuncia.

Ao retomar a teoria polifônica de Ducrot, Rabatel (2013) defende que o enunciador é uma instância privilegiada de expressão da subjetividade, mas também ponto central de visadas argumentativas dos locutores. Ao mesmo tempo, mantém a definição de enunciador proposta por Ducrot, definido como a instância que se encontra na origem de um PDV expresso em um conteúdo proposicional, apesar de propor a análise de relações entre os enunciadores e o locutor que os coloca em cena, a fim de entender "quem assume o quê", diferenciando-os em relação à cena de enunciação em que se inserem.

Nesse contexto, o locutor, ou seja, o responsável pela enunciação, é um sujeito modal que visa influenciar o seu interlocutor através do discurso. Rabatel propõe, então, o estudo sobre como essa influência é feita, observando as modalidades[71] em que se manifesta a subjetividade no plano da enunciação, com a presença de subjetivemas[72] que expressam um

[71] Bally define a modalidade como "uma forma linguística de um julgamento intelectual, de um julgamento afetivo ou de uma vontade que um sujeito falante enuncia a propósito de uma percepção ou de uma representação de seu espírito" (BALLY, 1932, p. 3 *apud* BARROS, 2008, p. 69)

[72] Os subjetivemas são unidades significantes cujo significado comporta o traço (subjetivo), cuja definição semântica exige a menção do seu utilizador. Dessa maneira, os termos carregam todos os tipos de julgamentos interpretativos "subjetivos" inscritos no inconsciente lingüístico da comunidade (LESSA, 2016, *notas de aula*).

PDV. O autor acredita, portanto, que a ausência de marcas dêiticas[73] não implica a ausência de marcas modais, como defendera Benveniste.

Rabatel acredita, ainda, que a referência carrega duas características complementares que marcam a construção do sujeito enunciante: (i) o sujeito integrado à referência, que reflete o ponto de vista a partir do modo de apresentação dos referentes dos objetos do discurso; e (ii) os pronomes refletem seu próprio emprego, refletindo o ponto de vista a partir da inscrição do sujeito em seu discurso. Assim, "a referenciação dos objetos do discurso está articulada com a maneira como o locutor/enunciador se posiciona em seu discurso" (RABATEL, 2013, p. 25), como acrescenta:

> O locutor, responsável pelo enunciado, faz existir, através deste, enunciadores cujos pontos de vista e atitudes ele organiza. E sua própria posição pode se manifestar seja porque ele assimila a um ou outro desses enunciadores, tomando-o como representante, seja simplesmente porque ele escolheu fazê-los aparecer e sua aparição é significativa, mesmo se ele não se assimila a eles (DUCROT, 1984, p. 205 *apud* RABATEL, 2013, p. 32)

Dessa maneira, o autor defende que o ponto de vista pode ser expresso de forma direta, ou indireta, por meio de itens lexicais selecionados, atribuindo maior responsabilidade ao enunciador e como o locutor incorpora os referidos enunciadores no texto. No entanto, destacamos que há outras formas de aparição da subjetividade, além das marcas de pessoas, pronomes demonstrativos, advérbios, entre outras. O locutor, segundo Rabatel (2013), possui a escolha de uma enunciação embreada ou desembreada[74] e, nestes dois planos, também pode escolher imprimir à sua enunciação um contorno subjetivante ou objetivante.

> A separação locutor/enunciador é fundamental: se um enunciador monológico (contanto que o enunciado não seja um artifício) comporta um locutor e um enunciador em sincretismo, ao contrário, os enunciados dialógicos, que são a norma, comportam mais enunciadores que locutores, sobretudo no caso do dialogismo interno, ou seja, nos casos em que os PDVs são expressos em "frases sem palavra" (RABATEL, 2013, p. 30).

Nesse sentido de identificação do locutor e enunciador, o autor lembra que Ducrot atribui um espaço distinto entre o locutor e o enunciador, considerando que alguns pontos de

[73] A referência dêitica ocorre quando o referente ao qual se relaciona se encontra na situação de comunicação imediata a qual se insere.

[74] A enunciação embreada faz referência à noção de discurso enquanto o enunciado organizado pelo locutor. Já a desembreada (do plano não embreado) faz referência à narrativa relacionada à história (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016).

vista são assumidos pelo locutor, outros não. Assim, todo locutor é o enunciador, que assume o conteúdo proposicional, mas nem todo enunciador é locutor. É a partir dessa assertiva que se define que o locutor é quem se responsabiliza pelo enunciado e faz existir enunciadores cujos PDVs e atitudes ele organiza, a partir dos recursos linguísticos, como aplicamos nesta pesquisa.

> A partir do momento em que o ponto de vista não se limita a uma dimensão constativa, mas integra um fazer ver, um fazer pensar, um fazer dizer, um fazer agir, mesmo que indiretamente, a partir do momento que os enunciados acumulam um valor descritivo, denotando estados de coisas e um valor interpretativo exprimindo julgamentos do enunciador sobre os objetos do discurso, esses últimos equivalem a um ato de linguagem indireto: mesmo se o ponto de vista do enunciador se exprime em uma frase sem fala, sua dimensão argumentativa indireta lhe atribui esse valor de ato (RABATEL, 2013, p. 35).

Assim, podemos inferir que o locutor está em toda parte por meio da encenação dos enunciadores, falando por meio de simulacros. Considerando que a expressão do PDV se dá por meio de itens linguísticos apresentados acima, Koch e Cortez (2015) apresentam reflexão ancorando-se em Rabatel (2013) ao afirmarem que "a análise das formas nominais possibilita investigar as relações entre locutor e enunciador no discurso, o que caracteriza fundamentalmente a expressão do ponto de vista" (KOCH e CORTEZ, 2015, p. 37).

Aplicando tais reflexões teóricas no nosso objeto de estudo, chegamos à gestão de PDV em um material jornalístico, carregado de subjetivemas, discursos relatados e, muitas vezes, apresentando uma tentativa de objetividade da informação, por meio de verbos mais neutros para indicar a busca da imparcialidade midiática, mas que estão relacionados ao PDV que o locutor/enunciador carrega e busca defender por meio dessas estratégias linguístico-discursivas.

Já no campo da Comunicação, Maia (2008) exemplifica a narrativa jornalística, com discursos relatados diretos e indiretos, indicando apoio (ou aversão) ao que está sendo retratado. A autora sinaliza que "enquanto algumas vozes ganham proeminência, outras são marginalizadas nas narrativas midiáticas" (MAIA, 2008, p. 107). Tal gestão de vozes é ponto crucial em nosso estudo, visto que os veículos estudados, a partir dessas reflexões teóricas, reafirmam seu posicionamento a partir do protagonismo de determinadas fontes em detrimento de outras. A autora ainda cita Fairclough (1995), que defende que o equilíbrio (ou a falta dele) de vozes não é mensurado apenas pelo número de aparições, mas a partir do "ordenamento e hierarquização das emissões" (FAIRCLOUGH, 1995 *apud* MAIA, 2008). A autora complementa, ainda, que "certas posições ou certos discursos de determinados atores

sociais podem ser assumidos pelas narrativas ou pelas opiniões jornalísticas" (MAIA, 2008, p. 107). Tal realidade de protagonismo e silenciamento de vozes se dá pela "estrutura de acesso aos canais dos media (que) tendem a reproduzir as assimetrias de poder existentes na sociedade" (*op cit.*).

Mais que recursos coesivos, os léxicos referenciais denotam pontos de vista. Assim, a escolha lexical não pode ser entendida como um mero "sorteio" em uma lista de itens, mas como determinante na tomada de posição a partir do enquadramento escolhido. Dessa forma, palavras com papéis anafóricos podem denotar ponto de vista e a subjetividade do sujeito produtor do discurso. O léxico, então, ocupa uma posição variável, flexível, abandonando o aspecto unidirecional e estável, firmando-se como posições enunciativas, como afirmam Koch e Cortez:

> as formas nominais referenciais, como estratégias de referenciação, desempenham papel importante para a construção do ponto de vista, porque sua seleção lexical aponta para uma instância discursiva ou centro de perspectiva – o narrador/personagem – a partir do qual o fato é apreendido e os objetos de discurso apresentados (KOCH; CORTEZ, 2015, p. 34)

Em um trabalho anterior, Koch (2005) já defendia a roteirização dessa construção do ponto de vista do leitor a partir da escolha lexical e caminhos indicados pelo jornalista na reportagem. Mesmo levando em consideração a mudança do papel do receptor e de como ele absorve a mensagem, essa premissa nos é importante para compreender o papel ideológico da reportagem e das seleções que são feitas e utilizadas no decorrer do texto.

É nesse sentido que caminharão nossas análises das reportagens dos veículos midiáticos: lançar o olhar crítico e analítico sobre essas produções considerando a gestão de pontos de vista a partir da escolha lexical e gerenciamento e identificação das fontes, entendendo que fazem parte do campo discursivo das mídias.

3.3 Aspectos discursivos sobre o Enquadramento

Como vimos nos capítulos anteriores, a noção de enquadramento exerce profunda relação com a construção do acontecimento, a partir da representação linguística exercida pelo sujeito inscrito na instância de produção midiática. No campo da Comunicação, portanto, percebemos que o enquadramento é considerado a representação do real, a partir do filtro do ponto de vista do produtor, que depende das condições de produção dos veículos midiáticos, da subjetividade do profissional responsável pela narrativa, entre outros aspectos trabalhados

no *Capítulo 1*. Assim, é importante trabalharmos com os aspectos discursivos que perpassam essas condições que permitem a representação midiática do rompimento da barragem, tema dos cadernos especiais em análise neste trabalho.

Portanto, interessa-nos, aqui, abordar como a Análise do Discurso, enquanto disciplina teórico-metodológica, aborda o conceito de enquadramento a partir das variantes linguísticas e imagéticas, culminando na construção do ponto de vista a partir dessas escolhas lexicais e análise de imagens ilustrativas nas reportagens em análise. Para tanto, retomamos as reflexões de Cortez (2013), no que tange ao agenciamento de pontos de vista a partir de elementos textuais e discursivos; nos estudos de Rabatel (2013) em relação à gestão de pontos de vista considerando os itens lexicais escolhidos para representar determinadas situações e características e os estudos de Charaudeau (2015), ainda, sobre Discurso das Mídias e outras definições, que nos auxiliam no conceito do enquadramento para que possamos trabalhar com ele enquanto categoria de análise, como é a nossa proposta.

Nesses termos, Charaudeau e Maingueneau (2016) se debruçam sobre a definição de enquadramento no campo da sociologia e filosofia, assim como os autores citados no campo da Comunicação. Também citando Goffman, os autores afirmam que "toda definição de situação é construída segundo princípios de organização que estruturam os acontecimentos e nosso próprio engajamento subjetivo" (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2016, p. 191)[75], levando em consideração, portanto, a herança social do sujeito e as interpretações que realiza a partir de suas experiências vividas.

O enquadramento objetiva, portanto, causar efeitos na audiência, influenciando a instância de recepção. Tal característica é marcante no imaginário do público-alvo, principalmente na mídia comercial, exemplificada, aqui, pelo jornal *O Tempo*. De acordo com as editoras, o que é marcante para o repórter pode chamar atenção do público, o que deve constar no produto final, já que "aquilo que te marca, aquilo que chama atenção do seu colega de trabalho, você vai levar pra mesa do bar, ou você vai levar pra sua escola, pra faculdade, o que seja, é o que interessa também ao leitor". (E1)

No entanto, como o enquadramento é feito de forma implícita (na maioria das vezes), o receptor não consegue identificar a fonte de sua origem, que passa a figurar como o conhecimento real acerca daquela realidade. Dessa forma, o receptor pode considerar aquela

[75] BONNAFOUS, Simone. Tradução: KOMESU, Fabiana Cristina.

versão presente nas mídias, fruto de pontos de vista da instância de produção, como verdade absoluta. Este pode ser o destino final do enquadramento: considerar o ponto de vista da produção como o único, de modo a incitar o receptor a tomar aquela seleção como representação real do fato (CHARAUDEAU, 2015).

É nesse sentido que Charaudaeau (2015) afirma que a notícia opera com um real construído, a partir do filtro de um ponto de vista. Ou seja, não é o retrato puro e bruto do acontecido, mas sim um recorte a partir da visão e interpretação do fato. Dessa maneira, o ponto de vista pode ser expresso de diversas formas, desde a escolha de uma foto representativa até o posicionamento mais declarado.

A expressão desses pontos de vista pode partir de diversos aspectos, considerando a construção textual e as escolhas que o produtor faz acerca do tratamento linguístico para a narrativa do acontecimento. Assim também trabalha Cortez (2013), com os postulados da análise enunciativa dos textos midiáticos, a partir do conceito de gestão de pontos de vista de Rabatel (2013). A autora defende que "o ponto de vista resulta do agenciamento de perspectivas que se manifestam no texto por procedimentos variados" (CORTEZ, 2013, p. 298).

> O ponto de vista do outro é identificado não apenas pelo dizer assumido, mas também através do dizer e de percepções atribuídas pelo produtor do texto a outros enunciadores. Através de um mecanismo textual-discursivo, o locutor apreende e apresenta os objetos de discurso para fazer valer seu ponto de vista em meio ao ponto de vista de outros enunciadores (CORTEZ, 2013, p. 294)

Dessa forma, a autora conclui que a representação desses pontos de vista tem finalidade argumentativa, já que o diálogo entre tais vozes "se estabelece a partir de saberes, percepções, comportamentos e atitudes, que identificam um ou mais enunciadores" (CORTEZ, 2013, p. 309). Portanto, é fundamental sabermos quem está sendo representado e quais as fontes usadas para a realização dessa representação[76]. Para tanto, retomamos as ideias de Charaudeau (2015), no que tange à escolha das fontes utilizadas. O autor acredita que tais preferências são partes da orientação do ponto de vista e determinantes no enquadramento dado. Quando se ignora sua identidade ou é denominada de forma vaga, indica-se a "distância com relação ao valor de verdade da informação" (CHARAUDEAU, 2015, p. 149), influenciando diretamente na credibilidade, colocando-a em risco.

[76] Destacamos, também, a relevância de refletir sobre quais sujeitos estão sendo silenciados nessas coberturas. O silenciamento de fontes e personagens, acreditamos, também podem revelar o ponto de vista e o posicionamento adotado pelo veículo em questão, já que optou por dar visibilidade a uma voz em detrimento a outra(s).

Outro autor que nos ajuda a compreender a relação entre enquadramento, construção de ponto de vista e recursos lingüístico-discursivos é Wander Emediato (2013). Para ele, o sentido de um enunciado, então, passa a ser os encadeamentos discursivos que ele evoca, não a informação que ele traz. Ou seja, a produção de sentido é provocada a partir dos efeitos esperados a partir dessas escolhas e dos enquadramentos utilizados, incitando o leitor a seguir o ponto de vista defendido pelo veículo, de forma implícita no corpo da matéria, se identificando com o público.

Emediato (2013) classifica o enquadramento em quatro tipos: i) por tematização, quando se produz efeito a partir da memória, agindo sobre a representação do outro, com a construção de pontos de vista; ii) por designação, em que se manifestam as tomadas de posição, enquadrando um ser em uma classe ao qual deve agir de acordo com o que se espera; iii) o enquadramento do dizer do outro trata dos verbos utilizados, que podem expressar pontos de vista; iv) e o enquadramento pelo questionamento, incitando o receptor à problematização a partir de uma visada incitativa. A partir dessa dimensão argumentativa[77], o enunciador busca prender a atenção do receptor, fazendo com que ele consuma os fatos e ditos relatados por meio da perspectiva daquele tipo de enquadramento (EMEDIATO, 2013).

O enquadramento é, portanto, o que determina o desenvolvimento da reportagem como forma de orientação do ponto de vista e desejo de formação de opinião, por meio de vários fatores como escolha de fontes, verbos utilizados e temas abordados e imagens, colocando a perspectiva de si e do outro no discurso, por meio da orientação argumentativa em formas nominais, verbos e a própria percepção na formação de sentido.

Como parte desse enquadramento abordado, está também a gestão das imagens ilustrativas, que compõem o material jornalístico. Embora não nos aprofundemos nessa análise pictórica, também não podemos negligenciar sua importância na construção do acontecimento na forma do enquadramento dado e na gestão de ponto de vista a partir da representação escolhida para ilustrar determinadas informações.

[77] Segundo Amossy (2011), a dimensão argumentativa explora uma teoria da argumentação centrada sobre a persuasão. A autora acredita que, quando há dimensão argumentativa, as estratégias são mais indiretas, aparece em textos destinados a informar, descrever, narrar, testemunhar, que direcionam o olhar do interlocutor a fim de fazê-lo perceber as coisas por outro ângulo. Tal recurso pode ser considerado, portanto, um modo de se atingir o objetivo pretendido pelo enunciador/locutor ao emitir o referido enunciado. A dimensão argumentativa se difere, assim, das visadas, em que a intenção de influenciar e persuadir se dá de maneira explícita, sendo o principal objetivo da enunciação.

Para tanto, recorremos à obra “O óbvio e o obtuso”, de Roland Barthes (1990), mais especificamente o capítulo “A retórica da imagem”. O capítulo propõe uma análise da imagem baseada na semiologia, fazendo a relação entre signo, significação e significante, que formulam uma “organização de cena”, ou seja, o modo como as imagens ilustrativas podem ser organizadas em uma reportagem, por exemplo, o que faz reverberações na noção de enquadramento, como uma orientação dada à leitura do que é produzido, podendo sinalizar um determinado ponto de vista defendido. Esta é a função elucidativa seletiva, que se aplica a alguns signos como forma de poder e controle sobre a sociedade a partir da imagem selecionada e descrita com a linguagem. Assim, a mensagem é o “sentido da imagem”, como uma mensagem literal, embora possa sofrer alterações e interpretações diversas ao atingir a instância da recepção, com característica plural, inerente a ela.

Dessa forma, o significado de determinada imagem é dada de acordo com o leitor, a bagagem reflexiva que ele carrega, já que as imagens são polissêmicas e estão inscritas em uma “cadeia flutuante de significados” (BARTHES, 1990, p. 32). Ou seja, apesar de poder indicar determinado olhar ou direcionamento do ponto de vista defendido pelo produto jornalístico, esse não é um sistema fechado, pois pode suscitar diversas interpretações que variam de acordo com as experiências e pontos de vista apreendidos no decorrer da trajetória de cada sujeito inscrito na instância da recepção.

Em veículos impressos, como nossos objetos de análise, as imagens, em sua esmagadora maioria, são acompanhadas de legendas ou textos explicativos que relacionam aquele texto imagético ao texto escrito que o acompanha. Dessa forma, o sentido da imagem pode ser guiado pela instância de produção a partir do texto que conduz o leitor aos possíveis significados que ela carrega. A palavra, então, exerce uma descrição denotativa da imagem, ou seja, descreve-a, tornando-se o primeiro sentido apreendido, firmando-se como mensagem linguística. Assim, a principal função torna-se a fixação da imagem, uma vez que é responsável pela descrição e classificação do que está ali representado, auxiliando, portanto, no processo de maior apreensão do significado e sentido da mensagem transmitida através daquela imagem escolhida.

Nesse sentido, a fotografia, principal recurso imagético utilizado pelos veículos em análise, instaura a sensação de pertencimento a partir da consciência de “estar aqui”, como uma representação do real, característica principal do enquadramento, conceito que se aplica na fotografia e no jornalismo em si. Por outro lado, o enquadramento pode firmar-se, também,

como um aspecto conotativo da imagem, uma vez que representa a abordagem escolhida pelo fotógrafo a partir do processo de seleção dentre outros momentos e fatos ali vivenciados. Tal representação visa dar credibilidade aos veículos, como aqueles que "sujam os sapatos" (CUNHA E GUILHERME, 2013), ou seja, fazem-se presentes onde a notícia ocorreu, tentando ao máximo vivenciar o que busca retratar e reproduzir.

Considerando os aspectos discursivos relacionados ao conceito de enquadramento, percebemos, por fim, que ele pode se dar por meio de escolhas lexicais, fontes retratadas e as imagens que ilustram os textos midiáticos. Nesse contexto, aprofundaremos os aspectos discursivos da construção da notícia e como se dá a gestão de pontos de vista, como parte do enquadramento. Todas essas representações se inscrevem, como pudemos perceber, no Contrato de Comunicação subjacente ao projeto de palavra inscrito na produção de cada um dos cadernos especiais sobre a tragédia, a fim de partilhar suas representações visando influenciar o público.

Observando nosso *corpus*, então, percebemos que os veículos de grande mídia, representados pelos jornais *Estado de Minas* e *O Tempo*, mantêm relações sócio-econômicas que se diferem dos produtos laboratoriais. Essa distinção reverbera na forma com que os veículos constroem o acontecimento e refletem o ponto de vista. Dessa forma, conduziremos nossa análise baseando-nos nos aspectos discursivos sobre o enquadramento e gestão de ponto de vista das reportagens a seguir descritas.

3.4 Mais considerações do *corpus* e da análise

Neste capítulo, descreveremos com mais detalhes o nosso *corpus* utilizado para esta dissertação. Como apresentamos desde o início, utilizamos quatro cadernos especiais como ponto de observação, mas, para este trabalho, escolhemos dois jornais especificamente: "Um adeus ao rio Doce", do jornal *O Tempo*, e "Do fim ao recomeço", do jornal *Lampião*. A escolha se deu pela proximidade temática e de construção da narrativa, já que ambos são jornais impressos que utilizaram a reportagem como narrativa do caderno especial.

Figura 10: Cadernos especiais que compõem o nosso *corpus*.
Fonte: Jornal *O TEMPO* (2015) e Jornal *LAMPIÃO* (2015)

Ao todo, são 32 páginas, incluindo capas e fotos de página inteira, que servem de base para nossa análise geral, indicando possíveis significados e temas sobre os quais aprofundaremos no decorrer do capítulo. Ao fim de cada tópico referente ao jornal, apresentamos um quadro analítico que servirá como um resumo do que pudemos observar. Nossa análise versará, principalmente, seguindo os seguintes critérios de esquematização para analisar o ponto de vista: i) análise dos termos axiológicos; ii) gestão de fontes e lexicalização do sintagma introdutor de discurso relatado; e iii) análise de imagens, a partir das orientações de Barthes (1990). Ressaltamos, aqui, que o quadro se refere às matérias jornalísticas, excetuando Editorial e artigos de opinião, por entendermos que o objetivo do trabalho é analisar a gestão de vozes e de pontos de vista em cada material, excluindo, então, aqueles (sub)gêneros. No entanto, para a descrição completa de cada veículo, achamos prudente usar tal material como apoio na interpretação do produto como um todo.

3.4.1 *O Tempo*

O caderno especial do jornal *O Tempo* tem o título "Um adeus ao rio Doce", acompanhado da foto de um rapaz que segura um peixe morto, sendo a cor marrom, referente à lama, a predominante na foto e plano de fundo. Já à primeira vista, então, percebe-se que o enquadramento temático do caderno é a destruição ambiental, abordando, pois, a morte do rio Doce, atingido pela lama despejada pelo rompimento da barragem. O foco da foto, apesar de apresentar o rosto do menino, é no peixe morto, que está em primeiro plano. Tais características podem ser observadas, também, na primeira página do caderno especial, que funciona como um editorial[78], pois apresenta o jornal que se segue.

Embora não iremos detalhar a análise editorial, é importante notar algumas marcas discursivas que nos indicam o enquadramento e a abordagem feita pelo veículo, a partir de termos axiológicos[79] que indicam a relação com o tema, a comunidade, e as incitações patêmicas que visa representar. No texto, o veículo se apresenta distante fisicamente dos locais com o uso de dêiticos espaciais adverbiais como "ali", em destaque na fala da repórter, demonstrando o distanciamento do objeto designado, a posição que o enunciador ocupa no espaço do que busca retratar. Além desses recursos, também encontramos verbos de movimento como "acompanhou" e "foram", indicando o percurso que a reportagem do jornal fez para produzir o material, em um índice subjetivo temporal, que marca a anterioridade, demarcando as ações realizadas para a produção do jornal. É enfatizado o tamanho da tragédia, dimensionando a extensão dela, que cruzou o estado de Minas Gerais até chegar ao mar, no Espírito Santo. Dessa forma, tal enquadramento parece indicar que, apesar de apresentar, também, histórias de pessoas atingidas diretamente pela queda da barragem, o tema central dessa cobertura especial é "o tamanho do dano causado ao meio ambiente" (O TEMPO, 2015, p. 2), focando na destruição do rio Doce e da natureza que o cerca, representado pela foto em que mostra peixes mortos em uma área seca e destruída.

[78] Ver CÂMARA, 2016.

[79] Termos axiológicos são aqueles que carregam valores em sua utilização, que pode exprimir ponto de vista e julgamento de valor.

me tsunami, o mar de lama foi avançando de forma impiedosa, abrindo caminho em meio a pequenos distritos, propriedades rurais, vegetação intocada, lagos, córregos e rios. Nada foi poupado nem foi capaz de segurar a força daquela espécie de "lava fria", responsável por matar 12 pessoas (11 ainda estavam desaparecidas), enterrar histórias e devastar um múltiplo bioma.

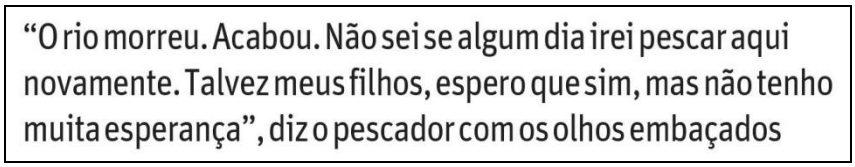
A reportagem de **O TEMPO** acompanhou de perto esse rastro de morte provocado pelo maior desastre ambiental do Brasil e um dos maiores do planeta, levando-se em conta o volume de material derramado na natureza. Além da redação em Belo Horizonte e de equipes em Mariana, os repórteres Bárbara Ferreira e Lincon Zarbietti foram do coração de Minas à divisa do Espírito Santo, onde o rio Doce deságua no mar, testemunhando esse cortejo fúnebre da quinta maior bacia hidrográfica do país.

Este caderno especial dimensiona o tamanho do dano causado ao meio ambiente até aqui (quase um mês após o desastre), questiona as responsabilidades dos agentes envolvidos e,

0

Figura 11: Trecho do texto destaca o trabalho realizado pela equipe do jornal, indicando o enquadramento temático ambiental da cobertura
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

A primeira reportagem propriamente leva o título de "O amargo do rio Doce" aborda a destruição do rio sob a perspectiva pessoal de um pescador, apesar de focar no meio ambiente. Em tom emotivo, a fala em destaque do personagem da matéria, lamenta a morte do rio, dizendo que acabou, eliminando, também, a esperança de voltar a pescar ali, descrevendo a emoção ao relatar o depoimento.



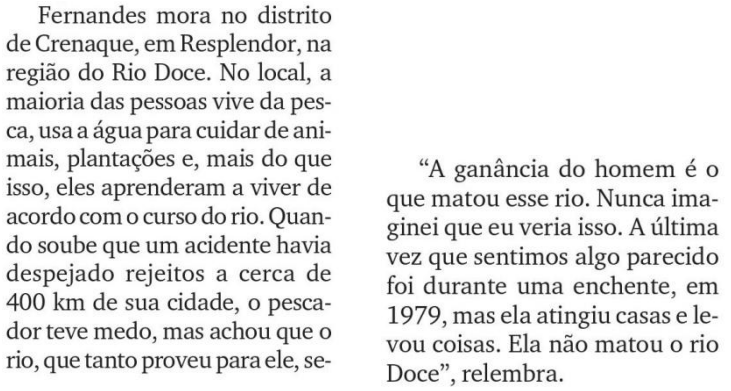
"O rio morreu. Acabou. Não sei se algum dia irei pescar aqui novamente. Talvez meus filhos, espero que sim, mas não tenho muita esperança", diz o pescador com os olhos embaçados

Figura 12: Fala em destaque mostra a relação sentimental da fonte com o rio, indicando a emoção do personagem.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

A única fonte dessa reportagem é o pescador Antônio José Fernandes, da população ribeirinha de Resplendor/MG. O texto aborda a relação do morador com o rio, mostrando a profunda dependência da região pela pesca e agropecuária, ligadas às águas do rio Doce. O tom emotivo dos relatos do personagem remete às lembranças e à vida que levava no local, em uma relação pessoal e de família, admiração e respeito ao que se construiu_ e que agora era destruído. No entanto, ao se referir ao rompimento da barragem, já no segundo parágrafo do texto, a repórter utiliza a palavra "acidente", ao retomar o termo, o que contraria, de acordo com as editoras do jornal, a abordagem orientada. Na entrevista, as editoras são enfáticas ao

afirmarem que o jornal “não usa a palavra acidente”, como “obrigação moral do jornal”, previamente definida no veículo. No entanto, não é o que percebemos ao analisar as reportagens.

Como vimos, termos axiológicos na função de anafóricos exercem forte influência na gestão de pontos de vista que se deseja expressar e defender (KOCH; CORTEZ, 2015). Ainda tomando como base teórica a ideia de “encapsulamento” das autoras, é relatada uma comparação com uma enchente ocorrida em 1979, como forma de naturalização da tragédia, ainda que aborde a “ganância humana” como principal causa, não citando, em nenhum momento, os nomes das empresas e suas respectivas responsabilidades socioambientais em empreendimentos e casos como esse.



Fernandes mora no distrito de Crenaque, em Resplendor, na região do Rio Doce. No local, a maioria das pessoas vive da pesca, usa a água para cuidar de animais, plantações e, mais do que isso, eles aprenderam a viver de acordo com o curso do rio. Quando soube que um acidente havia despejado rejeitos a cerca de 400 km de sua cidade, o pescador teve medo, mas achou que o rio, que tanto proveu para ele, se-

“A ganância do homem é o que matou esse rio. Nunca imaginei que eu veria isso. A última vez que sentimos algo parecido foi durante uma enchente, em 1979, mas ela atingiu casas e levou coisas. Ela não matou o rio Doce”, relembra.

Figura 13: Texto utiliza a palavra "acidente" como termo anafórico (à esquerda) e faz comparação (à direita) com um incidente natural.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

O sentimento descrito em todo texto sobre a morte do rio é de dor e sofrimento, a partir do relato do PDV do pescador, mesmo quando se refere ao trajeto que a lama percorreu, operando uma personalização do meio ambiente, mas principalmente quando se trata das pessoas que dependiam dele para sobreviver. Destacamos, aqui, o jogo de palavras que o locutor-jornalista faz com os advérbios de tempo “antes e depois” e “antes e agora”, em uma dicotomia entre “vida e morte”. Outro ponto que observamos é em relação ao distanciamento que este locutor efetua em relação ao local, ao rio e à vida do pescador e ao sentimento de pertença do personagem. O locutor-jornalista frisa que “encontrou o pescador no mesmo local”, sempre se referindo como “ali”, enquanto Antônio se refere ao rio como “aqui” e às atividades como “tradição de família”. Ainda nesse sentido, o rio é relacionado à vida dele e

da população ribeirinha, em oposição à morte relatada e presenciada no presente: antes, ele mantinha admiração e respeito, com esperança, vida e beleza; agora, sente cheiro de morte que assola, em uma rotina de despedida.

Como ilustração, são utilizadas duas fotos, como "antes e depois" de a lama passar pelo local e destruir o rio. Na primeira, é possível ver a alegria do personagem pela esperança de continuar pescando, ao exibir alguns pescados, com o rio azul ao fundo. Na outra, o pescador posiciona-se em sinal de luto e respeito, sem o fruto do seu trabalho, com o rio marrom ao fundo, como observamos na figura a seguir. O jogo de cores, até mesmo da camisa utilizada pelo pescador, é interessante observar e relacionar ao texto, que afirma que a cor do rio se transformou por causa da lama e causa o sentimento de dor no personagem, encenando um antagonismo entre vida e morte, alegria e tristeza.

FOTOS LINCON ZARBIETTI

O AMARGO DO RIO DOCE

Na manhã do dia 11 de novembro, Antônio Fernandes torcia por um milagre: a não chegada da lama ao rio em Resplendor

"O rio morreu. Acabou. Não sei se algum dia irei pescar aqui novamente. Talvez meus filhos, espero que sim, mas não tenho muita esperança", diz o pescador com os olhos embaçados

BÁRBARA FERREIRA

Filho de pescador, também pescador e com o desejo de continuar a tradição da família – que já é secular –, Antônio José Fernandes, 46, vive desde que nasceu às margens do rio Doce. Ali, ele aprendeu tudo o que sabe da vida. Ali, ele se casou, viu seus filhos nascerem e, ali, tem suas melhores e piores lembranças. Ao olhar para as águas esverdeadas daquele rio, antes da tragédia, o semblante era sempre de admiração e respeito. Agora, o que resta é o cheiro de morte, que assola as margens desse rio, que já foi doce. "Quando vejo isso, a única coisa que vem à cabeça é morte".

Fernandes mora no distrito de Crenaque, em Resplendor, na região do Rio Doce. No local, a maioria das pessoas vive da pesca, usa a água para cuidar de animais, plantações e, mais do que isso, eles aprenderam a viver de acordo com o curso do rio. Quando soube que um acidente havia despejado rejeitos a cerca de 400 km de sua cidade, o pescador teve medo, mas achou que o rio, que tanto proveu para ele, seria forte e resistiria. Todos os dias, antes da chegada da lama, saía de sua casa e ia até a beira daquelas águas para ver se estava tudo bem. Despedir-se, talvez, mesmo que inconscientemente. Durante toda a vida, o que ele via naquelas águas era esperança, vida e beleza.

FIM. No dia em que a lama desceu, atingindo Resplendor (uma sexta-feira, 13 de novembro), a água carregava peixes mortos, e um forte odor contaminou o ar. O verde do espelho-d'água se transformou em um alaranjado, uma vermelhidão que, segundo Fernandes, dói no peito. "O rio morreu. Acabou. Não sei se algum dia irei pescar aqui novamente. Talvez meus filhos, espero que sim, mas não tenho muita esperança". Os olhos embaçam com lágrimas contidas.

"A ganância do homem é o que matou esse rio. Nunca imaginei que eu veria isso. A última vez que sentimos algo parecido foi durante uma enchente, em 1979, mas ela atingiu casas e levou coisas. Ela não matou o rio Doce", relembra.

Dessa vez, logo após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, na região Central de Minas, lama de rejeitos desceu sufocando rapidamente vários cursos de água antes mesmo de atingir o rio Doc e, posteriormente, o mar, já n Espírito Santo. O rio Gualax do Norte, um subafluente d Doce, foi praticamente soterr do pela onda de rejeitos e tam bém está com sua existênc comprometida.

Ao longo desse percurso m cabro de mais de 600 km, a c da peixe que morria e aparec boiando pela água ou às ma gens do rio, um pescador par cia chorar. E esse impacto, qu além de ambiental, destruiu v das, histórias, memórias e toc um imaginário de quem eso lheu viver junto a essas água vai ser lembrado pelas próx mas gerações e ainda vai do na memória de comunidades beirinhas por toda a extensã de um rio, que já foi doce.

Dois dias depois, a reportagem de O TEMPO encontrou o pescador no mesmo local, já velando o agora moribundo rio Doce

Figura 14: As fotos que ilustram a reportagem denotam o sentimento de luto ao rio.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

A reportagem “A tragédia de todos os tempos” ocupa as páginas 4 e 5 do jornal, contendo dois subtítulos, fotos e infográfico demonstrando o dano ambiental causado pelo rompimento da barragem. O tema, então, é a destruição do meio ambiente, com superlativos que evidenciam o tamanho dessa tragédia_ apesar de não utilizar nenhum no próprio título.

Tudo é superlativo na tragédia provocada pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, na região Central de Minas. Os títulos, porém, não são motivo de orgulho. O desastre ambiental é o pior da história do Brasil, superando com folga casos como o do césio-137, em 1987, em Goiânia, e o vazamento de rejeitos químicos da Indústria Cataguases de Papel e Celulose Ltda; em 2003, na região da Zona da Mata mineira. Ele também é o maior do mundo em volume em relação a outras barragens de mineração.

Figura 15: Início da reportagem é marcado pela forte presença de superlativos que dimensionam o tamanho e gravidade da tragédia.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

Como fonte da primeira parte da reportagem, o locutor-jornalista encena os pontos de vista dos enunciadores coordenador do Projeto Manuelzão, o coordenador do Laboratório de Gestão Ambiental de Reservatórios da Universidade Federal de Minas Gerais e a coordenadora da Fundação SOS Mata Atlântica, delimitando, portanto, a tragédia à questão ambiental, evidenciando-se sua extensão e gravidade. Como o foco é o meio ambiente, principalmente o rio Doce, há, novamente, a personalização do rio, percebida por meio de palavras como “maltratado” e “resiliência” referentes a ele. Também é importante ressaltar que o infográfico que acompanha a reportagem considera os animais afetados tanto ao redor do rio (macacos, onças e macucos) quanto em seu interior (peixes, algas e crustáceos) devido à toxicidade da lama.

Figura 16: Infográfico mostra o dano ambiental causado pelo rompimento da barragem, com foco no dano para os animais.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

Além das fontes acima citadas, o locutor-jornalista encena o PDV de um ambientalista, relatado no subtítulo que faz referências às perdas irreversíveis do ecossistema, afetando toda a cadeia alimentar. Percebemos, a partir dessas escolhas, um foco no discurso de autoridade, balizado pelos especialistas nos assuntos tratados no enquadramento ambiental dado pela reportagem. Por fim, o locutor-jornalista encena PDVs dos pescadores citados como fontes a partir de depoimentos do presidente de colônia de pescadores e de um pescador, em relação ao grande número de peixes mortos, a fim de demonstrar a proximidade física e relação emocional dos moradores com a temática ambiental, a dependência que se estabelecia na região entre a comunidade e o rio.

As fotos que ilustram a reportagem são da paisagem do rio, já marrom, afetado pela lama, e dos peixes sem vida. É importante observar que o nome da Samarco só aparece uma vez, quando o locutor-jornalista alude à empresa analisando a qualidade da água, como legenda[80] de uma foto com a água azul do rio, em uma aparência mais poética e publicitária. A mineradora é retomada, por este termo, ao quantificar os hectares afetados pelos rejeitos, em uma representação positiva da empresa que parece procurar analisar a qualidade da água que a tragédia danificou.

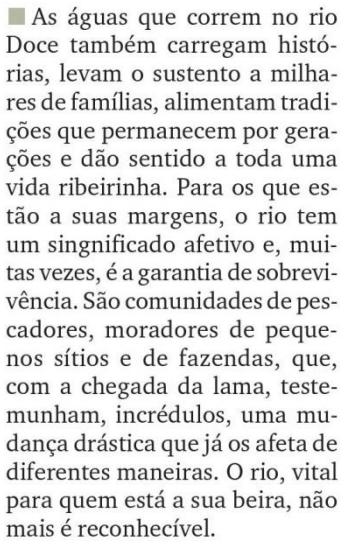
Figura 17: A empresa é citada apenas na legenda desta foto, destacando o trabalho de análise da água.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

A foto que sucede a reportagem parece exercer a função de transição de assunto e foco das matérias do caderno. Isso porque a reportagem "Um rio que passou em minha vida"[81] também trata da morte do rio Doce, mas sob a ótica da população diretamente afetada,

[80] A legenda traz os seguintes dizeres: "Técnicos contratados pela Samarco analisam qualidade da água em região afetada".

[81] O título é da música homônima do sambista Paulinho da Viola.

representada por um comerciante, três pescadores e um agricultor. A reportagem foi construída a partir de um PDV que se estrutura em torno da dicotomia entre vida e morte, passado e futuro, sempre relacionando o primeiro ao rio Doce antes da tragédia e, depois, em relação ao rio já destruído pela lama do rompimento da barragem, num processo de rememoração e identidade com o rio, agora tratado como passado. A aproximação com a perspectiva humana da destruição do rio é perceptível logo no primeiro parágrafo, momento em que o locutor-jornalista relaciona as águas dele a histórias, sustentos e sentido de vida da população ribeirinha. As vítimas são tratadas como testemunhas que foram afetadas pela tragédia. Observa-se, então, uma atribuição de PDV a partir do índice de modalização[82] em discurso segundo "para os que estão às suas margens", com o duplo sentido da palavra "margem" com o sentido de "entorno" e do adjetivo axiológico "marginalizado". No entanto, a destruição tão repetidamente comentada, é atribuída à lama de rejeitos, como se pode perceber quando o locutor-jornalista cita o nome da empresa responsável só no parágrafo seguinte.



As águas que correm no rio Doce também carregam histórias, levam o sustento a milhares de famílias, alimentam tradições que permanecem por gerações e dão sentido a toda uma vida ribeirinha. Para os que estão a suas margens, o rio tem um singnificado afetivo e, muitas vezes, é a garantia de sobrevivência. São comunidades de pescadores, moradores de pequenos sítios e de fazendas, que, com a chegada da lama, testemunham, incrédulos, uma mudança drástica que já os afeta de diferentes maneiras. O rio, vital para quem está a sua beira, não mais é reconhecível.

Figura 18: Texto mostra a relação das comunidades com o rio destruído pela lama de rejeitos da Samarco.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

[82] A modalização é um processo contínuo que "designa a atitude do sujeito falante em relação a seu próprio enunciado, atitude que deixa marcas de diversos tipos" (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 336. MAINGUENEAU, Dominique. Traduzido por COITO, Roselene).

O locutor-jornalista também evidencia o trabalho realizado pela equipe, quando demarca e relata o trajeto percorrido e relatando o encontro de fontes, prática comum em coberturas especiais, como vimos anteriormente. Além desses problemas, o locutor-jornalista também cita a falta de água que atingiu algumas cidades, como casos mais evidentes. A relação com a memória afetiva dos entrevistados é estratégia recorrente nesta enunciação, que procura ilustrar a vida dos ribeirinhos e sua profunda relação, pessoal e profissional, com o rio, temendo, portanto, o futuro_ sempre incerto. Nesse sentido, vale-se do PDV de três pescadores, sendo que i) relata a incerteza do futuro em relação ao seu sustento e seu trabalho; ii) relaciona o rio à sua vida e da saudade que sentirá dele; e iii) que aborda o sentimento de medo e dúvida em relação à água contaminada do rio, relacionando-a à morte não só do rio Doce, mas também dos peixes que vivem nele. Além deles, o locutor-jornalista evidencia o PDV de um agricultor se mostra "preocupado" em relação ao sustento que dependia do rio Doce, a partir do recurso linguístico da aforização, já que parece exprimir o ponto de vista do enunciador citado (MAINGUENEAU, 2010).

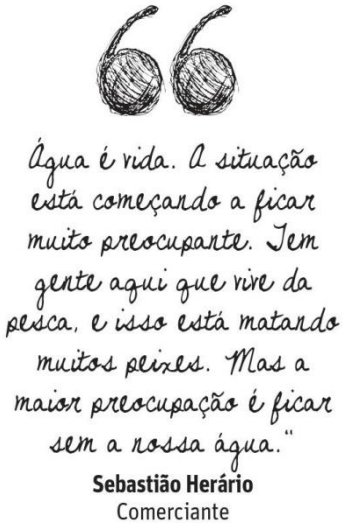
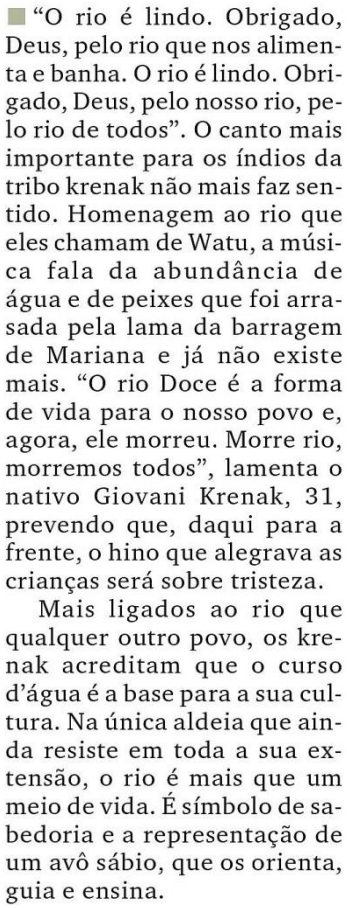


Figura 29: Trecho em destaque na reportagem demonstra a dependência econômica dos pescadores com o rio.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

Na reportagem subsequente é que se encontra aquele que representa o principal diferencial da cobertura do jornal, de acordo com as editoras[83]. A matéria "Silêncio de um

[83] A entrevista completa encontra-se no anexo desta dissertação.

canto sagrado" traz a visão dos índios Krenak sobre a tragédia, tendo como norte o hino deles em homenagem ao rio Doce. A relação da população indígena com o rio é tão forte que é exemplificada pela encenação do PDV de um entrevistado integrante da comunidade indígena, ao relatar "morre rio, morremos todos". Dessa forma, o locutor-jornalista busca realizar uma aproximação pessoal (da comunidade) da tragédia e do dano ambiental, ao evidenciar a relação direta que se estabelece entre eles, não só econômicas e afetivas, mas principalmente culturais. Percebe-se, no entanto, que o locutor-jornalista distancia-se da reportagem em relação ao que retrata, na medida em que atribui essa dependência e relação quase considerada "exótica" da população indígena a partir de alguns destaques que demonstram a diferença da comunidade indígena de outras comunidades anteriormente retratadas, como se observa nos verbos grifados que atribuem PDV aos indígenas, nos trechos: "rio que eles chamam de Watu", "os krenak acreditam que", "para os índios", entre outros sintagmas que os singularizam e especificam.



"O rio é lindo. Obrigado, Deus, pelo rio que nos alimenta e banha. O rio é lindo. Obrigado, Deus, pelo nosso rio, pelo rio de todos". O canto mais importante para os índios da tribo krenak não mais faz sentido. Homenagem ao rio que eles chamam de Watu, a música fala da abundância de água e de peixes que foi arrasada pela lama da barragem de Mariana e já não existe mais. "O rio Doce é a forma de vida para o nosso povo e, agora, ele morreu. Morre rio, morremos todos", lamenta o nativo Giovani Krenak, 31, prevendo que, daqui para a frente, o hino que alegrava as crianças será sobre tristeza.

Mais ligados ao rio que qualquer outro povo, os krenak acreditam que o curso d'água é a base para a sua cultura. Na única aldeia que ainda resiste em toda a sua extensão, o rio é mais que um meio de vida. É símbolo de sabedoria e a representação de um avô sábio, que os orienta, guia e ensina.

Figura 20: Reportagem aborda a ligação espiritual existente entre índios e o rio.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

Nessa reportagem, observa-se que o locutor-jornalista evidencia com maior força o papel da mineradora, incluindo e explicitando a Vale, como interferência nessa relação dos índios com o rio, demonstrando o afastamento entre essas duas esferas. Assim, percebe-se, de acordo com as falas relatadas, que o locutor-jornalista busca ressaltar o descaso das empresas na preservação da cultura indígena e do ambiente no qual vivem.

A aldeia fica nas proximidades do município de Resplendor, na região do Rio Doce, e o acesso à tribo é por uma estrada de terra, que margeia a Estrada de Ferro Vitória-Minas, por onde a Vale

– controladora da ferrovia e acionista da Samarco juntamente com a BHP Billiton – transporta seus minérios para exportação. Para os índios, essa briga já é antiga, mas agora foi o golpe final.

Figura 21: Trecho mostra a relação da área em que vive a comunidade com a empresa, responsabilizando-a pela tragédia.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

No entanto, no *box* informativo abaixo da reportagem, o locutor-jornalista busca evidenciar a relação passional de moradores ribeirinhos do Espírito Santo, usando o termo anafórico "acidente", ainda que o termo "tragédia" (ou derivados) não tenha sido usado no quadro.

Cerimônia de despedida

No Espírito Santo, as beiras do rio Doce também são cheias de pescadores e comunidades ribeirinhas. A relação deles é extremamente passional, e a espera pela lama foi dolorosa. Desde a notícia do acidente, eles já começaram a velar o rio. Na comunidade de Itapina, a maioria vive da pesca, e alguns aproveitaram os últimos dias de água para nadar e se despedir do rio Doce. (BF)

Figura 22: Box sobre a relação emocional com o rio usa a palavra "acidente".
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

Na página seguinte, como continuação da página 8, é apresentada a relação econômica das populações ribeirinhas que vão além da pesca, como a agricultura. Tendo um fazendeiro como fonte, o texto aborda, novamente, a memória de um passado tranquilo, em oposição ao presente triste e doloroso. Ao observar a encenação de seu PDV, o locutor-jornalista selecionou trechos que evidenciam uma cobrança maior da responsabilidade da Samarco, citada no início do texto, retomada por "os responsáveis por essa tragédia", que fecha o texto da repórter. Como há abordagem mais pessoal do acontecimento, as imagens retratadas são das fontes utilizadas na reportagem, ainda que somente em destaque, não no corpo do texto, como é o caso de um pescador, que é descrito a partir do relato: "conta, enquanto olha para o rio, já alaranjado pela lama", como forma de reconstrução da cena enunciativa.

Plantações e criações também pedem água

Não só da pesca vivem os ribeirinhos. Normalmente muito ligadas à natureza, essas comunidades têm também plantações, a criação de animais e a produção de leite como fonte de sustento, atividades que dependem da água do rio Doce. São centenas de fazendas, sítios e pequenas propriedades atingidas pela lama da barragem de rejeitos da Samarco. Por enquanto, eles buscam água em outros locais e usam seus reservatórios para atender a demanda, mas não se sabe até quando isso será possível.

Para o fazendeiro Décio Pinto Coelho, 82, que vive na zona rural de Naque, na região do Rio Doce, além da preocupação com as suas 200 cabeças de gado, a casa onde ele criou toda a sua família tem o rio como cenário, mas não traz o acalento e a tranquilidade de outros dias. "Tenho essa propriedade há cerca de 40 anos. É triste ver tudo isso. Tem hora que dá vontade de ficar louco, mas não tem jeito", conta, enquanto olha para o rio, já alaranjado pela lama.

Por enquanto, ele está evitando que os seus animais tenham contato com a água e usa o pequeno poço artificial que ele mantém em sua fazenda. "Está quebrando um galho, mas ele já está secando, e não sei até quando vai suportar", diz. A solução esperada pelo pecuarista é a criação de poços artesianos, mas, mesmo assim, ele não sabe como vai ser o futuro. O que ele espera é que os responsáveis por essa tragédia arquem com os custos dessa água, que terá que chegar de alguma forma para que ele mantenha sua produção. **(BF)**

Figura 23 Trecho aborda outras relações econômicas prejudicadas pela tragédia, além da pesca.
Fonte: jornal *O Tempo*, edição 6923 (2015).

As páginas 10 e 11 do caderno demarcam exatamente a metade do jornal. Nelas, o locutor-jornalista reproduz um mapa marcando o trajeto do rio Doce a partir de Bento Rodrigues, até chegar ao litoral do Espírito Santo. Em destaque, algumas das principais cidades e municípios atingidos pela lama, como Bento Rodrigues, Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado, Naque, Periquito, Governador Valadares, Galileia, Resplendor, Aimorés, Baixo Gandu, Colatina e Linhares. Em todos esses locais indicados, há uma foto que retrata a destruição, seguida de um pequeno texto, relatando o ocorrido. São relatos curtos,

informativos, que versam sobre a destruição e os principais prejuízos de cada localidade. Os termos mais utilizados são relacionados à destruição, como “devastada”, “impacto”, “afetada”, “prejudicados”, “atingidos”, “tragédia”.

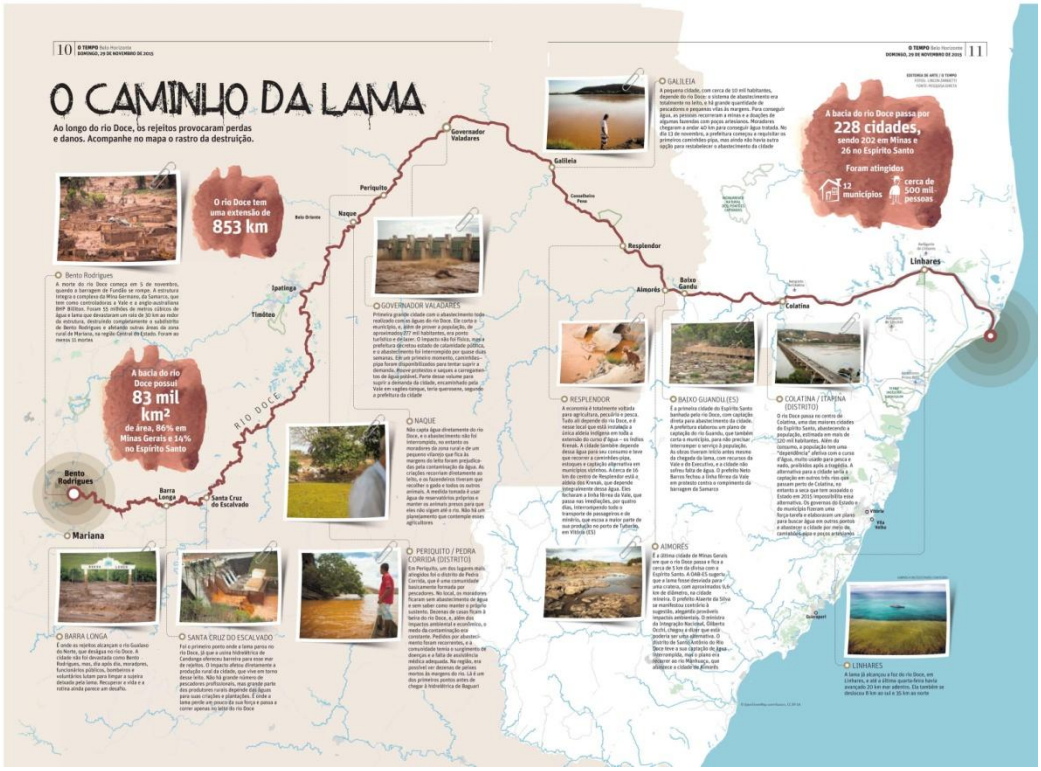


Figura 24: Mapa das regiões atingidas pela lama.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

Apesar de não serem reportagens, mas sim legendas, os textos apresentam algumas fontes, às quais se atribui o PDV, por meio de discurso relatado indireto ou responsabilização dos sujeitos, como os prefeitos de Governador Valadares, Aimorés, Baixo Gandu e o ministro da Integração Nacional. Nos textos, também é apresentada a relação das empresas Samarco e Vale com os locais atingidos, principalmente onde passa a linha férrea da mineradora, com posicionamento incisivo em relação às atitudes da empresa.

Figura 25: Legendas sobre distritos mineiros e capixabas atingidos pela lama relatam atitudes e posicionamentos do governo local.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

Na segunda metade do caderno especial, o locutor-jornalista se dedica a outras histórias ligadas ao rio Doce, efetuando, assim, um enquadramento temático emocional, que mostra a relação estabelecida entre pessoas, literatura e o rio, além de temático investigativo, em que elabora um resgate histórico sobre tragédias semelhantes, cobrança por punição e o que pode se esperar do futuro aos moradores e aos rios. A primeira reportagem dessa segunda parte é sobre o fotógrafo Sebastião Salgado, que mantém a ONG *Instituto Terra*, que visa à recuperação e desenvolvimento do rio Doce por meio de reflorestamento. O texto de "Depois do choque, a luta" possui muitos substantivos pelos quais o locutor-jornalista caracteriza a tragédia valendo-se numerosos termos axiológicos como algo devastador, como "desastre", "destruição", "dor", "agonia", "devastação", tendo a Samarco como a dona da barragem rompida.

"Para mim, isso foi uma coisa terrível. Foi chocante quando vi pela primeira vez. Assim que cheguei, fui até lá com os índios Krenak, que são muito próximos. Olha, que coisa chocante de você ver. Toda a fauna do rio morta. Toda morta. Não tem mais vida no rio."

Sebastião Salgado
Fotógrafo e idealizador do Instituto Terra

Uma semana depois do rompimento da barragem da Samarco, Salgado retornou ao Brasil e foi até a sua cidade natal – Aimorés, na divisa com o Espírito Santo. Ficou chocado ao ver o rio onde aprendeu a nadar perder a cor e ser destruído pela lama da mineração. Em vez de usar a sua câmera como arma, ele propõe, agora, um projeto para recuperar as nascentes do rio Doce, trabalho realizado pelo Instituto Terra, organização não governamental que ele mantém na antiga fazenda de seu avô, em Aimorés.

Figura 26: Excertos da reportagem sobre o projeto de Sebastião Salgado responsabilizam a Samarco pela tragédia que matou a fauna do rio, em uma aforização em primeira pessoa, como estratégia de dramatização.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

Dessa forma, percebemos, então, como os termos axiológicos para a caracterização da tragédia e as reações sentimentais em relação a ela (demonstradas pelas palavras "chocado", "chocante") sinalizam o ponto de vista e a relação do enunciador (a quem se atribui o PDV) com o assunto tratado, tendo o trabalho como meio de recuperação do rio atingido. A partir da figura do fotógrafo, personagem da matéria, o locutor-jornalista ilustra a relação de afeto que pessoas de regiões banhadas pelo rio Doce estabelecem com ele. Trata, também, da esperança de reflorestamento e retomada da natureza, destroçada pela tragédia, por meio de ações como a da ONG de Salgado, com projetos de reflorestamento e recuperação de nascentes, valorizando a importância e a extensão do rio não só para Minas Gerais, mas também para o Brasil.

A relação do rio com a literatura é o principal foco do PDV construído na reportagem "Histórias de águas doces", em um enquadramento literário. Nela, importantes obras literárias, cujo tema é o rio Doce, são elencadas, demonstrando a relação pessoal que se

estabelece entre moradores de cidades banhadas por ele com o curso d'água, que se eternizam em poemas, músicas e histórias. Como exemplo, a reportagem encena PDVs das obras de Ziraldo, Carlos Drummond de Andrade, Geny Vilas-Novas e Rubem Braga, que sinalizam uma relação emocional dos escritores com o rio, como parte do enquadramento emotivo/literário escolhido para essa reportagem. Ao fazer tal recorte, o locutor-jornalista também aborda a dor pela morte do rio e estabelece a relação dele com a empresa Vale, também responsável pela barragem rompida, exemplificando que o "amargor vindo da mineração" já é antigo e previsto, como se pode perceber pelo uso da modalização em discurso segundo "Para Carlos Drummond de Andrade", como observamos na figura abaixo.

Para Carlos Drummond de Andrade, o rio sempre será doce, mas, em seu poema "Lira Itabirana", o poeta já previa o amargor vindo da mineração e da Vale.

Nos anos 80, ele escrevia: "O Rio? É doce/ A Vale? Amarga/ Ai, antes fosse/ Mais leve a carga". E, em seguida, questionava: "Quantas toneladas exportamos/ De ferro? /Quantas lágrimas disfarçamos /Sem berro?".

Figura 27: Matéria aborda a relação da literatura com o rio Doce, mostrando um poema polêmico de Drummond, que cita a Vale e "prevê" destruição.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015).

A foto ilustrativa é de um trecho do rio com águas azuis, pedras, montanhas e o céu limpo, esboçando a inspiração que provoca. Logo abaixo do texto, aparecem três fotos dos responsáveis pela cobertura do próprio jornal, em um texto assinado por toda essa equipe. Assim, os repórteres relatam como foi a cobertura, o que sentiram ao realizar o trajeto do rio, em uma aproximação com a situação. No entanto, demarcam-se distantemente do rio Doce, ao afirmarem que não imaginaram que teriam "esse contato tão próximo" com ele. Apesar desse distanciamento, mostram-se solidários e testemunhas das tristezas que presenciaram e que afetaram as populações às quais visitaram e conheceram. Ao enfatizar no tamanho e profundidade da tragédia e da dor sentida pelas vítimas, os repórteres creditam o valor da memória dada à cobertura afirmando que nunca esquecerão tais momentos e sensações, atribuindo para si os próprios pontos de vista defendidos no relato e na relação dele com as

reportagens que compõem o caderno. O tom de luto, de despedida e de tristeza é muito forte, como parte do enquadramento emotivo/dramático que o jornal adotou em algumas reportagens e, principalmente, nas imagens.

Entre o ofício e a estrada, histórias marcantes de uma triste despedida

A pauta surge pelo caminho da lama. Saímos para seguir os rejeitos, que partiam rumo ao mar. Pelo percurso, ela se transforma, não era mais apenas um rastro, mas passa a ser sobre um rio e tudo que ele carrega consigo. Começamos a contar histórias, a vivenciar cada pedacinho dele e, quase como uma nota fúnebre, nos despedimos, junto com quem vive a suas margens.

Alguns lugares foram especiais, outros, tristes, e alguns, muito contemplativos. Para cada um de nós, aquilo ressoou de uma maneira. Um ficou encantado ao ver as belezas do rio antes da chegada da lama, o outro se impressionou com o cheiro forte vindo das águas, e a repórter, com a morte dos animais.

Nunca imaginávamos que faríamos esse trajeto e, muito menos, que teríamos esse contato tão próximo com o rio Doce. Lamentamos que tenha sido em um momento tão triste, mas cada pedacinho dessa longa jornada nos afetou definitivamente.

Aprendemos que as pessoas são apegadas à natureza que as cerca. Elas aprendem a viver e a respeitar o que lhes é dado pela água e pelo meio ambiente. Vimos muito choro, e a maior parte dele veio justamente de pessoas que não conhecem outra forma de vida além do rio.

O rio era lindo. Agora ele é turvo e retrata uma tragédia. Um rastro de tristeza que passa, vila por vila, quilômetro por quilômetro, e que não sabemos quando irá acabar. Talvez nunca. Talvez os netos desses que têm o rio como sua fonte vital apenas mantenham isso na lembrança. Mas essa história, acreditamos, nunca deixará de ser contada. Nós, pelo menos, nunca a esqueceremos. ***(Bárbara Ferreira, Lincon Zarbietti, Robson Santos)***

Figura 28: Trecho exalta trabalho da equipe de reportagem, que demonstra certo distanciamento do objeto retratado e a importância da cobertura como preservação da memória.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

A matéria "Por que não há aprendizado", a partir da qual se pode inferir um enquadramento que chamamos de investigativo, o locutor-jornalista propõe o rompimento de barragens como um problema recorrente no estado de Minas Gerais, apresentando as outras catástrofes, tendo a tragédia de Mariana como um alerta máximo para que desastres como esses parem de ocorrer. Na busca de construir o PDV, por meio do relato de suas falas em discursos direto e indireto, o locutor-jornalista encena PDVs de três professores e pesquisadores universitários, das Universidades Federais de Ouro Preto e de Minas Gerais. Em comum, os enunciadores creditam as recorrentes tragédias a falhas nas fiscalizações, a partir do licenciamento ambiental a consultorias contratadas, que visam atender aos interesses das mineradoras, "deixando de lado" as questões ambientais e sociais. Além das explicações e opiniões dos especialistas, o locutor-jornalista traz um infográfico, em forma de linha do tempo vertical, que demonstra uma estratégia de informações sobre os outros rompimentos de barragens em Itabirito, Rio Acima, Nova Lima, Cataguases e Miraí, e suas consequências mais graves, como número de mortes e destruição ambiental em leitos de rios. De modo

objetivo, o infográfico retoma os outros rompimentos mineiros com informações mais básicas de cada acontecimento, com número de mortes e área atingida sob a forma de linha do tempo.

Figura 29: Infográfico mostra outros casos mineiros de rompimento de barragens.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

A foto que ilustra a matéria, no entanto, é da comunidade de Gesteira, atingida pelo rompimento da barragem de Fundão, apesar de não citar tal acontecimento no corpo do texto.

A matéria apresenta três fontes especializadas para abordar as tragédias do ponto de vista técnico da (falta de) fiscalização, como já observado na "linha fina"[84] da matéria.

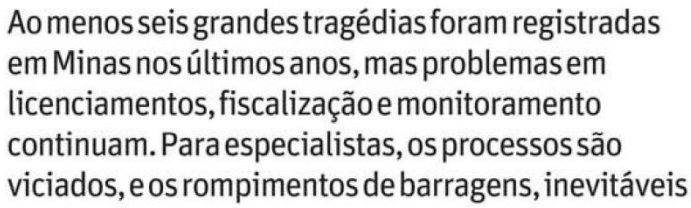

Ao menos seis grandes tragédias foram registradas em Minas nos últimos anos, mas problemas em licenciamentos, fiscalização e monitoramento continuam. Para especialistas, os processos são viciados, e os rompimentos de barragens, inevitáveis

Figura 30: Reportagem aponta falhas de fiscalização como responsáveis por tragédias como essa.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

Novamente focando na destruição ambiental do rompimento da barragem de Fundão, o locutor-jornalista retoma outras catástrofes que ocorreram no estado e questiona acerca das lições dos erros repetidos. O primeiro especialista, cujo PDV é encenado, credita a culpa à fiscalização de órgãos responsáveis, classificando os acontecimentos como "acidentes", embora questione a mineradora em relação à emissão de laudos técnicos que permitem sua atividade, cobrando auditorias contínuas. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, o PDV de outro enunciador é encenado, o do pesquisador, trazido para a matéria para corroborar o argumento da necessidade de fiscalização e licenciamento ambiental. Ele é mais enfático ao delimitar a relação e interesse econômico das mineradoras em conseguir o licenciamento, apontando o descaso "às questões ambientais e sociais". No entanto, também classifica como "acidente", como pode ser observado no olho[85] da matéria, que parece salientar o PDV defendido na reportagem.

[84] Na linguagem jornalística, "linha fina" é o trecho explicativo que aparece logo após ao título.

[85] Na linguagem jornalística, "olho" se refere a um trecho da reportagem que é destacado na página.

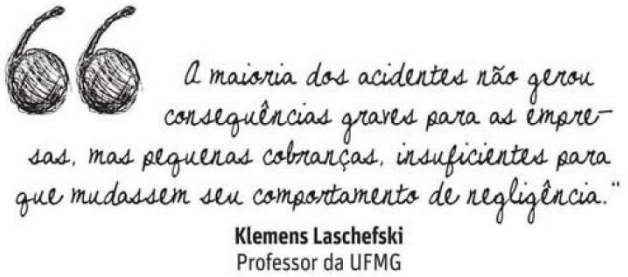
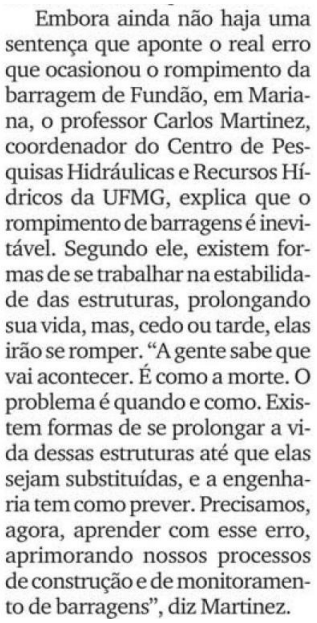


Figura 31: Trecho em destaque trata o rompimento da barragem como "acidente", em relação a outras tragédias semelhantes.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

Por fim, o locutor-jornalista convoca o PDV de mais um enunciador especialista, um professor acredita que "o rompimento de barragens é inevitável", comparando-o à morte, que sempre acontece, numa aparente tentativa de neutralização da tragédia, como sendo comum, rotineira. Trata a tragédia como "erro", abordando o tema sob o olhar mais técnico da engenharia. Destacamos, também, o sintagma introdutor do discurso direto, que identifica o "especialista" capaz de "explicar", reafirmando o discurso de autoridade e de conhecimento, em um efeito de credibilidade.



Embora ainda não haja uma sentença que aponte o real erro que ocasionou o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, o professor Carlos Martinez, coordenador do Centro de Pesquisas Hidráulicas e Recursos Hídricos da UFMG, explica que o rompimento de barragens é inevitável. Segundo ele, existem formas de se trabalhar na estabilidade das estruturas, prolongando sua vida, mas, cedo ou tarde, elas irão se romper. "A gente sabe que vai acontecer. É como a morte. O problema é quando e como. Existem formas de se prolongar a vida dessas estruturas até que elas sejam substituídas, e a engenharia tem como prever. Precisamos, agora, aprender com esse erro, aprimorando nossos processos de construção e de monitoramento de barragens", diz Martinez.

Figura 32: Professor acredita que rompimentos de barragens têm sido inevitáveis, apontando a tragédia como erro.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

Continuando a abordagem histórica sobre a queda de barragens, a reportagem "Segurança só veio após punições" faz um panorama sobre os maiores rompimentos de barragens de mineração no mundo, com exemplos do Canadá, Estados Unidos e Guiana, sendo o de Mariana o pior deles, como aparece no infográfico com a indicação do local, atividade, data, rompimento e sua dimensão.

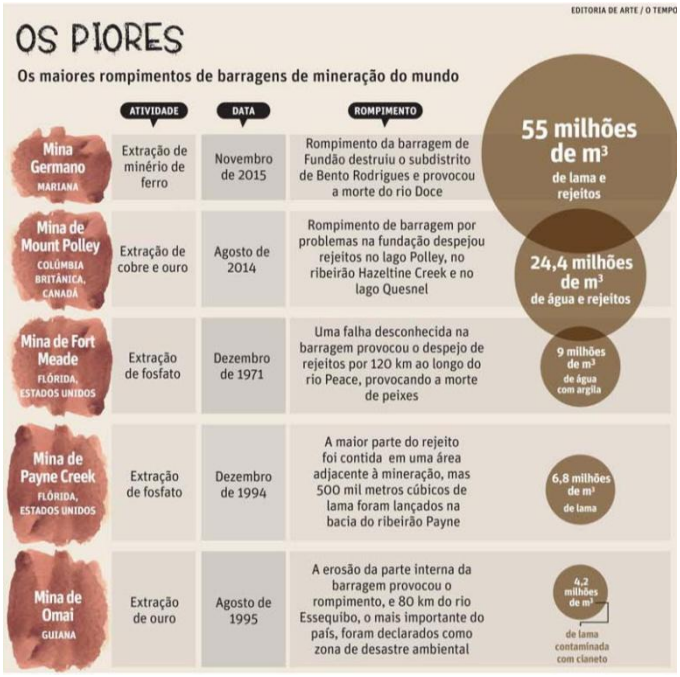


Figura 33: Infográfico mostra rompimentos de barragens no mundo.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

O locutor-jornalista utiliza três fontes primárias para tratar do que aconteceu após o rompimento das barragens ao redor do mundo, encenando os PDVs dos seguintes enunciadores: um pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenador do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais; um professor de geografia da Universidade Federal de Minas Gerais e a coordenadora da rede das águas da Fundação SOS Mata Atlântica. Como fonte secundária, mas em destaque na página, um pescador relata a tristeza da situação, com a dificuldade de voltar à realidade de sustento da família a partir das atividades relacionadas ao rio. Essa mescla de fontes indica também os PDV atribuídos e as estratégias utilizadas a partir do discurso relatado, oscilando entre a credibilidade, principalmente a partir dos especialistas, e a dramatização, visando à emoção a partir dos relatos dos moradores. Os especialistas ouvidos pela reportagem apontam a crucial diferença

da tragédia brasileira em relação às internacionais: a responsabilização dos culpados pelos desastres, sobretudo em Minas Gerais, onde há maior dependência econômica dos municípios com a atividade mineradora. Importante destacar a diferença que estabelece entre o Brasil e outros países, a partir dos léxicos "ao contrário" e "vista grossa", como depreciação pela impunidade observada no país.

Historicamente, tragédias ambientais já causaram danos graves pelos quatro cantos do mundo. Segundo especialistas, a diferença é que multas severas foram efetivamente pagas, e alterações em leis foram concretizadas, levando a mudanças nas atividades das empresas responsáveis pelos danos. No Brasil, ao contrário, o que se vê comumente são flexibilizações na legislação, insuficiência de fiscalização e baixa responsabilização dos culpados pelos desastres. Para que o cenário de impunidade deixe de ser regra, a aposta é no maior engajamento da população em acompanhar atividades extrativistas, como a mineração.

"A multa foi alta, e a multinacional também mudou suas políticas internas para evitar catástrofes", confirma o professor de geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Klemens Laschefski. Ele ressalta que acidentes só são evitados quando as empresas são obrigadas a fazer bons estudos e planejamentos anteriores a sua instalação.

Segundo os especialistas, o que acontece, principalmente em Minas, é que o Estado acaba fazendo vista grossa para a fiscalização por depender financeiramente da atividade. "Precisamos ir no sentido contrário e ampliar a participação da sociedade civil no monitoramento das políticas públicas. Essa é a grande lição para se tirar de Mariana", avalia Laschefski.

Figura 34: Especialistas comparam tragédias ambientais em outros países com a realidade brasileira.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

A aposta, como solução, é no engajamento da opinião pública e a fiscalização popular desses empreendimentos, independente do poder público, que também se relaciona com esses grandes conglomerados empresariais. Como exemplo, cita situações internacionais onde há maior participação popular sobre aspectos de análise de impacto ambiental e estudos independentes dele. No entanto, apesar desse posicionamento mais enfático em que aponta erros e culpados, a empresa Samarco não é citada e a palavra "acidente" é usada duas vezes de modo anafórico ao se referir à tragédia, principalmente ao classificar o referido desastre como "o maior acidente do mundo".

Segundo Freitas, com o tempo será possível precisar a dimensão da tragédia de Mariana. Ainda assim, o rompimento, com 55 milhões de metros cúbicos de lama, já é considerado o maior acidente do mundo em volume de material despejado por barragens de mineração.

Figura 35: Reportagem classifica a tragédia como "maior acidente do mundo".
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

Tal posicionamento mais enfático de cobrança é observado na reportagem intitulada "Quem vai pagar a conta?", em que o locutor-jornalista aponta a Samarco como responsável por arcar com as indenizações, apesar de lembrar que, no Brasil, historicamente, o prejuízo ainda fique com a população. Logo pelo título é possível observar o enquadramento por questionamento. O locutor-jornalista aborda a tragédia com foco no desastre ambiental que representou, com destaque para a fala de um professor em Direito Ambiental, em que se pode perceber a crítica aos agentes públicos do país, quando o especialista indica o despreparo desses órgãos, em destaque como o olho da reportagem. Dessa maneira, percebe-se a expressão de um tom mais incisivo, de cobrança de responsabilidade por parte das empresas controladoras das barragens. No entanto, apenas cita a Vale e BHP Billiton, não questionando, também, a responsabilidade delas enquanto acionistas. Dá maior ênfase ao dano ambiental, classificando-o como desastre ou tragédia.

Além de todos os danos e reflexos de curto e longo prazos na região do rio Doce, o maior desastre ambiental do Brasil revela uma fragilidade do país em conseguir efetivamente punir os responsáveis. Quinze dias após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, ainda não havia consenso na definição de multas, indenizações e ressarcimentos. Apesar de algumas autuações terem sido aplicadas, nem órgãos ambientais, nem Ministério Público sabem dimensionar o valor total a ser pago pela Samarco (controlada pela Vale e pela BHP Billiton) para a recuperação de todo o estrago. Diante de um histórico de omissões em tragédias – mesmo no caso de punição, facilidades são concedidas ao empreendedor –, especialistas estimam custos na casa de dezenas de bilhões de reais, mas se revelam pessimistas quanto a uma efetiva penalização.

66 *A Samarco efetivamente vai pagar? Não vai. Pela ineficácia dos agentes públicos e pela passividade e desconhecimento dos atingidos. Infelizmente, no Brasil, o Ministério Público e os órgãos fiscalizadores estão despreparados. Haverá uma eterna injustiça, nesse caso."*

Bruno Albergaria
Professor em Direito Ambiental

Figura 36: Trechos em destaque apontam as empresas responsáveis pela tragédia.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

O questionamento já é visível no título. No corpo do texto, há apenas um, atribuído ao especialista em direito ambiental. Como fontes, o locutor-jornalista apresenta, além do especialista supracitado, um pesquisador da UFMG (o mesmo da reportagem anterior) e o secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo. Para a segunda parte da matéria, sobre o poder público, foram entrevistados o secretário de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais, a opinião pública da então presidenta Dilma Rousseff, Ibama e Ministério do Meio Ambiente, o prefeito de Mariana e um promotor. O uso das fontes é importante para a expressão do ponto de vista do veículo, apresentando a classificação e a relação dos agentes envolvidos na tragédia, incitando o leitor a refletir e questionar a responsabilidade do ocorrido. No entanto, como o foco é o lado ambiental da tragédia, o jornal não traz nenhuma vítima ou porta-voz da população atingida.

A última reportagem do caderno ocupa duas páginas e versa sobre a recuperação do rio Doce e seus arredores. As fontes são as mesmas utilizadas em matérias anteriores do caderno, como o coordenador do Projeto Manuelzão, a coordenadora da Fundação SOS Mata Atlântica, o projeto do fotógrafo Sebastião Salgado e o coordenador do Laboratório de Gestão Ambiental de Reservatórios da UFMG. O locutor-jornalista apresenta um tom enfático ao relacionar a tragédia à falta de fiscalização e a abrangência do problema, que ultrapassa o factual do rompimento da barragem e apenas o próprio rio, mas considera, também, o histórico de poluição dele e a situação dos seus afluentes, bacia hidrográfica, os solos e matas ciliares. Nesse sentido, o locutor-jornalista busca apontar possíveis soluções e maneiras de recuperação do rio Doce, para resgatar o ecossistema perdido. Podemos perceber a subjetividade do enunciado a partir da modalização dos enunciados representados, observamos a atribuição de PDVs a “os especialistas são unânimes”, indicando uma unicidade de opiniões que balizam a defendida pelo veículo, e os verbos que carregam a disposição psicológica avaliativa (RABATEL, 2013), como “alerta o professor” e “avalia a coordenadora”.

Figura 37: Infográfico indica maneiras de recuperação do rio Doce.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

A responsabilidade também é atribuída ao poder público, pela fragilidade da legislação e brechas de concessões de exploração ambiental que prejudicam o meio ambiente e as populações que vivem no entorno desses empreendimentos. Apesar de ser enfático ao tratar como tragédia, desastre e responsabilizar empresas pelo dano ambiental, a partir dos termos escolhidos como "dano ambiental", "efeitos catastróficos", "tragédias ambientais" e a repetição dos termos anteriormente citados, o locutor-jornalista utiliza, uma vez, a palavra "acidente" e também passa para a sociedade o papel de monitoramento e punição, reconhecendo o grande poder exercido pelas empresas.

Menos de um mês após o acidente, o projeto mais concreto que foi apresentado para a recuperação do rio Doce é uma iniciativa do Instituto Terra – organização não governamental mantida pelo fotógrafo Sebastião Salgado. Ele prevê a recuperação de todas as nascentes para que haja um aumento no volume de água e, em consequência, a revitalização do rio. Salgado acredita que essa seja a única saída para o rio Doce. "Já temos o projeto pronto, e o piloto já foi implantado em algumas nascentes. Acredito que é o único meio para reverter essa situação. Temos certeza de que com essa proposta é possível recupe-

A coordenadora da Fundação SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro, descreve a relação do país com grandes empreendimentos de risco como uma bomba-relógio. "Existem tantas outras barragens de alto risco no Brasil que é uma questão de tempo até que se repita um desastre assim". Para ela, esse risco mostra que a atual legislação ambiental é inadequada e não conseguirá evitar novas tragédias. "A nossa concessão de licenças é frágil, e o pedido de urgência para votar o novo código de mineração é um escândalo, pois ele dará ainda mais poderes para as empresas", conta.

Para Ricardo Coelho, a falta de fiscalização também tem uma enorme parcela de responsabilidade no dano ambiental. "Os gestores públicos costumam achar que não é função do governo fiscalizar, acham ridículo ter que mandar alguém a campo para fazer inspeções. Mas, agora, para que essa tragédia não se repita, o país vai ter que passar a fiscalizar e punir, coisa que nunca fez antes", conclui. **(JRF)**

Figura 38: Reportagem aponta falhas na fiscalização e relação entre governo e empresas responsáveis pelas barragens. À esquerda, trecho em que o locutor-jornalista usa a palavra "acidente" para classificar o rompimento da barragem. À direita, o enunciador a quem é atribuído o PDV que aponta a falta de fiscalização como responsável pela tragédia.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015).

As análises realizadas[86] permitem-nos dizer, de modo geral, que o caderno do jornal *O Tempo* foca na questão ambiental, mesmo que retrate algumas das vítimas da tragédia. A maioria das fontes utilizadas são relacionadas ao meio ambiente, além de outras oficiais, como de órgãos públicos e de prefeitura. Apesar de firmar posicionamento crítico em diversos momentos, tais como observados na reportagem "Recuperação será lenta, longa e cara", "Quem vai pagar a conta?" e "Segurança só veio após punições", dentre outras, e considerar a tragédia como maior desastre ambiental do mundo, o jornal ainda utiliza a palavra "acidente" ao retomar o acontecimento e relacioná-lo a outros casos de rompimento de barragens. As imagens ilustram mais a paisagem e os ambientes naturais dos locais atingidos, com raras exceções de destaque para pessoas_ ainda que não sejam as vítimas diretas. Esse

[86] No anexo 5 desta dissertação, encontra-se um quadro que resume o trabalho analítico deste capítulo sobre o jornal *O Tempo*

enquadramento ambiental, com fontes especializadas e carência de depoimentos pessoais, com termos axiológicos que remetem a causas naturais, demonstram o ponto de vista escolhido e defendido pelo veículo, ainda que indiretamente.

3.4.2 *Lampião*

A edição especial do jornal *Lampião* leva o nome de "Do fim ao recomeço – quando a lama de uma barragem faz o tempo parar e o futuro persiste", acompanhado da foto de um relógio de parede, marcando o horário aproximado da tragédia que retrata, com a predominância da cor marrom. O título já indica como será trabalhada a narrativa e o tema do jornal, cujo objetivo é relacionar o acontecimento ao tempo, partindo da destruição de Bento Rodrigues, culminando na esperança de reconstrução dos moradores.

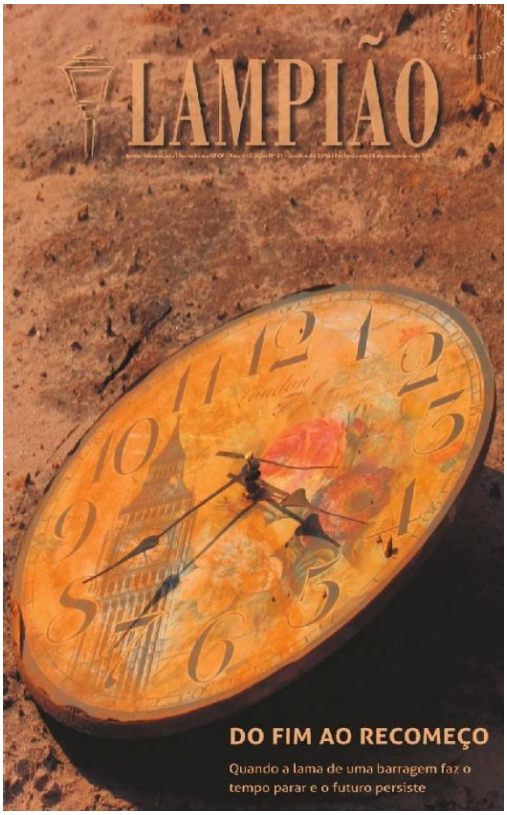
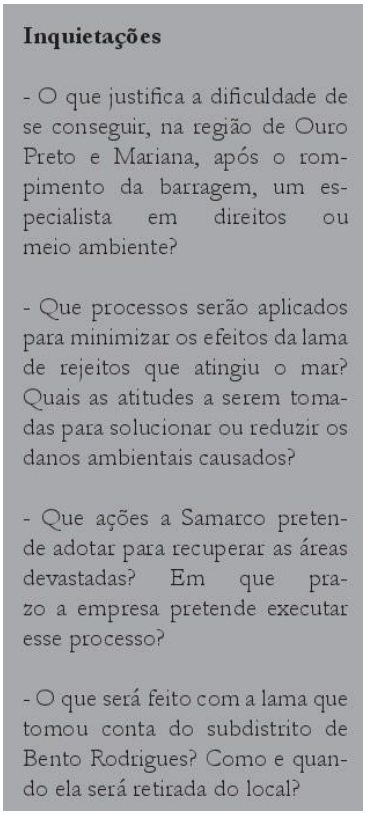


Figura 39: Capa do jornal-laboratório *Lampião*, relacionando a tragédia ao marco temporal.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

Seguindo a ideia de divisão de jornais de referências, o *Lampião* se divide em editorias, demarcadas, também, pela paginação do jornal. Assim, a página dois é dedicada ao

gênero opinativo, com Editorial, Crônica e Opinião. O editorial, importante para entendermos o posicionamento do veículo, recebe o nome de "Caos e Esperança", trazendo a indagação acerca da responsabilidade da tragédia. O locutor-jornalista reforça a necessidade de que o fato não pode ser esquecido e, como jornal-laboratório do curso de Comunicação Social, relaciona o papel da Universidade com o papel acadêmico de levar informação completa ao leitor, com abordagem diferenciada e regionalizada. A opinião "Sem resposta" pode ser entendida como uma forma de complemento do editorial, já que apresenta as perguntas que foram enviadas à Samarco e ao governo do Estado de Minas Gerais, mas não foram respondidas. Traz, também, inquietações da população, sem destinatário exato. São todas perguntas incisivas, que procuram respostas, culpados, questionam o trabalho feito pelas instituições, a segurança e idoneidade delas, responsabilizando-as direta e incisivamente. Dessa maneira, o jornal já indica o enquadramento por questionamento que procura abordar, além de se posicionar enquanto jornalismo local que está inserido no mesmo contexto das vítimas atingidas pela tragédia, em um processo de identificação com os personagens retratados e o leitor, morador da região.



Inquietações

- O que justifica a dificuldade de se conseguir, na região de Ouro Preto e Mariana, após o rompimento da barragem, um especialista em direitos ou meio ambiente?

- Que processos serão aplicados para minimizar os efeitos da lama de rejeitos que atingiu o mar? Quais as atitudes a serem tomadas para solucionar ou reduzir os danos ambientais causados?

- Que ações a Samarco pretende adotar para recuperar as áreas devastadas? Em que prazo a empresa pretende executar esse processo?

- O que será feito com a lama que tomou conta do subdistrito de Bento Rodrigues? Como e quando ela será retirada do local?

Figura 40: Além das perguntas enviadas à Samarco e ao Governo de Minas, o texto apresenta inquietações das vítimas da tragédia.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

Na crônica “No meio do caminho”, o locutor-cronista faz comparação com a “pedra do caminho”, do poeta Drummond, fazendo referência a uma Pedra que barrou, ainda que momentaneamente, o alcance da lama em Bento. O locutor apresenta o jornal como expressão do meio universitário, local, que procura responder e levantar questões de interesses regionais e adjetiva a tragédia caracterizando-a com termos como “quebrado”, “engolido”, “devastado”, com ênfase na destruição causada pela queda da barragem. Por fim, a charge ilustra o possível antes e depois da lama, na figura de dois pescadores. Na primeira ocasião, com o sucesso da pesca, já na segunda, confusos diante de tanta destruição do distrito, numa mistura de objetos pessoais à natureza.

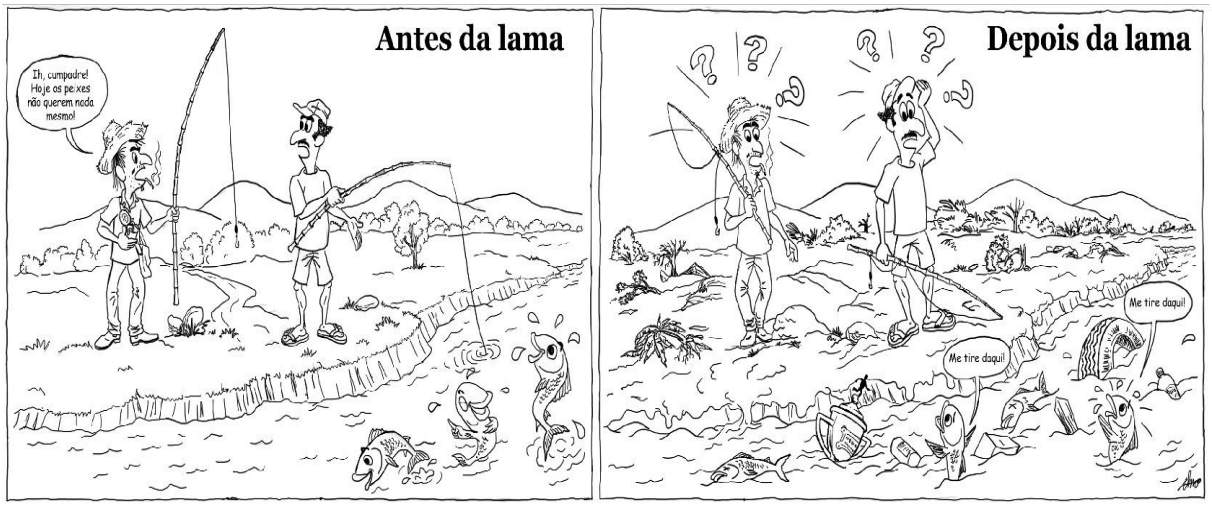


Figura 41: Charge ilustra a destruição do rio após a tragédia.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

É importante ressaltar, para essa análise, que, como os textos são opinativos eles não apresentam fontes para balizar as informações. No entanto, voltar nossa atenção a eles é fundamental para, como dito anteriormente, compreender e resumir o objeto de análise e sua respectiva linha editorial na qual se baseia a cobertura.

A primeira reportagem informativa é a “Quem paga a conta?”, da editoria de cidade. O título apresenta o enquadramento por questionamento, ao sinalizar o apontamento de responsáveis pela tragédia e a respectiva urgência na resolução do caso a partir de tantas perdas. No destaque, uma fala do prefeito de Mariana sobre a relação da empresa com o município. As duas fotos que ilustram a matéria mostram a destruição de Bento Rodrigues,

com objetos pessoais e casas soterradas pela lama. Ao fim da página, números sobre as multas que devem ser pagas pela empresa a instituições, como Ibama, Governos e Ministério Público, e à população afetada diretamente pela tragédia.

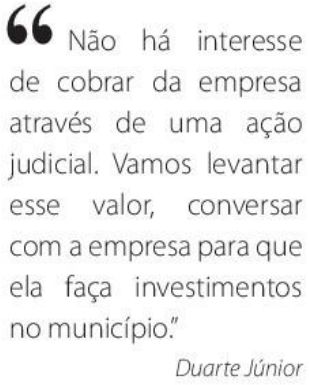
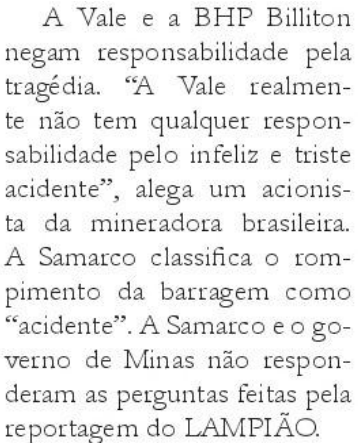


Figura 42: Prefeito de Mariana mostra dependência da cidade em relação à Samarco.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

Por meio do excerto em destaque e da leitura da reportagem, podemos observar que o locutor-jornalista imprime um tom de cobrança maior da responsabilidade e da relação da Prefeitura com a empresa responsável pelas barragens. Ao mesmo tempo, imprime, também, um tom mais pessoal à tragédia e à responsabilidade atribuída a ela, em um enquadramento que classificamos como por responsabilização/culpabilização. Além de cobrar medidas legais sobre a Samarco, também destaca a responsabilidade da Vale e da BHP Billiton, empresas acionistas que também utilizavam a barragem como descarte de rejeitos da mineração. Quando dimensiona o tamanho da tragédia, o locutor-jornalista procura focar no município e nas pessoas atingidas direta e indiretamente, ainda que também dê a dimensão nacional ambiental, citando a destruição do rio Doce, que passa pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Trata como “apuração criminal”, considerando o crime ambiental cometido pela empresa. Afasta-se da classificação de “acidente” dada pela Samarco[87], em clara oposição à declaração da empresa, além de usar os termos “tragédia”, “destruiu”, “pessoas afetadas”, “responsabilidade pela tragédia”, observando, então, posição mais incisiva na cobrança por atitudes e respostas.

[87] O trecho da reportagem diz “Samarco classifica como acidente”.



A Vale e a BHP Billiton negam responsabilidade pela tragédia. "A Vale realmente não tem qualquer responsabilidade pelo infeliz e triste acidente", alega um acionista da mineradora brasileira. A Samarco classifica o rompimento da barragem como "acidente". A Samarco e o governo de Minas não responderam as perguntas feitas pela reportagem do LAMPIÃO.

Figura 43: Jornal busca distanciamento e crítica às declarações das empresas responsáveis pela barragem.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

Ainda assim, a matéria só apresenta o questionamento no título, embora questione, indiretamente, a responsabilidade pela tragédia no corpo do texto. É uma matéria informativa, sem adjetivação, com verbos informativos, como "declarou", "falou", "disse". O locutor-jornalista encena PDVs de enunciadores tais como os posicionamentos oficiais da Samarco, Vale[88] e de órgãos públicos, além de relatórios e lei que versam sobre a mineração. Cita falas do prefeito da cidade, do promotor do Ministério Público de Minas Gerais, apresenta a falta de respostas de outros setores (como o governo de MG) e se ancora em relatórios e documentos oficiais para comprovar os impactos causados pela tragédia. Indica diretamente a Vale como uma das responsáveis pelo ocorrido, mas não identifica a fonte usada na defesa da empresa. Mesmo com fontes oficiais de órgãos públicos estaduais e nacionais, a abordagem busca trazer sempre o impacto local que essa cobrança e responsabilização vão gerar no município.

[88] Em entrevista (anexa a esta dissertação), a professora orientadora do jornal relatou a dificuldade de participação em entrevistas coletivas e, principalmente, exclusivas dos repórteres com os representantes das empresas responsáveis.

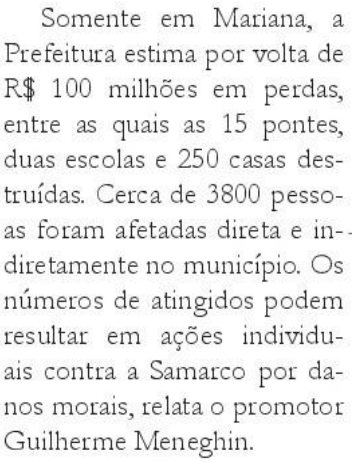

Somente em Mariana, a Prefeitura estima por volta de R$ 100 milhões em perdas, entre as quais as 15 pontes, duas escolas e 250 casas destruídas. Cerca de 3800 pessoas foram afetadas direta e indiretamente no município. Os números de atingidos podem resultar em ações individuais contra a Samarco por danos morais, relata o promotor Guilherme Meneghin.

Figura 44: O jornal procura relacionar o impacto local da tragédia.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

A editoria de Política apresenta um dos grandes diferenciais da cobertura do *Lampião*. A matéria "Relações perigosas" aborda a relação existente entre grandes políticos mineiros, como o governador Fernando Pimentel, os senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia, Itamar Franco, entre outros, com a mineração, a partir de financiamento de campanhas, em um enquadramento que consideramos como Enquadramento Político. Para embasar tais números e denúncias, o locutor-jornalista apresenta dados da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral (ABPM); da Lei que cria a Política Nacional de Segurança de Barragens (sob responsabilidade da Agência Nacional das Águas) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), formando o Sistema Nacional de Informação de Segurança de Barragens (SINSB); do Instituto Socioambiental (ISA); além disso, encena o PDV de um cientista político, como fonte especializada; além de apresentar o código de ética da Câmara dos Deputados, encena também PDVs de pronunciamentos oficiais da então presidente Dilma Rousseff e do deputado Chico Alencar. Durante a matéria, recheada de dados, pesquisas e informações acerca do mundo político, o rompimento da barragem é sempre tratado como tragédia e desastre. A relação que se estabelece entre os financiamentos políticos por parte das mineradoras indica, também, a responsabilidade dos órgãos públicos, principalmente no que tange à falta de fiscalização e atendimento aos interesses político-econômicos dos beneficiados, resultando, por fim, em tragédias como essa, que poderiam ser evitadas ou minimizadas caso houvesse maior fiscalização e leis que não protegessem apenas as empresas responsáveis. Em relação ao recurso linguístico utilizado, destacamos uma oração relativa

"que mais receberam financiamento da mineração" que predica o termo "políticos", como meio de expressão do posicionamento combativo, questionador e investigativo do veículo sobre as relações que se estabelecem entre a política e a mineração, que pode culminar em tragédias como essa. As fotos que representam os políticos envolvidos com o financiamento minerador se assemelham às imagens utilizadas nas urnas eleitorais, o que pode indicar que o locutor-jornalista deseja destacar o poder das escolhas eleitorais, dos votos democráticos, em ambientes e questões muitas vezes subjugadas pela maioria dos eleitores.

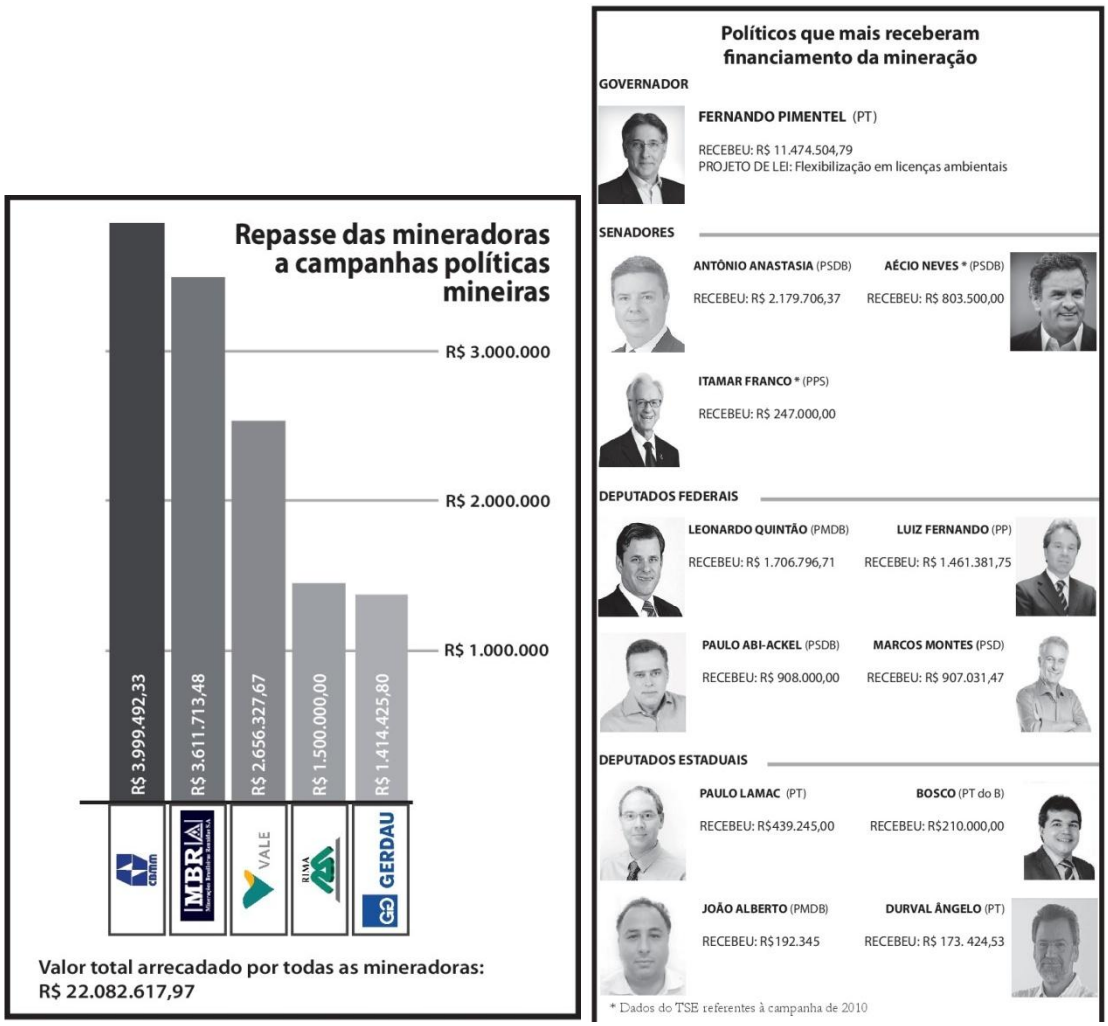


Figura 45: Infográficos mostram relação das mineradoras com políticos mineiros.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

"À sombra da mineração" é a reportagem de Economia do caderno especial, a partir da qual se pode inferir um enquadramento investigativo. Nela, o locutor-jornalista critica a dependência econômica da cidade com a atividade mineradora. Ela faz uma análise da conjuntura econômica, impactos e possíveis soluções a partir dos impactos ambientais

sofridos na cidade. Como fontes, a reportagem busca relatar e atribuir PDVs aos seguintes atores sociais: um desempregado, uma comerciante, o presidente do Sindicato Metabase Mariana, o secretário de turismo, cultura e desportos de Mariana, além do prefeito e dados do PIB da cidade. Os PDVs são expressos por verbos de modalidade assertiva, como observamos no trecho "o secretário afirma que", conferindo-lhe autoridade e certeza, e expressiva em "o secretário espera que", parecendo indicar certa passividade nas ações a serem tomadas. Tais informações comprovam a relação de dependência que existe entre a cidade e a atividade mineradora, seja por meio de empregos diretos e indiretos, seja pelos impostos pagos ao município. Em contrapartida, encena-se o PDV de um especialista em recursos naturais e professor de economia da UFOP o qual aponta possíveis saídas e as consequências negativas dessa dependência, refletindo sobre ela e para a diversificação da economia da cidade. Como possível solução, o turismo é tratado na reportagem como alternativa e é apontada, também, a necessidade de mais investimentos e atenção, tanto da prefeitura, quanto dos comerciantes, que buscam saídas para a crise que a cidade passou a enfrentar com mais força após o rompimento da barragem.

Turismo é solução?

Com o rompimento da barragem do Fundão, um dos distritos atingidos foi Camargos, a cerca de 19 quilômetros de Mariana. O local possui entre suas principais atividades o turismo e o artesanato. Um dos patrimônios é a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, do século XVIII.

Os prejuízos culturais de Camargos e região após o rompimento da barragem ainda são incalculáveis. O local, conhecido pelo artesanato, pela igreja e a cachoeira, faz parte do percurso do Iron Biker, competição internacional de mountain bike que acontece em Mariana anualmente. O secretário de Turismo, Cultura e Desportos de Mariana, Vicente Freitas, 42, espera que até a próxima edição do evento, em setembro de 2016, o lugar esteja recuperado.

O turismo é apontado como uma das soluções para o fim da grande dependência econômica de Mariana da mineração. Entretanto, mesmo que a cidade tenha capacidade para atrair público, ainda há falhas e são necessários aprimoramentos para que as atividades contribuam significativamente para a economia local.

Segundo Freitas há dificuldade de chegar a um acordo com os comerciantes locais, principalmente em relação aos horários de funcionamento, o que enfraquece ainda mais as vendas. Isso ocorre porque os turistas buscam os estabelecimentos nos fins de semana, quando estão fechados.

Os problemas não acontecem só no comércio. O secretário afirma que com a Arquidiocese, responsável pelas igrejas - principal atração entre os turistas -, há dificuldade de diálogo e acordo entre horários e dias de funcionamento, devido ao baixo número de funcionários disponíveis. A Arquidiocese não respondeu o LAMPIÃO.

Vicente destaca que um dos problemas mais recorrentes é que, muitas vezes, os visitantes chegam para conhecer os patrimônios da região e os encontram fechados. Por meio de programas como o Jovem Aprendiz, em que os estabelecimentos oferecem trabalhos de meio período para menores de 18 anos, os representantes pretendem solucionar a situação.

Questionado sobre a capacidade turística de Mariana, o secretário afirma que o setor "não tem condições de sustentar economicamente o município". Novas propostas e investimentos para aquecer a atividade podem aumentar sua influência na economia local. A Prefeitura não sabe quanto o turismo influencia no PIB de Mariana.

Figura 46: *Box* da reportagem aponta o turismo como possível diversificação da economia, dependente da atividade mineradora.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

Em página dupla, na metade do jornal, está o especial "Fragmentos de uma tragédia marianense", que trata de seis temas: segurança de trabalho; projetos de cidadania da Samarco; parceria com UFOP; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); manifestações contra e a favor da empresa; e narrativas de vida das vítimas. Importante ressaltar o índice gentílico no título, indicando a localidade, demarcando-se, portanto, como importante representação local, corroborando o enquadramento local dado pelo jornal. O primeiro tema fala sobre as relações trabalhistas, benefícios do trabalhador e a pressão que ele sofre na empresa. Como fontes, encenam-se os PDVs de um aposentado, um terceirizado e o representante do Sindicato Metabase, além de dados da Pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade, elaborada pela Universidade Federal de Juiz de Fora. O segundo tema é tratado sob a ótica de uma estudante de Bento Rodrigues e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana, abordando a baixa verba, comparada ao

lucro da empresa, destinada a projetos nas comunidades atingidas. A parceria com a UFOP também foi tema desse especial, especialmente em ações após a tragédia, a partir da criação do Comitê de Articulação para Ação Voluntária. O projeto visa promover, dentre outras ações sociais, melhorias na fiscalização e desenvolvimento de novas tecnologias que auxiliem os municípios atingidos. O locutor-jornalista também aborda a relação da mineração com a Universidade, nas parcerias das empresas envolvidas com a UFOP a partir de aulas e projetos de pesquisa. Foram encenados os PDVs do chefe de gabinete da reitoria e o próprio reitor da Universidade, além do posicionamento oficial da UFOP. O MAB também é retratado na matéria, pela figura da coordenadora estadual. O objetivo é contar a história e o trabalho do Movimento, principalmente o realizado após a tragédia nas comunidades atingidas, por meio de projetos interinstitucionais e iniciativas próprias. A solidariedade da população também é abordada, sob o ponto de vista de uma professora da UFOP, que alerta para o cuidado da possível redução de responsabilização da Samarco no auxílio às vítimas. As manifestações pela vida (contra a Samarco) foram registradas pelo depoimento de uma ex-moradora do distrito. O movimento a favor da empresa também foi registrado, motivado pela incerteza do futuro pela dependência econômica da cidade com a empresa, tendo um comerciante como personagem. Por fim, as memórias sobre o distrito são o tema da matéria, que traz depoimentos de três moradores e familiares, que relembram da vida pacata que levavam no lugarejo e de momentos relacionados à tragédia, da tristeza sentida ao ver a lama tomando espaço do lugar em que viviam, levando, também, pessoas e memórias.

Figura 47: Simulando um quebra-cabeça, o quadro mostra a relação da empresa com a cidade e o impacto da tragédia para os cidadãos de Mariana.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

Na editoria de trabalho, a matéria "Riqueza tingida de lama" aborda as produções locais de pequenos comércios de Bento Rodrigues, tendo a geleia de pimenta de biquinho (que ilustra a matéria), como principal exemplo. Outras três histórias são contadas: pequenos produtores e trabalhadores que foram prejudicados pela tragédia. O conceito de economia solidária também é abordado, no sentido da implementação, por meio das produções regionais. Encenam-se os PDVs de uma produtora, a Associação de Hortifrutigranjeiro de Bento Rodrigues, uma professora de Ciências Sociais, além dos três produtores e trabalhadores retratados. O locutor-jornalista apresenta, também, um mapa ilustrativo que indica a localização dos distritos atingidos: Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Barra Longa, cada um sendo o local dos produtores retratados. Nas imagens ilustrativas das atividades, podemos perceber uma personagem em plena atividade, considerado um recomeço

de vida, uma reconstrução em que ela se dedica; uma foto comercial de um produto, assemelhando-se a propagandas; e a simplicidade de um agricultor, nas terras, com um semblante feliz que indica a generosidade acompanhada da legenda “colhe o que dá”.

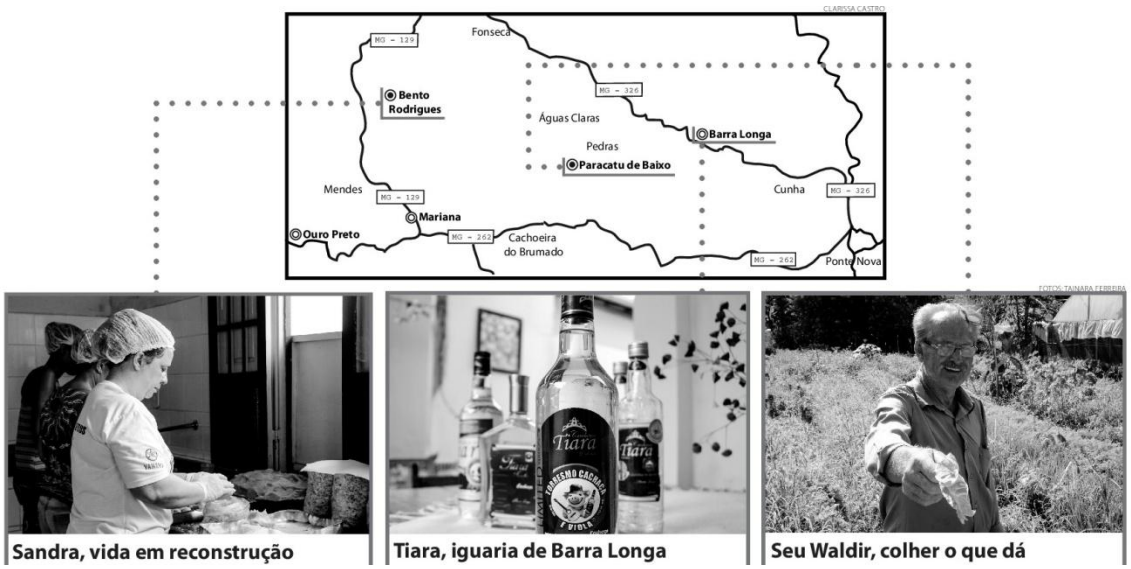
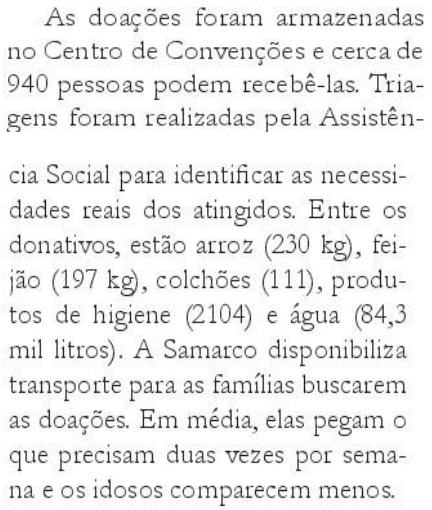


Figura 48: Mapa ilustra os três distritos mais atingidos pelo rompimento da barragem, representando, também, seus produto(res) locais.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

A matéria “Burocracia feita com mágoa”, que abre a editoria de Cidadania, versa sobre a documentação perdida dos moradores, a solidariedade dos habitantes de Mariana, a reconstrução das vidas que perderam tudo com a tragédia e a nova moradia cedida aos antigos habitantes que ficaram desabrigados. O locutor descreve a dificuldade que os atingidos estão tendo em normalizar os documentos e assuntos burocráticos, abordando o quanto isso vai dificultar na vida deles, a partir do drama de duas moradoras. O analista de comunicação da Samarco contou a atitude da empresa nesses processos e o promotor de Direitos Humanos de Mariana explica a relação específica de casos como esse. A outra matéria da mesma editoria mostra a solidariedade da população, o quanto isso tem ajudado com o básico para as vítimas, com o ponto de vista de um dos doadores. Por ser um jornal local, o locutor parece realizar uma prestação de serviço, com o local de recebimento dos donativos e os itens mais necessários e urgentes, a partir da encenação do PDV do secretário adjunto de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana.



As doações foram armazenadas no Centro de Convenções e cerca de 940 pessoas podem recebê-las. Triagens foram realizadas pela Assistência Social para identificar as necessidades reais dos atingidos. Entre os donativos, estão arroz (230 kg), feijão (197 kg), colchões (111), produtos de higiene (2104) e água (84,3 mil litros). A Samarco disponibiliza transporte para as famílias buscarem as doações. Em média, elas pegam o que precisam duas vezes por semana e os idosos comparecem menos.

Figura 49: A matéria aborda as doações feitas às vítimas, focalizando na prestação de serviço.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

A última matéria da editoria mostra a história de "renascimento" de uma "ex-moradora do ex-Bento", que, como todos do distrito, perdeu a própria casa e agora conta com o apartamento cedido pela Samarco. O locutor trata a tragédia como trauma de lugares de terra e a transição da tristeza à alegria devido a ter um lugar para morar e conseguir se reestabelecer. Em toda a editoria, o locutor-jornalista trata a tragédia usando axiológicos tais como "calamidade", "trauma", em um tom mais pessoal e emocional sobre as vítimas, como podemos observar nos seguintes trechos descritivos sobre a personagem: "olhos expressivos, cabeça baixa e poucos sorrisos. Sentimentos que transbordam em lágrimas" e "A dor aumenta quando cita a fala do filho, que também se cansou da situação". A partir desses excertos destacados, podemos perceber o forte tom emotivo e descritivo que o locutor-jornalista, por meio dos PDVs encenados e termos axiológicos, apresenta o tema e a situação da personagem retratada, visando aproximar o leitor da realidade por meio de uma linguagem em primeira pessoa.

A fé também foi tema da cobertura do *Lampião*. Com o título "Cruz sagrada, a fé do povo", a editoria de Patrimônio aborda a Igreja como patrimônio cultural do distrito e a esperança que a fé carrega. O locutor-jornalista apresenta a igreja histórica como personagem vítima da destruição causada pela lama, personificando a fé, tornando-a como corpo material que motiva a população do vilarejo. Como testemunhas e devotos, os personagens retratados são o presidente da associação dos moradores de Bento Rodrigues, o procurador da igreja e a relação de mais dois devotos com a igreja, que fica, agora, só na memória. Os recursos

linguísticos utilizados para demarcar o sentimento e sinalizar o PDV adotado são os verbos que precedem os discursos relatados, como “Conceição planejava comemorar” e “Marcos guarda na memória”, indicando que a relação com a igreja se manteve no passado, restando apenas a memória e os planos não realizados. A matéria também faz alusão às cores do local, às peças perdidas e à fé restauradora_ que lama nenhuma apaga.

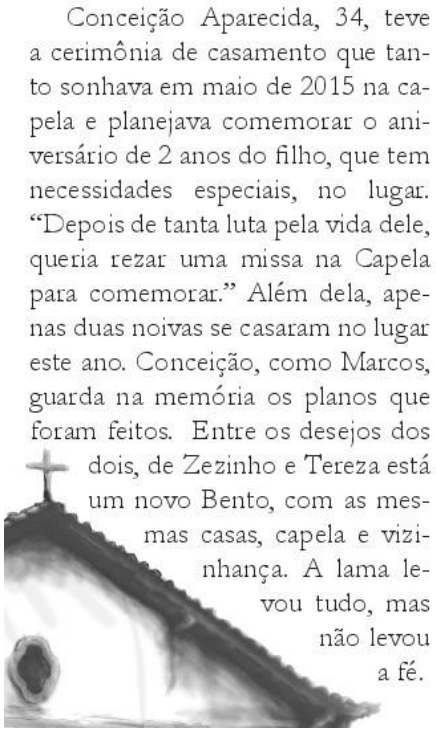
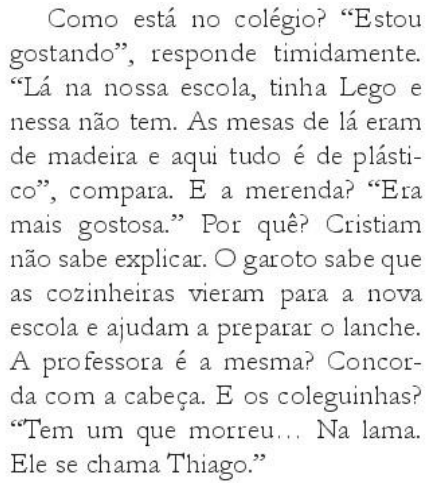

Conceição Aparecida, 34, teve a cerimônia de casamento que tanto sonhava em maio de 2015 na capela e planejava comemorar o aniversário de 2 anos do filho, que tem necessidades especiais, no lugar. “Depois de tanta luta pela vida dele, queria rezar uma missa na Capela para comemorar.” Além dela, apenas duas noivas se casaram no lugar este ano. Conceição, como Marcos, guarda na memória os planos que foram feitos. Entre os desejos dos dois, de Zezinho e Tereza está um novo Bento, com as mesmas casas, capela e vizinhança. A lama levou tudo, mas não levou a fé.

Figura 50: A matéria personaliza a fé, como patrimônio do subdistrito atingido.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

A escola de Bento Rodrigues foi um local bastante representado nas coberturas midiáticas sobre a tragédia. O *Lampião* aborda, na matéria “Todos na escola, menos dois”, sobre Educação, a transição da escola de Bento para a provisória de Mariana. Assim, narra a destruição e mudança de escola, na visão dos estudantes, que perderam dois colegas, e da secretária, que relata a diferença até no tratamento aos alunos, estabelecendo um contraponto entre o investimento municipal e o apoio da Samarco. Para tanto, o locutor-jornalista encena os PDVs de dois alunos, da secretária e da pedagoga da escola contam sobre a “saudosa rotina” na Escola Municipal de Bento Rodrigues e a adaptação na escola nova em Mariana. Os recursos descritivos, comparativos e nostálgicos são fortes nas falas das crianças, como podemos perceber nos trechos: “As mesas de lá eram de madeira e aqui tudo é plástico” e “a

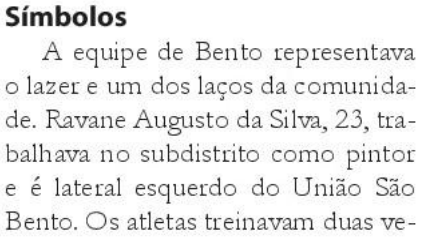
merenda era mais gostosa". Ao apresentar esses discursos relatados diretos, percebemos o uso do verbo que indica relato de modalidade epistêmica: "o garoto sabe que", conferindo maior autoridade sobre o que busca retratar. Como percebemos ao longo da análise, como no jornal *O Tempo*, a comparação entre bom e ruim, delimitando que aquele é representado pelo passado e este pelo presente, perpassa por todo o material analisado. Além disso, encena-se o PDV do secretário de Educação de Mariana sobre a gestão escolar do município e a responsabilidade da Samarco em realocar essas crianças e oferecer um novo espaço para uma nova escola.



Como está no colégio? "Estou gostando", responde timidamente. "Lá na nossa escola, tinha Lego e nessa não tem. As mesas de lá eram de madeira e aqui tudo é de plástico", compara. E a merenda? "Era mais gostosa." Por quê? Cristiam não sabe explicar. O garoto sabe que as cozinheiras vieram para a nova escola e ajudam a preparar o lanche. A professora é a mesma? Concorda com a cabeça. E os coleguinhas? "Tem um que morreu... Na lama. Ele se chama Thiago."

Figura 51: Crianças relatam com saudosismo como era na escola antiga, destruída pela tragédia.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

Na última editoria, de Esportes, o time de futebol de Bento Rodrigues é tido como mais um "patrimônio" do subdistrito. "Além das quatro linhas" apresenta o time de futebol de Bento, que perdeu espaço de treino e uniformes por causa da tragédia, considerando o esporte como qualidade de vida, forma de "lazer e laço", que caracterizam a prática esportiva como demonstração da união presente no subdistrito, como boa recordação da vida anterior à tragédia. O agenciamento de PDV sobre a amizade e o sentimento de pertencimento de comunidade é feito a partir da encenação dos PDVs do técnico do time. Para relatá-los, o locutor-jornalista usa o verbo "lamentar" para atribuição de PDV ao técnico também sobre a perda da coleção de camisas do Clube Atlético Mineiro, de dois jogadores, um torcedor e o prefeito de Mariana, a partir do verbo "garantir", ao prometer um novo espaço para os treinos.



Símbolos

A equipe de Bento representava o lazer e um dos laços da comunidade. Ravane Augusto da Silva, 23, trabalhava no subdistrito como pintor e é lateral esquerdo do União São Bento. Os atletas treinavam duas ve-

Figura 52: Matéria exibe forte relação entre o esporte e o distrito.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

O jornal *Lampião* se divide em editorias como os jornais tradicionais (Editorial, Política, Economia, Esporte etc). Nesta edição especial, a tragédia foi o tema de cada editoria, seguindo suas angulações específicas, diferentemente dos jornais tradicionais, que tratam só em "Cidades", ainda que abranja outras temáticas (como a Economia, por exemplo). Destacamos, aqui, as editorias de Política e de Esporte, por acreditarmos ser o diferencial da abordagem de característica contra-hegemônica e de jornalismo local, respectivamente. Como vimos, na reportagem sobre política, o jornal exibiu nomes e fotos de políticos tradicionais mineiros, prática que não foi observada nos veículos impressos de grande mídia (representados, neste trabalho, pela cobertura dos jornais *Estado de Minas* e *O Tempo* no mês subsequente à tragédia), sendo, portanto, uma característica contra-hegemônica de questionamento e reflexão das relações políticas com o acontecimento retratado. Já na editoria de esportes, apesar de ser um tema trabalhado em outros jornais, optou-se fazer abordagem com enfoque local, com maior afetividade, mostrando a relação sentimental que se estabelecia a partir da prática esportiva, não apenas o que se perdeu com o rompimento da barragem e a pausa forçada nos treinos da equipe. Esta, acreditamos, é uma importante característica de um jornalismo local: oferecer abordagens alternativas aos veículos maiores, que foquem nas relações que se estabelecem naquela sociedade em que o jornal está inserido.

A principal característica é a "personificação" da tragédia. Ainda que não usem discursos relatados diretos deles, os locutores-jornalistas sempre citam os nomes dos responsáveis por cada pasta (por exemplo, o prefeito, secretário, diretor-presidente da Samarco etc). Tal personificação ocorre, também, quando se trata dos rejeitos da lama, com verbos atribuídos a pessoas ("levou", "devastou"), podendo representar, de acordo com a interpretação de todo o jornal, como uma personificação da irresponsabilidade da empresa.

Dessa maneira, o jornal trabalha a dicotomia entre perda e esperança, destruição e solidariedade. Em todos os textos, essas palavras são recorrentes para abordar o assunto e a realidade dos atingidos, seja como relato sobre as vítimas, seja como um olhar otimista sobre tal realidade, visando à recuperação após tanta destruição. Como jornalismo local, a produção cumpre o papel de trazer à tona a realidade e impactos diretos e indiretos que afetam a região, assim como também buscar responder às inquietações da população. Abordagens da economia local, do esporte de várzea e das perguntas que a população se faz são típicos do bom jornalismo local, que valoriza as inquietudes e busca responder aos anseios da população regional.

Por ser um jornal-laboratório que, de certa forma, depende e representa uma Universidade, o jornal se posiciona como tal e estabelece uma relação entre a UFOP e a cidade, buscando destacar como isso tem ajudado as vítimas, o objetivo e a finalidade dessa parceria. Mostra projetos em que a UFOP sempre atuou junto à comunidade e como essa relação tem se estreitado nesta fase também. Enfim, o jornal foi construído como uma narrativa de história_ início, meio e fim. O fio condutor é o tempo, a esperança, a reconstrução, seguindo a ideia da capa, já que começa mostrando o fim da cidade e termina mostrando o recomeço da vida dos antigos moradores e como eles têm lutado para reconstruir suas vidas. As histórias se interligam, se retomam, demarcando a unidade textual e o sentido de única narrativa durante toda a publicação.

Por fim, o jornal apresenta quatro fotos com uma espécie de epígrafe intitulado “O que as mãos dizem?”, fazendo alusão à esperança, entrega, recomeço. Cada imagem representa uma atividade e uma adaptação de vida descritas no texto que as acompanha. De forma metonímica, indicam a mudança de emprego devido à perda da atividade laboral depois do rompimento da barragem, a união de duas mãos, que indicam a esperança que permanece entre os atingidos, a foto que indica a saudade e a memória de como era a vida antes da tragédia e o alimento natural, que representa a forte atividade agricultora nas famílias de Bento Rodrigues. Dessa forma, o jornal faz um jogo de imagens com texto que indicam um tom mais poético ao fim do caderno especial, fazendo alusão, também, ao título dele, propondo e indicando o “recomeço” a partir do que mostraram que foi perdido com a tragédia.

Figura 53: Imagens representam a mudança, a união, a saudade e a natureza, características fortes da edição especial.
Fonte: Jornal *LAMPIÃO*, edição 21 (2015)

No anexo 6 desta dissertação, apresentamos um quadro com um resumo analítico da cobertura do jornal *Lampião*.

3.5 Características hegemônicas e contra-hegemônicas relativas aos jornais

A partir das análises feitas neste capítulo, observamos algumas características gerais de cada veículo que nos permitem apontar traços de produção hegemônica e contra-hegemônica para além da finalidade e distribuição dos jornais, mas subjacentes ao contrato que se inscrevem e relacionados aos recursos linguístico-discursivos no enquadramento, na gestão de vozes e de PDVs, como propusemos.

Importante salientar que não nos cabe, aqui, definir precisamente o conceito de mídia hegemônica e contra-hegemônica, tendo em vista as profundas discussões acerca do tema e sua abrangência ideológica, social e política, ainda em constante reflexão. Consideramos, então, traços e características que nosso *corpus* apresenta em relação a essa dicotomia a partir do pressuposto que grandes grupos midiáticos estão inseridos em uma lógica capitalista e representam, certa maneira, a hegemonia político-econômica a partir das representações discursivas que ela evoca.

Guimarães (2015) também trabalha nessa esteira de não classificação delimitada e final de hegemonia e contra-hegemonia, mas considera que existem veículos que apresentam "estratégias contra-hegemônicas", considerando a hegemonia como o que abarca a grande mídia comercial. Nesse sentido, concordamos com a classificação proposta a fim de estabelecermos um paralelismo analítico entre os dois jornais que analisamos neste trabalho. É importante ressaltar, no entanto, que tais estratégias não são exclusivas desses veículos e da mídia alternativa. Veículos considerados *mainstream* também podem apresentar algumas estratégias contra-hegemônicas pontuais, em determinados espaços (especialmente em colunas assinadas), como valorização, reconhecimento e vivência do ambiente democrático. Porém, como sabemos, tais espaços são limitados e, muitas vezes, silenciados sem o devido destaque.

Estudiosos dos aspectos político-econômicos que constituem e classificam a hegemonia (GRAMSCI, 2005; ALVES, 2010; MORAES, 2010) abordam a estrutura do capitalismo e a relação dos blocos ideológicos e econômicos que surgem a partir dessa estruturação social. A partir desse aspecto, surge a necessidade de criação de meios de comunicação que representem esse "novo bloco histórico", sendo a mídia o aparato para que

ele ocorra. É nesse contexto que se consolidam as mídias ligadas a grandes poderes político-econômicos e que surgem os veículos alternativos a essa realidade, a fim de retratar e dar espaço a quem não se insere no bloco hegemônico. Assim, a mídia serve de recurso de divulgação e apoio a diferentes conjunturas ideológicas, expressando o posicionamento a partir, entre outros, aspectos linguístico-discursivos nas escolhas temáticas e de fontes que sustentem o PDV que busca defender.

Aplicando no nosso *corpus*, podemos observar essa relação com grandes empresas e domínio político-econômico na gestão de vozes que os veículos realizam, na medida em que priorizam fontes ligadas ao poder público e privado, em detrimento às vítimas atingidas, e vice-versa. Dessa maneira, ao exaltar discursos ligados aos grandes conglomerados econômicos e políticos, os jornais parecem assumir os pontos de vista representados, omitindo os outros envolvidos no acontecimento relatado.

Em contrapartida, parece-nos que a contra-hegemonia se manifesta, portanto, em pontos de resistência aos discursos hegemônicos, a partir da democratização dos meios de comunicação, incentivo de mídias comunitárias e locais, sem esquecer, claro, do advento de tecnologias digitais, que fomentaram novos espaços para que tais discussões pudessem ser feitas. Como observamos nas entrevistas com os professores-editores do jornal *Lampião* e da revista *Curinga*, complementar a esta pesquisa, os produtos laboratoriais questionam a hegemonia midiática e sua representação na cobertura da tragédia, buscando uma alternativa de relato jornalístico que se opusesse ao modo hegemônico[89].

Outra observação importante em relação a essa busca de classificação é a "construção do discurso midiático de forma vertical e descendente" (MEDEIROS, 2015, p. 8), como uma das principais características de classificação de mídia hegemônica. Em contrapartida, como apontado pela professora-editora do Lampião, há maior horizontalidade na produção e decisão editorial no jornal-laboratório, o que é considerado, também, um traço contra-hegemônico de produção jornalística. Assim, os produtos laboratoriais parecem se encaixar nesse conceito, já que não se inserem na lógica de mercado imposta pelos grandes grupos de comunicação e,

[89] No entanto, destacamos que observamos essas características nos veículos supracitados, não definindo, assim, como característica iminente a produções laboratoriais. Como já sinalizamos anteriormente, cada jornal-laboratório segue suas linhas editoriais que lhes convém. Neste trabalho, apontamos características do jornal *Lampião* e da revista *Curinga*. Ainda que um jornal-laboratório se estruture e tenha como norte uma "linguagem" contra-hegemônica ou tenha comportamento alternativo, como é de se prever, essa não é a função primária dele, sua razão de ser no nascedouro. Não é nossa intenção, portanto, ditar normas e padrões acerca desse tipo de publicação, apenas a discussão referente aos aspectos que observamos nesses dois veículos em análise.

ainda, visam representar e dar espaço àqueles que, historicamente, são silenciados na mídia hegemônica, encontrando lugar, nesses espaços, para que seus discursos sejam divulgados e representados em um ambiente midiático, além, claro, da proximidade com a comunidade retratada, construindo identificações e familiaridades (PERUZZO, 2007).

Dessa forma, ainda que não seja nossa intenção a classificação delimitadora dos jornais e cadernos que analisamos, podemos observar traços hegemônicos de produção, discurso e representação nas reportagens do jornal *O Tempo* e características contra-hegemônicas no jornal *Lampião*. Considerando as diferenças nas condições de produção, tanto físicas quanto econômicas e profissionais, dentre outros aspectos, podemos arriscar as classificações aqui descritas a partir, também, das análises feitas ao longo de todo o trabalho, em relação ao gerenciamento linguístico-discursivo nos textos jornalísticos, balizados pelas entrevistas concedidas a esta dissertação.

... AO ROMPIMENTO QUE NÃO SE FINDA

O Rio? É doce.
A Vale? Amarga.
Ai, antes fosse
Mais leve a carga.
Entre estatais
E multinacionais,
Quantos ais!
A dívida interna.
A dívida externa
A dívida eterna.
Quantas toneladas exportamos
De ferro?
Quantas lágrimas disfarçamos
Sem berro?
(Carlos Drummond de Andrade)

Antes de refletirmos acerca do que discutimos ao longo deste trabalho, é importante ressaltar que ele não termina aqui. O rompimento da barragem de Fundão gerou inúmeras inquietações, questionamentos, coberturas jornalísticas, incertezas que promoveram algumas pesquisas_ como esta que chega em suas páginas finais. Final, no entanto, que consideramos não existir. Acreditamos que as pesquisas, sobretudo na grande área de Humanas, na qual nos inserimos, não culminam em um resultado exato, fechado, ponto final. O ponto de chegada pode ser o ponto de partida para futuras investigações, tal como consideramos a partir deste trabalho aqui exposto.

O nosso *corpus* auxiliar desta pesquisa, a cobertura diária de dois jornais impressos, é extremamente rico em detalhes e objetos de reflexão e análise que, ainda que tenhamos nos debruçado sobre eles, não conseguimos extrair todo seu potencial investigativo. A mudança discursiva e de enquadramento foram aspectos que nos chamaram a atenção ao longo da leitura de todo esse material, principalmente em relação à grande questão que se colocou em todo o tempo da cobertura: como denominar o que aconteceu? Acidente? Crime?

Perguntas essas que nos inquietaram desde a primeira cobertura midiática. Consideramos, portanto, como sugestão de futuras pesquisas, a atenção acerca do

desenvolvimento jornalístico ao longo da apuração, principalmente, como considera Dosse (2013), na construção do Acontecimento. A tragédia de Mariana, como ficou amplamente conhecida, ganhou novos direcionamentos, novas angulações, novos atores, novas perguntas na medida em que o tempo foi passando, apurações foram realizadas e investigações instauradas. Um acontecimento histórico, traumático e amplamente midiatizado oferece vários recortes, angulações, abordagens que podem ser exploradas academicamente não só no campo da linguagem e da Comunicação, mas em outras áreas que foram afetadas e provocam investigações.

A partir das entrevistas realizadas com editoras, editor e repórter, percebemos, também, a distinção marcada entre a teoria e a prática discursivo-jornalística, principalmente quando se adentra no mercado de trabalho, em que se pretende demarcar que a distância é ainda maior do que se pretende ou aparenta. Sinalizamos a importância de essas duas instituições (universidade e empresa jornalística) caminharem juntas, seguindo o mesmo propósito ético de transmitir informação ao público. No entanto, o que observamos é a construção de uma distância que não deveria existir.

Sugerimos, portanto, maior atenção à prática, para que os profissionais do jornalismo se atentem à imensa importância que uma palavra ou uma foto pode carregar, com seus significados, posicionamentos e mensagens. Ainda que compreendamos que a rotina jornalística, muitas vezes, não permite o tempo ideal para que essa reflexão ocorra, entendemos que o trabalho crítico-analítico acerca da atividade laboral que se realiza é fundamental para maior valorização e desenvolvimento dela.

Da mesma forma, vimos o potencial universitário em construir alternativas aos veículos de informação tradicionais e o modo de consumir informação da sociedade atual, cada vez mais midiatizada. Assim, acreditamos que do espaço acadêmico da graduação podem surgir novos olhares e jeitos de se fazer o jornalismo que possam produzir impactos positivos para as comunidades que o envolvem. Investir nessas produções, incentivando também a instância de recepção a consumi-las, e considerá-las como verdadeiros veículos de informação, como, de fato, são, pode ser um dos passos a seguir para a tão discutida democratização da comunicação, defendida por profissionais, acadêmicos e pela sociedade.

Outro aspecto bastante levantado nas coberturas foi a relação do acontecimento com a memória, retratada nos relatos das vítimas. Observamos que o enquadramento de nostalgia é recorrente não só nos cadernos especiais que analisamos, mas em todo o *corpus* auxiliar e

outras coberturas que acompanhamos no decorrer do tempo dessa pesquisa. Com a perda de todos esses bens materiais e imateriais, os sobreviventes da tragédia ainda tentam reerguer suas vidas em outros locais. No entanto, a falta de registro do que tinham, a saudade da vida que lhes foram arrancada e as incertezas acerca do futuro interferem, também, na relação que essas pessoas estabeleceram com a cobertura midiática da tragédia que, muitas vezes, podem exercer o papel de dispositivo de memória, tanto do acontecimento quanto da vida que tinham, por meio de relatos midiatizados.

Dessa maneira, também suscitou a inquietação sobre a relação que se estabeleceu entre os personagens e a mídia, principalmente no que tange à memória construída e compartilhada. Consideramos que a cobertura midiática impressa pode atuar como fonte e parte dessa memória relatada pelas vítimas, o que leva à questão de como a mídia pode atuar como instrumento de memória a partir de suas produções e coberturas especiais.

Mas, enquanto pesquisas como as sugeridas acima são pensadas, elaboradas e incentivadas, é preciso destacar o que conseguimos (ou assim consideramos) construir até aqui. De maneira geral acerca da cobertura realizada pelos jornais analisados, concordamos com as considerações de Bueno (2017)[90] de que as coberturas jornalísticas oscilaram "entre a espetacularização imediatamente após a ocorrência do fato e a vigilância cívica, exercida quando informações posteriores confirmaram que houve efetivamente dolo das empresas" (BUENO, 2017, p. 34). Assim, a mídia teria conseguido cumprir o papel investigativo de análise dos fatos, a fim de apontar causas e culpados pela destruição, incitando o debate público sobre obras como essa.

Tal observação coaduna com nossos questionamentos e incentivos demonstrados acima no que se refere à importância do jornalismo na sociedade e a atenção que se deve lançar sobre seu papel, representação e expressão, por meio das reportagens que produzem. Acreditamos ter conseguido esse panorama analítico e crítico acerca das coberturas por inserir essa pesquisa no Estudo de Linguagens, considerando sua interdisciplinaridade que permite aliar a prática jornalística à reflexão e investigação discursiva que permeia o jornalismo.

Dessa forma, o acontecimento midiatizado está inserido em uma narrativa que depende da linguagem que descreve e produz sentido para os fatos, enquanto um fato midiatizado. Assim, as condições em que o acontecimento surge e como as narrativas sobre

[90] O autor analisou a cobertura da tragédia, com foco na destruição ambiental, em quatro jornais impressos: Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Valor Econômico.

ele são produzidas também mereceram destaque em nosso estudo, já que nos debruçamos sobre a cobertura jornalística de um acontecimento que se impôs à rotina dos veículos midiáticos e se inscreveu na história da sociedade, sobretudo das comunidades afetadas.

Nesse sentido, é preciso ressaltar, então, o papel do jornalista como observador responsável por relatar o acontecimento, o que reflete no que ele pressupõe como interesse público. É, então, nessa seara, que o jornalista atua como locutor-jornalista, responsável por gerenciar os recursos linguístico-discursivos a fim de denotar e defender os seus PDVs. Isso ocorre a partir, principalmente, dos usos de termos axiológicos que caracterizam o acontecimento e as fontes utilizadas para retratá-lo e, com isso, por meio dos discursos relatados direto ou indiretamente, em que realiza a gestão de vozes e do PDV a partir dos enunciadores segundos, aos quais representa por meio do relato jornalístico.

Tais observações, dentre tantas reflexões levantadas nesta dissertação, foram possíveis depois de um aparato teórico que nos propiciou maior atenção analítica considerando o jornalismo enquanto objeto de estudo. Assim, conseguimos apontar como o enquadramento está presente na cobertura jornalística, desconstruindo o mito de imparcialidade que persegue o jornalismo. Vimos, portanto, que o enquadramento pode ser utilizado tanto para manter o *status quo*, quanto criticá-lo e propor alternativas a essa realidade.

A gestão dessas estratégias é feita por meio de recursos linguístico-discursivos que denotam os aspectos contratuais subjacentes à produção de cadernos especiais, como propusemos analisar e categorizar neste trabalho. Dessa forma, percebemos que os contratos que regem esse tipo de publicação dependem das condições de produção de cada veículo que determinam, portanto, o enquadramento dado às reportagens que veiculam. Além disso, evidenciamos os aspectos discursivos que indicam o ponto de vista defendido pela instância de produção e as estratégias que ela utiliza para atingir e influenciar a instância de recepção, inseridos, portanto, no contrato de comunicação midiática, enquanto produtos midiáticos.

Chegamos a esse ponto a partir das reflexões acerca de aspectos discursivos que são inerentes à prática jornalística e que podem denotar o posicionamento do veículo e do jornalista, enquanto sujeito locutor que gerencia tais PDVs. Assim, como já sinalizamos ao final do capítulo 3, podemos perceber traços contra-hegemônicos/alternativos na cobertura do jornal-laboratório, ao questionar a hegemonia midiática e sua representação na cobertura da tragédia. Do outro lado, observamos a comercialização da informação, inserida na lógica

capitalista em que há relação entre o produtor de conteúdo com grandes empresas de poder político-econômico.

Assim, consideramos que este trabalho conseguiu contribuir para as reflexões discursivas acerca da prática jornalística, além de indicar os aspectos contratuais da produção de cadernos especiais, que tanto nos instiga. Por meio das análises de PDV, acreditamos que conseguimos evidenciar como o jornalismo, em maneira geral, consegue gerenciar seu posicionamento e as estratégias que utiliza para tanto, ciente do seu poder influenciador no receptor.

Mas acreditamos que nosso principal objetivo com essa pesquisa tenha sido alcançado, ao menos em nós, pesquisadores, e no leitor interessado nesse objeto. Um acontecimento tão traumático merece atenção em todos os aspectos e áreas, e nunca o esquecimento_ sendo este o principal fator motivador desta dissertação. Consideramos que o jornalismo tem um forte papel combativo, de cobrança e, principalmente, como guardião da memória dessa tragédia tão devastadora. Para que ela nunca seja esquecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, edição 80. São Paulo: 2010, p. 71-96.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, n.1, p. 129-144, 2011.

ANTUNES, Elton. Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. *Contemporanea*, vol. 6, nº1, Jun 2008. p. 1 – 21.

BARBOSA, K. B; CARVALHO, A. L. Narrativas do trauma no jornalismo local: Bento Rodrigues. In: *Anais do XXV Encontro Anual da Compós*, 2016. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/narrativasdotraumanojornalismolocal_autoria_3380.pdf [acesso em 20/09/2016]

BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: Brait, B (Org.) *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. p. 27-38.

BARROS, Dulce Elena Coelho. *Argumentatividade no discurso parlamentar: do universo social feminino à gramática.* 2008. 359 f. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso*: Ensaios críticos III. Editora Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1990.

BITTENCOURT, L.;WANDELLI, R. Projeto jornal-laboratório: ambiente de aprendizagem dentro de uma visão de hipermídia. . In: SOSTER, D. A.; TONUS, M. (Org.). *Jornalismo-laboratório: impressos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

BRETAS, Beatriz. Propagação telemática dos acontecimentos e novos fazeres midiáticos. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga e OLIVEIRA, Luciana (org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012 (p. 67-79).

BUENO, Wilson Costa. A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. *Revista C&S*, 2017. P. 21-41

CÂMARA, M. T. P.. A diferença nas narrativas midiáticas na cobertura da tragédia em Mariana. In: Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social de Minas Gerais, 2016, Mariana. *Tempos de rupturas*: críticas dos processos comunicacionais , 2016.

CAMPONEZ, C. *Jornalismo de Proximidade*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2002.

CAMPONEZ, C. Jornalismo regional: proximidade e distanciações. Linhas de reflexão sobre uma ética da proximidade no jornalismo. In: CORREIA (org.) *Ágora Jornalismo de proximidade*: limites, desafios e oportunidades: Covilhã, 2012.

CAMPOS, Janaina de Oliveira. *O jornal A Sirene e a emergência do lugar dos atingidos: sofrimento, mineração e mineiridade na tragédia de Mariana* (2015). (Dissertação) Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, MG. 2017

CARVALHO, J. *A imprensa regional e local: estudo de caso do jornal O Ribatejo*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Comunicação Social: Lisboa, 2013

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso-FALE/UFMG, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L. & MELLO, R. (orgs.) *Gêneros*: Reflexões em Análise do Discurso. Belo Horizonte: NAD/FALE UFMG, 2004 (p. 13 – 41).

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolingüística do texto e do discurso In : PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.) *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso*: modos de organização. Tradução Angela Corrêa e Ida Lúcia Machado. São Paulo: Contexto, 2012

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2015

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. da tradução Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016

CICILLINI, F. *Mídia impressa e informação local*: o jornal impresso no centro do estado de São Paulo. 2006

CORTEZ, Suzana. A representação de pontos de vista em reportagens de revista feminina. In: Emediato, W. (Org.) *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: NAD, 2013, p. 293 – 316.

COSTA, Flávio Ernani da. *Ciberjornalismo: A retextualização da notícia instantânea no Estado de Minas.* (Dissertação) Mestrado em Estudos de Linguagens – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2016.

CUNHA, L; GUILHERME, M. Notas sobre o "jornalismo que suja os sapatos". In: SOSTER, D. A.; TONUS, M. (Org.). *Jornalismo-laboratório: impressos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013, p.92-106.

DORNELLES, B. Imprensa local. In: *Documentos básicos* – Mídia Cidadã. Seminário WACC/UNESP/METODISTA. São Bernardo do Campo. 28 a 30 de novembro de 2005

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento*: um desafio para o historiador: entre esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

EMEDIATO, Wander. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: Emediato, W. (Org.) *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: NAD, 2013, p. 69 - 103

FAUSTO NETO, Antônio. Narratividades jornalísticas no ambiente da circulação. In: *Narrativas comunicacionais complexificadas*. PICCININ, Fabiana e SOSTER, Demétrio de Azevedo (Org.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. (p. 45 – 67)

FEITOSA, S. A.; ALVES, G. P. Os enquadramentos de uma cobertura: a Tragédia de Mariana. *VOZES & DIÁLOGO*, v. 16, p. 5-18, 2017

FERNANDES, Mario Luiz. *A força da notícia local*: a proximidade como critério de noticiabilidade. Disponível em http://encip ecom.metodista.br/mediawiki/index.php/A_for%C3%A7a_da_not%C3%ADcia_local:_a_pro ximidade_como_c rit%C3%A9rio_da_noticiabilidade, 2004.

FERNANDES, M. L. A proximidade como valor-notícia na imprensa do interior. In: ASSIS, F. (Org). *Imprensa do interior*: conceitos e contextos. Chapecó: Argos, 2013.

FIORIN, José Luiz. O dialogismo. In: *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo, SP: Editora Ática, 2006 (p. 18 a 59).

FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana (org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. O acontecimento para além do acontecimento: uma ferramenta heurística. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga e OLIVEIRA, Luciana (org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012 (p. 39-51).

FREITAS, T. Z. et al. Quem resiste à lama?. In: *XXIII Prêmio Expocom 2016*. Exposição da Pesquisa Experimental em Comunicação, 2016, São Paulo. Anais, 2016. v. 1. p. 1-10.

GUIMARÃES, Cátia Correa. *Jornalismo e luta de classes: desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia*. (Tese) Doutorado em Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2015, 331p.

GUTMANN, Juliana Freire. Quadros narrativos pautados pela mídia: framing, como segundo nível do agenda-setting? In: *Contemporanea*, Revista de Comunicação e Cultura, vol 4, n 1, p. 25-50, 2006.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet, D. (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 17-43.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In : KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina Bentes. *Refereciação e discurso*. São Paulo : Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; CORTEZ, Suzana Leite. A construção heterodialógica dos objetos de discurso por formas nominais referenciais. *ReVEL*, vol. 13, n. 25, 2015.

KOSSOY, Boris. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. Cotia, SP: Ateliê Editorial. 2002.

LESSA, Cláudio Humberto. *A função dos indices de polifonia da construção e desconstrução de imagens em textos opinativos.* (Dissertação) Mestrado em Estudos Linguísticos - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2001.

LESSA, C. H.. Análise da gestão de pontos de vista em ensaios de intelectuais no livro coletânea: *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas.* In: EMEDIATO, Wander (org.) *Análise do Discurso Político*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Ligüísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2016.

MAIA, Rousiley C. M. Deliberação e mídia. In: MAIA, R.C.M. (org.). *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, p. 93-122.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Tradução de Cecília P. de Souza e Silva. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Cenas da Enunciação*. POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. (org.). Parábola Editorial: São Paulo, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Parábola Editorial: São Paulo, 2008i.

MAINGUENEAU, Dominique. Aforização: enunciados sem texto? In: *Doze conceitos em análise do discurso*. (p. 9-24), 2010

MARQUES, F. Laboratório como espaço criativo e experimental. In: SOSTER, D. A.; TONUS, M. (Org.). *Jornalismo-laboratório: impressos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

MAZETTI, Henrique. Mídia e questionamentos do poder: três abordagens teóricas. In: *Mídia e poder*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011, p. 255-273

MEDEIROS, Amanda. Comunicação, poder e cidadania: o encontro do alternativo e do contra-hegemônico em um mesmo veículo midiático. In: *XIV Congresso Internacional IBERCOM.* São Paulo: 2015.

MENDES, P. H. A.; MENEZES, W. A. Discurso, cognição e formas de empoderamento: uma análise do jornal A Sirene. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 24, p. 1047-1073, 2016

MIRANDA, A.; MELATTI, S. Tradição e Aventura na Prática Laboratorial. In: SOSTER, D. A.; TONUS, M. (Org.). *Jornalismo-laboratório: impressos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, v. 4, n. 1. Porto Alegre: 2010, p. 54-77.

MORAES, D. de. Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. In: MORAES, D de; RAMONET, I.; SERRANO, P. *Mídia, poder e contrapoder*: da concentração monopólica à democratização da informação. 1º Ed. São Paulo: Boitempo. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2013, p. 103 – 144.

MOTTA, Luiz G. Vozes narrativas e jogos de poder no jornalismo: modelo plurivocal. In: PICCININ, Fabiana e SOSTER, Demétrio de Azevedo (Org.). *Narrativas comunicacionais complexificadas*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. (p. 12 – 44)

PICCININ, Fabiana. O (complexo) exercício de narrar e os formatos múltiplos: para pensar a narrativa no contemporâneo. In: *Narrativas comunicacionais complexificadas*. PICCININ, Fabiana e SOSTER, Demétrio de Azevedo (Org.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. (p. 68 – 88)

PERUZZO, C. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. *Lumina*: Juiz de Fora, 2007, vol. 1

PERUZZO, C. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. *Contemporanea* comunicação e cultura. Bahia, 2013, v. 11, p. 138-158

PORTO, Mauro P. Enquadramento da mídia e política. In: Albino, Antonio; Rubim, Cabelas, A. (Orgs.) *Comunicação e política*: conceitos e abordagens. São Paulo: Unesp, 2004, p. 74 – 104

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera Regina Veiga e OLIVEIRA, Luciana (org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 21-38.

RABATEL, Alain. O papel do enunciador na construção interacionais dos pontos de vista. Tradução Wander Emediato. In: EMEDIATO, Wander. (Org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013. p. 19-61.

RAMONET, I. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: RAMONET, I. MORAES, D.; SERRANO, P. (Orgs). *Mídia, poder e contrapoder*: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 53 – 70.

RIBEIRO, J. *A imprensa regional e as comunidades locais Jornal Alvorada: caracterização de um quinzenário local do concelho da Lourinhã*. Dissertação de mestrado, 97p. Instituto Universitário de Lisboa: Lisboa, 2010. Disponível em: http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/3969, Acesso em: 05 out. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, Outubro 2002: 237-280 Disponível em http://rccs.revues.org/1285

SAVENHAGO Igor, Jornalismo, liberdade e imprensa regional: informar é (im)preciso. In: *Jornalismo regional*: estratégias de sobrevivência em meio às transformações da imprensa. SAVENHAGO, Igor (Org.). Jundiaí, Paco Editorial: 2012 (p. 27 – 51)

SIMOES, P. G.. O acontecimento e o campo da comunicação. In: Vera R.V.França; Alessandra Aldé; Murilo César Ramos. (Org.). *Teorias da Comunicação no Brasil*: reflexões contemporâneas. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2014, v. , p. 173-195.

WOLF, Mauro. *Teorias das comunicações de massa*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

APÊNDICE 1 - Pré-roteiro de entrevistas com editoras/repórter dos jornais comerciais

- Como você caracterizaria a prática da construção do caderno especial?

- Quais os elementos que motivam o surgimento de produções como essa?

- Qual a importância do caderno especial na rotina da prática jornalística e os desafios da construção do texto? Como é o processo de escrita?

- Qual a definição do que é caderno especial?

- Quais são as diretrizes para a construção do caderno especial, em termos de definição de pauta, estilo, acesso a fontes etc?

- Quais as diferenças e semelhanças entre a cobertura do caderno especial para o diário? Há congruência e certo "aproveitamento" de material/fontes?

- Como se deu e qual é a linha editorial do veículo?

- Como é feita a definição das pautas de forma geral? Há a diferença de visadas local x global?

- Como é a relação com as fontes?

- Qual a definição de valores-notícia e o público-alvo?

- Quais as diferenças e semelhanças do fazer jornalístico laboratorial e aquele que caracteriza a grande mídia?

- Condição de produção do caderno especial (definição da pauta, abordagem, fontes, público-alvo)

- Como foi pensado o enquadramento em relação à tragédia?

- Como você avalia a relação entre mídia e política?

- Em síntese, como você caracterizaria o fazer jornalístico diário e a produção do caderno especial?

APÊNDICE 2 - Pré-roteiro de entrevistas com editores dos produtos laboratoriais

- Como surgiu a iniciativa de desenvolver o jornal-laboratório?

- Quais os fundamentos didático-pedagógicos do projeto?

- Qual a relação entre as linhas de pesquisa e teorias do jornalismo e o fazer didático-pedagógico?

- Como se deu e qual é a linha editorial do veículo? E dos produtos em análise?

- Como é o processo de construção dos textos informativos?

- Como é feita a definição das pautas de forma geral? Há a diferença de visadas local x global?

- Como é a relação com as fontes?

- Qual a definição de valores-notícia e o público-alvo?

- Quais as diferenças e semelhanças do fazer jornalístico laboratorial e aquele que caracteriza a grande mídia?

- Como a equipe avalia a deontologia do jornalismo?

- Condição de produção do caderno especial (definição da pauta, abordagem, fontes, público-alvo)

- Como foi pensado o enquadramento em relação à tragédia?

- Em síntese, como você caracterizaria o fazer jornalístico laboratorial?

APÊNDICE 3 – Entrevista com editoras do jornal *O Tempo*

Nome do entrevistador: Marco Túlio Pena Câmara

Nome das entrevistadas: Flaviane Aparecida Alves Paixão e Marina Patta Schettini

Data da entrevista: 03/07/2017

Local: Redação do jornal O Tempo - Av. B. Camargos, 1645 – Contagem/MG

ENTREVISTADA(S) 1 – JORNAL O TEMPO

PESQUISADOR: Como se deu e qual é a linha editorial do veículo?
ENTREVISTADA 1.1: Principalmente nesse tipo de cobertura não existe muito essa orientação. O repórter vai, chega a informação que teve a notícia.. no caso de Mariana eu tava numa reunião aqui pra montar a primeira página do jornal e a Flaviane, se não me engano me avisou: "caiu uma barragem e a gente não sabe o tamanho. Manda alguém, não manda? É longe, já tá tarde, que horas a gente vai conseguir chegar?" A gente avaliou isso tudo e ah, vamos mandar!? De repente é grande. Enviamos a repórter e quando a repórter nem tinha chegado lá aí que a gente foi descobrir a dimensão da coisa. Que rompeu uma barragem podia ter poluído o rio só, vaza o sedimento e polui o rio, que é importante também, não deixa de ser, mas quando a gente sai daqui não imaginava que seria desse tamanho e a nossa intenção o tempo inteiro, a nossa orientação da nossa chefia é cobrir da melhor maneira possível, mais gente em campo possível, com mais informação, já pensando no que virá, não só no que está acontecendo agora, até porque com a internet agora a internet já responde de maneira muito rasa mas já começa a responder essas perguntas né, então já tá pensando no dia seguinte. Mas linha editorial pra esse tipo de coisa não tem não, nunca tem não.

P: Como é a prática da construção do caderno especial?
E 1.1: É difícil esse tipo de pergunta, porque é tão automático pra gente. Mas a gente designa o repórter, nesse caso a gente escolheu a Bárbara pra grande parte das reportagens, mas os outros meninos também. A gente costuma escolher as pessoas que participaram mais dessa cobertura, que muitas vezes é por mérito, que a gente avalia que é o repórter que tá mais bem preparado naquele momento ou outras vezes é por sorte, quem tava aqui que foi e quem se

inteirou melhor no assunto, que foi melhor a gente mantendo né. E essas pessoas que participaram mais da cobertura são selecionadas para fazer o caderno. Que eram pessoas que já tinham conhecimento do que é que estava acontecendo, que conheciam as pessoas, conheciam as fontes, conheciam o lugar, então foi assim a escolha dessas pessoas. Em alguns casos, no caso da Bárbara, ela teve uma viagem né, a gente marcou a viagem, ela foi fazer a viagem, ela ficou por conta do caderno, as outras pessoas faziam conteúdo daqui. A gente pensou em algumas pautas ao longo, algumas pautas a gente pensa, outras pautas vão surgindo mesmo no meio do caminho.

P: Como surgiu a ideia desse caderno especial?
E 1.1: Foi mesmo pela importância do assunto. Quando a gente viu o tamanho da barragem rompida, o número de mortos, o número de cidades afetadas, o problema da água, destruiu uma cidade inteira. Isso é motivador do caderno.
(pausa: E 1.2 entra em sala. Nesse momento, o Pesquisador explica sobre o termo de consentimento e sobre a entrevista e E 1.1 intervém, contextualizando a atual pergunta, direcionando a fala à E 1.2)
E 1.1: O caderno se impôs né, por causa do número de mortos, número de cidades afetadas, o problema do rio. Não tem um porquê que se faz um caderno, a gente faz um caderno quando o assunto pede, porque não tem outra saída, a importância do assunto.
E 1.2: Na nossa história recente a gente não viu nada parecido né. Desde quando a gente entrou no jornal não teve nada ambientalmente falando parecido com esse desastre.
E 1.1: É o maior desastre da história né
E 1.2: E os relatos dos meninos também, em off, o que eles viam e sentiam também era muito impressionante. Você chegar lá e ver uma Mariana totalmente sensibilizada e fragilizada pela situação. Os meninos ligavam pra gente chorando!
E 1.1: Não tem jeito de não se envolver. As coisas se impõem. A gente não senta e resolve "Ah, vamos fazer um caderno especial sobre Mariana!?" Não. O negócio foi tão grande, a magnitude era tamanha, a gente viu na imprensa internacional, viu os próprios meninos também, nunca vi uma coisa igual, nunca vi coisa parecida, ele se impôs, foi maior que a gente. Não é uma linha editorial de um caderno. Essas palavras, às vezes a gente estuda elas e elas ficam muito bonitas no livro e tudo, mas no dia a dia, a prática é uma coisa muito mais automática, muito mais dinâmica do que a gente acaba estudando às vezes na teoria.

P: Como vocês veem a importância do caderno especial na rotina da prática jornalística e os desafios da construção do texto?

E 1.1: Pede da gente muito mais gente, muito mais tempo, o ideal que a gente tenta fazer é tirar essas pessoas que estão responsáveis pelo caderno para elas poderem se dedicar. A apuração é isso, como você mesmo disse, uma coisa muito mais aprofundada. Mas na realidade das redações de hoje, dos profissionais, muitas vezes a gente não consegue, então os meninos muitas vezes estão fazendo coisas do dia já com a cabeça no caderno, pensando "isso eu posso aproveitar, isso pode ser uma pauta legal". Como a gente já tinha falado, as pautas a gente pensa nelas, mas muitas vezes elas surgem no meio do caminho, que é o mais legal, geralmente são as melhores pautas né, que os meninos veem a realidade, as pautas vão surgindo e eles vão fazendo.

E 1.1: E os próprios meninos também fazem a produção. Então a gente não tem na redação hoje um produtor, que isso é mais comum em rádio e TV. Então no impresso não. A partir do momento que já define "vamos fazer", então você tem que dar um tempo necessário pra que, principalmente na parte logística, você estruturar, "olha a gente precisa de tanto tempo pra ficar na cidade tal". No caso de Mariana, a gente foi fazendo um roteiro de cidades onde a gente ia parar, o tempo necessário pra poder fazer essa viagem e também pra não perder o time da publicação do caderno.

P: Isso que eu ia te perguntar agora, da produção, como foi essa produção?

E 1.2: Acabou que toda a equipe foi envolvida na cobertura de Mariana.

E 1.1: O de Mariana foi uma exceção, por causa da grandeza.

E 1.2: E por causa também do dia. Foi inevitável. Os meninos iam, ficavam dias, e a gente fazia rendição de equipe pra dar conta. O cansaço era emocional, pelo envolvimento mesmo, você vê um distrito como o de Bento Rodrigues destruído, os rios quase completamente destruídos, aquelas vidas, então assim, a gente fazia essa rendição que a gente chama até pra pessoa voltar e conseguir se distanciar um pouco daquela história, foi muito sofrido. Aí quando eles começaram a voltar, a gente teve umas pessoas-chave de "olha, a gente precisa acompanhar essa lama até o Espírito Santo, pra ver como vai ser o encontro com o mar"

E 1.1: Talvez o caderno tenha surgido... a ideia principal do caderno era essa, acompanhar a lama. E as histórias foram surgindo nesse caminho e os meninos iam fazendo durante o dia mesmo

E 1.2: E a ideia era a gente tentar fazer isso, chegar um pouco até antes pra ver se a gente conseguia esse momento e ir acompanhando o caminho da lama até o Espírito Santo e verificar o impacto disso na vida das pessoas e acabou que a gente foi até o ES pra verificar como foi a interferência e fizemos essa ida pouco mais de uma semana. Porque no caderno de um ano a gente teve uma semana e o primeiro foi mais de uma semana. A gente chegou a tentar, mas isso não foi possível, porque a Marinha chegou a colocar, não havia ainda um estudo pra mensurar o impacto daquilo, a Marinha chegou a colocar um navio com 400 profissionais de várias especialidades pra fazer os estudos de qualidade da água, que tipo de material que tava poluindo. A gente chegou a pedir pra tentar fazer essa viagem, ficar no navio também, mas eles não autorizaram a entrada da imprensa, pra gente ver como é que era, como é que seria esses estudos. Então o jeito que nós resolvemos fazer é pegar o carro mesmo e seguir.

E 1.1: Acompanhar as comunidades ribeirinhas que é uma coisa que enriqueceu muito, comunidades indígenas. Que eram pessoas que ninguém tinha acesso a elas. Porque a gente falou muito assim de quem tava perto, quem tava em Mariana, quem tava nos distritozinhos ao redor, mas essas pessoas que chegavam às vezes só de barco mesmo ou nem chegava, a gente acabou encontrando algumas dessas comunidades, então foi muito legal. Lembra daquela história da Bárbara que usou o celular do índio, a internet dele?

E 1.2: E tem essas histórias assim. Que a gente aqui da cidade grande não tem nem ideia do que que essas pessoas passam, a relação delas com a natureza é completamente diferente da nossa. Então, por exemplo, quando a Bárbara teve contato com a população Krenak também foi muito impactante porque aqui, qual que é o nosso rio, Arrudas! Então a gente não tem relação com o rio, a gente não depende do rio.

A vida dele passa com o rio. E o rio dele morreu. Esse tipo de retorno era diferente pra gente, nós temos uma relação com a cidade que não é a mesma que eles vivenciaram e você poder trazer isso numa cobertura que geralmente não faz muito parte do noticiário diário, então isso foi muito rico e ela ficou muito emocionada quando você vê o índio “aonde era minha vida. O resgate da minha vida era aquilo ali. Minha vida passa pelo rio”. E o rio morreu. Não tem alternativa. Apesar de muitos lá de Valadares já comentarem que o rio Doce já estava

assoreado, você tinha um problema, mas ele não estava morto. A lama passou e acabou com tudo. Tanto que até hoje a gente não conseguiu recuperar, mensurar, essas ações de recuperação ambiental são pequeniníssimas. Então acho que foi uma experiência muito legal.

P: Pra vocês, qual a definição do caderno especial?
E 1.1: A gente não para pra pensar.
E 1.2: Nós temos uma divisão. Eu venho de manhã, a gente fica mais na coordenação.
E 1.1: Ela é mais parte da produção, ela acompanha essa produção e o meu caso é mais o fechamento, amarrar depois no final.
E 1.2: Então acaba que assim, aconteceu um problema no meio do caminho, acaba que eu tinha e tendo esse retorno ao longo do dia, então é difícil você definir o caderno especial. Mas com certeza ele é fruto de um empenho
E 1.1: São várias motivações, no caso dele foi o factual, o factual se impõe. Mas a gente tem por exemplo.. quando que a gente faz um caderno especial? Quando tem alguma coisa que é relevante mesmo, noticiável, que atende aqueles critérios de noticiabilidade de uma maneira mais forte, ou a comemoração de um ano de alguma coisa ou um factual que se impõe ou uma boa história.
E 1.2: Nós tivemos um caderno recente de menino de abrigo, que era pra mostrar justamente assim, esses meninos que são chamados de institucionalizados, que eles vivem no abrigo chega a completar 18 anos e tchau. Mas como você dá tchau enfrentar a vida se você não tem nada? Se você não tem pai, não tem mãe, não tem base de estudos, não tem uma retarguarda. Então como ali a gente acompanhou, nos relacionamos também com dois personagens, acompanhamos essa transição entre os 17 pro 18 anos, é difícil você contar isso numa matéria de dia. Você precisa mesmo de espaço, então aí a decisão de um caderno passa por questões de espaço pra você contar uma boa história.

P: Em relação ao texto do caderno especial, como ele é? O estilo da escrita mesmo..
E 1.1: No caderno é mais revistoso mesmo texto né. Uma coisa mais objetiva, quando a gente faz aquele lead quem quando como onde por que bla bla bla é mais no dia a dia mesmo que você precisa de informar. No caderno especial você tá informando, mas você também tá entretendo de alguma maneira. Seja com uma boa história, seja com um resumo “olha eu acompanhei mais ou menos a cobertura de Mariana mas agora eu quero entender mesmo o

que aconteceu", no caderno ali tem tudo. O caderno é quase que um resumo do que aconteceu muitas vezes, e espero que um bom caderno, tenha o que vem depois também. O texto do caderno acho que é mais revistoso, ele demora mais pra ser feito, os repórteres costumam ter mais tempo mesmo pra poder fazer, a apuração tem que ser mais profunda.

E 1.2: E pauta depende muito também, se é factual, é estando lá pra você conseguir definir. O caso do caderno foi um acompanhamento. Tem alguns pontos chaves que foram eleitos nesse percurso, mas a partir do momento que você tá na rua é que você vai ter contato com aquela realidade que daqui da redação a gente não sabe qual é. Então a pauta ela surge a partir também do momento em que você tem contato com aquela realidade.

E 1.1: A gente não sabia que ia encontrar o índio. A gente encontrou com o índio e virou uma pauta. E obviamente um caderno especial, mesmo que ele seja pra contar uma história, ele não pode ser só baseado na história, ele tem que ter dado, são dados, informações oficiais, pra poder nortear e não deixar o caderno vazio. Uma boa história é ok, muito legal contá-la, mas ninguém vai ler 12 páginas de uma boa história, então a gente precisa de dados. É a maior tragédia? As outras tragédias, quanto que o pessoal pagou de multa? Que outras tragédias foram essas? Como foi a atuação lá? Quem morreu? Morreram 19 aqui, quantas morreram nas tragédias? Aqui vai ser multa de tal, quanto vai ser nas outras tragédias? O que que diz a legislação? Que crimes que são? Quem são os responsáveis? Quem são essas pessoas? O que que é barragem? Qual o tamanho da barragem? Quantas cidades ela atende? É uma barragem de que, de minério? É uma barragem de rejeito? Ela tava o que, ativa, inativa? E a lei? Qual que é a lei da barragem? Como que eles fazem pra tirar o sedimento? Desse jeito aqui no Brasil, desse jeito no resto do mundo, esse jeito não sei o quê... então tem todo um trabalho de informação pro leitor que não pode ficar só na boa história que não vai ler 12 páginas só de boa história.

P: Teve uma cobertura extensa até chegar no caderno especial. Teve uma certa semelhança de pauta, abordagem e fontes?

E 1.1: As fontes com certeza né

P: E como é essa relação com as fontes? Ela ajudou na elaboração do caderno?

E 1.1: As fontes são tudo! Pelas fontes que a gente começa a apuração. E nesse caso as fontes batiam muito. É claro que elas vão surgindo no meio do caminho, como as pautas, as fontes

vão aparecendo. Mas a gente tem umas fontes que são oficiais, que é a prefeitura, o Ministério Público, foi uma fonte muito importante nesse caso, Polícia, líder comunitário, essas fontes são as fontes básicas, óbvias, mas vão surgindo fontes também, moradores. Você vê que o morador fala melhor ou o morador que as pessoas acabam recorrendo a ele.

E 1.2: Nesse caso teve uma que foi unanimidade, a Lúcia da coxinha de Bento Rodrigues. Primeiro que ela era muito conhecida na região e ela perdeu toda a produção. Então além de perder tudo, perde trabalho, perde referência, perdeu tudo. E como ela era famosa, todo mundo comia e conhecia a coxinha dela, acho que ela acabou aparecendo em todos os lugares porque foi inevitável, a história, como você mostrar as perdas em todos os sentidos.

E 1.1: às vezes esse personagem é importante na cobertura diária porque hoje a gente conta a história da dona Lúcia da coxinha, amanhã a gente fica sabendo que, mesmo sem ter nada, ela tá fazendo uma coxinha pra poder doar pras crianças, isso é um exemplo tá, pra doar pras crianças que estão sem nada pra comer, a gente precisa repetir essa fonte. E lá no caderno especial a gente vai contar a história dessa família e ela se impõe né, ela tem que estar ali, ela faz parte dessa história. Então muitas dessas fontes elas acabam sendo repetidas mesmo.

P: Como foi pensado o enquadramento em relação à tragédia? Quais histórias seriam tratadas? Tratamento ambiental ou humano... a abordagem e o enquadramento da cobertura.

E 1.2: É engraçado falar "qual o pensamento"

E 1.1: O pensamento é jornalístico!

E 1.2: Não é mecânico dessa forma! Você não para e pensa "vamos produzir o caderno". A coisa é muito quente.

E 1.2: Até porque a gente tá falando da maior tragédia ambiental do país!

E 1.1: A gente tá falando de um caderno.. que é quase um documentário. Partiu de um factual, é um caderno que essas perguntas não cabem, porque é um factual. E é um caderno especial que é muito apurado como uma matéria do dia, que é um caderno de factual. É um negócio que acabou de acontecer. Muito diferente do caderno que você faz um ano depois. Aí esse sim, você para pra pensar, quer ver que fontes que usei lá que eu quero ver como essas pessoas estão. Eu falei da dona lá que perdeu tudo da coxinha. Ela tá fazendo coxinha? Teve que parar de fazer coxinha e foi morar lá com o índio porque não tinha frango pra fazer coxinha? Então a gente revisita esses personagens. O caderno de um ano ele é um caderno

muito mais, com produção de caderno especial, do que o que a gente fez dia 27, 28, tinha 20 dias da tragédia.

E 1.2: E uma tragédia que a gente não sabe até hoje dos danos que ela causou. Ação, indenização do que aconteceu, construções e reconstruções que vão se estender até 2020, então acho que quando você pergunta esse tipo de coisa não é uma mecânica, é muito factual. É óbvio que tem coisas que você tem que explicar o que é uma barragem, trazer à tona quais foram as outras tragédias ambientais no país, ter uma noção e pensar "Nó, realmente Mariana foi demais..."

E 1.1: Nós estamos embasando a frase que a gente falou lá no começo: maior tragédia da história. Quando você vai ver as outras, realmente...

E 1.2: Uma única coisa que, com as investigações, que a gente procura não tratar.. não é acidente!

E 1.1: É, a gente não usa acidente

E 1.2: A gente não usa a palavra tragédia como acidente. Isso sim foi uma coisa que foi definida

E 1.1: Que é uma linha. Mas talvez seja a única coisa da linha. Mas talvez isso seja mais uma obrigação moral do jornal, nossa.

E 1.2: Teve um dia que a gente falou: isso não é acidente. É homicídio! Então não vamos usar a palavra acidente.

E 1.1: A gente deve isso às 19 pessoas que morreram, a gente deve isso às famílias das 19 pessoas que morreram, às famílias que perderam tudo e a gente tem que pensar.. acho que a única coisa que a gente pensou o tempo inteiro, que a gente parou é nossa responsabilidade. Porque o que que a gente faz no dia, a coisa vai se impondo, por isso que eu acho que a gente gosta de fazer jornal, quem faz jornal mesmo, quem gosta de trabalhar com jornal gosta porque é isso. E aí, que que nós vamos fazer amanha? A gente gosta, a gente quer, é essa coisa. A única coisa que a gente parou pra pensar é "olha, nossa responsabilidade com essas pessoas: não é acidente". Não foi do nada. As pessoas economizaram pra não colocar lá o negócio que mede..

E 1.2: Tinham conhecimento de tudo. Sabia que tinha algum problema

E 1.1: Então não é acidente. Pode ser no máximo dolo eventual, porque eles assumiram o risco, mas que sabiam, sabiam.

E 1.2: Principalmente quando o Ministério Público divulgou o resultado da investigação e mostrou que eles tinham até um cenário de crise criado que reproduzia assim se a barragem romper o que aconteceria. Ia ter 20 mortos. A gente teve 19. Então assim uma coisa que os repórteres tem que ter em mente na hora de se referir ao rompimento da barragem e a edição ficar atenta é que não é acidente.

E 1.1: Você até desculpa a gente, eu já fiz pós, eu sei que a gente tem que estudar e tudo, mas depois que a gente entra no jornal diário, você vê que é muito mais pra você ter uma noção do que é a comunicação, mas a gente se aplica muito pouco. E se a gente não falar isso pra você, a gente vai estar sendo até irresponsável. Você tá estudando. Obviamente é um mestrado, não é uma escola, já sabe o que você tá falando. E a gente com mais de 10 anos de empresa, fora de jornalismo, é nossa obrigação te contar que nosso trabalho vai muito além das expressões linha editorial, essas coisas. Mas a gente tem que te falar isso, porque se a gente não falar, te responder "ah a linha editorial é..", não, não tem. É nossa responsabilidade mesmo, você me desculpe.

E 1.2: Porque não é assim né... próprio quando tudo aconteceu, é uma avalanche de coisas. Você parar pra pensar em todas as possibilidades você não consegue chamar o caderno, pensar a linha editorial do caderno, essa conversa não existe.

E 1.1: Essa conversa não existe. Nunca existiu e não vai existir. Então a gente tem que te responder isso. Eu fiz pós na Federal, então você pensa o quão teórico que era. Mas hoje eu consigo te responder com a minha experiência com muita segurança que isso não faz parte do nosso trabalho.

P: E a diferença da visada local e global? Porque o jornal estrapolou os limites regionais né, chegou no Espírito Santo

E 1.2: O Tempo é vendido no ES diariamente.

P: Mas tem essa diferença de objetivo de tratar o local e o global, no sentido de além das fronteiras!?

E 1.1: A nossa editoria é uma editoria local. A gente tem, no jornal, o caderno do Brasil, que trata de maneira nacional e o caderno de Mundo que trata o mundo. A gente preocupa com o nosso quadrado. Até porque se a gente fizesse uma cobertura mundial ou estadual, se a gente fosse falar de Rio de Janeiro, a gente estaria extrapolando o caderno de Brasil. Mas é claro

que nesse caso assim, por exemplo, a gente falou do Espírito Santo, a lama chegou no ES, mas o assunto era Mariana. Ele chegou até lá. Então a gente foi atrás porque é um assunto que era nosso. Então quando acontece esse tipo de coisa a gente acaba entrando na seara de outras editorias, mas fora isso cada um tem seu quadrado muito bem estipulado.

E 1.2: E no próprio caderno a gente fez questão de trazer outras tragédias ambientais mundiais até pra efeito de comparação. Pra isso só.

E 1.1: Mas a gente não apurou lá, a gente contou. A gente apurou o que foi o destino, o que aconteceu, o que se deu, esse povo pagou multa, esse povo foi preso.

E 1.2: Relembrando as nossas né, o caso de Nova Lima, Muriaé.

P: Há definição de valor-notícia? E qual é o público-alvo a quem vocês se destinam?

E 1.1: Essas coisas estão muito ligadas né. Nosso público-alvo é o nosso leitor. A gente conhece nosso leitor por pesquisas de tudo quanto é jeito, pelo site, a gente vê o que eles querem, tudo que eles querem acessar. Então a gente pensa muito nisso também. Que não é o caso do caderno, porque é um caso que interessa todo mundo. Mas por exemplo funcionário público. A gente sabe que a gente tem uma parcela de leitor muito grande de funcionário público, pela linha do jornal, editorial, mais independente, então a gente sabe que atrai esse público que não tem muito espaço nesses outros grupos de mídia. Por exemplo, professor, policial, civil, então tudo que tem a ver com funcionalismo a gente preocupa em dar bem. No caso de Mariana, mais uma vez, é um caderno factual. 20 dias depois da maior tragédia ambiental do país. Todo mundo queria saber, então a gente se preocupou com esse caderno de cobrir o máximo possível de afetados, meio ambiente, investigação policial, Ministério Público, lado humano, lado econômico, povo indígena, educação, saúde, os animais, os bichos que estavam abandonados. Então esse caso tinha que ter um escopo geral, a gente tinha que pegar tudo porque todo mundo queria saber. Tomara né que todo mundo queira saber, porque a maior tragédia ambiental né.

E 1.2: Só fazer uma observação... nossa secretária de redação fala muito assim, e nessa situação ela sempre enfatizava que quando você vai contar uma história, porque às vezes você volta da sua apuração, volta da rua, e você vai conversar com seu colega, vai dar um retorno pro seu colega de tudo que você viu. “Nossa, eu vi isso!”, que é aquilo que te marcou. E às vezes aquilo que te marcou não tá na matéria. Então ela sempre falava assim “gente, por que que você acha que o seu colega de trabalho vai estar interessado nessa notícia e o leitor não?

Ele quer saber a mesma coisa que seu colega de trabalho". Então aquilo que te marca, aquilo que chama atenção do seu colega de trabalho, você vai levar pra mesa do bar, ou você vai levar pra sua escola, pra faculdade, o que seja, é o que interessa também ao leitor. Então pensa também você leitor e tenha noção de como as pessoas estão reagindo quando você conta isso, porque é isso que vai interessar. Pra você não guardar pra você mesmo, no seu coração, aquilo que interessou pro seu colega, interessou pra gente quando vem dar o retorno e às vezes a gente surpreende que entrega o texto e "cadê aquela história?". "Ah não contei porque achei que.." Não! Você não se interessou em contar? É porque às vezes a pessoa esquece de se colocar como leitor também. Então o termômetro é a própria redação, que às vezes você vai contar a sua história e o que você tem dentro da sua própria redação aquilo que mexe com você então por que você não vai considerar isso também como um termômetro na hora de você escrever!?

P: A tragédia em si envolveu grandes empresas e a relação política por causa de licitações, licenciamento ambiental.. como vocês avaliam, não só em relação a essa cobertura, mas a relação da mídia com esses grandes conglomerados econômicos e políticos? Como é essa relação e como ela interfere na produção jornalística?

E 1.1: Olha, eu vou falar desse caderno principal, a gente não teve orientação nenhuma. A gente não teve barreira nenhuma. A gente apurou como apuraria qualquer coisa. Muito livremente. São grandes empresas, são empresas poderosas que muitas vezes tentam se impor por isso, mas que não afetou em nada o nosso trabalho no caso de Mariana. No caso de uma maneira geral, vou falar de mídia geral, não só do jornal O Tempo, mas de empresas grandes de maneira geral. É óbvio que existem relações, existem interesses, como tudo na vida a gente fala de empresas privadas. E o que eu posso te falar aqui do Jornal O Tempo é que a gente trabalha aqui com o máximo de liberdade que você possa imaginar dentro do jornal impresso. Talvez pela importância da pessoa que está por trás da gente, que não precisa se dobrar pra esse tipo de interesse, que é o dono do jornal que é o Vitório Midioli, ele tem poder suficiente, dinheiro suficiente, influência suficiente, talvez ele não deva tanta resposta assim, mas a gente trabalha de uma maneira muito tranquila. E é muito bom pro resultado final, você vê o jornal que a gente entrega.

E 1.2: Só uma outra coisa.. por ficar muito envolvidos nessa questão, emocionalmente, você vê a destruição causada pela principal atividade econômica do estado, às vezes você vê como que chegou a esse ponto, como que chegaram nessas situações. Essa foi a maior, mas aconteceram outras, nossa história tem isso com a mineração. Uma coisa só que, assim, você é profissional também. Você vai contar as histórias.

E 1.1: Mas aí é a importância do nosso filtro. Porque os meninos que estão lá eles chegam muito revoltados, eles chegam muito emotivos, que é ótimo pro trabalho final deles, mas daí a importância da edição. Porque a gente que tá aqui também se emociona com as fotos, se emociona com os vídeos, é impossível. No dia que a gente deixar de se emocionar significa que a gente não precisa mais fazer esse trabalho. Mas a experiência e a tranquilidade e o distanciamento que a gente não foi lá na rua é necessário na hora da edição. Porque na hora a gente tem que fazer um trabalho jornalístico, não é uma contação de história, não é um artigo, é uma reportagem, é uma matéria de dia-a-dia, é uma reportagem especial, ela tem que ser neutra. Por mais que a gente mostre os horrores, a gente tem que mostrar o outro lado, a gente tem que mostrar tudo em um texto que não vai influenciar o leitor, vai informar o leitor. E se ele quiser, dependendo das crenças, do conhecimento dele, se influenciar de uma maneira ou de outra. Mas de maneira alguma a gente pode induzir o leitor.

P: Na pesquisa eu faço também uma análise dos jornais laboratórios da UFOP. Na opinião de vocês, qual a diferença fundamental do jornal diário pros jornais laboratórios, nessa cobertura?

E 1.1: Nossa, toda! São completamente diferentes, não tenho nem como falar. Um é um produto o outro é um ensaio.

E 1.2: É, eu concordo.. até pelo investimento que se faz também.

E 1.1: Investimento de dinheiro, investimento de pessoal, investimento de planejamento, experiência de todas as pessoas envolvidas. Com todo respeito a estudante, a gente já foi estudante, a gente já fez laboratório..

P: Por fim, como vocês avaliam a cobertura, o caderno? Foi de acordo com o que vocês pensavam ou não pensavam?

E 1.2: É, porque foi muito intenso, foi muito difícil. Foi muito difícil esse primeiro ano envolvendo Mariana, porque querendo ou não você tem que arrumar coisa e tinha, e ainda tem até hoje. Mas é difícil, é doído, você tem o lado emocional.

E 1.1: A gente num vai embora e esquece, não tem jeito. Se você for embora pra casa e esquecer as 19 pessoas que morreram ali, e morreram daquele jeito que o corpo ia desmanchando no meio do material tóxico, as pessoas ficaram sem pai, sem mãe, as pessoas perderam suas vidas, as pessoas perderam tudo! Você ir embora e esquecer aquilo, não sonhar com aquilo, não acabar com o seu dia com aquilo é impensável.

E 1.2: Então foi muito difícil, então quando você pega até o fechamento porque acabou... foi muito corrido, a gente teve um prazo e os prazos são sempre muito apertados, aí você fica por conta.. isso além do dia, você tem que tocar produção, fechamento, tudo do caderno, por isso fica uma coisa muito corrida, não atropelada, mas ela fica corrida, porque você tá fazendo coisas do dia mesmo.

E 1.1: Aí entra a experiência que o laboratório não tem, a importância de saber fazer escolhas, que vem muito com a experiência

E 1.2: E até maturidade pra saber, porque olha... querendo ou não é um caderno, é um espaço muito maior do que você tem no dia-a-dia, mas você tem que fazer escolhas. Eu preciso saber dentro desse rol de possibilidades, toda história numa situação como essa ela é muito dramática porque é uma história que envolve uma perda. Então vou ter que fazer escolhas pra conseguir administrar o tempo, o impresso, o multimídia, e diante de tudo isso nosso material ficou muito sensacional!

E 1.1: Eu também fiquei muito satisfeita!

E 1.2: E minhas perspectivas de impresso, de vídeo, fotográfico, ficou muito bacana!

P: Tem mais alguma coisa a acrescentar?

E 1.2: É porque a gente não para pra pensar, é uma coisa mecânica! Quem dera a gente tivesse esse tempo pra sentar e pensar “vamos fazer assim, assim”. Não dá! Porque as coisas elas não param. Ainda mais que a gente tem são dois jornais, agora uma rádio, tem o portal de notícias, então as coisas elas acontecem então a gente não para pra pensar na mecânica da coisa.

E 1.1: Talvez seja a outra diferença do jornal-laboratório. Você senta “ah, qual é sua pauta?” “Minha pauta é essa” “Então a gente tem que ouvir fulano, beltrano, a gente vai fazer

pergunta..” Não. “Meu filho, sua pauta é essa ó, vai pra rua! Volta com as informações que eu quero.”

E 1.2: A gente faz uma passagem

E 1.1: Isso os meninos já sabem, é experiência. Eles já sabem fazer o jornal, eles precisam de orientação, do que a gente quer, do que a gente espera e o que a gente quer, a gente espera é o que a gente acha que vai dar leitura por causa do público-alvo, por causa da linha editorial do jornal, por causa de tudo, às vezes a gente acerta, às vezes a gente erra, mas a gente tem um padrão ali pra seguir.

APÊNDICE 4 – Entrevista com professora-editora do jornal *Lampião*

Entrevistador: Marco Túlio Pena Câmara
Entrevistada: Karina Gomes Barbosa
Data: 20/07/2017
Local: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFOP – Rua do Catete, 166, Centro – Mariana/MG

ENTREVISTADA 2 – JORNAL LAMPIÃO

PESQUISADOR: Como surgiu a iniciativa de desenvolver o jornal-laboratório?
ENTREVISTADA 2: Eu não estava aqui ainda, eu não era professora do curso, mas pelas diretrizes curriculares nacionais antigas dos cursos de jornalismo que são dadas pelo MEC, ou seja, o mínimo que os cursos tem que cumprir para serem credenciados, todo curso de jornalismo tinha que ter um veículo laboratorial com publicação periódica externa. Tradicionalmente no Brasil a publicação mais feita é jornal, jornal-laboratório. Então como o curso começou em 2008, em 2011, quando os alunos chegaram ao sexto período, o Lampião foi implantado para atender essa diretriz curricular dentro da disciplina de laboratório de impresso 1 – jornal, uma disciplina pensada para isso. E aí desde 2011 ele é feito dentro dessa disciplina com uma periodicidade que inclusive se altera dependendo da proposta editorial. Ela era do 6º e passou pro 5º, em uma alteração curricular.

P: Qual a relação entre as linhas de pesquisa e teorias do jornalismo e o fazer didático-pedagógico?
E2: A gente trabalha com os conceitos básicos do jornal-laboratório, porque nele o aluno ao mesmo tempo toma conhecimento das rotinas produtivas, práticas e fundamentos do fazer jornal. A gente pega muito aquelas características do Otto Groff, que trabalha com jornal a partir de quatro características: atualidade, universalidade, periodicidade e publicidade. E a gente tenta fazer com que os meninos percebam isso e pratiquem isso e também faz com que eles pratiquem, coloquem em prática de maneira articulada, conhecimentos adquiridos ao longo do curso, tanto nas disciplinas teóricas, enquadramento, valores-notícia, como os conhecimentos mais práticos e técnicos da profissão, especialmente nas áreas de texto, foto e

planejamento. Claro, isso tudo atravessado por uma postura ética, um compromisso muito inegociável com a ética jornalística. E pedagogicamente a gente organiza a disciplina em uma redação, nós somos três professores responsáveis por quatro áreas, o que cria um problema, área de web é uma demanda que surge pelo contexto, pela situação do jornalismo, mas, pedagogicamente, ela fica, às vezes, um pouco coadjuvante porque o texto consome muito e o professor de texto também é o responsável por web e a área de texto é a que consome mais, então nós temos três professores: professor de texto tem o encargo maior, ele é o coordenador da disciplina, da redação, nós temos o professor de fotografia e o de planejamento visual. Esses professores coordenam as equipes de texto foto e planejamento, conversam o tempo inteiro, a gente desenvolve um cronograma pra produzir duas edições semestrais.

P: Como é a linha editorial? Como ela foi definida?

E2: A linha do Lampião tá dada desde 2011 (se quiser depois me cobre pra eu te passar a missão escrita), mas o Lampião tem a missão de ser um jornal local, que busca iluminar pessoas, memórias, cotidianos, patrimônios da cidade de Mariana e Ouro Preto e dos distritos de Mariana e Ouro Preto, essa é a nossa fundamentação. Na cobertura de Bento, a gente usou algumas linhas editoriais que também tem a ver tanto com nossa missão quanto com nossas condições de produção, porque essas coisas se atravessam. Então a gente sabia que era um jornal local, então nosso foco é numa dimensão local. Então, por exemplo, a gente não produziu pauta muito boas que tinham dimensão nacional, como por exemplo pensar Regência, os impactos no mar, a gente entendeu que todas as pautas ambientais não eram de impacto local naquele local, hoje devem ser, mas então a gente não produziu. Então a gente privilegiou pautas de jornalismo local dentro daquele acontecimento. A gente privilegiou também pautas de jornalismo humano. Tanto porque é onde o jornal se encontra mais, isso não necessariamente está dado na missão, mas vem sendo efetivado pelas turmas, então de alguma maneira tem a ver com a identidade do jornal, mesmo que não esteja escrito ali. E tem a ver com as condições de produção, a gente sabe que o jornalismo investigativo, hard news, é mais difícil fazer no jornal laboratório, a gente teve um pouco disso, duas, três matérias e meia, dizer assim, elas tem um perfil mais duro, tanto é que dá pra ver na cadência do jornal, mas a gente procurou privilegiar isso. Uma coisa que é muito importante é que visualmente e nas matérias a gente tentou fazer um jornal que saísse da lama, então a nossa capa é lama, mas o ensaio não é. Inclusive houve uma discussão seríssima sobre o ensaio fotográfico porque

esteticamente o impacto da lama é muito forte, André e eu até escrevemos um artigo sobre isso, porque o impacto visual da lama é muito forte. Mas a gente não queria editorialmente levar àqueles sujeitos e a nossa cobertura à marcação da lama. Então a cobertura do Lampião, pensando o relógio que abre o jornal, é dali pra frente, marcado, atravessado por memórias. Mas é muito pensar em perspectivas dali pra frente e do que as pessoas se lembram, mas sair da lama e isso foi uma marcação muito forte que a gente fez.

P: E como é o processo de produção desses textos?

E2: Os textos, especificamente, pensando pedagogicamente, eu gosto de falar que a gente escande todo o processo produtivo de uma reportagem, de uma redação. Então os meninos entregam uma pauta, cada aluno entrega duas pautas. As que são escolhidas e depois designadas aos repórteres, então a primeira tarefa do repórter é pegar aquela pauta e refazer aquela pauta de acordo com a angulação, com o espelho, então é uma coisa que já faz parte da apuração. Depois ele tem que me entregar uma estrutura da reportagem, ele tem que pensar o texto, vai ser um texto com lead tradicional? Vai ser um texto construído em blocos de informação? Vai ser um texto construído com paralelismo? Pra que ele perceba que a construção do jornalismo não é só sair escrevendo, que o pensar aprimora a maneira de construir o texto e que tem outras possibilidades textuais além do lead. Depois que ele entrega essa estrutura, ele me entrega uma primeira versão da reportagem, que é editada pelo editor de texto, por mim e, eventualmente, o editor-chefe, tá dando conta de outras demandas, mas pelo menos uma olhada ele dá e é revisada pelos dois revisores, questão de revisão, e tem o feedback. Na outra semana ele entrega, aí depende muito do cronograma. Ou uma segunda versão ou a versão final. Na versão final, aí o editor de texto edita, eu edito, em geral, com os repórteres que cumprem os prazos e tal, junto com os repórteres em sala, pra ele tirar dúvidas, perceber e ajudar a dar a cara final. A gente tenta titular, linha fina, mas é uma função do editor de texto, mas quando o repórter consegue, pode, é sempre melhor porque o repórter conhece mais a pauta. E isso vai pra diagramação. Quando o texto excede na diagramação, porque a contagem de caracteres é uma arte muito inexata, e aí quando excede na diagramação a gente também tem um procedimento, o repórter tenta cortar, depois o editor de texto e eu tento só mexer na matéria quando ninguém mais da conta na página já. Esse é o processo produtivo do texto. Numa redação, muitas dessas etapas já são suprimidas ou elas já

estão internalizadas pelo repórter, mas aqui a gente acha que é um reforço pedagógico importante.

P: Como é que se definem as pautas? E como foi na edição 21?
E2: A rotina da produção de pauta do Lampião é a seguinte: cada reunião de pauta, todo repórter deve entregar duas pautas, pelo menos, impressas, a gente tem um modelo de pauta. De novo, numa redação você não escreve pauta, é um modelinho mas a gente quer tentar ensinar quais são os elementos importantes de uma boa pauta, então a gente tem um modelo pra eles seguirem. Eles entregam nesse modelo impresso, duas pautas por repórter. Já na reunião de pauta a gente já sabe quem são os editores, então a gente já faz alguns apontamentos, os professores, nós três, a gente já troca algumas impressões depois da reunião, eu sempre faço um balanço, anoto pauta por pauta, a gente faz um balanço, compartilha entre os professores, e no dia seguinte à reunião de pauta, em geral é no dia seguinte. Essa reunião de pauta foi sexta, então não foi no dia seguinte. Mas no próximo encontro tem uma reunião dos editores para o fechamento do espelho e é nesse momento. O Lampião tem em geral entre 13 e 17 pautas, essa é a média, que a gente tira de 70, 80, dependendo do tamanho da turma, a gente chega às vezes a ter 84 pautas pra tirar 16 tal, claro que tem muita pauta repetida, muita pauta parecida porque o acontecimento é o mesmo, a cidade é a mesma, eles transitam por lugares parecidos, mas, mesmo assim, é um pouco a partir daí. Aí a gente faz uma reunião fazendo um balanço mesmo, o que definitivamente a gente acha bom, que que a gente definitivamente acha que é fraco ou que não cabe no jornal, que que a gente tá em dúvida e a gente vai refinando pela qualidade da pauta, pela fluência do jornal, o jornal tem que ter um ritmo de leitura. O Lampião, historicamente, tem a primeira metade mais dura e a metade final mais leve. Isso não é sempre, a gente tem jornais pesados do início ao fim. Mas a gente tenta cadenciar: tem que ter cultura ou esporte, tem que ter alguma coisa que não seja só pesado, mesmo entendendo um caso como esse. E no caso de Bento, da edição de Bento, a gente partiu de algumas pautas que a gente gostou muito e foi definindo um pouco em função disso. A gente fez o processo contrário, em geral, a gente define primeiro o especial, que é a reportagem central, e depois define o resto. Na edição de Bento a gente definiu o resto, porque a gente não conseguiu enxergar o especial, teve uma especificidade: antes da reunião de pauta, um aluno tinha sugerido uma coisa que a gente achava que ia ser o especial, tava dado, mas ele não sugeriu na reunião de pauta. Então a gente ficou um pouco sem chão, tudo que a

gente imaginava que ia ser o especial não foi sugerido nem pesquisado. Então uma pauta prometida não apareceu, então a gente tinha que pensar, a partir do que a gente tinha, no especial. Esse especial especificamente não veio de uma pauta, ele foi construído no espelho, tanto que é uma matéria muito fragmentada, que era justamente isso.

P: Como é a relação com as fontes?
E2: Vou falar primeiro o geral, na edição 19 o editorial do Lampião é sobre a relação com as fontes, porque a gente vinha enfrentando um problema recorrente de acesso a fontes do governo. Efetivamente, a gente sofreu um embargo da prefeitura por um ano, nós publicamos uma matéria que desagradou muito a prefeitura, prefeitura veio aqui no ICSA, fez pressão em cima da gente, tivemos ameaça de processo, então a gente sofrem embargo de um ano, ninguém falava com a gente e a gente publicou um editorial sobre isso na edição 19. Na edição 21 foi Bento. A gente então tinha essa dificuldade normal da prefeitura, que ainda tava com um ranço, assessoria, as secretarias. O governo estadual praticamente não falou com a gente. E as esferas federais muito menos. Pensando hoje, eu acho que tem uma via aí: a gente tem mais dificuldade de acesso, mas os meninos também tem uma.. eu sempre acho que eles podiam ter tentado mais em algumas fontes governamentais. Mas também a gente tem que entender que a prefeitura efetivamente estava absolutamente perdida, eles não tinham informação a dar, eles não sabiam lidar com a tragédia, não sabiam quantas famílias tinham no distrito. Então as informações não estavam consolidadas nas fontes, naquele momento, locais, a gente recebia informações loucas assim, que tinha um ônibus com 70 crianças desaparecido. Esse ônibus ficou desaparecido por dois dias. As crianças tiveram que parar no distrito que não tinha celular, ficaram abrigadas num canto, os pais em outro lugar, isso acontece. Mas a prefeitura não deu conta disso. A defesa civil foi um acesso difícil, e os bombeiros, ainda que tenha nos dado acesso, tenham sido gentis, por uma questão corporativa, de hierarquia mesmo, eles não passaram muita informação. Nas edições seguintes à que você está estudando, a 21, a gente aborda Bento até 22, 23, 24, 25. A 26 é a primeira que não. Esse semestre eu não estou no Lampião, e a primeira edição ainda está pra sair, então eu não sei se Bento volta. Bento como a gente chama aqui né, a barragem, o rompimento da barragem. A gente conseguiu depois mais acesso, por exemplo ao MP, à própria Samarco, mas a matéria que a gente fez sobre as tentativas de suicídio de Barra Longa, a gente teve muita dificuldade, a matéria ganhou prêmio agora, mas a gente teve muita dificuldade de

acesso. Então a relação do Lampião com as fontes, numa cidade pequena, as fontes governamentais não é tranquila. Apesar de as assessorias daqui serem formadas por nossos ex-alunos. Ou talvez porque são, os meninos sabem que o Lampião tem uma coisa de pressionar então não conversam tanto. Então nessa edição a gente teve dificuldades de acesso estaduais e federais muito difícil e as locais não tinham informação. A gente foi barrado em algumas coletivas, a gente não teve acesso a algumas coletivas e a outras a gente não teve condição de ir, de novo, no jornal laboratório a condição de produção atravessa o editorial, qualquer jornal na verdade, mas aqui ainda mais. Foi isso.

P: Como foram definidos os valores-notícia, que você já até falou aqui, e o público-alvo?
E2: O público-alvo são moradores de Mariana e Ouro Preto. A gente não faz outros recortes de faixa etária ou classe, a gente entende que a gente tem que falar para as duas cidades, incluindo os distritos, isso é muito importante. Tanto que o Lampião começa em 2011 e por volta de 2013, 2014, criou-se a única editoria obrigatória do Lampião hoje é a editoria de Distrito porque a gente entende que a cobertura estava muito centrada nas sedes e são comunidades muito grandes. Então isso vira um valor-notícia, porque a gente precisa ter uma editoria de distrito, ou seja, as pautas de distrito tem um valor-notícia alto pra gente. A questão do local é muito importante pra gente, a questão do ineditismo, em termos de furo, ou de explorar fatos que o Lampião ainda não explorou e que outros veículos ainda não exploraram e a questão da dimensão humana, são coisas que a gente pauta bastante.

P: Na minha pesquisa, eu estudo o Lampião e a Curinga e o Estado de Minas e O Tempo. Na sua opinião, quais são as diferenças e semelhanças entre o fazer laboratorial e o da grande mídia?
E2: Vou começas com uma diferença básica, a condição de produção. A diferença de você ter um estudante em formação, que ainda não domina os meandros da profissão e alguém que tem 10 anos de experiência, então já começa por aí. Você tem mais relação com fontes, você tem mais fontes, você tem mais conhecimento sobre aquele assunto. O profissional, a pessoa que tá cobrindo, que nem é o profissional no nosso caso, é um estudante-repórter, isso já parte por aí. Não é uma questão de culpar o aluno, mas ele está em formação. Outra questão é que o repórter trabalha 8, 9, 10 horas para aquele veículo. O aluno, eu tenho aluno, para uma disciplina. Mas eu não controlo se o aluno faz uma disciplina, 3 ou 7, então não é uma

atividade laboral, e a natureza avaliativa dessa atividade é muito diferente da natureza avaliativa de ganhar um salário. Isso também impacta na dedicação, no tempo que o aluno vai ter disponível. Ainda falando em condições de produção: carro de reportagem. Aqui, pra gente fazer uma produção a gente tem que pedir com 48 horas úteis, ou seja, 72 horas. Na redação eles tem um carro à disposição. Aqui, a gente não tem câmera pra todo mundo, tem questão de servidor, a gente não pode comprar uma foto, a gente não pode, como é que faz ligação pra alguns lugares, às vezes a UFOP não paga conta de telefone, então tem essas diferenças na condição de produção, que eu acho que isso é fundamental e tem um impacto muito grande e tem que ser levado em conta. Outra questão, a gente tá aqui dentro produzindo um jornal-laboratório não é pra vender, é pra noticiar e pra ensinar. O Estado de Minas e O Tempo também noticiam, mas pra eles a notícia é uma commodity, a informação é uma commodity, pra gente não é. É um produto, então a natureza da relação entre essas duas questões é muito distinta. A gente não vai perseguir um furo pelos mesmos motivos que eles e eu não estou sendo idealista em relação ao jornal-laboratório, mas a gente realmente não tem esses interesses em campo, assim como a gente também não é atravessado por anunciantes, por interesses governamentais, ainda que a gente tenha um lugar de fala dos nossos sujeitos que fazem o jornal, isso impacta em pauta, isso impacta em angulação, mas nós não somos atravessados pela questão comercial na condição de um jornal. Isso é fato. Nós somos gratuitos, eles são pagos, já começa por aí. Numa cidade como Mariana a gente ainda é muito muito menos lido do que a gente gostaria. Nosso índice de leitura ainda é baixa, mas também o acesso do Estado de Minas e do O Tempo aqui pra gente é bem difícil. A cidade tem duas bancas de jornal. E eu acho também a questão do tempo. Tudo numa redação que você consegue fazer em um dia, a gente não quer fazer em um dia. Porque em um dia, a gente tira um componente fundamental da experiência laboratorial que é a reflexão sobre a prática. Porque é experimentar, renovar e refletir. Se eu faço em um dia, ele pode fazer tão bem quanto um repórter comercial, mas ele não vai refletir. Então não nos interessa cumprir a temporalidade de um jornal comercial. Vou dar um exemplo, não é exatamente seu objeto, a gente vai implantar no 18.1 a nova disciplina que é focada no digital, o Lampião continua existindo mas ele se torna coadjuvante. Em vez dele fazer, hoje o nosso processo é: a gente faz o jornal e dele produz conteúdos extras para a internet. Agora vai ser a gente produz o conteúdo digital e dele edita o jornal. Tem uma mudança de lógica. Quando a gente foi pensar a temporalidade do digital ficou muito claro pra gente que a gente não pode adotar a mesma

temporalidade do digital que o veículo comercial, porque a gente precisa que os meninos aprendam, a gente precisa dar um retorno pra eles, tem que ficar claro que ali é um ensaio de uma prática comercial, mas que esse tempo do pedagógico, da dimensão pedagógica é fundamental. Trabalhei em redação, não estou dizendo que é uma produção absolutamente autômata, mas o tempo de reflexão ele é muito menor. Primeiro porque você não precisa refletir tanto sobre tudo, talvez precise mas não na mesma dimensão que os meninos precisam. Às vezes eu tinha que discutir orações com eles, construções jornalísticas, tinha que trabalhar a oralidade de uma fala trabalhada no texto escrito, você não precisa discutir isso com o repórter, mas aqui a gente precisa. Então esse tempo pra gente é muito precioso, acho que as diferenças são essas. E óbvio, tem uma diferença fundamental entre Lampião e Curinga: Lampião é um veículo local, a Curinga não é um veículo local. E ela tem um recorte de público, é voltada para o público jovem, na missão editorial. E o Estado de Minas e O Tempo são dois veículos que eu chamo de regionais, eles abrangem Minas toda, a gente não, a gente não tem essa ambição.

P: E você vê alguma semelhança?
E2: Eu acho que sim, acho que o Estado de Minas e O Tempo também, eles lançaram um olhar humanizado em alguns momentos, eles tiveram repórteres que ficaram aqui um tempo bom, que se encontraram com algumas pessoas da comunidade, alguns relatos do Estado de Minas dão conta de que eles tinham umas práticas, não tinham práticas invasivas com os sujeitos. E foram, na verdade os jornais mineiros, o que é normal, deram a cobertura mais dos sujeitos, dos atingidos, na época. Aí uma grande diferença, dois anos depois, Curinga e Lampião não estão cobrindo só os aniversários do rompimento, a gente tem, o curso tem, foi profundamente atravessado pela história. Tem um professor que era professor substituto aqui que agora é o coordenador do jornal, a gente tem dissertações de Mestrado sobre Bento, eu oriento dois TCCs e pego mais um, tem projeto de extensão, então em outras dimensões, Bento continua assunto pra gente, quando pros jornais ele precisa de um valor-notícia mais tradicional. Aqui ele virou quase um valor-notícia.

P: Como vocês alinham a teoria à prática e como vocês refletem a prática baseado nessas teorias?

E2: Primeiro eu vou falar como são as rotinas de reflexão, as gerais e as minhas mais específicas de texto né, porque planejamento visual e foto vão ser mais específicas. Depois que os meninos entregam a primeira versão, eu faço uma reunião, na verdade assim, depois que a gente designa as pautas, eu faço uma reunião com todos os repórteres pra dar uma orientação geral. Tipo, olha, vocês precisam disso, gravem as entrevistas, sigam o enquadramento, orientações gerais de reportagem. E depois que eles entregam a primeira versão, a gente já tem uma reunião geral com os repórteres onde eu aponto, primeiro, os problemas de texto mais recorrentes, acho muito importante isso pra eles, e aponto os problemas das matérias, de enquadramento, de angulação, de fontes e aí a gente vai dissecando tudo. Então todo mundo sabe o que tá rolando de principal na pauta de cada um. Como é um jornal local a gente tem uma preocupação muito grande de, sei lá, repetir fonte, às vezes a gente tem cinco repórteres querendo falar com o prefeito, não dá. Então a gente concentra. Uma coisa ao mesmo tempo editorial e produtiva. Toda vez que o jornal fica pronto, a gente tem uma reunião de avaliação. Nessa reunião de avaliação estão todos os alunos, todos os professores, a gente apresenta o jornal, porque às vezes os editores viram o jornal todo, mas os repórteres não viram o jornal todo, viram a página dele, então a gente mostra aquele todo, discute, problematiza, especialmente as questões éticas. Por exemplo, um off quebrado, um plágio, o uso de alguma imagem que levantou alguma discussão entre nós, algumas posturas editoriais, por exemplo, a coisa da lama a gente avalia tudo, eles falam, eles preenchem autoavaliações sobre a participação dele, da equipe dele no jornal, com críticas, sugestões também, inclusive são a parte da nota do aluno. Sobre a reflexão com relação às teorias, muitas vezes ela fica subentendida. O Lampião começa com um módulo teórico, um geral e de cada área. Nesse módulo teórico a gente tenta relembrar algumas coisas e trazer alguns conhecimentos de jornal, o que é este produto, a materialidade do jornal. E a gente vai tentando relembrar, você lembra de quando a gente conversou sobre isso, a gente viu isso aqui? Então muitas vezes é uma reflexão pontual, matéria a matéria, dependendo da demanda daquela matéria, e muitas vezes vira discussões de grupo mesmo, dependendo da pauta, e algumas discussões são colocadas em votação da turma, algumas decisões em votação dos editores que são questões editoriais. Às vezes votações por questões éticas, às vezes votações por questões estéticas ou por questões produtivas. Então a reflexão das teorias a gente fala muito aos professores, muitas vezes vocês não vão olhar pra uma aula do Lampião, uma

reunião, “aqui está a teoria organizacional”, a gente não vai dizer isso, mas aqui está a teoria organizacional, fechamento de espelho é isso. Então a gente vai fazendo um pouco na rotina.

P: As próximas perguntas você já comentou sobre, que é a condição de produção e o enquadramento dado. Você quer comentar alguma coisa específica, acrescentar alguma coisa?
E2: Uma coisa que é importante destacar é que as nossas condições de produção, apesar de estarem longe do ideal, eu falo que a minha vida é dizer que podia ter feito a mais, é a minha vida mesmo, elas são muito boas. A gente tem carros da Universidade pra cá. Então na época de Bento, eu tenho inclusive esse levantamento, de quantos carros nós usamos, quantas viagens nós fizemos com os carros da Universidade. Nenhum jornal que eu conheço tem isso, não existe isso. Então nós temos carro da Universidade, crachás, nós temos monitores em três áreas, alunos, nessa edição os monitores foram extremamente acionados pelos alunos. Então além de mim, além dos editores de texto, eu tinha uma monitora que vinha em horários alternativos pra ajudar em apuração, pra ajudar na revisão, pra ajudar em entrevista, isso tem a ver com as condições de produção. Então assim, são os ideias? Não são. Mas a gente acha que também não são precárias. A gente quer mais, a gente tá brigando por mais, nossos computadores estão ficando velhos, a gente precisa trocar eles urgentemente, porque a Mac já chama nossos computadores de obsoletos, então eles não dão mais assistência técnica, eles tem 7 anos pra Apple é obsoleto, pedagogicamente eles servem. Mas a gente quer renovar nossa redação, a gente tem uma redação modelo para ser construída com mesa de reunião de pauta, baia de editor, eu sinto falta disso. Por exemplo, as reuniões de espelho são aqui, não cabe todo mundo. Mas são boas condições de produção em vista de outras experiências laboratoriais que eu conheço. E pensando que um acontecimento dessa dimensão e dessa característica geográfica, se a gente não tivesse carro da universidade, todos nossos alunos quase são de fora, muitos alunos de baixa renda, como é que a gente ia cobrir isso? Não tem ônibus pra Bento, ninguém tem carro pra ficar indo pra Bento, muitos carros inclusive tinham que ser tração 4x4. Então essas condições de produção, esse apoio da Universidade é fundamental. Nessa época a gente já tinha telefone na redação e o telefone do Departamento à disposição dos alunos para apuração. Isso também é importante, os meninos não tem dinheiro pra gastar com ligação. Poucos lugares tem, isso é uma briga que a gente tinha desde 2014, na época de Bento, por coincidência, conseguiu ter um ramal instalado lá. Então são essas pequenas coisas mas que nos ajudam, a gente tem uma técnica de planejamento visual e foto

que ajuda no fechamento, que resolve problemas, que gerencia os arquivos. Uma técnica servidora da UFOP. Então tudo isso eu acho que tem a ver com nossas condições de produção. Não são ideais, não são a de um jornal comercial, não pretendem ser, mas eu acho que nós tivemos avanços muito importantes nos últimos anos. O Lampião é jovem, então a gente está conquistando as coisas aos poucos e com muita consistência. A outra é sobre enquadramento... a gente tentou o tempo inteiro enquadrar as notícias, vamos pensar assim, na perspectiva deles, uma coisa da empatia e daquele lugar, tentando não fazer um enquadramento episódico, uma coisa mais temática. Então Lampião retorna, Curinga volta também... pra gente tentar mostrar pros alunos e pras pessoas. Não à toa você tem alguns alunos fazendo TCC sobre Bento, alguns trabalhando na Sirene, alguns deles... Então o enquadramento foi muito esse, em alguns momentos, a gente teve um embate específico da matéria.. pra te ilustrar isso, a gente teve uma apuração que a repórter falava de como estava sendo a vida fora de Bento e aí no meio da matéria, tinha lá a personagem narrando como era a coisa dos móveis, que eram móveis padronizados pela Samarco. Essa matéria! Mas como a gente conversa muito sobre a apuração, a repórter me falou que ficou muito indignada com algumas coisas porque, por exemplo, em casa, a personagem tinha dois guardarroupas, mas ela não conseguiu provar que tinha dois guardarroupas, então na nova casa ela ganhou um guardarroupa e uma cômoda. E eu perguntei "por que isso não está na matéria?" E a repórter falou "essa dor não é dela, é minha". E de quem é a dor? E de quem é a indignação, é minha ou é dela? Então isso era muito latente pra gente, de quem é essa dor, qual é a mediação que a gente vai colocar, de quem é a indignação é do repórter, é do jornal, da Universidade ou é dessas pessoas? Não tenho uma resposta pra você. Eu acho que a gente vai balanceando, aqui a repórter não quis que a dor fosse a da personagem dela. E eu respeitei. Porque eu acho que os repórteres também tem essa autonomia de brigar pelo que eles acreditam que é o bom jornalismo que eles estão fazendo, dentro da ética eles tem autonomia, e dentro da linha editorial do jornal, eles tem autonomia pra caminhar as matérias, então a repórter me disse isso, argumentou, e mesmo eu discordando, eu respeitei, mas pra mim é um dilema, pedagogicamente é um caso muito importante.

P: Em síntese, como é que você caracterizaria o fazer jornalístico laboratorial, tendo como base o Lampião?

E2: Eu estou até escrevendo um artigo sobre isso agora, só agora eu consegui pensar sobre isso né. Primeiro, eu vou falar em várias camadas, vou resumir um pouco o que eu to botando no artigo. Primeiro, foi um problema pra gente também, porque nenhum de nós aprendeu na faculdade o jornalismo laboratorial nessas condições, diante de um acontecimento jornalístico como esse e segundo, nenhum de nós estudava isso especificamente, catástrofe, trauma, situações limite no jornalismo. Porque aí o objeto de pesquisa apareceu diante de nós, ele se impôs diante de nós, então e aí, nas nossas práticas, eu quando fui na minha carreira, eu cobri política, mas eu nunca cobri outro tipo de desastre, outro tipo de catástrofe, não isso. Cobri CPI, é outra dinâmica, eu também não fiz isso. Então você pensa como é que, claro, eu estou habilitada, mas o que eu preciso oferecer pra esses meninos, aí a gente vai atrás de bibliografia. Não tinha bibliografia em português. Ainda não tem. Então o primeiro passo que a gente fez, fui ler muita coisa, especialmente em inglês e espanhol, em inglês tem muita coisa, porque eles fazem muita produção em zona de conflito né e isso não é uma zona de conflito mas é um tipo de catástrofe que a gente tem lições e o trauma tem característica similares. Fui ler muita coisa sobre trauma no Brasil, que estão especialmente nos estudos de letras e de linguagens, não tem quase nada no jornalismo. Tem algumas coisas do pessoal do Sul, analisando a cobertura, tangencia o que a gente está fazendo, mas não coincide completamente. E aí traduzi um material, um projeto da Art Center Foundation, que tem alguns manuais de cobertura para jornalistas, pra gente saber se a gente estava fazendo tudo certo, se tinha alguma dica específica, algum comportamento padrão nas entrevistas, nos fotojornalistas, na diagramação... traduzimos isso, passamos para a redação inteira, a gente tinha muitas conversas com eles, foi muita intensa essa produção laboratorial, foi muito tensa e muito intensa. Eu reconheço, como professora, eu nunca cobrei tanto de uma turma como eu cobrei deles, pressionei mesmo, apuração perfeita, fui a campo algumas vezes, pra trazer um material melhor, porque eu entendia que o acontecimento pedia e aquelas pessoas mereciam aquilo, elas mereciam uma boa cobertura, então eu fui muito dura com a turma, em termos de exigências pedagógicas e produtivas e foi muito tenso. A gente teve aluno chorando em reunião de pauta, a gente teve alunos com crise, chorando sem conseguir apurar, a gente teve alunos que ficaram muitos próximos dos sujeitos, a gente teve alunos que viraram militantes do MAB, ou dos atingidos depois, então foi uma produção laboratorial muito tensa e muito intensa. Eu editei, a gente fala que eu faço a primeira versão, segunda versão ou já a versão final. Mas não era isso, tinha texto que tinha 4 vezes, 5 vezes, porque os alunos não estavam

na semaninha, estavam em outra rotina, a gente instituiu outra rotina, uma rotina quase de um veículo mesmo, o nível de exigência foi muito alto. Então a gente usa uma ferramenta que é muito importante pra gente que é o Facebook. Muito do jornal acontece via Facebook, designação de pauta, a confirmação de repórter, balanço de matérias com os repórteres, e ali a movimentação era intensa. E tinha alguns protocolos, por exemplo, todo mundo que ia a Bento tinha que avisar quando saía, quando chegava, e tinha que avisar porque a gente é responsável por esses meninos, ninguém sabia o que ia acontecer naquela época e é protocolo de segurança dos manuais que a gente leu, dos textos. Então, André e eu, a gente ficava ligado full time. Outra coisa, a gente foi lá. Eu entendi que, como professora, eu tinha que ir, em toda a minha prática como professora de jornal laboratório, antes disso eu tinha acompanhado uma entrevista, que foi com o Pimentel, e eu entendi que como era uma entrevista com o governador, foi a primeira entrevista que o Pimentel deu, eu achei que tinha que acompanhar os meninos, e a outra com o deputado, um vereador que estava sendo acusado de algumas coisas. Então o meu acompanhamento sempre foi da redação, mas eu entendi que precisava ir a Bento pra entender aquilo, precisava ir mais a campo, então foi um movimento meio que de instinto, que eu fiz, que alguns outros professores fizeram, a gente foi, foi com o corpo de Bombeiros, foi mais de uma vez, pra tentar estar mais presente. Foi o momento dos editores também, todos os editores foram, mesmo que eles não fossem produzir, eles foram pra entender, pra tomar pé e ter uma dimensão daquilo. Nesse sentido, foi uma produção laboratorial muito específica, mas muito intensa e tensa. Eu defino assim.

P: Tem mais alguma coisa que queira acrescentar?

E2: É um trabalho que, ao mesmo tempo acho que muda a relação desses meninos com o fazer jornalístico, com o jornalismo. Não estou dizendo “nossa eles arrebentaram!”. Acho que os jornais tem várias limitações, tem coisas muito boas, mas acho que o fazer jornalístico deles é único. Quem mais fez isso? No congresso que a gente apresentou aquele artigo sobre trauma, a gente conversou com uma pesquisadora e ela falou assim “a experiência de vocês é muito única, porque eu estava no jornal laboratório quando a Kiss pegou fogo e a gente não conseguiu cobrir”. Então quantos jornais laboratório tem essa experiência? Quase nenhum. Por outro lado, eu não quero que ela se repita nunca mais, por conta do que foi isso. E isso tem me feito refletir um pouco sobre qual é o nosso preparo profissional e pedagógico para cobrir isso? Nos países anglo-saxões, na Espanha eles tem muito isso, eles tem essa

preparação para a cobertura em situações-limite. Aí a gente pensa, no Brasil não tem isso. A gente não tem a Síria, Iraque, mas a gente tem terremoto, enchente, guerra civil no Rio, a gente tem execução, a gente tem uma dimensão de violência urbana e de outras ocorrências que talvez demandam uma cobertura disso e exigem que nosso ensino de jornalismo comece a pensar seriamente os alunos pra isso, pra essas coberturas de catástrofe, de conflitos, de violência, de situações de risco. E não só de jornalismo político, econômico, cultural... que são fundamentais e fundantes, mas talvez a gente tenha que começar a pensar nisso, porque talvez a gente esteja minimizando, como os veículos minimizam, porque ninguém tem manual pra isso, nem Globo nem Folha, quando jogam esse pessoal na favela, no meio do conflito, ou quando vai lá pra cobrir Santa Catarina, a Kiss, ninguém reflete sobre isso, não tem nada disso escrito em português, e ao mesmo tempo ninguém está sendo preparado. Então nas duas pontas tem um vácuo e tá acontecendo. Isso pra mim é uma coisa que tem martelado muito, desde a tragédia, mas há algum tempo, que talvez haja um grande vácuo no treinamento dos nossos alunos.

APÊNDICE 5 – Entrevista com professor-editor da revista *Curinga*

Entrevistador: Marco Túlio Pena Câmara
Entrevistado: Frederico de Mello Brandão Tavares
Data: 14/06/2017
Local: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFOP – Rua do Catete, 166, Centro – Mariana/MG

ENTREVISTADO 3 – REVISTA CURINGA

PESQUISADOR: Como surgiu a iniciativa de desenvolver a revista-laboratório?
ENTREVISTADO 3: A revista Curinga está prevista no plano pedagógico, no projeto pedagógico do curso de Jornalismo quando ele foi fundado em 2008, então ela vem como um produto a ser desenvolvido na disciplina que é laboratório impresso 2 – revista, ofertada no 7º período, então são os alunos do 7º e a Curinga foi produto definido pela primeira turma da disciplina, eles que nomearam a revista, deram esse nome pra ela. Ela surge com um apelo mais jovem, um apelo voltado quase que para um público interno, um público apenas universitário, isso na edição número 0. Quando a gente chega na 4ª edição, que seria a 5ª, que é quando eu entro, ela ganha uma nova roupagem, ela passa a ser para um público mais amplo e voltada muito para a experimentação de linguagens, principalmente. Então a gente tinha o foco de desenvolver reportagem, perfil, entrevista, obrigatoriamente. A partir da edição 10 a gente ainda reformula pela 3ª vez o projeto editorial gráfico que é o que até hoje vigora, desde a edição 10, que é uma revista voltada para.. ideia de aberta para o mundo, fechada para o preconceito, é esse o slogan. E aí trazer o mundo de fora pra Mariana, Ouro Preto e região e, ao mesmo tempo, levar o mundo daqui pra fora. Então as pessoas de fora vão poder conhecer a gente e quem é daqui conhecer o mundo, essa é a proposta e por isso ela é toda espelhada, ela tem Pelo Mundo, Travessia e Mundo em Mim. Então é uma lógica de espelho, então ainda mantém um pouco da original, que é essa coisa da carta de baralho, do espelhamento, da reflexividade, é a pegada que a revista se propõe. O projeto editorial foi desenvolvido pelos alunos da turma de 2014, que estavam na edição número 10, com a nossa orientação, foi uma discussão forte. Forte digo assim, intensa. A gente trabalhou um tempo nessa reformulação e as outras turmas vem seguindo esse projeto desde então, reformulando algumas coisas,

adaptando, qualificando a proposta, sempre com edições, até a edição numero 13, a gente fez uma edição temática e uma não temática por semestre. A partir da edição número 14, todas as edições foram temáticas, sempre com temas gerais, universais, até que a edição 16 e a de número 19 foram voltadas para a cobertura do acontecimento que foi a tragédia da ruptura da barragem de Fundão. Uma com o calor da hora e outra, que foi a edição 19, feita no ano passado, de cobertura das repercussões e após um ano da tragédia, como que a gente poderia então falar sobre esse assunto. Um compromisso mesmo da turma inclusive que fez. Porque a turma que fez a Curinga 19 é a mesma que fez o Lampião, é a mesma turma que fez o Lampião em 2015, então eles tinham já a expertise, o know-how bem interessante, muito impressionante também que eles tinham até certo uma destreza sobre esse assunto. Envolvimento, não só de engajamento, mas também de conhecimento sobre as questões, as instituições envolvidas, as fontes, muitos alunos mantiveram contato com as fontes, tornaram-se próximos dessas fontes, dessas pessoas, mantiveram relações ao longo desse um ano, de acompanhamento mesmo dessas vítimas. Então a cobertura da edição 19 ficou muito evidente como essa turma, como se dissesse foi a melhor turma para a melhor edição. Não poderia ter edição melhor pra eles fazerem do que essa, já que eles tinham esse acúmulo. Foi uma coincidência pelo calendário do curso, eles estavam no 5º e um ano depois no sétimo, então uma coincidência. Mas vale dizer que foi a turma que escolheu, a turma quis fazer, eles que propuseram o tema e a gente lançou essa edição no dia 5 de novembro de 2016, ou seja, exatamente um ano. Foi durante a ocupação, durante a greve que fizemos essa edição. Negociamos com o movimento de ocupação para que a edição pudesse sair em respeito à comunidade no dia 5 de novembro. Então ela efetivamente foi publicada no issuu, na internet, no dia 5 e nesse mesmo dia, em 24 horas tiveram mais de 20 mil acessos. Tivemos vídeos, mais de 20 mil acessos. Então tem essa lógica de uma certa estima dos alunos com o produto, com a comunidade. Uma marca dessa produção, dessas duas edições, da 16 e da 19 é o compromisso com a comunidade. E no caso da 19, especificamente, mais ainda eu diria, é uma certa afetividade com a causa, não só de engajamento, mas como os repórteres, informação, puderam lidar com questões de afeto, questões éticas, a gente discutiu muito questão ética, as diferenças da produção, de uma edição pra outra, o que significava eles fazerem aquela cobertura né, a pior tragédia da história de Mariana e ao mesmo tempo a melhor oportunidade que eles poderiam ter no jornalismo. É um contrasenso, um paradoxo, que trouxe muitos conflitos pra eles. Inclusive por quererem fazer diferente, e eu acho que a

principal diferença, além do produto que talvez, a Curinga é um produto que tem uma cara, então por mais que a gente tenha pautas parecidas ou não com a grande imprensa, é um produto com uma identidade, isso já vai marcar esse produto. Então a produção dos alunos ficou muito claro assim de descobertas, conflitos éticos que eles tiveram, como não fazer aquilo que eles viam os outros repórteres fazendo, abordagem às vezes, e mesmo o fato de eles estarem em um lugar que não era da imprensa também. Algumas fontes preferiam falar com eles do que com a imprensa porque tem um preconceito. No mês que seguiu a tragédia, Mariana era um campo de prática jornalística, você tinha repórter, carro de emissora, helicóptero, gente de fora, gente do mundo inteiro nessa cidade, os hotéis cheios de veículos de imprensa, pessoas e ao mesmo tempo as vítimas. Isso aqui foi um caos e os alunos vivenciaram isso de uma forma muito próxima. Ao mesmo tempo que eles eram voluntários, eles eram repórteres. Eram moradores e eram repórteres. Estudantes e não jornalistas. Tinha essa tensão. Por um lado um conflito e uma tensão mesmo que seguiu, eles estavam em um limiar de alguns espaços, de alguns lugares de fala, então com certeza foi um aprendizado. A lição 19 foi a turma que fez o jornal que produziu, então eles tinham um tipo de acúmulo como quase que eles fossem setoristas da barragem. Pra mim, como professor, e para os outros colegas, eu posso dizer por eles, ficou muito evidente o tanto que eles tinham acumulado um ano um tipo de know-how, expertise sobre aquilo que nós não tínhamos. Nessa revista, por exemplo, tem uma matéria sobre a questão da justiça, morosidade. O aluno sabia os processos que ele tinha que ir, checar, lógico, não podemos esquecer que é uma revista feita por alunos, sem recursos, então eles tem um limite e eu acho que eles sempre ultrapassam esse limite na maioria das edições, eles vão além das expectativas, quase que um trabalho profissional mesmo. Independente disso, nessa edição 19 principalmente, na 16 eles tiveram mais tempo, nessa não, nessa foi muito corrido, eles tinham o caminho das pedras pra muita coisa, eles sabiam chegar na fonte que ainda não tinha sido entrevistada ou identificar que fonte era essa. Ou seja, eles também acompanharam nos outros veículos ao longo do ano, porque de certa forma, quando eles viam Mariana na TV eles também se viam como moradores, não como repórteres. Porque eles são filhos de telespectadores, são parentes e amigos de pessoas que também acompanharam a tragédia de longe e eles se tornaram porta-vozes do que estava acontecendo aqui e, ao mesmo tempo, elemento de reconhecimento de quem estava fora. Então eles criaram uma identificação com isso, então é uma marca dessa produção também.

P: Qual a relação entre as linhas de pesquisa e teorias do jornalismo e o fazer didático-pedagógico?

E3: A gente poderia falar de diversas coisas. Mas antes das teorias do jornalismo ou dos estudos do jornalismo, acho que a Curinga tem alguma coisa deontológica, de preceitos profissionais mesmo que estão muito mais dentro dessa, como da ética, por exemplo, tá muito mais forte pra gente observar na produção dela. Mas é lógico, a Curinga tenta pautar algumas coisas de maneira diferente, consequentemente criar um agendamento distinto e aí os alunos vão entender das teorias do jornalismo, eles já passaram por isso, o que significa o agendamento, o que é o enquadramento, a angulação que eles vão buscar, independente de qual seja, tem que partir do preceito de que ela seja reconhecidamente uma angulação, um enquadramento e aí a maneira com que isso vai acontecer, o tipo de angulação que vai se dar vai ser discutido em sala de aula, a gente tenta também trabalhar com perspectiva editorial, com pautas que sejam problematizadoras.

P: Como é a linha editorial? Como ela foi definida?

E3: Com os alunos da edição 10. Nessa edição específica, na 16, era uma ideia de dossiê, a gente partiu dessa ideia, discutiu o que é fazer um dossiê, o que é fazer uma edição especial. A primeira ideia é de como fazer uma unidade, que pretensamente quer ser uma totalidade desse assunto, ser o mais plural possível. Então você tem ali questões tanto de ordem mais humana, humanizada, digamos assim, a questões mais políticas, econômicas, estéticas também, então é dar conta do todo do acontecimento, de alguma forma sem que aquilo tivesse sido dito por outras pessoas ou que pudesse ser dito de uma forma diferente. Então a gente traçou alguns temas chave, algumas palavras "guarda-chuva" aí, como meio ambiente, economia, política, que estão dentro da perspectiva editorial como um todo, mas que a gente pudesse acima de tudo juntar essas coisas de forma a não escapar nada daquilo, do que seria aquele acontecimento, dos envolvidos, das vítimas, da Samarco e o que está por detrás também, então a ideia da problematização, da perspectiva editorial, por exemplo, a gente foi falar da empresa, mas a gente vai falar da empresa como? A possibilidade é falar do trabalho, dos trabalhadores, dos mortos, ou seja, teve funcionários mortos que não eram da empresa, eram terceirizados, então o que significa terceirização, então uma coisa leva à outra, como a tragédia tem a ver com a terceirização? A precarização de muitas outras histórias...

P: A linha editorial da revista como um todo então parte dessa ideia de problematização?
E3: Com certeza. É ir atrás de questão de fundo, não só por ser uma revista, mas porque ela tem pretensamente um fôlego, um lugar de experimentação também. Tem tantas questões gráficas, fotográficas, textuais, elas trabalham com uma ideia de serem uma unidade, então os alunos vão tentar se esmerar nisso o máximo possível e trabalhar numa perspectiva conceitual. Então nós vamos falar de terceirização, a gente tem que partir de uma perspectiva de.. Você é a favor ou contra a terceirização? Não. Você tem que apontar os ônus e os bônus. E no caso da tragédia, a terceirização foi boa ou ruim? Foi ruim. Terceirização tem a ver com precarização do trabalho, mas também com questões de segurança, envolveu a morte de pessoas do acidente, eles eram terceirizados, isso significa alguma coisa. Por que que os terceirizados estavam lá na linha de frente no pior sentido? Como que a hierarquia institucional resolve isso, lida com isso, o que os sindicatos tem a dizer? Entender que o acontecimento não é uma coisa de agora, então a gente resgatou outras barragens, outros acidentes, aí vem uma questão geográfica, tem o movimento dos atingidos por barragens, a questão das hidroelétricas é uma questão nacional, não é uma questão local apenas. Você tem outras barragens que estouraram, de mineração, outros lugares do país, nunca com essa proporção, ou seja, é alguma coisa que tem que ser debatida, porque há essa repetição. A ideia da repetição da tragédia também está posta, isso também é problematizar. O próprio lugar da mineração, a gente discutiu na época o que significa ser mineiro, minerador, minas gerais, como que há um eufemismo pelo próprio nome do Estado, há uma ideia de que as minas são lindas, são muitas, mas o que que é a mina? É uma atividade extrativista, a mina não é lugar de riqueza, a mina é um lugar de retirada de riqueza, se fosse lugar da riqueza ela não sairia, ai não seria mina. Então a gente pensou essas questões todas desnaturalizando processos. A gente tem pautas, essa dos acidentes, do histórico das barragens, mas a gente tem também sobre a política de Mariana, as desigualdades que estão em volta da mineração, como que isso tem a ver com questões históricas. Então as pessoas tomam às vezes o acontecimento como uma tragédia e uma coisa da ordem do inevitável, quase natural, como se fosse algo natural, um abalo sísmico, como em algum momento disseram, mas não. Ele é um acontecimento de ordem social e tem a ver com questões outras. Então ir atrás dessas questões outras, não relatar apenas aquilo que está na evidência foi um processo, é essa perspectiva.

P: Como é a diferença da visada local e da global na edição 16? Vocês trouxeram depoimentos dos trabalhadores, esse outro olhar. Essa é uma característica da Curinga, trazer coisas mais locais?

E3: A Curinga tem uma questão intuitiva, eu diria assim, que é o fato de quem está aqui mora aqui, quem faz a Curinga mora aqui. Então eles conhecem o território de outra maneira. Então o tipo de apuração que eles vão fazer tem a ver com o cotidiano, como se a fonte no sentido amplo estivesse ali na frente dele e ele lidasse com esse cotidiano de uma forma que é diferente do repórter que vem lá de Belo Horizonte e chega aqui pra construir uma história. Então esse fator é um fator de expressão muito diferenciada que se revela, ou não, nos textos, na produção, lembrando que é uma revista laboratorial, então em alguma medida ela também está correspondendo a modelos que os alunos estão aprendendo, a modelos de jornalismo que eles estão aprendendo, dentro disso fazer alguma coisa diferente. Então, de novo, é um jogo aí. É uma tensão, não no sentido do conflito, mas entre o experimentar e o reproduzir, porque eles estão aprendendo coisas que são clássicas ou hegemônicas que eles precisam aprender, mas acho que essa questão do local se expressa muito no tipo de pauta proposta na reunião de pauta como ela é conduzida, como que uma pauta levantada puxa outra, puxa fontes. Um colega levanta a mão e "ah, sobre esse assunto eu sei tal coisa, conheço fulano, moro em tal lugar, o vizinho a irmã dele morava no Bento", então é um tipo de localidade, digamos assim, que está expressa no tipo de apuração que eles vão fazer e na relação com as fontes. Não que eles conheçam as fontes como um todo, mas o caminho deles até as fontes é outro. E isso se revela de alguma forma, você que é pesquisador que vai me dizer, mas acredito eu, hipoteticamente, que isso tem chances de estar aí colocado. Se a gente fizer uma comparação entre as coberturas dos jornais e da revista, da Curinga e do Lampião, não sei qual é a diferença no final das contas, como eu disse, acho que ela é menos o lugar da produção, do texto em si, mais no que está por detrás do texto e talvez eles possam até ter entrevistado as mesmas fontes em algum momento, mas a maneira como eles chegaram até essas fontes, a maneira como isso se construiu, acho eu que é diferente. Lembrando que eles também não estão dedicados só nisso, eles estão fazendo outras disciplinas, estágio, então é um tipo de produção.. Mas é isso, eles tem uma intuição sobre o processo que é diferente, em uma cidade que o jornalismo, como Mariana, que é um jornalismo bem politiqueiro e não politizado, o tipo de abordagem que eles fazem é reveladora também de outros processos.

P: Qual o público-alvo?

E3: É todo mundo, quem quiser ler. Porque a revista está na internet, mas digamos que nosso eu-lírico, nosso repórter é quem, uma pessoa jovem, de 20 anos, em média, portanto que tem uma visão de mundo também, que faz o curso de jornalismo na UFOP, que conhece dessa região. Então a voz que diz é essa. Portanto, talvez, as questões discursivas que vão despontar daí tenham a ver com esse lugar de fala, supostamente. Consequentemente, pode ser que o público principal seja primeiramente as pessoas com quem esses mesmos jovens convivem ou que de certa forma já assimilaram a periodicidade do produto na região ou que na internet mesmo acompanha, assina. Não sei quantas milhares de curtidas a Curinga tem hoje, mas é um público que vai crescendo a cada edição, tanto pelos que já fizeram, os amigos dos que já fizeram, tanto pelos novos que vão aderindo outras pessoas, mas se a gente for pensar, essa é o 10º semestre que eu estou na Curinga, se a gente considerar uma média de 30 alunos, são 300 repórteres, fotógrafos, diagramadores que já passaram pela Curinga, você multiplica isso pelas pessoas que eles conhecem e outras do meio jornalístico, então mais a comunidade. Então acho que o impresso tem esse papel de chegar à comunidade e a internet tem esse papel de levar pra fora daqui. E aí eu acho que o público diferencia nesse lugar, mas na internet tem o acesso ao produto que é a versão digital do impresso, não é um conteúdo exclusivo.

P: Quais as semelhanças e diferenças da Curinga pros jornais de grande mídia nessa cobertura?

E3: Eu acho que a cobertura da grande mídia, as que eu acompanhei, tem coberturas muito boas. O próprio Estado de Minas fez uma cobertura especial, ganhou prêmio e tal, não estou entrando nesse mérito. Mas, como eu disse, eu acho que diante da potência de recursos e acessos que esses veículos tinham, você vinha aqui pra uma entrevista coletiva, era gente do mundo inteiro, repórteres, então de repente tinha lá o estudante de jornalismo, a gente fez crachá pra eles, eles tinham credencial de imprensa, mas é diferente. Acho que houve coberturas de qualidade na mídia alternativa, na mídia hegemônica, na mídia laboratorial, acho que nenhum outro laboratório fez o que a gente fez, pela proximidade. Então esse é um diferencial. E dentro dessa proximidade, o tipo de produção que a gente teve. Acho eu, dadas as condições que nós tínhamos, os produtos tiveram qualidade também e identidade pela cara da revista, pelo tipo de projeto editorial e gráfico que ela tem, a questão fotográfica e, enfim. Mas eu não sei, eu consumi coisas das mais diversas na época, não me arriscaria dizer qual eu

achei boa ou ruim, como eu disse, do Estado de Minas tem coisas boas, do Tempo tem coisas boas, do Brasil de Fato, mas as pautas muito diferentes. O Brasil de Fato, dentro das perspectivas deles, uma perspectiva politizada e de um jornalismo combativo, tinha um tom investigativo/ de denúncia. O Estado de Minas tentou em algum momento ser mais humanizado, especialmente na cobertura especial em parceria com a TV Alterosa, os pequenos especiais, os vídeos que foram pra internet tem essa pegada. Mas tinha um período, o primeiro mês. A gente, a nossa diferença tem a ver com permanência. E uma das coisas que a gente tentou reforçar muito nesse um ano foi o evento acabou, os jornalistas foram embora, quem ficou foi a gente. E aí a gente tem o que a dizer sobre isso? Os outros não estão aqui. Os outros não estiveram aqui o ano inteiro. Então alguma coisa que essa produção (19) tentou revelar é o que significa termos estado aqui um ano, então as pautas que daí emergiram tem a ver com ter ficado aqui um ano acompanhando.

P: Como foram as condições de produção?
E3: Foi tudo no sufoco, pela concorrência.

P: Tiveram quanto tempo de produção?
E3: A gente tava produzindo outra edição, quando de repente a tragédia aconteceu. Entre a gente mudar o rumo de produção, decidir por fazer uma cobertura especial, fazer uma reunião de pauta, isso durou umas 2, 3 semanas. Foi até dezembro. Em dezembro, decidimos que não queríamos fazer apenas uma edição e juntamos as duas em uma só. Em dezembro fizemos uma segunda reunião de pauta, concluímos a primeira etapa, fomos pro natal, ano novo com algumas matérias prontas e outras que seriam atualizadas com informações que iam surgir e fizemos as novas. Redistribuímos a revista, montamos o espelho novamente com a expectativa que a gente lançasse antes do final do semestre, fizéssemos um evento inclusive chamar os atingidos, trazer pra cá, mas acabou não acontecendo. A duração da produção foi de 3 meses, as 88 páginas, mas desde a reunião de pauta até a impressão. A produção mesmo, de apuração até edição, 2 meses. Lembrando que para alunos fotografaram muitos com câmera própria, compraram roupas especiais do próprio bolso porque pra ir em Bento Rodrigues tinha que ir de bota, tinha que usar trajes adequados, o corpo de bombeiros não deixava qualquer um entrar. A Universidade ajudou no transporte, várias e várias vezes os alunos foram a Barra Longa, a Bento Rodrigues, a Paracatu com apoio da Universidade. O

professor André de fotografia acompanhou isso tudo muito de perto, é um grande mérito dele essa ponte entre o setor de transporte. Não à toa, as fotografias do ensaio, além de ficarem muito bonitas, ganharam prêmios também, o Intercom Nacional. Então acho que a produção tem limites na época em si das coletivas, quando tudo aconteceu, os alunos ainda estavam naquela mistura entre ser voluntários, entre serem repórteres, enfim, com recursos, câmeras divididas com o próprio Lampião. A câmera do curso é uma só, são 20, não lembro exatamente quantas, elas são pra disciplina de fotografia, pro jornal laboratório, pra revista laboratório, então os recursos escassos dos próprios alunos, uma questão de agenda, às vezes a coletiva era durante uma aula. E aí? Vai faltar aula? Tem que negociar, então tinha essas outras condições. No caso da edição 19 tinha o contexto de greve e ocupação. O Lampião não continuou a fazer, a Curinga terminou, nós estávamos fazendo a edição especial de um ano. É um compromisso da turma como um todo em falar "nós vamos fazer, nós vamos fechar no dia 5". Teve um sábado que a gente saiu daqui 4 horas da manhã, durante uma ocupação, foi numa sexta-feira, a gente fechando, sexta era dia 4 e sábado dia 5. O Instituto ocupado e a gente no laboratório fechando a revista, então tem essa coisa muito mais condições adversas de produção e engajamento dos alunos, eles não estavam recebendo pra isso, a gente não estava cobrando falta como professor, a gente estava entendendo esse processo como um processo à parte porque foi durante a ocupação, foi durante a greve, os professores aderiram a esse movimento, nós estávamos aqui também fazendo a revista por uma outra questão.

P: Pra terminar, como é que você caracterizaria o fazer jornalístico laboratorial, tendo como base a Curinga?

E3: Vai fazer 5 anos que eu estou à frente, com outros colegas, da revista Curinga e da experiência laboratorial, já tinha tido experiência com produção de texto, mas não com laboratório em si. Eu vejo que a produção laboratorial me fez ser um jornalista muito melhor que eu já fui, porque eu entendo não só como um lugar de experimentação, aprendizagem, mas o jornalismo laboratorial tem uma coisa assim do brilho nos olhos de quem está fazendo. Essas pautas principalmente dessas edições, 16 e 19, isso ficou muito evidente. Eu, por exemplo, nunca tinha cobrido uma catástrofe, uma tragédia, então também foi um aprendizado. Vejo como diferencial do jornal laboratório, da revista, o compromisso com a comunidade, não tem a ver com jornalismo cidadão, jornalismo de serviços, essas coisas estão presentes? Estão. Mas eu não acho que é isso, acho que é mais que isso, é uma questão de

laços, não de laços afetivos e pessoais, mas é de uma consciência com o papel que você está exercendo frente à comunidade e uma compreensão um pouco tácita do que que é o jornalismo. A revista Curinga, no 7º período, é o último produto que eles desenvolvem, é o lugar que você percebe os alunos que já foram picados pela mosquinha do jornalismo, sabe o que que é jornalismo, olha pro mundo com olhar de jornalismo, enxergam a pauta por onde eles andam, eles sabem o que que é gancho. Acho que o Lampião é um divisor de águas no curso, eu vejo por essa forma, os alunos falam isso. Eles estão aprendendo a ser jornalistas e estão se sentindo repórter de verdade, pela primeira vez porque estão falando por um veículo e na Curinga eles consolidam um pouco isso. Mas por ser um projeto editorial que tem se consolidado assim como o Lampião, são dois projetos que se consolidaram pelo menos internamente, eles tem um compromisso com o curso também. Então eles sabem que a turma que chega pra Curinga, a turma meio que passa o bastão pra outra, não tem esse negócio de ser pior, tem é que melhorar. Não é no sentido da competição e da comparação, é de entendimento, da consciência de que eles tem consciência do que estão fazendo no coletivo. Claro que um ou outro não, está preocupado com outras questões, ter um diploma, passar de ano, ter a nota, enfim. O trabalho é conflituoso, eles brigam, discutem, falam mal do outro, tem tudo isso. Mas tem uma questão, não é de cidadania, é também, não é de serviços, é também, mas principalmente é de uma consciência do processo. Essas duas edições foram reveladoras disso, principalmente e eles vão se tornando maduros. Essas duas edições a gente tem discutido com eles pra gente discutir temas mais documentais assim, 7 Pecados não, mas algum tema que tenha a ver com efemérides, alguma coisa, X anos de algum acontecimento, até pra eles entenderem essa dimensão mais concreta de algumas coisas.

P: Você vê alguma relação com jornalismo literário? Por quê?

E3: Não. Primeiro porque eu não gosto muito dessa história de jornalismo literário, acho que jornalismo e literatura andam juntos e eu posso enxergar literatura no lead do caderno de esportes, tenho milhões de exemplos que eu poderia dar. Se você desloca esse lugar do jornalismo literário para o livro, ele vai ser literário caracterizadamente por uma série de aspectos que talvez não residam no suporte, mas também, e que portanto a gente poderia enxergar em outros lugares. Mas em relação a Curinga, especificamente, eu não vejo a gente fazendo jornalismo literário não. Se eu tivesse que dizer, eu te diria que a gente tenta fazer jornalismo de revista. Tipo de linguagem vai variar muito de uma pauta pra outra pela

natureza textual do próprio aluno, você tem textos mais experimentais, um tipo de estilística e outros muito mais duros, mas ao mesmo tempo com uma riqueza de apuração. Dessa edição 19 por exemplo o dossiê da travessia, que é o miolo, a reportagem sobre a Samarco, é de jornalismo investigativo, caracterizadamente, desses gêneros aí que existem. Eu diria que existe na Curinga vários estilos reunidos, mas sobre o jornalismo, gosto mais de jornalismo e literatura do que jornalismo literário, acho que eles estão muito juntos. Conheço livro do Felipe Pena, conheço outros que vão discutir sobre isso, aqui no curso a gente tem uma eletiva de Jornalismo Literário. Funciona como nomenclatura, funciona como classificação, definição, nomeação, mas, eu, longe de afirmar que por exemplo a gente faz jornalismo literário. Eu insisto com os alunos e um pouco a maneira com que eu entendo a revista, eu entendo a revista como um produto orgânico. O texto, a foto, o gráfico, só fazem sentido em funcionamento conjuntamente. Uma edição é uma edição, ela tem uma singularidade, ela tem que ser compreendida como um todo, discutido na disciplina essa organicidade, um produto com início, meio e fim, cada edição tem um começo, meio e fim, então os alunos tem que entender o todo, o que os colegas estão fazendo, estão produzindo também, acho que só isso faz ser possível a Curinga comece a ter ao longo do tempo sua identidade, já que são turmas diferentes que estão fazendo ela. Por mais que uma turma imprima a marca dela no produto, ela tem que ter alguma coisa que tem que permanecer, então tem a ver com o esqueleto, com o funcionamento que a gente tem que trabalhar.

P: Tem algum outro assunto que você queira entrar?

E3: Estou curioso pra ver os achados da pesquisa! Só acho que você, aí é uma cutucada minha, se você se restringir apenas ao texto, ainda mais lidando com discurso, você não vai dar conta do todo desse produto. Eu não sei como você vai se virar, como você está pensando. A Curinga é integração de elementos gráficos, visuais e textuais, então isso é muito importante. Depois você me conta a nossa diferença pros outros, semântica, de conteúdo, enfim.

APÊNDICE 6 – Entrevista com repórter do jornal *Estado de Minas*

Nome do entrevistador: Marco Túlio Pena Câmara

Nome das entrevistadas: Márcia Maria da Cruz

Data da entrevista: 27/09/2017

Local: Av. Álvares Cabral, 356 , Centro - Belo Horizonte/MG

ENTREVISTADA 4 – JORNAL ESTADO DE MINAS

PESQUISADOR: Como se deu e qual é a linha editorial do veículo?

ENTREVISTADA 4: O Estado de Minas é o jornal impresso mais antigo de Belo Horizonte, de Minas. Um jornal bastante alinhado com essa ideia de mineiridade, tanto que o slogan dele é "O grande jornal dos mineiros", então a linha editorial está bastante focada no protagonismo de Minas, cobrir bem as coisas que acontecem no estado e valorizar também pessoas que são de Minas que foram pra outros estados, então o foco é em torno da identidade. É um jornal, pelo tempo dele, vai completar 90 anos, é um jornal que tem uma certa tradição e isso reflete na linha editorial, é um jornal tradicional em alguns aspectos, mas também é um jornal que é bastante preocupado com essa coisa da reportagem. Então tem um histórico e um investimento pra realização de reportagens. Nesse caso específico de Mariana a gente teve liberdade total e absoluta para a cobertura. Então não houve nenhuma orientação no sentido de tema que não poderia ser abordado, nada disso. Porque as pessoas ao falar da cobertura da mídia tradicional naquele período, muita gente fazia uma associação que as mídias comerciais teriam uma cobertura inviezada porque as mineradoras são anunciantes e de fato essa área de mineração e siderurgia, historicamente, tem uma importância em termos de anúncio assim, que é uma indústria rica, então sempre anunciou. Mas não houve qualquer restrição de assunto em relação à cobertura de Mariana. Foi uma cobertura que envolveu a redação inteira. Do anúncio que tinha ocorrido o rompimento da barragem ao longo do mês, a cobertura do Estado de Minas presencial, de equipes estarem no lugar, aconteceu durante um período muito grande, esse mês e muito pra além disso. Um dos colegas de redação encadernou esse material e tem matérias feitas de maneira sistemática durante praticamente 6 meses em relação à Mariana. E eu acho que isso tem muito a ver com o que eu tinha dito antes, o jornal ser um jornal de Minas Gerais. E essa tragédia de Mariana, o crime ambiental, como algumas pessoas

preferem denominar, traz pro centro muitas coisas da identidade mineira. Primeiro que o estado, uma das grandes riquezas, Minas Gerais é por definição, o próprio nome do estado, é um estado que essa coisa da mineração, da extração de recursos minerais que inclusive dá nome pro estado. Então uma tragédia com o rompimento de uma barragem teria de fato em qualquer lugar do mundo. Mas aqui, por esse histórico do estado, talvez tenha sido uma ferida muito maior. Então foi feito um investimento em termos de reportagem com equipes desde o primeiro dia e quando houve a retirada de outros veículos de equipes que estavam lá em Mariana, a gente permanecia, então às vezes tinha 3 equipes lá, 3 equipes, 4 equipes, que aí era fotógrafo, repórter, motorista, envolvidas nessa cobertura.

P: E como foi a produção desse caderno especial, o Vozes de Mariana?
E 4: Ele foi publicado quando completou um mês da tragédia né, e aí a gente já tinha, todos nós que participamos da cobertura do caderno, a gente já tinha ido pra Mariana pelo menos umas duas vezes, porque tinha esse revezamento, no meu caso eu tinha ido duas semanas, fiquei a primeira semana, depois voltei uma segunda semana depois pra produção do caderno. E a ideia surgiu a partir do livro que recebeu o Nobel de Literatura em 2015, de uma escritora bielo-rússia, que recontava a tragédia de Chernobyl. E a perspectiva dela era muito interessante porque ela fazia essa reconstituição do que tinha acontecido não a partir do dia da tragédia, mas entendendo pra compreensão do que foi aquilo era necessário você olhar o histórico das pessoas que foram vítimas daquela tragédia e entender um pouco o contexto delas. Essa sugestão veio do Carlos Marcelo, que é o diretor de redação, ele é um jornalista oriundo da cultura, então a atuação dele sempre foi nesse campo da cultura, então nas proposições de pauta que ele costuma fazer nas reportagens especiais tem sempre esse diálogo com a literatura. Nesse caso específico esse diálogo era muito forte no sentido de a gente nessa experiência de ir pra Mariana, uma das coisas mais impactantes de quem faz essa cobertura é perceber que essa tragédia elimina uma série, ela retira dessa pessoa todas as possibilidades de memória no sentido que você perde todas as suas referências, sua casa foi destruída, todos os seus documentos se perderam, tudo o que você tinha que de alguma forma valia sua memória, fotos, locais onde você poderia estar, tudo isso foi encoberto pela lama, pelo tsunami de lama. Então essa proposta de falar a partir dessa perspectiva era também uma maneira que a gente entendia de trazer algo que já não estava mais. Bento Rodrigues não existe mais, não existia mais fisicamente. Alguns distritos foram completamente destruídos. E

trazer a partir dessa memória, dos sujeitos, como eles viveram, como era a vida, o que que essas pessoas gostavam de fazer, como essas pessoas se divertiam, as relações que elas estabeleceram, por que que elas foram pra esse lugar, então foi um pouco isso que guiou a proposição de feitura do caderno. E é uma perspectiva que, na verdade, como há um investimento muito grande da cobertura diária, às vezes você pega muitos aspectos técnicos, porque uma tragédia dessas você vai entender porque a barragem rompeu, a atuação da empresa, são aspectos importantes pra tratar de uma tragédia como essa, mas talvez pra dimensão do que é essa tragédia você só pode saber ou ter a partir desse olhar das pessoas, da vida dessas pessoas, o que que representa isso. Aí a gente foi pra lá, a gente já tinha, obviamente, personagens que a gente considerava que eram essenciais nesse processo de contar essa história e inicialmente a gente pensou num número maior de personagens. Não sei nem quantos ficaram no fim das contas, já perdi esse número, mas era um número maior, mas a gente entendeu também que pela proposta de ser uma coisa muito mais aprofundada, demandaria um tempo maior de entrevista com as pessoas e talvez melhor fosse reduzida pra contar a história de cada um com mais propriedade.

P: Em cadernos especiais, não só esse, qual a importância que você vê na prática do jornalismo, que são mais aprofundadas e especificamente o especial Vozes de Mariana?
E 4: A alma, o coração do jornalismo, a função ou a área mais nobre do jornalismo é a reportagem. Entao realizar matérias especiais, cadernos especiais, na verdade você está consolidando o campo, no meu entendimento, mostrando a importância e a relevância do jornalismo. E num tempo em que você tem tantas pessoas produzindo conteúdo, tanta gente produzindo informação, isso se torna algo mais relevante, mais importante, porque tem muito conteúdo nas redes sociais, mas são conteúdos que, às vezes, não teve o processo de apuração, não teve uma pesquisa e a reportagem é isso. Você vai a fundo em determinado assunto pra tentar compreender, saber qual que é a relevância, a importância disso. No cotidiano isso é um horizonte, é algo que é, mesmo você fazendo matérias diárias, essa ideia de reportar como sendo esse aprofundamento em determinado tempo, tem que estar guiando sua ação cotidianamente. A diferença do caderno especial e da questão do diário é a questão do tempo. Porque no diário ou pra internet, o seu deadline te espreme bastante e mesmo quando você não apurou a exaustão determinado assunto, necessita escrever sobre ele. Nesse caso específico a gente saiu da pauta do dia, teve um tempo um pouco maior, mas também não é

um tempo assim “ah, vamos ficar sei lá, uma semana”, não é um tempo muito alargado, mas é maior que o tempo que a gente tem na cobertura diária né. E uma dedicação total àquele tema, a gente não estava apurando outra coisa, a gente estava lá pra isso, pra ter uma atenção específica ao assunto.

P: Pra você o que é um caderno especial?
E 4: Hoje na verdade falar do caderno especial é uma coisa até delimitadora. Porque quando você fala caderno especial você está pensando no jornal impresso. E hoje, essas reportagens especiais são até multimídia, você tem tanto o caderno dedicado ao texto quanto outras ferramentas também. E no caso do Vozes de Mariana ele não é um caderno especial impresso, ele foi o primeiro projeto multimídia de grande reportagem que o jornal fez, um dos primeiros. Então já nasceu com essa proposta de ter múltiplas linguagens, então a gente tem o vídeo, a gente tem o texto, a gente tem a foto. Tudo foi pensado pra que a gente tivesse diferentes produtos. Então isso tem impacto na apuração. Então a gente foi um repórter de texto, um repórter fotográfico e um repórter de vídeo, de imagem. Por que que eu estou dizendo isso? Porque isso muda toda a temporalidade do processo de apuração e muda tudo. Então, por exemplo, não adianta eu agendar uma entrevista com determinado personagem se a gente não agendar dentro de um tempo que tem luz pra fazer o vídeo. E aí o que que a gente fez, além de ter que agendar essas entrevistas com esses personagens, que eram personagens importantes, você pode reparar que todos esses personagens estão em um cenário, eles estão no cenário e aquele cenário diz muito daquilo, que é aquilo que eu disse inicialmente, pra falar daquela tragédia você tem que falar um pouco dessas pessoas, quais as relações que elas estabelecem, então a gente falou com a Sandra, que era uma pessoa que fazia coxinha, ela tinha um bar, e a coxinha era uma das coisas que ela mais, era uma das coisas que as pessoas mais gostavam, compravam e tal, era um produto com a receita especial dela e quando acontece a tragédia ela deixa de produzir isso. Mas quando a gente foi falar com ela, ela já tinha, no lugar onde ela estava, nos hotéis, eles liberaram a cozinha pra que ela pudesse fazer a coxinha e vender a coxinha, então isso tem muito sentido na reportagem, você compreender que aquilo ali era uma forma daquela pessoa se conectar com a vida novamente, com a vida que foi completamente destruída. E aí quando você pensa nesse contexto multimídia em uma reportagem especial, você tem uma série de elementos que você vai levar em conta. A parte textual do Vozes de Mariana ainda tem um aspecto pouco comum e bastante inovador, porque

os textos são escritos em primeira pessoa. Então não é um texto tradicional, em terceira pessoa com citações. Ele é todo uma citação, não tem a mediação do texto jornalístico. Então o que a gente procurou fazer.. é claro que existe uma edição, porque nós gravamos quase 3 horas de entrevista, 2 horas, 1 hora de entrevista, não tem como você colocar o conteúdo todo, bruto, no jornal, você precisa fazer edições. Mas a gente fez uma edição sem interferir na fala das pessoas, guardando a lógica, o raciocínio dela, a maneira dela de dizer, de se expressar, tentando resguardar o máximo possível para que fosse de fato a voz daquelas pessoas e não a voz do repórter ou o texto do repórter sobre aquelas pessoas. A ideia é que elas mesmas pudessem falar de si e das vidas que elas tinham antes da tragédia.

P: Esse acesso às fontes foi muito impulsionado pela cobertura que vocês já haviam feito até então?

E 4: É, porque nesse caso a cobertura diária foi muito importante. No primeiro dia, uma das personagens do Vozes de Mariana, a Míriam, eu falei com ela no primeiro dia, porque quando a gente soube da notícia do rompimento da barragem na quinta-feira, a primeira notícia que chegou na redação é que a lama tinha encoberto a escola e que cerca de 100 crianças teria morrido. Seria uma tragédia assim né. Claro que continua sendo uma tragédia sendo uma pessoa, mas a apreensão de que fossem crianças e uma quantidade grande, isso ficou muito forte. Então no primeiro dia, na sexta-feira, quando a gente chegou lá em Mariana, uma das principais questões que a gente tinha que apurar era a história da escola, se tinha sido soterrada ou não, se as crianças tinham conseguido sair ou não e me disseram, o centro de Mariana eles montaram um QG, onde chegavam os donativos, as pessoas iam e procuravam os parentes, buscavam informação, então quando eu cheguei nesse lugar, me falaram da Míriam, que tinha sido uma pessoa importante pra que as crianças tivessem deixado a escola. Aí eu saí tentando localizá-la pra tentar fazer uma matéria do dia e fui perguntando, telefonando, descobri onde ela morava, que não era perto de onde a gente estava, era um lugar um pouco retirado. Mas era uma história importante e aí eu falei “vou me deslocar daqui e vou até lá pra ver se eu consigo falar com ela”. E quando eu liguei eu nem consegui falar com ela, porque ela estava em estado de choque, tava se recuperando e tal, mas eu falei “ah, eu preciso ir lá pra tentar falar com ela”. E aí quando eu cheguei, me apresentei, falei com ela do que se tratava e ela contou toda a história e saiu a matéria e tudo. Aí depois, quando a gente retornou.. e assim outros casos né, o Daniel falou com a mãe da menina que tinha falecido, eu

tinha falado com Marcelo, que a mãe dele morreu no dia que teve um jogo de futebol, o tenente Farah, então a gente já tinha falado com esses personagens durante a cobertura diária e isso é importante porque pra pessoa falar com você da vida dela, pra que ela possa abrir principalmente depois de uma situação de tragédia como essa, ela tem que ter um mínimo de confiança no repórter, ela tem que se sentir de alguma forma segura de que ela vai te falar uma coisa, ela tá abrindo a vida dela. Nesse caso a gente conseguiu fazer isso, sem modéstia nesse caso, porque não é uma questão pra se vangloriar, mas é algo que tem que orientar toda a prática do jornalista, a gente conseguiu pelo tratamento que a gente teve com as fontes no dia-a-dia. Um tratamento respeitoso, uma abordagem que não fosse invasiva, apesar de saber que, certa medida, você está entrando um pouco na vida dessa pessoa, e a resposta desses personagens foi positiva, eu acho, até porque visto o que a gente fez no dia-a-dia e a gente ter estabelecido essa relação de confiança com eles. Então todos, quando a gente ligou pra marcar, aceitaram de imediato. Falaram "ok, a gente pode gravar". E aí a gente conseguiu, talvez uma pessoa que não tivesse na cobertura, teria que dobrar ou triplicar o tempo pra conseguir agendar as entrevistas que a gente conseguiu.

P: Você comentou sobre essa liberdade que vocês tiveram na construção no dia-a-dia e no caderno especial. Queria que você falasse mais sobre esse enquadramento que vocês deram. No caso do especial, voltado nas pessoas e no caso da cobertura também como um todo, que antecedeu esse caderno especial, como foi esse enquadramento que vocês deram, esse olhar que vocês tiveram.

E 4: Como era uma equipe, como disse praticamente todo o jornal envolvido, então acho que fala muito esse momento, eu costumo dizer que quando acontece uma situação como essa é meio uma prova pra saber se você é jornalista ou não, porque é um momento que exige do jornalista tudo. É um momento de muito stress, muito. É um assunto complexo, que não é fácil falar de mineração, tanto que tem jornalistas que se especializam nisso, tem conhecimento de engenharia, biologia, por causa da contaminação dos rios, tem que ter conhecimento na área social, antropológica, porque trouxe um dano pra comunidade ribeirinha, tribos indígenas e tal. No ponto de vista de assunto é uma complexidade muito grande, porque você tem pouco tempo pra fazer isso, pra se familiarizar com o que está acontecendo. Existe também um aspecto técnico, uma precisão técnica, apurar a informação, levar a informação correta e mais, você tinha que ter a questão técnica, tinha muita coisa que

tinha que mandar por telefone, então quando eu cheguei na sexta-feira eu não imaginava que eu fosse encontrar tantas histórias marcantes. A gente não precisava buscar uma história marcante, a história chegava até a gente. As pessoas iam até aquele centro ali pra ver se encontravam o filho, se encontravam a mãe, e aí quando ela chegava ali ela começava a te contar o que aconteceu, e geralmente era situações que você ficava de queixo caído porque é, de fato, um negócio inimaginável você pensar que você está ali no terreiro da sua casa e de repente vem uma onda de lama e você vê sua mãe sendo encoberta por aquela lama e ir embora, sem poder fazer absolutamente nada. São histórias muito fortes e aí você como jornalista registra aquilo de uma forma. Então você tem uma exigência técnica, exigência ética, que faz com que você tenha que tomar decisões. E aí o enquadramento é o resultado disso tudo. O enquadramento é resultado desse conjunto de elementos, dos aspectos técnicos, das dificuldades técnicas, do que você está vendo ali que te parece mais forte dentro daquelas notícias o que você vai considerar que pode ser mais relevante e ai tem uma coisa também, não tem como, você acaba tendo uma postura, eu acho, muitos colegas tiveram, de pensar assim "em que medida o que eu estou fazendo pode contribuir pra amenizar ou pra fazer com que essa tragédia seja menos impactante na vida das pessoas?". Então, por exemplo, o caso de um colega, o Mateus, ele soube, alguém falou com ele que tinha uma família isolada em Paracatu, nem bombeiro tinha chegado lá ainda. E aí ele é um cara que faz esses cursos de sobrevivência em selva, tem todos os equipamentos pra isso e ele chegou lá. Ele foi. Ele foi por esse tino de reportagem, por entender que aquilo era algo importante de ser relatado, de falar qual era a situação, qual era a condição dessas famílias que ficaram isoladas e a matéria é resultado disso, vai refletir isso. Então você acaba narrando um pouco isso, como é difícil chegar naquele lugar, as condições que aquela família está vivendo ali. O enquadramento, às vezes as pessoas acham que o enquadramento é uma coisa muito pensada ou mesmo a linha editorial determina que você vai fazer de um jeito x ou de um jeito y, mas no caso dessa tragédia isso não é assim tão, não tem um enquadramento a priori. O repórter que tá vendo, está sentindo, está vivenciando, ajuda na construção desse enquadramento. Por que essa matéria e não outra? Por causa disso, dessa percepção, desse tino do repórter, de olhar o que está acontecendo ali. Isso é importante, vamos atrás disso, vamos olhar isso. É claro que a edição de uma maneira geral ela tem uma, o caderno, a cobertura, claro que ela tem uma edição e tem um pouco essa perspectiva de quem está editando, pra dar primeira página,

segunda página, mas é um negócio que é feito, não é a priori, isso não é determinado antes, isso é muito determinado pelo que a reportagem dá de feedback.

P: Objetivamente, como você avalia a relação entre a mídia e a política e grandes empresas? Essa relação influencia no produto final?

E4: Eu acho que... eu já fui depois disso, depois da cobertura de Mariana, já fui receber um prêmio de uma ONG Internacional que fala sobre jornalismo restaurativo. E nesse dia que a gente foi receber o prêmio de reconhecimento pela cobertura que a gente tinha feito, tinha uma pesquisadora que fazia uma crítica aos veículos comerciais dizendo "ah porque não aprofundou, não investigou, não sei o que...". E nesse dia eu me posicionei porque eu acho que existe uma certa leviandade nesse olhar para a cobertura das mídias... dos veículos comerciais. Eu tenho certeza que o que a gente produziu em termo de página, essa pessoa não leu nem um décimo do que a gente fez em termos de cobertura. Ela não tem ideia do que que é uma cobertura como essa, você estar em um lugar, o carro que você está vai quase bater em um barranco, um colega caiu no primeiro dia, quebrou a clavícula, não tem.. Eu acho que pra falar disso de uma maneira que não seja leviana com quem estava lá cobrindo é fazer uma avaliação muito sistemática e com critérios definidos. Porque o que eu vejo na maior parte do tempo é um julgamento que parte de uma ideia que a mídia comercial ela vai ser vendida e que o que vai sair dali sempre vai ser algo enviezado. E aí nesse caso nosso, não teve nenhuma orientação em nenhum momento, não houve qualquer restrição o fato de a mineração anunciar não teve nenhuma influência na cobertura. Nenhuma! Nenhuma! A gente não recebeu nenhum tipo de orientação em nenhum momento em nenhuma situação. A cobertura ela é perfeita? Ela pode ser cheia de lacunas? Acho que sim. Porque o jornalismo, principalmente o jornalismo diário, é algo que você faz ali contra o tempo e não é uma coisa pesada, não é.. tem um monte de coisa que atravessa isso. E claro que se você olhar depois do que foi produzido, você vai ter uma série de interpretações e entendimento do que foi feito, do que foi colocado. Mas não necessariamente isso é fruto de uma interferência política ou econômica. Tem muitos fatores que contribuem para que uma edição seja de uma forma x ou de uma forma y. E por exemplo... eu não posso te falar da cobertura de uma maneira geral, embora eu possa te dizer que o que eu vi lá, nos dias em que eu estive, colegas de diferentes veículos, que estavam trabalhando de uma forma muito digna. Quando eu falo trabalhar de uma forma muito digna é entender que a gente começava a trabalhar às vezes 7 horas da

manhã e até 11 horas da noite a gente estava fazendo matéria pra reportar o que estava acontecendo. Quer dizer, com um envolvimento muito grande assim. Então, situações que eu vi, limites, chegavam as vítimas que sabiam do... descobriram que uma pessoa, alguém da família tinha morrido, os colegas tinham um respeito em relação àquele momento, as pessoas não eram abordadas assim.. e vi muitos casos de colegas, por exemplo, o Daniel que participou do caderno especial, em alguns momentos ele pegou a lista de pessoas desaparecidas, mortas, e às vezes um trabalho que o bombeiro não tinha feito, de identificar ou ter colocado informação errada, era o jornalista que apontava "oh isso aqui está errado, essa informação aqui não está correta, isso não é assim", sabe? Então, eu acho que existe uma demonização da mídia comercial quando na verdade, em muitos casos, são julgamentos que não corresponde ao que está ali escrito. Então, te falo assim, quando você for falar sobre a cobertura do Estado de Minas, que é o caso em que eu estava, eu acho que você tem que ler tudo que foi feito sobre o período. Aí depois que você já tiver lido isso, você pode ver assim, sabe. Porque.. a pesquisadora falava "ah porque falava que era acidente", mas isso em nenhum momento (enfatizando) no jornal a gente colocou. Não tem isso. Você não vai achar esse termo lá.

P: Em outra ponta, eu estou analisando os jornais-laboratório. Também de forma sucinta, porque as diferenças são gigantes, mas quais as diferenças cruciais entre o jornal-laboratório e o jornal comercial de grande mídia principalmente nessa cobertura?

E 4: Eu não posso fazer essa comparação porque eu não acompanhei tudo que eles fizeram. Entao não sei, ocorreria no mesmo erro que eu estou dizendo que as pessoas devem ter que é avaliar uma coisa sem ter de fato lido e acompanhado. Eu encontrei com muita gente, estudantes que participaram de coletivas, estavam lá no dia-a-dia. Em algumas situações a gente até trocou figurinha, conversou.. "ah, eu sou estudante aqui de Ouro Preto, jornalismo...", pedia alguma informação, compartilhei com eles. Agora, existe uma diferença grande de natureza mesmo, então o jornalismo comercial, do caso do impresso, você tem o imperativo do deadline né. Então, assim, às vezes... isso não é uma justificativa, isso é uma realidade. Você está trabalhando com um prazo. Tem que apurar uma informação dentro daquele momento e você tem outras formas de comunicação, o jornal-laboratório é isso, você tem um tempo maior que você pode voltar em determinado lugar, você pode ter um olhar mais de perspectiva. Você pode, não estou dizendo que isso vai acontecer e nem o oposto.

Porque muitas reportagens, mesmo com o condicionante do tempo, feitas em jornais diários, são boas reportagens, tem bom.. trazem as questões de forma bem aprofundada e tal. O que eu acho é que a questão do jornalismo, o mais importante do jornalismo é a reportagem e isso não difere de onde está fazendo. Uma boa reportagem ela é boa num jornal-laboratório, ela vai ser boa no jornal comercial, ela vai ser boa no jornal alternativo. E para que uma reportagem seja boa e de qualidade, pelo menos em meu entendimento, ela tem que ter diversidade de fontes. Você tem que entender o que você está dizendo, você tem que escrever com segurança e para que isso aconteça você precisa de... são muitos os mecanismos pra isso acontecer. Então, por exemplo, quando eu falei com a Míriam, pro Vozes de Mariana, eu já sabia muita coisa da vida dela, muita, muita mesmo. Porque eu já tinha feito com ela entrevista antes, depois disso eu já tinha falado com ela em vários outros momentos.. quando eu cheguei para entrevistá-la, ela não era estranha. Do mesmo jeito o tenente Fará.. Você já vai.. tanto que isso é tanto assim, que você vai se tornando tão familiarizado com o personagem, que em alguns casos você vai criando uma relação de proximidade, afetiva, você traçou laços com essa pessoa. E de alguma forma, assim, eu acho que, eu sempre falo isso com a Miriam: "Míriam, obrigada por você ter me recebido na sua casa depois de tudo o que aconteceu com você, você não me conhecia e ainda assim você deixou que eu entrasse na sua casa, a gente conversou e me contou um monte de coisa, como tinha sido tudo e tal, obrigada por isso". E ela sempre fala: "eu me senti, da maneira que você me abordou, eu me senti com confiança de dizer, eu senti que eu podia dizer". E eu acho que é isso, cotidianamente é uma relação que você tem que estabelecer com as pessoas, com os entrevistados, com os personagens, que eu acho que é uma relação de respeito, uma relação ética, de deixar muito claro qual que é o seu papel, o que você está querendo dizer, qual é o enquadramento, isso é uma coisa que eu faço muita questão de informar pras pessoas que eu entrevisto. Que às vezes tem jornalista que não faz isso, então deixa meio que uma surpresa, quando uma pessoa dá uma entrevista, a pessoa está esperando determinado enquadramento e o enquadramento é outro. Então não tem assim uma mudança no que ela diz, mas naquele contexto, a pessoa não se sente confortável de estar ali. Então isso é algo que eu procuro sempre esclarecer pra pessoa com quem eu estou conversando, deixar muito claro quem eu sou, dizer "eu sou jornalista, estou aqui pra te entrevistar, quero falar com você pessoalmente", deixar isso bem claro pra pessoa se ela quer falar ou não, se ela está disposta a... a matéria pode mudar também. Pode dar uma visibilidade que às vezes a pessoa não está esperando. Então você

também ter esse discernimento na hora de construir a história, pra que você não coloque seu entrevistado em uma saia justa. Porque tem muita gente que diz, tá gravado, ela disse aquilo, sempre eu acho que é uma questão ética você ponderar sobre o uso daquela informação ou não. Em algumas situações eu volto no entrevistado e falo "olha, você disse isso. É isso mesmo? É isso que você queria dizer mesmo?" E no caso de Mariana mais ainda... era a fala da pessoa. Ela que está dizendo. Então, assim, tem que ter um cuidado com aquilo. Então acho que tem que ter essa abordagem que é respeitosa, uma abordagem ética mostrando que a pessoa, o que vai ser feito, onde isso vai aparecer, de que maneira, e isso é sempre positivo, o resultado disso é sempre bom, porque você cria uma relação de confiança com... então assim, eu tenho pessoas que eu já entrevistei que a pessoa nunca mais esqueceu da matéria, às vezes nem estou lembrando mais, não é por indelicadeza da minha parte, é porque são muitos assuntos, mas aquilo foi tão marcante na vida da pessoa que você fica assim, é muito sério. Se eu estou escrevendo sobre alguém, impacta na vida da pessoa. E aí você tem que ter esse cuidado com isso.

P: Tem alguma coisa a acrescentar?

E 4: Você está fazendo uma análise do discurso né? Eu acho mais legal é isso, acho que é uma inovação, a gente escrevendo em primeira pessoa, sem a intervenção do jornalista, faz com que ele seja um texto um pouco literário, é um texto poético, então tem alguns que eu leio encantada com a força do que as pessoas estão dizendo, da maneira com que aquilo foi dito, sempre os textos são textos que são maiores que a gente, do que nós. Tanto que os textos não tem assinatura, você não sabe qual texto fui eu que fiz, qual texto foi o Daniel que fez, porque na verdade se a gente está considerando que essa mediação ela não tem relevância, o que importa é o que a pessoa está dizendo. É isso.

APÊNDICE 7 - Quadro analítico do jornal *O Tempo*

REPORTAGEM	TEMA	GESTÃO DE VOZES	SINTAGMA INTRODUTOR	ÍNDICE DE SUBJETIVIDADE - TERMOS AXIOLÓGICOS	TRATAMENTO DE IMAGENS	LEITURA CONOTATIVA DO TEXTO
O amargo do rio Doce	Destruição do rio (sob a visão de um pescador) e a relação do personagem com ele	Antônio José Fernandes, pescador	“Diz o pescador”	"Acidente" como termo anafórico	"Antes e depois" do rio, "alegria x tristeza" no semblante do personagem	Apesar de utilizar uma vítima indireta da tragédia, dando um tom pessoal e sentimental à abordagem da destruição do rio, o texto ainda utiliza o termo "acidente" para caracterizar o rompimento da barragem e o compara a uma enchente, de ordem natural, mesmo que responsabilize a "ganância humana" pelas tragédias descritas.
A tragédia de todos os tempos	Destruição do meio ambiente	Coordenador do Projeto Manuelzão; Coordenador do Laboratório de Gestão Ambiental de Reservatórios da UFMG; Coordenadora da Fundação SOS Mata Atlântica. Fontes secundárias: ambientalista; presidente de colônia de pescadores; pescador.	“diz o coordenador do Projeto Manuelzão”; “avalia o professor Ricardo Mota Coelho, coordenador do Laboratório de Gestão Ambiental de Reservatórios da UFMG; “para a coordenadora da Fundação SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro”; “contou o presidente da colônia de pescadores”; “lamentou o pescador Reinaldo Gonçalves”	rio "maltratado" e "resiliente".	Paisagem do rio afetado pela lama, peixes mortos.	Dimensiona a tragédia em relação ao impacto no meio ambiente, com influência na cadeia alimentar e perdas irreversíveis no ecossistema. As fontes reiteram o prejuízo ambiental da tragédia.

REPORTAGEM	TEMA	GESTÃO DE VOZES	SINTAGMA INTRODUTOR	ÍNDICE DE SUBJETIVIDADE - TERMOS AXIOLÓGICOS	TRATAMENTO DE IMAGENS	LEITURA OTCONATIVA DO TEXTO
Um rio que passou em minha vida	Destruição do rio Doce (sob a ótica da população diretamente afetada)	Comerciante; três pescadores; um agricultor	“o pescador tenta se acostumar”; “conta o pescador”; “lamenta Roberto Carlos de Castro”; preocupava-se o agricultor”	Dicotomia entre vida e morte, passado e futuro, relacionando o antes e o depois da tragédia, causada pela "lama de rejeitos"	Dois pescadores olhando o rio marrom, tomado pela lama de rejeitos.	Evidencia o trabalho realizado pela equipe no acompanhamento do trajeto do rio e mostra o impacto na vida de pescadores e de agricultores que vivem pelas atividades relacionadas ao rio Doce.
Silêncio de um canto sagrado	Visão dos índios Krenak sobre a tragédia	Índio Krenak	“lamenta o nativo Giovani Krenak”; “para o fazendeiro”	"morre rio, morremos todos". Empresa Vale é citada, mas palavra "acidente" é utilizada. Rio como relação pessoal, a qual os índios "velaram"	Indígenas com a lama ao fundo	Mostra a relação pessoal e sentimental entre os índios Krenak e o rio Doce, que recebe outro nome e hino de reverência, tamanha identidade e identificação.
O caminho da lama	Mapa indicando o caminho percorrido pela lama	Prefeitos de Governador Valadares, Aimorés, Baixo Gandu; Ministro da Interação Nacional.	“segundo a prefeitura”;	Termos mais utilizados pelo narrador/repórter: devastada, impacto, afetada, prejudicados, atingidos, tragédia.	Infográfico com fotos que ilustram os municípios indicados no mapa, mostrando o rio e o cenário de destruição.	Indica os locais por onde a lama passou e os consecutivos impactos causados.

REPORTAGEM	TEMA	GESTÃO DE VOZES	SINTAGMA INTRODUTOR	ÍNDICE DE SUBJETIVIDADE - TERMOS AXIOLÓGICOS	TRATAMENTO DE IMAGENS	LEITURA CONOTATIVA DO TEXTO
Depois do choque, a luta	Trabalho do Instituto Terra, que pratica o reflorestamento nas regiões do rio Doce.	Sebastião Salgado, fotógrafo e idealizador da ONG	“lamenta”.	Termos mais utilizados: desastre, destruição, dor, agonia, devastação. Samarco figura como a responsável pela barragem rompida.	Foto do personagem, com plantas ao fundo, em primeiro plano	Aborda a relação pessoal com o rio e a importância do trabalho de reflorestamento que contribui para a recuperação e o desenvolvimento do rio.
Histórias de águas doces	Relação do rio com a literatura	Apresenta as obras de Carlos Drummond de Andrade, Geny Vilas-Novas, Rubem Braga e Ziraldo. Na segunda parte, depoimento dos repórteres Bárbara Ferreira, Lincon Zarbietti e Robson Santos.	“escreveu”; “descreve”	"Amargor vindo da mineração", indicando a responsabilidade das empresas e o temor antigo e previsto.	Foto do rio limpo, representando a inspiração artística, e, abaixo, fotos dos rostos dos repórteres do jornal.	Relaciona o rio à memória e objeto de inspiração para escritores. O depoimento dos repórteres demarca certo distanciamento da realidade do rio Doce, mas demonstra o envolvimento sentimental pela cobertura e a tragédia visitada.

REPORTAGEM	TEMA	GESTÃO DE VOZES	SINTAGMA INTRODUTOR	ÍNDICE DE SUBJETIVIDADE - TERMOS AXIOLÓGICOS	TRATAMENTO DE IMAGENS	LEITURA CONOTATIVA DO TEXTO
Por que não há aprendizado	Resgate histórico de outros rompimentos de barragem	Doutor em Engenharia Minera e professor da Escola de Minas da UFOP; Pesquisador do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da UFMG; Professor e coordenador do Centro de Pesquisas Hidráulicas e Recursos Hídricos da UFMG.	“para especialistas”; “avalia o doutor em engenharia mineral”; “o professor concorda com a necessidade de mais fiscalização”; “o professor explica”	Classificação das outras tragédias como "acidentes". Rompimento da barragem considerado "inevitável", naturanlizando-o, em comparação à morte. Tragédia considerada como "erro"	Foto da igreja da comunidade de Gesteira, com metade atingida pela lama.	Aborda aspectos técnicos da atividade mineradora e a necessidade de fiscalização e licenciamento ambiental para a prática. Relaciona, também, interesses econômicos das empresas e do governo, o que responsabiliza-os.
Segurança veio após punições	Rompimentos de barragens no mundo	Pesquisador da UFRJ e coordenador do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais; professor de geografia da UFMG; coordenadora da rede das águas da Fundação SOS Mata Atlântica.	“Segundo especialistas”; “explica o pesquisador”; “confirma o professor”; “concorda Malu Ribeiro”.	Palavra "acidente" usada duas vezes como termo anafórico. Classificação da tragédia como "o maior acidente do mundo"	Foto da tragédia no México, retrato de um pescador e infográfico.	Relaciona os interesses político-econômicos e a grande dependência do setor da mineração no Brasil. Sugere maior fiscalização e engajamento da opinião pública, passando a responsabilidade e o papel de cobrança à população, isentando as responsabilidades e erros das empresas.

REPORTAGEM	TEMA	GESTÃO DE VOZES	SINTAGMA INTRODUTOR	ÍNDICE DE SUBJETIVIDADE - TERMOS AXIOLÓGICOS	TRATAMENTO DE IMAGENS	LEITURA CONOTATIVA DO TEXTO
Quem vai pagar a conta?	Cobranças das indenizações	Professor em Direito Ambiental; Pesquisador da UFMG; Secretário de Estado de Meio Ambiente do Espírito Santo e de Minas Gerais; pronunciamento oficial da Presidenta Dilma; Ibama; Ministério do Meio Ambiente; Prefeito de Mariana; Promotor de Justiça.	"Especialistas lembram"; "especialistas estimam"; "Para o pesquisador"; "o secretário acredita"; "Os órgãos responsáveis pela fiscalização são contundentes"; "A Secretaria informou"; "Para o titular da pasta"; "O Ibama e o Ministério do Meio Abiente ressaltam"; "Segundo o Ibama"; "avalia o prefeito"; "o promotor acredita".	Foco no desastre ambiental, posicionamento crítico mais incisivo	Foto de Bento Rodrigues destruído.	Apesar de se posicionar mais incisiva e criticamente em relação à tragédia, não questiona a responsabilidade das empresas acionistas, citadas na matéria, além de trazer depoimentos com abordagem ambiental, esquecendo-se do lado humano envolvido na tragédia.
Recuperação será lenta, longa e cara	Recuperação do rio Doce e arredores	Coordenador do Projeto Manuelzão; coordenadora da Fundação SOS Mata Atlântica; Instituto Terra; Coordenador do Gesta/UFMG (todas as fontes utilizadas em reportagens anteriores)	"Especialistas apontam iniciativas"; "previsão otimista da ministra do Meio Ambiente"; "avalia o coordenador do Projeto Manuelzão"; "a coordenadora indica"; "O coordenador do Laboratório de Gestão Ambiental da UFMG pondera"; "Segundo o coordenador"; "A coordenadora descreve".	"Dano ambiental", "efeitos catastróficos", "tragédia ambiental". Utiliza a palavra "acidente" como termo anafórico. Responsabiliza poder público e cobra monitoramento da população.	Fotos do rio antes e depois da tragédia e de personagens retratados na matéria	Indica possíveis soluções e a esperança da recuperação do rio. Mas quase isenta a responsabilidade da empresa ao apontar a falha da fiscalização como prinicpal causa da tragédia.

Fonte: Elaboração dos autores (2017).

APÊNDICE 8 – Tabela de análise do jornal *Lampião*

REPORTAGEM	TEMA	GESTÃO DE VOZES	SINTAGMA INTRODUTOR	ÍNDICE DE SUBJETIVIDADE - TERMOS AXIOLÓGICOS	TRATAMENTO DE IMAGENS	LEITURA CONOTATIVA – PONTO DE VISTA GERAL E FOCO NARRATIVO
Quem paga a conta?	Cobrança de indenizações	Prefeito de Mariana; posicionamentos oficiais da Samarco e da Vale; Promotor do Ministério Público de Mariana; Departamento Nacional de Produção Mineral.	"segundo o diretor-presidente" "Para o promotor" "O prefeito diz que" "A Vale nega a informação e diz que" "o prefeito minimizou a declaração" "O órgão informou, pela assessoria, ressaltando que" "A Vale e a BHP Billiton negam responsabilidade pela tragédia." "alega um acionista da mineradora brasileira" "A Samarco classifica o rompimento da barragem como 'acidente'".	"tragédia", "destruiu", "pessoas afetadas", "responsabilidade pela tragédia". A palavra "acidente" é usada como discurso relatado direto da Samarco.	Destruição de Bento Rodrigues, com foco nos objetos pessoais e casas soterradas pela lama.	Apesar de ser uma matéria informativa e incisiva sobre a responsabilidade das empresas pela destruição causada, e não conter depoimentos de vítimas, o foco ainda é mais humano, ressaltando as perdas pessoais dos atingidos pela tragédia.
Relações perigosas	Relação entre políticos mineiros com a mineração	Dados da ABPM; Lei da Política Nacional de Segurança de Barragens; DNPM; SINSB; Instituto Socioambiental; Cientista político; Código de Ética da Câmara dos Deputados	"a Presidente Dilma Rousseff declarou que" "Quintão afirmou" "O cientista político destaca"	"tragédia", "desastre".	Infográficos do montante repassado das mineradoras a campanhas políticas mineiras e a relação dos políticos que receberam financiamento (com fotos deles)	Ao questionar o licenciamento cedido às mineradoras e a falta de fiscalização sobre a atividade, a matéria relaciona tal fato aos financiamentos recebidos por políticos mineiros das empresas interessadas nesses tipos de empreendimentos. Posiciona-se, então, de maneira mais incisiva na relação e dependência política-econômica entre os políticos, as empresas e a legislação

REPORTAGEM	TEMA	GESTÃO DE VOZES	SINTAGMA INTRODUTOR	ÍNDICE DE SUBJETIVIDADE - TERMOS AXIOLÓGICOS	TRATAMENTO DE IMAGENS	LEITURA CONOTATIVA – PONTO DE VISTA GERAL E FOCO NARRATIVO
						conivente a tragédias como essa.
À sombra da mineração	Conjuntura econômica a partir dos impactos sofridos na cidade	Um desempregado; presidente do Sindicato Metabase de Mariana; Secretário de Turismo, Cultura e Desportos de Mariana; Prefeito de Mariana; Especialista em recursos naturais e professor de Economia da UFOP; dados do PIB	"Comerciante defende a permanência da empresa em Mariana e afirma que" "O especialista explica" "Ronaldo Bento, do Metabase Mariana, concorda" "o prefeito de Mariana criticou a dependência econômica do município" "O secretário espera"	"desastre ambiental", "impactos indiretos", "prefeitura não sabe"	Placas de turismo e de questionamento da dependência da economia com a mineração	A economia local é o principal foco, demonstrando a forte dependência com a mineração, o que deveria ser revisto. Apresenta possível solução com o turismo, sempre com papel questionador em relação a ações da Prefeitura.
Fragmentos de uma tragédia marianense	1) Segurança de trabalho; 2) projetos de cidadania da Samarco; 3) parceria com UFOP; 4) Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); 5) manifestações contra e a favor da empresa; e 6) narrativas de vida das vítimas	1) Aposentado, funcionário terceirizado e representante do Sindicato Metabase; 2) estudante de Bento Rodrigues, Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania de Mariana; 3) Chefe de gabinete da reitoria e Reitor da UFOP; 4) Coordenadora estadual do Mab, professora da UFOP; 5) ex-moradora de Bento Rodrigues,	"conta", "afirma" "um dos representantes do sindicato Metabase discorda" "O secretário diz" "O chefe de gabinete da reitoria explicou" "relembra", "recorda com nostalgia"; "lamenta"; "desabafa";	"tragédia", "desastre", "tristeza"	Fotos de Bento Rodrigues e das manifestações	Em cada tema apresentado, as vítimas são retratadas ou a abordagem é voltada para o interesse próprio delas, demonstrando o cuidado ao realizar uma cobertura mais humana, pessoal e próxima das vítimas.

REPORTAGEM	TEMA	GESTÃO DE VOZES	SINTAGMA INTRODUTOR	ÍNDICE DE SUBJETIVIDADE - TERMOS AXIOLÓGICOS	TRATAMENTO DE IMAGENS	LEITURA CONOTATIVA – PONTO DE VISTA GERAL E FOCO NARRATIVO
		comerciante; 6) três moradores e familiares				
Riqueza tingida de lama	Produções locais de pequenos comércios de Bento Rodrigues	Uma produtora; Associação de Hortifrutigranjeiro de Bento Rodrigues; professora de Ciências Sociais; e três produtores	"Presidente da associação conta que" "Explica a professora" "Ela afirma"	relaciona o trabalho à vida e à história pessoal	Fotos dos produtos e mapa indicando a localização dos distritos atingidos.	Em um processo de identificação com os subdistritos atingidos, a reportagem aborda a relação pessoal que se estabelece entre o trabalho realizado nos vilarejos e a história pessoal com o local.
Burocracia feita com mágoa	Burocracia de documentação perdida	Duas moradoras; Analista de Comunicação da Samarco; Promotor de Direitos Humanos de Mariana	"afirma a moradora" "Ele revela" "relembra" "De acordo com o analista de comunicação da mineradora" "Ele assegurou" "Segundo o promotor de direitos humanos"	"calamidade", "tragédia"	Foto de uma carteira de identidade nas mãos de uma pessoa	Aborda um assunto pouco retratado na mídia tradicional, mas que impacta diretamente o cotidiano das vítimas, a partir de como algo considerado simples, como a documentação, pode atrapalhar nas negociações e reconstruções das vidas afetadas.

REPORTAGEM	TEMA	GESTÃO DE VOZES	SINTAGMA INTRODUTOR	ÍNDICE DE SUBJETIVIDADE - TERMOS AXIOLÓGICOS	TRATAMENTO DE IMAGENS	LEITURA CONOTATIVA – PONTO DE VISTA GERAL E FOCO NARRATIVO
Solidariedade em meio à dor	Ajuda às vítimas	Um voluntário doador.	“Conta” “define” “Afirmou”	"tragédia", "dor", "solidariedade"	Foto do Centro de Convenções de Mariana, onde abrigam as doações	Matéria de cunho mais informativo e de prestação de serviços, incentivando as doações de donativos às vítimas
Renascer longe do Bento	Vida atual e adaptação depois da tragédia	Uma ex-moradora	“relembra”, “conta” “Ela mesma diz” “Confessa” “Ressalta” “Explica” “A expectativa”	"trauma", "tragédia", "parece que nós estamos mortos"	Duas fotos da ex-moradora na nova casa	O antagonismo entre a felicidade vivida em Bento e a tristeza atual em Mariana demonstram a relação que se estabelece com o subdistrito e com o "lar" em que vivia. As novas moradas impactam, também, no novo estilo de vida e na difícil adaptação, sobretudo em relação a espaço e rotina.
Cruz sagrada, a fé do povo	Igreja como patrimônio cultural e fonte de esperança	Presidente da Associação dos Moradores de Bento Rodrigues; Procurador da igreja; dois devotos.	“Zezinho do bento relembra... o presidente da associação dos moradores de Bento ressalta” “Lamenta” “Conta”, “planejava”	"fé", "esperança"	Foto histórica da igreja de Bento Rodrigues	Tem a fé como fio condutor da matéria, relacionada à esperança e o desejo de renovação, que não foram destruídos junto ao patrimônio que representa.

REPORTAGEM	TEMA	GESTÃO DE VOZES	SINTAGMA INTRODUTOR	ÍNDICE DE SUBJETIVIDADE - TERMOS AXIOLÓGICOS	TRATAMENTO DE IMAGENS	LEITURA CONOTATIVA – PONTO DE VISTA GERAL E FOCO NARRATIVO
Todos na escola, menos dois	Transição da escola de Bento para a provisória de Mariana	duas crianças estudantes; Secretária da escola de Bento; pedagoga; Secretário de Educação de Mariana.	“Responde”, “compara”, “não sabe explicar”, “concorda” “lembra” “afirma”. “De acordo com o então secretário interino de educação”; “Completa”, “ainda segundo ele”, “afirma”	"tragédia", "saudade"	Foto de um caderno manuseado por uma criança	Ao promover a oposição entre os investimentos municipais e o apoio da Samarco, responsabiliza a empresa pelos danos causados à educação, figurada pela relação das crianças com a escola e a saudade de seus colegas que morreram vítimas da tragédia.

Fonte: Elaboração dos autores (2017).

ANEXO 1 – Termos de consentimento para entrevistas

CEFET-MG

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Flaviane Aparecida Alves Paixão, portador da identidade nº: MG10.931.719, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa sobre as coberturas midiáticas decorrentes do rompimento da barragem de Bento Rodrigues, ocorrida em Novembro/2015 desenvolvida pelo mestrando Marco Túlio Pena Câmara, como tema de sua dissertação. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Prof. Cláudio Humberto Lessa, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 3319-7140 (DELTEC – Departamento de Linguagem e Tecnologia) ou *e-mail* claudiohlessa@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é investigar as diferenças da cobertura da grande mídia e dos jornais-laboratórios do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, a partir de seus aspectos linguístico-discursivos e argumentativos.

Minha colaboração se fará por meio de entrevista que poderá ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Declaro ainda que cedo os direitos de minha entrevista gravada para o pesquisador para que possa usá-la integralmente ou em partes.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.
Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Contagem, 03 de julho de 2017.

Assinatura do (a) entrevistado (a): Flaviane Aparecida Alves Paixão
Assinatura do (a) pesquisador(a): Marco Túlio P. Câmara

CEFET-MG

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Marina Patta Schettini,
portador da identidade nº: MG10678412, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa sobre as coberturas midiáticas decorrentes do rompimento da barragem de Bento Rodrigues, ocorrida em Novembro/2015 desenvolvida pelo mestrando Marco Túlio Pena Câmara, como tema de sua dissertação. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Prof. Cláudio Humberto Lessa, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 3319-7140 (DELTEC – Departamento de Linguagem e Tecnologia) ou *e-mail* claudiohlessa@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é investigar as diferenças da cobertura da grande mídia e dos jornais-laboratórios do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, a partir de seus aspectos linguístico-discursivos e argumentativos.

Minha colaboração se fará por meio de entrevista que poderá ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Declaro ainda que cedo os direitos de minha entrevista gravada para o pesquisador para que possa usá-la integralmente ou em partes.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.
Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Contagem, 03 de julho de 2017.

Assinatura do (a) entrevistado (a): Marina Schettini
Assinatura do (a) pesquisador(a): Marco Túlio P. Câmara

CEFET-MG

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Karina Gomes Barbosa, portador da identidade nº: 1872146, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa sobre as coberturas midiáticas decorrentes do rompimento da barragem de Bento Rodrigues, ocorrida em Novembro/2015 desenvolvida pelo mestrando Marco Túlio Pena Câmara, como tema de sua dissertação. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Prof. Cláudio Humberto Lessa, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 3319-7140 (DELTEC – Departamento de Linguagem e Tecnologia) ou *e-mail* claudiohlessa@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é investigar as diferenças da cobertura da grande mídia e dos jornais-laboratórios do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, a partir de seus aspectos linguístico-discursivos e argumentativos.

Minha colaboração se fará por meio de entrevista que poderá ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Declaro ainda que cedo os direitos de minha entrevista gravada para o pesquisador para que possa usá-la integralmente ou em partes.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Mariana, 20 de julho de 2017.

Assinatura do (a) entrevistado (a): Karina Barbosa

Assinatura do (a) pesquisador(a): Marco Túlio P. Câmara

CEFET-MG

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, FREDERICO DE MELLO BRANDÃO TAVARES,
portador da identidade nº: MG 11 346 914, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa sobre as coberturas midiáticas decorrentes do rompimento da barragem de Bento Rodrigues, ocorrida em Novembro/2015 desenvolvida pelo mestrando Marco Túlio Pena Câmara, como tema de sua dissertação. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Prof. Cláudio Humberto Lessa, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 3319-7140 (DELTEC – Departamento de Linguagem e Tecnologia) ou *e-mail* claudiohlessa@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é investigar as diferenças da cobertura da grande mídia e dos jornais-laboratórios do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, a partir de seus aspectos linguístico-discursivos e argumentativos.

Minha colaboração se fará por meio de entrevista que poderá ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Declaro ainda que cedo os direitos de minha entrevista gravada para o pesquisador para que possa usá-la integralmente ou em partes.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.
Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Mariana, 14 de junho de 2017.

Assinatura do (a) entrevistado (a): _____
Assinatura do (a) pesquisador(a): _____

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

CEFET-MG

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Márcia Maria da Cruz,
portador da identidade nº: MG-7351203, declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado (a) e/ou participar na pesquisa de campo referente à pesquisa sobre as coberturas midiáticas decorrentes do rompimento da barragem de Bento Rodrigues, ocorrida em Novembro/2015 desenvolvida pelo mestrando Marco Túlio Pena Câmara, como tema de sua dissertação. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é orientada pelo Prof. Cláudio Humberto Lessa, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do telefone nº 3319-7140 (DELTEC – Departamento de Linguagem e Tecnologia) ou *e-mail* claudiohlessa@gmail.com.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é investigar as diferenças da cobertura da grande mídia e dos jornais-laboratórios do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, a partir de seus aspectos linguístico-discursivos e argumentativos.

Minha colaboração se fará por meio de entrevista que poderá ser gravada a partir da assinatura desta autorização. Declaro ainda que cedo os direitos de minha entrevista gravada para o pesquisador para que possa usá-la integralmente ou em partes.

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.
Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2017.

Assinatura do (a) entrevistado (a): Márcia Maria da Cruz
Assinatura do (a) pesquisador(a): Marco Túlio Pena Câmara